

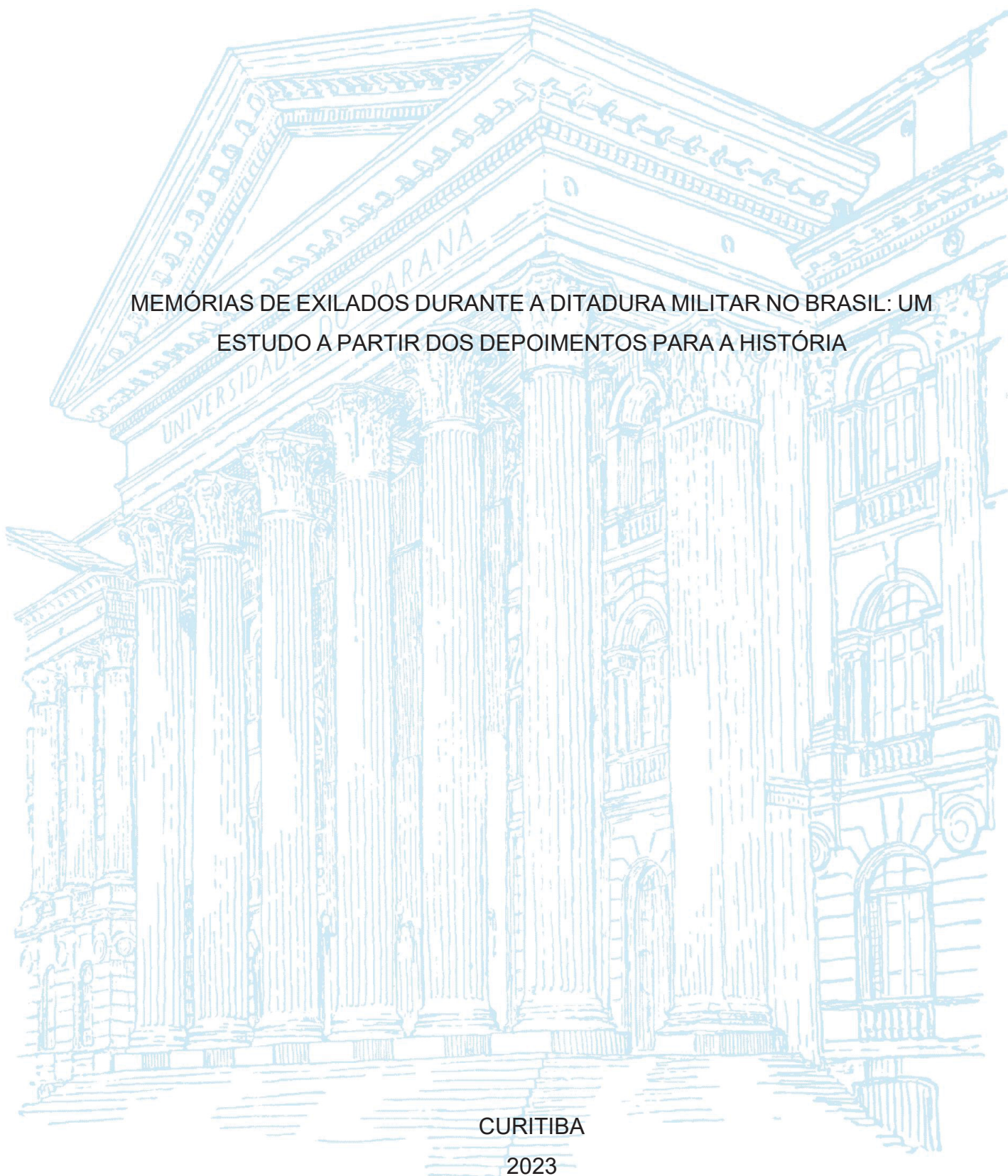
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELLA DAPHNE PEREIRA FERREIRA

MEMÓRIAS DE EXILADOS DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL: UM
ESTUDO A PARTIR DOS DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA

CURITIBA

2023



GABRIELLA DAPHNE PEREIRA FERREIRA

MEMÓRIAS DE EXILADOS DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL: UM
ESTUDO A PARTIR DOS DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Terezinha Boschilia

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Ferreira, Gabriella Daphne Pereira

Memórias de exilados durante a ditadura militar no Brasil : um estudo a partir dos depoimentos para a história. / Gabriella Daphne Pereira Ferreira. – Curitiba, 2023.
1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.

Orientadora: Profª. Drª. Roseli Terezinha Boschilia.

1. Brasil – História – 1964-1985. 2. Ditadura – Brasil.
3. Memória. 4. Exílio. 5. Exilados. I. Boschilia, Roseli, 1952- .
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **GABRIELLA DAPHNE PEREIRA FERREIRA** intitulada: **MEMÓRIAS DE EXILADOS DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DOS DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA**, sob orientação da Profa. Dra. **ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

29/09/2023 11:40:00,0

ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

29/09/2023 13:44:30,0

OZIAS PAESE NEVES

Avaliador Externo (SEM VÍNCULO)

Assinatura Eletrônica

29/09/2023 17:54:01,0

DENSE ROLLEMBERG CRUZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 318717

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 318717

Em memória de José Antônio Ferreira, o homem mais doce e gentil que já conheci e que tive o prazer de conviver por tanto tempo. Me desculpe por não estar em sua despedida, sinto sua falta todos os dias.

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa e produção acadêmica pode ser muito solitário, ainda mais se consideramos que este é um trabalho individual. Todos os citados nesses agradecimentos me fazem lembrar que essa dissertação ainda que tenha sido escrita individualmente, foi construída em conjunto com diversas pessoas.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família, meus pais Afonso e Adriana, minha irmã Kamilla e meus avós Maria do Carmo e José, por seguir me apoiando nesse objetivo louco de seguir a carreira de pesquisadora no Brasil sem questionar nem mesmo uma vez as minhas escolhas. Por todo o apoio, carinho, zelo e chás de camomila feitos ao longo do mestrado deixo meu muito obrigado.

Agradeço também à Maria Eduarda, a companheira que eu escolhi para a vida e que, por sorte minha, também me escolheu. Muito obrigada por todos os momentos agradáveis vividos ao longo desses dois anos e meio e pelos finais de semana em que você enquanto assistia as suas séries (acredito que assisti a última temporada de *Stranger Things* indiretamente por conta disso), controlava meus horários de pomodoro, muitas dessas páginas foram escritas nesses momentos. Obrigada também por compreender minhas ausências e por me continuar me apoiando e me fazendo acreditar nesse projeto mesmo nos períodos mais difíceis. Aliás agradeço também por essa sua mágica de fazer com momentos difíceis nem pareçam tão desafiadores. É uma benção poder descobrir o mundo e a vida ao seu lado.

Agradeço à Roseli Boschilia, uma ótima professora e orientadora e um ser humano fantástico com quem eu tive o prazer de trabalhar ao longo desses dois anos. Obrigada por todas as reuniões, conversas e idas à praia que fizeram com que eu me desenvolvesse enquanto pesquisadora e conseguisse escrever essa dissertação.

Agradeço também aos Roselindos, um grupo de orientandos tão acolhedor que fez contribuições tão importantes para esse trabalho com sua leitura gentil e atenta. Agradeço especialmente à Stella, Mayla e Barbara (uma Roselinda honorária rs), essa dissertação seria completamente diferente sem o auxílio de vocês, muito obrigada!

Dirijo também um grande agradecimento ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná, em especial à Claudia Cristina Hoffmann e Raquel Ozowski, duas das

peessoas mais gentis que conheci no MPPR e que me contribuíram muito para a minha formação e interesse sobre o estudo das políticas de memória no Brasil.

Deixo aqui também meu agradecimento à família que formei em meu período de intercâmbio em Valladolid. Victoria, Vanessa, Laura, Bella y Lucas, muchas gracias por las arepas, por las cañas, por las conversaciones y por toda la acogida a esta niña que vivía su primera experiencia en el extranjero. Gracias también por mostrarme que aún fuera del continente, la conexión entre latinoamericanos es inevitable (¡viva Latinoamérica!).

Por último, gostaria de agradecer à todas as trabalhadoras e trabalhadores que possibilitaram realização dessa pesquisa de mestrado em uma universidade pública e que me permitem sonhar cada vez mais alto. Espero retribuir da melhor maneira possível.

Sólo el excluido puede imaginar un sistema sin exclusiones

Reyes Mate - Medianoche en la Historia:
Comentarios a las tesis de Walter Benjamin, p. 33.

RESUMO

A ditadura militar, instaurada no Brasil em 1964, perseguiu violentamente seus opositores e/ou qualquer pessoa que tinha um comportamento considerado como subversivo pelo regime. Em uma tentativa de preservar suas vidas, uma parte considerável desses perseguidos deixaram o país. Entretanto, ao se deparar com outros golpes militares em países vizinhos, esses indivíduos se depararam com a necessidade de sair em exílio não apenas de seu país, como também da América do Sul. 50 anos depois do golpe de 1964, iniciativas que visavam construir uma política de memória sobre o período foram publicadas, sendo uma delas o Depoimentos para a História, que entrevistou pessoas que foram atingidas pela violência da ditadura militar, entre esses testemunhos, estão os relatos desses exilados políticos. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a construção do relato desses entrevistados que passaram pela experiência do duplo exílio, sistematizando as maneiras e os meios que esses sujeitos utilizaram para exilar-se nesse contexto de perseguição transnacional no subcontinente.

Palavras-chave: exílio; ditaduras militares; memória; testemunhos; repressão transnacional.

ABSTRACT

The military dictatorship established in Brazil in 1964 violently persecuted any opposition or anyone considered subversive by the regime. In an attempt to preserve their lives, a considerable number of those persecuted left the country. However, when faced with other military coups in nearby countries, these individuals were forced into another exile, not only from their country but also from South America. Fifty years after the 1964 coup, there were a few publications aimed at establishing a memory policy about the period. One of them was called "Depoimentos para a História," which interviewed people affected by the violence of the military dictatorship, including testimonies from these political exiles. The objective of this research is to analyze the construction of the narrative of these interviewees who went through the experience of double exile, systematizing the ways and resources that these individuals used to endure exile in this context of transnational persecution in the subcontinent.

Keywords: exile; military dictatorships; testimonies; memory; transnational persecution.

RESUMEN

La dictadura militar, instaurada en Brasil en 1964, persiguió violentamente a sus opositores y/o a cualquier persona cuyo comportamiento fuera considerado subversivo por el régimen. En un intento de preservar sus vidas, un número considerable de perseguidos se marcharon del país. Sin embargo, ante otros golpes militares en países vecinos, estas personas se enfrentaron a la necesidad de exiliarse no solamente de su país, sino también de Sudamérica. 50 años después del golpe de 1964, se han publicado iniciativas destinadas a construir una política de memoria sobre el periodo, una de ellas es el *Depoimentos para a História*, que entrevistó a personas que se vieron victimadas por la violencia de la dictadura militar, entre estos testimonios se encuentran los relatos de estos exiliados políticos. Por lo tanto, esta investigación pretende analizar la construcción de los relatos de estos entrevistados que vivieron un doble exilio, sistematizando las formas y los medios que estos individuos utilizaron para exiliarse en este contexto de persecución transnacional en el subcontinente.

Palabras-clave: exilio; dictaduras militares; testimonios; memoria; represión transnacional.

LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional
ALN - Ação Libertadora Nacional
AP - Ação Popular
CAHS - Centro Acadêmico Hugo Simas
CEP - Colégio Estadual do Paraná
CEU - Casa do Estudante Universitário
CEUC - Casa da Estudante Universitária de Curitiba
CEV - Comissão Estadual da Verdade
CNV - Comissão Nacional da Verdade
CPC - Centro Popular de Cultura
DANC - Diretório Acadêmico Nilo Cairo
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DHPaz - Direitos Humanos pela Paz
DI - Dissidência
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DpH - Depoimentos para a História
DSN - Doutrina Nacional de Segurança
FLN - Frente de Libertação Nacional
JUC - Juventude Universitária Católica
ME - Movimento Estudantil
MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionária
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária
UNE - União Nacional dos Estudantes
UPE - União Paranaense dos Estudantes
UPES - União Paranaense dos Estudantes Secundaristas
VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	1
2 – TRAJETÓRIA PRÉVIA AO EXÍLIO	19
2.1 – Política de Memória e os “Depoimentos Para a História”	20
2.2 – A vida antes do exílio	28
2.2.1 – Atuação no Movimento Estudantil e vida profissional: os “acadêmicos engajados”	29
2.2.2 – A militância política em organizações de esquerda: os “militantes” ..	35
3 – A PARTIDA PARA O EXÍLIO	44
3.1 – Os “acadêmicos engajados”	45
3.2 – Os “militantes”	57
4 – A “TERRA PROMETIDA” EM SANTIAGO E EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO EXÍLIO	69
4.1 – Os “acadêmicos engajados”	75
4.2 – Os “militantes”	89
4.3 - Impactos do primeiro exílio	99
5 – O EXÍLIO NO EXÍLIO: DISPERSÃO DOS BRASILEIROS EXILADOS E A EXPERIÊNCIA DO SEGUNDO EXÍLIO	104
5.1 – Os “acadêmicos engajados”	107
5.2 – Os “militantes”	129
5.3 - Os impactos do segundo exílio	143
6 –CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
FONTES.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
ANEXOS	159

1 – INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação é desdobramento do trabalho iniciado em minha monografia, a qual também foi orientada pela professora e historiadora da Universidade Federal do Paraná, Roseli Boschilia. Com efeito, na pesquisa anterior tratei do tema da memória do exílio, tendo como fontes as entrevistas cedidas por três mulheres para projetos de política de memória, sendo eles a Comissão Estadual da Verdade do Paraná (CEV-PR) e o Depoimentos para a História (DpH). Desde esse primeiro momento, trabalhei as fontes produzidas a partir da metodologia da História Oral e sua relação com a memória, que surge como uma rica opção para esses tipos de análise.

Destaca-se aqui que, apesar da relação entre a História Oral e a memória serem próximas, estas não utilizam a mesma metodologia de pesquisa. Nesse sentido, esse trabalho é voltado para uma análise sobre a memória. Isso ocorre pelo fato de as entrevistas já estarem prontas e terem sido feitas por terceiros. A metodologia da História Oral tem como parte de sua base a produção da entrevista, na qual o pesquisador está presente e pode fazer intervenções em forma de perguntas, por exemplo.

A memória está cada vez mais presente no fazer historiográfico de modo geral, desde as pesquisas posteriores sobre o Holocausto, nas quais muitas analisaram esse fato histórico a partir dos testemunhos orais e contribuíram para o desenvolvimento teórico desta tipologia de fonte, até períodos mais recentes, possibilitando novos recortes espaciais e temáticos para pesquisas historiográficas. Em especial, essas fontes permitem o estudo de caso de grupos marginalizados, que sofrem ou sofreram algum tipo de violência e que a possibilidade de se expressar historicamente foram/são impossibilitadas.

Para seguir a investigação no mestrado, o *corpus* documental desta pesquisa foi expandido de três para onze entrevistas¹, detendo-se aos relatos de homens e mulheres que passaram pela experiência do exílio presentes no DpH. Além disso, também tenho como fontes a documentação presente nas pastas individuais produzidas e arquivadas pelo Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) sobre esses indivíduos, que atualmente se encontram no Arquivo Público do Paraná. Com exceção de Neusa Maria Romanzini Pires Cerveira, que era uma criança no período,

¹ Todas as transcrições das entrevistas foram feitas pela autora.

todos os citados foram fichados pelo DOPS. Dessa forma, as pastas com informações sobre Neusa são as de seus pais e tios. As informações ali colocadas pelos agentes da repressão ampliam meu escopo de fontes e permitem o acesso a outras informações muitas vezes não citadas nas entrevistas, além de fornecer alguns dados, como datas e locais, com mais precisão que as narrativas presentes no Depoimentos para a História.

O DpH foi desenvolvido a partir de uma parceria entre organizações sociais que possuem como objetivo a defesa dos direitos humanos. Coordenado pelo grupo Tortura Nunca Mais, o projeto foi realizado em conjunto com a Comissão da Anistia e a Sociedade DHPAZ - Direitos Humanos pela Paz. A partir dessa iniciativa, foram registrados 172 relatos de pessoas que sofreram perseguição pela ditadura militar dentro do território paranaense. Assim como na Comissão Nacional da Verdade, para além das entrevistas, foi lançado um relatório em forma de livro como produto final do projeto. A obra *Depoimentos para a História – A resistência à ditadura militar no Paraná*, foi organizada pelo militante e ex-presos político Antônio Narciso Pires de Oliveira, juntamente com o historiador Fábio Bacila Sahd e a jornalista Silvia Calciolari. Estes acompanharam todo o processo de gravação das entrevistas e compilaram parte destes relatos no livro, além de um texto historiográfico sobre o contexto paranaense durante a ditadura militar. A obra foi lançada na sede da OAB Paraná em junho de 2014.

As entrevistas foram disponibilizadas na íntegra, de forma *on-line*, em domínios diferentes, sendo estes um site mantido pela Sociedade DHPAZ que atualmente se encontra fora do ar, no canal da DHPAZ na plataforma do *Youtube* e estão sendo também integradas ao repositório digital de fontes da Universidade Federal do Paraná, o DSpace. Embora o acervo conte com mais de 170 entrevistas realizadas, em levantamento bibliográfico percebi que o material ainda foi pouco utilizado em pesquisas historiográficas. Com efeito, meu trabalho foi pensado no sentido de se inserir nesse campo em construção, analisando a questão do exílio em fontes que ainda não foram estudadas a partir desse recorte.

A própria temática do exílio em geral começou a ser estudada e debatida com maior intensidade mais recentemente, nas duas últimas décadas. Mesmo com a expansão de publicações e pesquisas sobre a ditadura após a redemocratização, a historiografia brasileira não colocou o exílio nem na periferia de seus horizontes de investigação. O primeiro trabalho mais denso sobre o assunto é o de Denise

Rollemborg, *Exílio: entre raízes e radares*, publicado em 1999, que se tornou referência para pesquisas com esse enfoque.

Com isso, a partir dos anos 2000, ocorreu um aumento dos estudos sobre a temática. Tendo como exemplo as dissertações de mestrado de Andrea Prestes Massena (2005), com o estudo de exilados brasileiros em Moçambique, e de Tatiana Campos Paiva (2006), que analisa memórias dos filhos de exilados brasileiros. Também podemos seguir com as teses de doutorado de Fábio Lucas da Cruz (2016) sobre brasileiros exilados em Argel, de Eloisa Rosalen (2021), com uma análise mais voltada ao exílio de mulheres brasileiras, e a Rodrigo Pezzonia (2017) que trabalhou sobre o exílio de brasileiros em Portugal.

Por último, também cito artigos de pesquisadores, como o de Marcos Napolitano (2014), Américo Freire (2010) e Helenice Rodrigues (2009), que também se dedicaram a estudar a temática. Assim livros como o *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX* (2011), organizado por Samantha Viz Quadrat, resultado de um seminário internacional sobre exílio, que ocorreu no Brasil em 2009 e, no mesmo formato, o livro *Políticas de Memória e Experiências de (Des)Exílio* (2019), organizado por Marcos Gonçalves e Marion Brepohl, resultado de um evento realizado pelo Grupo Direitos Humanos e Políticas de Memória – DIHPOM.

Com isso, a presente pesquisa se encaixa nesse crescente esforço de investigar o fenômeno do exílio a partir das trajetórias de exilados políticos, entendendo cada vez mais sua abrangência que ultrapassa fronteiras e que se tornou uma experiência de violência global, um aspecto desse fenômeno migratório. Todavia, essa característica não é a única especificidade que faz com que o exílio seja uma experiência tão complexa e polissêmica quanto se vem demonstrando.

O exílio não é uma invenção recente da humanidade. Segundo Denise Rollemborg (1991, p. 25), “o exílio tem, na história, a função de afastar/excluir/eliminar grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo”. Suas origens remontam à antiguidade e foram representadas, por exemplo, em a Odisseia de Homero, a partir da história de Ulisses que foi exilado de sua terra natal por Poseidon. Da mesma forma, na Roma Antiga o exílio era uma ferramenta de exclusão não só do território, mas também do *status* de cidadão romano (Martín, 2004, p. 251). Durante o medievo, também é possível encontrar pesquisas e fontes que tratam sobre grupos e/ou indivíduos exilados, como o caso de andaluzes que depois

da reconquista partiram em exílio para a região do Magrebe (Jreis Navarro, 2016) ou até de casas nobiliárias exiladas por conflitos dinásticos (Fernandes, 2000).

Na Idade Moderna, um dos casos citados pode ser a vinda da corte real portuguesa para o Brasil, em 1808, pressionada pelas tropas napoleônicas que invadiram Portugal. Enquanto isso, na contemporaneidade, o exílio continua presente e até em maior quantidade do que nos períodos anteriores, visto o grande número de exilados que, em virtude da perseguição do nazismo e do fascismo, tiveram que sair da Europa. A partir desses breves exemplos, sabe-se que o exílio foi um fenômeno recorrente, principalmente no ocidente, ao longo dos últimos dois milênios de história

No caso da América Latina, de acordo com Luís Roniger (2010), o uso do exílio começou a partir do período colonial e também foi amplamente utilizado pelo Estado como forma de controle e punição de seus opositores locais. Contudo, nesse momento, a expulsão e coação para a saída do país era mais focada em indivíduos conhecidos e com poder político - pessoas da elite dessa sociedade colonial. O exílio era uma punição que fazia menor uso de violência direta se comparado, por exemplo, com as execuções de líderes e participantes de movimentos de oposição mais populares.

A partir do advento das Independências na América e de uma maior participação das camadas populares na política, o fenômeno do exílio deixou cada vez mais de ser um evento isolado para se tornar um “mecanismo institucionalizado de exclusão” (Roniger; Sznajder, 2014, p. 11). Essa dinâmica continua existindo na América Latina, mesmo depois do estabelecimento de regimes democráticos na macrorregião. Isto é, ainda que agora sem uma institucionalização por parte dos Estados, a falta de tolerância frente a opositores críticos de governos vigentes e uma crescente polarização política, em conjunto com uma escalada da violência, são algumas das condições que continuam motivando o exílio (Roniger, 2010, p. 168).

Como visto, o exílio é um fenômeno de longa duração que, tal qual toda experiência histórica, sofre alterações de acordo com o seu contexto espacial e temporal. É impossível tentar o explicar em sua totalidade e multiplicidade de práticas. Com isso, a experiência de exílio estudada e trabalhada nessa pesquisa é a do exílio político, que está localizado espacialmente na América Latina e temporalmente durante a segunda metade do século XX - tendo em vista os sequenciais golpes militares ocorridos nesse período em países da região. Nesse caminho, acompanho

a definição de exílio produzida pelos autores Luis Roniger e Mario Sznajder (2014, p. 11), que a colocam como:

[...] um mecanismo de exclusão institucional - não o único - pelo qual uma pessoa envolvida na política e na vida pública, ou percebida pelos detentores do poder como tal, é forçada ou pressionada a deixar o seu país de origem ou local de residência, incapaz de regressar até que se verifique uma mudança nas circunstâncias políticas.²

Com isso, os autores seguem afirmando que esse tipo de exílio político latino-americano vivenciado no período é resultado de “sistemas políticos incapazes de criar modelos de participação pluralistas e inclusivos” e que “tornou-se uma tendência maciça no século XX, à medida que as mobilizações e a participação mais inclusivas levaram a regimes autoritários” (Roniger; Sznajder, 2009, p. 1)³. Essa massividade do exílio é uma das características mais marcantes dessa experiência, pois com a perseguição indiscriminada desses regimes autoritários, qualquer um que pudesse ser considerado como um opositor se tornava um perseguido político.

O exílio passa a ser não somente utilizado como uma expulsão do sujeito diretamente feita por parte do Estado, mas também passa a ocorrer de maneira “voluntária”, quando um cidadão é pressionado a migrar por perceber que sua integridade física, sua vida, está ameaçada enquanto permanecer em seu país. No Brasil ditatorial, conforme explica Denise Rollemberg (1991, p. 44), o indivíduo “pode ser expulso formalmente - como banido, por exemplo - ou ser informalmente ‘empurrado para fora’, devido às perseguições e ameaças do aparelho repressor”.

É a partir das trajetórias desses sujeitos que se faz possível analisar essa experiência com mais profundidade, pois ao falar de exílio estamos lidando principalmente com as suas implicações nas vidas dos exilados. Segundo Rollemberg (1991, p. 46), o exílio é uma “categoria moldada na subjetividade, na ambiguidade, na contradição”. Assim, as vivências de cada exilado, possuem suas origens em sentimentos contraditórios provocados pelo próprio exílio, como por exemplo as

² Todas as traduções dessa dissertação foram realizadas de forma livre pela autora. No original, em inglês: “We define political exile as a mechanism of institutional exclusion – not the only one – by which a person involved in politics and public life, or perceived by power holders as such, is forced or pressed to leave his or her home country or place of residence, unable to return until a change in political circumstances takes place”.

³ No original, em inglês: “political systems unable to create pluralistic and inclusive models of participation” e “it became a massive trend in the 20th century as mobilizations and more inclusive participation led to authoritarian rule”.

sensações de alívio ou culpa por ter se salvado, a saudade de casa e a oportunidade de construir uma vida em um novo lugar.

A historiadora Silvina Jansen (2011, p. 3), explica esse paradoxo do exílio a partir do conceito de objeto poliédrico. Para a autora: “[...] todo exílio comporta um paradoxo. Por um lado, implica perda, condenação, castigo, fratura. Por outro lado, a salvação, liberdade, aperfeiçoamento”⁴. Por um lado existe a distância de amigos e entes queridos, a angústia da saída por conta da perseguição e o estranhamento frente a vida em outro país, de cultura e linguagem diferentes das suas que trazem um aspecto negativo para essa experiência; em outra perspectiva, a oportunidade de conhecer novas pessoas, de sentir segurança ao viver seu cotidiano, de ter novas chances de completar ou complementar sua formação profissional e/ou política, adiciona um contraponto a essa visão traumática da expulsão de sua terra natal. Esse argumento pode ser exemplificado nas palavras de Marcelo Viñar, psicanalista uruguaio que foi exilado durante a ditadura em seu país. Segundo Viñar (2017, p. 174):

Por um lado, o sentimento exaltado de ter fugido do pior, a morte ou o cárcere, e a difusa esperança em alguma coisa possível e melhor. Por outro lado, o dilaceramento da perda, a construção idealizada do objeto nostálgico: ‘Aqui, tudo é estranho; lá, tudo era magnífico’, a língua, os vínculos, as melodias e as lendas que nos embalavam sem sabermos... e agora estamos nus e na intempérie.

Todavia, esses elementos subjetivos e até paradoxais dessa experiência também estão presentes na construção sobre suas narrativas do exílio. Esses relatos não são feitos apenas do ponto de vista da luta política pela qual esses exilados passaram, mas também das percepções que estes tiveram em um âmbito mais íntimo e pessoal. Assim, em suas narrativas, os exilados abordam temas acerca de suas relações com a família, com amigos, da construção de um vínculo com outros exilados; de suas percepções sobre o impacto do exílio em sua vida profissional, analisando perdas e ganhos; das transformações ocorridas durante o período fora, o que inclui, por exemplo, a questão da identidade, de como os próprios sujeitos se viam antes, durante e depois dessa condição.

⁴ No original, em espanhol: “todo exílio encierra una paradoja. Por una parte, implica perdida, condena, castigo, fractura. Por otra, salvación, libertad, enriquecimiento”.

Com todos esses elementos, Denise Rollemberg (1991, p. 47) consegue definir a melhor abordagem para se estudar o exílio, abordagem essa que serve como uma bússola para esse trabalho:

Narrar a história do exílio e problematizá-la, creio, é conseguir equilibrar-se entre o objetivo e o subjetivo. É montar um mosaico de rostos e vivências em meio às circunstâncias e aos processos históricos. É nesta complexidade que está o sentido do exílio, suas tristezas e alegrias, suas perdas e vitórias, enfim, sua beleza.

Nessa direção, de acordo com as narrativas dos exilados presentes no projeto Depoimentos para a História, ficou definida como problemática da pesquisa entender, a partir dessas entrevistas, como são construídas as narrativas da experiência do exílio pelos entrevistados. Buscando ressaltar juntamente da análise das afetividades e sensibilidades, de que forma a questão de um entendimento sobre si, que se transforma e se reconstrói no exílio, aparece nesses relatos. Para tanto, estão definidos como objetivos deste trabalho: analisar de que forma são construídas as memórias dos exilados que participaram do projeto Depoimentos para a História; explorar as características subjetivas que aparecem nos relatos destes homens e mulheres que saíram do Brasil durante a vigência da ditadura militar; e, entender, a partir da análise da memória, de que maneira a questão de gênero, da identidade, a trajetória profissional, a criação de redes de solidariedade, a relação com a família, dentre tantos outros aspectos, influenciaram na forma que esses exilados interpretaram e contaram suas experiências.

Além disso, busco estudar e sistematizar de que modo ocorriam os processos de exílio, incluindo como foi a perseguição a essas pessoas. De que forma elas conseguiram sair do país e a maneira que se deu a escolha de seu destino. Traçando um perfil socioeconômico desses exilados e pesquisando sobre o contexto regional do período dessa saída do país.

Com isso, a análise das narrativas foi realizada de forma comparada, para entender quais são os aspectos mais ou menos recorrentes e as principais diferenças nessas experiências, visto a diversidade dessas fontes que incluem homens e mulheres, estudantes, trabalhadores, pessoas de diferentes classes sociais, entre outros. Para isso, fiz um recorte temático entre dois grupos: os militantes e os acadêmicos engajados. Os critérios para a definição desse recorte em dois grupos

políticos foram estabelecidos tendo como base o conceito de *identidade narrativa*, cunhado por Paul Ricoeur, que será melhor explicado ao longo do segundo capítulo.

Dito isso, as entrevistas selecionadas para essa pesquisa são as de Alcidino Bittencourt, Aluizio Palmar, Carlos Frederico Marés, Dimas Floriani, Euclides de Souza, José Carlos de Oliveira Mendes, Lídia Lucaski, Manoel de Andrade, Noemi Osna, Neusa Maria Romanzini Pires Cerveira e Vitório Sorotiuk. Por conta do compartilhamento do espaço de atuação, muitos desses militantes se conheceram e interagiram entre si em um âmbito em especial: o educacional.

Com exceção de Neusa Cerveira, os demais militantes começaram suas atividades políticas a partir de suas experiências no movimento estudantil durante o ensino básico e, com mais intensidade, na Universidade. Tanto os indivíduos oriundos da capital paranaense, de cidades do interior do estado do Paraná, quanto de outros estados do país, principalmente de Santa Catarina, desenvolveram grande parte de suas atividades políticas dentro do território paranaense, sobretudo em Curitiba, um polo atrativo para estudantes no período.

Dentre os naturais de Curitiba está **Alcidino Bittencourt Pereira**, nascido em 22 de novembro de 1937, filho do advogado e deputado estadual Alcides Pereira Junior e de Maria Rosa Bittencourt Pereira. Alcidino fez o ensino básico no Colégio Estadual do Paraná (CEP) e cursou Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre o final da década de 1940 e início dos anos de 1950, e foi esse período que se engajou politicamente, em especial, a partir da criação do Teatro Popular de Curitiba⁵. Depois de formado e exercendo a profissão de advogado, Alcidino saiu de Curitiba para trabalhar no Sindicato dos Metalúrgicos de Cubatão, no litoral paulista. Por conta de sua atuação no sindicato, nos primeiros momentos posteriores ao golpe militar de 1964, acabou sendo preso com outros companheiros da instituição. Após deixar a prisão, Alcidino decidiu ir para o exílio. Durante esse tempo fora, continuou sua atuação política e também sua formação profissional, com estudos voltados para a área de planejamento urbano, campo em que vai atuar depois de sua volta para o Brasil, em 1980, com o *status* de anistiado político.

⁵ Alcidino foi um dos responsáveis por ajudar na criação do Teatro Popular de Curitiba no período, juntamente com Edésio Passos e Walmor Marcelino. Assim como o Teatro de Bonecos Dadá, promovia o teatro engajado, que buscava conscientizar politicamente integrantes da classe trabalhadora através da arte.

Em 1981, foi convidado para presidir o IPPUC - Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano de Curitiba, chegou a trabalhar em Brasília no Ministério dos Transportes Urbanos com Affonso Camargo Neto e também atuou na COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, cargo que iniciou durante a gestão do Governador Roberto Requião (1991-1994). Por último, Alcidino se mudou para Paranaguá, onde trabalhou no Departamento de Desenvolvimento da cidade. Faleceu em 27 de dezembro de 2022. Na época da entrevista cedida ao Depoimentos para a História tinha 75 anos de idade.

Outra curitibana é **Noemi Osna**, nascida em 02 de outubro de 1946. Noemi é de uma família de imigrantes judaicos que se estabeleceu na capital paranaense, seu avô era comunista e sua família fazia parte do grupo ligado a Sociedade Cultural Israelita Brasileira do Paraná (SOCIB)⁶. Após o fim do ensino básico, Noemi ingressou na primeira turma de Jornalismo da UFPR, em 1965, sendo colega de turma de Teresa Urban. Essa parceria se estendeu a sua atuação no Movimento Estudantil (ME), momento em que Noemi se envolveu mais profundamente com a militância política, no qual as duas atuaram como responsáveis pela produção do informativo da União Paranaense dos Estudantes (UPE). Nesse período, embora fosse judia, Noemi se vinculou à organização da Juventude Universitária Católica (JUC), que posteriormente se transformou na Ação Popular (AP).

Militando pela AP, logo após o fim de sua graduação, Noemi e seu marido no período foram atuar na clandestinidade, fazendo o que a organização denominou como “trabalho de base” para a organização política dos trabalhadores de fábricas na região de Osasco-SP, em 1968. No final desse ano, com a promulgação do Ato Institucional de nº 5 (AI-5), seu companheiro foi preso e Noemi descobriu que também estava na lista de procurados pelos militares. Após a liberação de seu então esposo, ambos partiram com um filho pequeno para o exílio.

Noemi e sua família passaram pelo Uruguai, Chile, Panamá e Canadá antes de voltar para o Brasil, em 1979, após a Lei da Anistia. Em sua volta ao país, começou a exercer sua profissão de jornalista em diversos jornais e assessorias de imprensa, até começar a trabalhar na Rádio Educativa do Paraná, em 1983, na qual seguiu carreira até se aposentar, em 2021. Noemi segue ativa politicamente, por exemplo,

⁶ Grupo conhecido por seus posicionamentos progressistas, antissionistas e favoráveis ao bloco socialista durante a Guerra Fria.

assinando uma nota contra o governo de Jair Bolsonaro, produzida por um grupo progressista de judeus de Curitiba e publicada em 2022. Na época da entrevista cedida ao Depoimentos para a História, Noemi tinha 66 anos.

Ainda próximo a capital estava **Lídia Lucaski**⁷, natural de Araucária-PR, região metropolitana de Curitiba, nascida em 13 de agosto de 1943, migrou para a capital paranaense também para estudar. Nos seus últimos anos de ensino básico, Lídia frequentou o Colégio Julia Wanderley, em Curitiba, seguindo sua formação no ensino superior na UFPR, no curso de Filosofia. No âmbito universitário Lídia se engajou no movimento estudantil, participando de muitas atividades de maneira independente, ou seja, sem se vincular formalmente a nenhuma organização ou partido político. Durante todo o período de estudos na UFPR, Lídia viveu na Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC), local que se tornou um de seus principais espaços de atuação política, assim como o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Diretório Nilo Cairo (DANC), dos estudantes de Medicina e do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), do curso de Direito. Por conta dessas suas atividades, participando de manifestações, comícios e na produção de manifestos, Lídia foi detida diversas vezes pelo Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) de Curitiba, sendo que, após o AI-5, essa repressão se tornou mais violenta. Sendo assim, Lídia saiu em exílio com a ajuda da rede de apoio organizada por Branca Moreira Alves.

Lídia voltou ao Brasil em 1973, depois de ser absolvida de seu processo pela Justiça Militar. Após sua volta, Lídia envolveu-se com a questão ambiental, principalmente em sua cidade natal, que passava por problemas vinculados ao uso de agrotóxicos e a poluição provocada pelas fábricas instaladas na região. Durante sua trajetória como ambientalista, ajudou a fundar o Fórum Ambientalista, a Federação Paranaense de Entidades Ambientalistas do Paraná e a Associação Meio Ambiente de Araucária, instituição na qual continua atuando, sendo uma das ambientalistas mais respeitáveis do Brasil até os dias atuais. Na época da entrevista cedida para o Depoimentos para a História tinha 69 anos.

Em uma cidade um pouco mais afastada, Laranjeiras do Sul-PR, situada no centro-oeste paranaense, nasceu **José Carlos de Oliveira Mendes**, em 22 de fevereiro de 1952. José Carlos mudou-se para Curitiba para estudar, com isso,

⁷ A família paterna de Lídia era da cidade da Lapa e a materna era de imigrantes poloneses que migraram para o Brasil no século XX, foi dessa parte da família que herdou o sobrenome.

engajou-se politicamente no Movimento Estudantil ainda enquanto secundarista⁸. Por estar cursando o ensino básico, Mendes começou a atuar a partir da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES), envolvendo-se tanto com mobilizações em colégios estaduais, quanto nas organizadas por estudantes da UFPR. Dentre as atividades que José Carlos participava estavam a realização de comícios relâmpagos e distribuição de panfletos no centro. Ainda quando secundarista se vinculou à organização AP, sendo posteriormente recrutado para fazer parte da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Atuou ativamente na VPR, chegando a fazer parte da ação que resultou no sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Bucher. Em 1971, foi designado pela organização para levar os familiares de um companheiro preso para o Chile, desta maneira indireta começou o exílio de José Carlos de Oliveira Mendes. Como não havia ingressado no ensino superior no Brasil, fez sua formação durante seu exílio na Holanda. Nesse período na Europa, José Carlos conheceu Leonel Brizola, que se tornou um grande parceiro e mentor político.

Após a Lei da Anistia, voltou ao Brasil junto com Brizola, sendo um articulador e organizador do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Brasil. Entretanto, José Carlos se desfilou do partido pouco tempo depois, em 1984, após a entrada de Jaime Lerner nos quadros do PDT. José Carlos então voltou sua atuação profissional ao meio empresarial, mas não deixou de ser ativo politicamente⁹. Na época da entrevista cedida ao Depoimentos para a História tinha 62 anos.

Outros dois militantes são naturais da cidade de União da Vitória, na região sudeste do estado do Paraná. Um deles é **Carlos Frederico Marés de Souza Filho**, nascido em 02 de outubro de 1946 e filho de um promotor público e de uma dona de casa. Marés também está no grupo de estudantes que migrou para Curitiba, onde cursou seu ensino básico no Colégio Estadual do Paraná e, posteriormente, Direito na Universidade Federal do Paraná. Mesmo tendo uma iniciação na política durante seu período de estudos no CEP, Marés afirma que começou a atuar politicamente de maneira efetiva somente no ME da UFPR, através do DCE e do CAHS. Nessa época, também se vinculou ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Por conta dessa atuação política, ainda enquanto estudante de Direito, Marés entrou na

⁸ Juntamente com sua irmã, Amantina Terezinha Mendes, estudante de Jornalismo na Universidade Federal do Paraná e que morava na Casa da Estudante de Curitiba

⁹ Inclusive ajudando a Aluizio Palmar nas buscas por pistas dos desaparecidos no Parque Nacional do Iguaçu, conforme narrado pelo próprio Aluizio em seu livro "Onde vocês enterraram nossos mortos?".

clandestinidade, após se tornar procurado pela ditadura militar e partiu para o exílio em 1970.

Marés continuou engajado politicamente durante seu primeiro exílio, ainda vinculado ao PCBR, afastando-se da organização depois de seu segundo exílio. Nesse período, passou a atuar mais na denúncia aos crimes cometidos pela ditadura e em sua formação profissional. Anistiado em 1979, voltou ao Brasil e passou a defender as causas indígenas no país. Com isso, foi procurador do estado do Paraná entre os anos de 1981 e 2015 e, posteriormente, entre 2008 e 2009. Atualmente é o líder do Grupo de Pesquisa "Meio Ambiente: sociedades tradicionais e sociedade hegemônica" certificado pelo CNPq e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e membro do Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPEDIS). Marés continua atuando com pautas indígenas, seja como investigador ou advogado. Na época da entrevista cedida para o Depoimentos para a História tinha 63 anos.

Outra união-vitoriense é **Neusa Maria Romanzini Pires Cerveira**, nascida em 10 de dezembro de 1958 e filha de Joaquim Pires Cerveira, o conhecido Major Cerveira, criador da organização Frente de Libertação Nacional (FLN) e considerado o primeiro desaparecido por ações da Operação Condor¹⁰. Exceção entre os estudos de caso dessa dissertação, Neusa não migra para Curitiba por conta dos estudos, mas sim, devido a atuação política de seu pai. Desde criança ela esteve envolvida nas dinâmicas próprias das organizações de esquerda durante a ditadura militar e suas atividades na clandestinidade, por meio da atuação do Major Cerveira na FLN¹¹. Inclusive, Neusa mesmo que muito nova sentiu na pele a violência da perseguição dos militares, quando sua casa foi invadida por agentes do governo à procura de seu pai. Por conta disso, viveu transitoriamente em várias cidades brasileiras e partiu para o exílio no Chile em 1970. Com o golpe militar de Pinochet no país prestes a se concretizar, Neusa foi para Portugal com um casal de amigos a pedido do Major Cerveira, voltando ao país em 1974.

Após sua volta, Neusa iniciou sua própria militância, de maneira mais independente, vinculou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e participou do ME

¹⁰ Sequestrado em Buenos Aires no ano de 1973, o Major Cerveira foi visto por último em São Paulo no mesmo ano, antes de integrar a lista de desaparecidos políticos.

¹¹ Com isso, Neusa teve contato com nomes conhecidos da esquerda brasileira, como Carlos Lamarca, e até latino-americana, com uma visita de Che Guevara à casa dos Cerveira nos anos 50.

e das campanhas pela Anistia, Diretas Já e Constituinte. Além da militância política, Neusa encontrou na área acadêmica uma forma de pesquisar e entender seu passado e de sua família, defendendo sua tese de doutorado em História na Universidade de São Paulo em 2007, que tem como nome *Memória da dor: Operação Condor*. Além disso, tem graduação em Ciências Econômicas, Geografia e Mestrado em Ciências Sociais. Atualmente trabalha como professora no estado do Rio Grande do Norte, onde mora, e também atua como defensora de Direitos Humanos, investigando e publicando textos em mídias eletrônicas. Na época da entrevista cedida ao Depoimentos para a História tinha 55 anos.

Ainda da região sudeste paranaense, veio **Vitório Sorotiuk**, nascido em 12 de abril de 1945, em Prudentópolis-PR, e assim como muitas outras famílias prudentopolitanas, os Sorotiuk têm origem ucraniana, migrantes do final do século XIX. Seu pai, João Sorotiuk, era ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Vitório o acompanhava nas reuniões do partido desde muito novo. No entanto, quando se mudou para Curitiba no início dos anos 1960, para fazer os anos finais do ensino básico no CEP¹², Vitório continuou com sua atuação política enquanto secundarista. Essa atividade se intensificou com sua entrada no curso de Direito na UFPR, ocupando cargos importantes no CAHS e sendo até presidente do DCE. Por conta dessa atividade, Vitório foi fichado pelo DOPS e preso por estar presente no “Mini congresso da UNE”, realizado em Curitiba, também conhecido como o “Congresso da Chácara do Alemão”.

Solto no final do ano de 1971, saiu em exílio com seu irmão Nelson Serathiuk¹³ e com o colega Dimas Floriani, rumo ao Chile. Com o golpe militar ocorrido no país em 1973, Vitório chegou a ficar preso no Estádio Nacional, sendo solto por pressão de órgãos internacionais aos militares, devido ser estrangeiro. Após sua soltura, vai para a França e depois para a Suíça, países onde foi acolhido. Nesse período, continuou atuando politicamente, inclusive no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Sorotiuk retornou para o Brasil em 1979, sendo anistiado político. Continuou com uma intensa atuação profissional e política como advogado¹⁴. Além disso, desde 2003, Vitório é presidente da Representação Central Ucraniano-Brasileira, tendo um papel

¹² Sendo colega de estudos de Carlos Frederico Marés.

¹³ A grafia do sobrenome dos irmãos é diferente em seus registros. Por conta da pronúncia de seus sobrenomes estrangeiros, cada notário que fez o registro escreveu de uma forma distinta.

¹⁴ Vitório Sorotiuk foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Paraná e obteve uma expressiva votação quando se candidatou ao cargo de vereador pelo partido em 2012.

importante no recebimento de refugiados ucranianos no Brasil, resultado do conflito entre Ucrânia e Rússia, iniciado em 2022. Na época da entrevista cedida ao Depoimentos para a História tinha 68 anos.

Entre os estudantes que migraram de outros estados para Curitiba, está o logo acima citado **Dimas Floriani**, nascido em 15 de dezembro de 1949, em Rio dos Cedros-SC. Floriani vem de uma família de camponeses de origem italiana que trabalhava no meio rural em sua cidade natal. Nos anos 1960, Dimas foi para a capital paranaense para dar sequência aos seus estudos, terminando o ensino básico no CEP, período em que conheceu Vitório Sorotiuk e Carlos Frederico Marés. Assim como eles, ingressou nos cursos de Direito, no final dos anos 1960, mas depois seguiu para o curso de Filosofia, já nos anos 1970, ambos na UFPR. Dimas atuou no ME da Universidade e deu aulas de filosofia em um cursinho popular, por conta disso também foi perseguido pelos militares.

Saiu em exílio junto de Vitório Sorotiuk e seu irmão Nelson Serathiuk, atuando politicamente e já investindo em sua formação profissional em seu primeiro exílio, no Chile, uma vez que deixou o Brasil sem conseguir terminar a graduação. Dimas teve toda sua formação acadêmica certificada na Bélgica, local de seu segundo exílio. Anistiado político, voltou ao Brasil em 1979 e em 1988 passou a dar aulas na UFPR, no Departamento de Ciências Sociais, atuação profissional que continua até hoje com o cargo de Professor Titular Aposentado Sênior¹⁵. Na época da entrevista cedida ao Depoimentos para a História tinha 63 anos.

Outro catarinense que foi para Curitiba é **Manoel de Andrade**, nascido em 03 de novembro de 1940, em Rio Negrinho-SC. Manoel foi para Curitiba estudar os anos finais do ensino básico, também no CEP durante a segunda metade dos anos 1950. Assim como seus colegas, seguiu sua formação no ensino superior cursando Direito na UFPR, na qual se formou em 1965, um ano depois do golpe militar. Ao longo dos seus estudos na Universidade, Manoel descobriu seu gosto pela poesia e, juntamente com sua atuação no ME universitário, passou a escrever textos com engajamento político¹⁶. Entretanto, ao escrever um poema em homenagem a Che Guevara e que

¹⁵Além disso, foi coordenador acadêmico da Casa Latino-americana (CASLA) de Curitiba, ex-coordenador do curso de Especialização em Relações Internacionais da instituição, tendo como foco os temas democracia e meio ambiente na América Latina, e também foi responsável pelo programa América Latina Viva, produzido e exibido pela UFPR-TV.

¹⁶Com suas poesias, Manoel conseguiu uma certa projeção regional e foi publicado até mesmo em revistas nacionais de relevância nacional ao longo dos anos de 1960.

exaltava a luta armada dias antes da promulgação do AI-5, Manoel se tornou um perseguido político. O poeta saiu em exílio no começo de 1969, com o apoio de seu colega de curso Roberto Requião. Durante seu período de exílio passou por 17 países da América Latina, vendendo livros e livretos com suas poesias e participando de palestras e eventos em Universidades e outras instituições de cultura sobre a importância política da arte e da poesia.

Depois de quatro anos, Manoel voltou ao Brasil a pedido de sua esposa¹⁷ e de sua filha pequena. Ele então fez sua vida trabalhando em uma empresa que vendia enciclopédias, por não conseguir exercer a sua profissão de advogado, ainda sendo considerado um subversivo pela ditadura militar. Ficou afastado de suas poesias e da militância política até 2002, quando voltou a escrever 30 anos depois de sua volta ao país e não parou desde então¹⁸. Na época da entrevista cedida para o Depoimentos para a História, Manoel tinha 73 anos.

Entre os estudos de caso, o entrevistado que migrou da região mais afastada do país para Curitiba foi **Euclides Coelho de Souza**, nascido em 1935, na cidade de Boa Vista-RR¹⁹. Euclides fez a maior parte de sua formação do ensino básico em Manaus, migrando para Curitiba em 1956, para cursar os anos finais no CEP. Desde sua chegada na capital paranaense, Euclides se engajou no ME secundarista e também universitário, tendo colegas nesses dois âmbitos, por conta de sua vinculação com o PCB. Ainda nesse período, o jovem Euclides se interessou pela arte engajada²⁰, aproximando-se principalmente do teatro. Buscando estudar mais essa área, fez um curso no Teatro Guaíra no começo dos anos 1960, nesse momento conheceu Adair Chevonika de Souza, sua grande companheira de vida e de trabalho. O casal criou, em 1964, o projeto “Teatro de Bonecos Dadá”, que apresentava por meio de bonecos histórias com mensagens políticas que estimulassem a reflexão e a criação de uma visão crítica das estruturas sociais da época. Por conta de sua atuação

¹⁷ O sogro de Manoel era um senador do partido Arena e conseguiu um salvo conduto para o poeta, contanto que deixasse de lado sua atuação política.

¹⁸ Entre suas últimas obras, todas marcadas pela relação permanente entre a arte e a política, estão os livros: Cantares, publicado em 2007; Poemas para a Liberdade, de 2009, primeira versão lançada em português do principal trabalho de Andrade publicado originalmente em 1970; Nos rastros da Utopia, publicado em 2014; e As Palavras no Espelho, lançado em 2018.

¹⁹ Boa Vista que hoje é a capital do estado de Roraima, mas que na época do nascimento de Euclides a cidade ainda pertencia ao estado do Amazonas.

²⁰ Euclides é um dos responsáveis pela organização dos Centros Populares de Cultura criados pela União Nacional dos Estudantes.

vinculada ao PCB e a arte engajada produzida com Adair, ambos foram perseguidos pelos militares no pós AI-5, o casal já tinha um filho quando saiu em exílio, em 1969.

A família passou por diferentes países da América Latina, entre eles Peru, Bolívia e Equador, e continuou a trabalhar com teatro de bonecos, entretanto Euclides e Adair voltam ao Brasil em 1976, mas se afastaram da arte engajada até a Lei da Anistia. Já anistiados, em 1979, o casal voltou a suas atividades culturais e políticas com o Teatro de Bonecos Dadá, atuando, por exemplo, na campanha pelas “Diretas Já”. Desde então, Euclides segue em sua militância política e artística²¹. Na época da entrevista cedida ao Depoimentos para a História tinha 77 anos.

O último dos entrevistados a ser apresentado é **Aluízio Ferreira Palmar**, Nascido em 24 de maio de 1943, na região de Niterói-RJ e cuja trajetória, do mesmo modo que Neusa Cerveira, apresenta aspectos singulares em relação aos demais exilados aqui analisados. Aluízio se engajou politicamente enquanto estudante²² e foi dirigente do PCB no estado do Rio de Janeiro até 1967, quando deixou o partido para fundar o grupo dissidente da Guanabara, que deu origem ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). A organização propunha a luta armada como uma forma de resistência à ditadura e que possibilitaria uma revolução comunista no Brasil. Com o objetivo de organizar um foco revolucionário a partir dos movimentos sociais camponeses, Palmar, nesse mesmo ano, foi viver no sudoeste paranaense, lugar onde foi preso pouco tempo depois. Aluízio ficou recluso até os anos 1970, sendo liberado com outros 69 presos políticos em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher²³. Durante seu período no exílio, Aluízio continuou engajado politicamente, fazendo parte da VPR e atuando na clandestinidade em países da América do Sul.

Anistiado em 1979, voltou ao Brasil e iniciou sua carreira jornalística no país. Por conta da proximidade com a fronteira, lugar que viveu durante a maior parte de seu exílio, Foz do Iguaçu foi a cidade escolhida por Palmar para residir, local onde

²¹ Adair, esposa de Euclides e uma das idealizadoras do projeto, faleceu em 2013, e o Teatro de Bonecos Dadá que vinha atuando de maneira contínua desde 1964, encerrou suas atividades em 2014. Em 2019, a jornalista Dinah Ribas Pinheiro lançou o livro “Teatro de Bonecos Dadá – Uma Trajetória na Política e na Arte”, resultado de uma extensa pesquisa sobre a companhia feita a pedido de Euclides. Em 2021, a história do livro se transformou em exposição no Museu da Imagem e do Som do Paraná, denominada de “Fragmentos Teatro de Bonecos Dadá”.

²² Durante os anos 60, ajudou a coordenar o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, inspirado nos trabalhos de Paulo Freire, na região da Baixada Fluminense, o projeto foi encerrado logo após o golpe militar em 1964.

²³ Ação na qual José Carlos Mendes participou.

mora até hoje e do qual se tornou cidadão honorário. Aluízio foi editor do jornal Nosso Tempo e atualmente é presidente do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, membro do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná e membro do Comitê Estadual Memória Verdade e Justiça do estado, tendo recebido a Medalha Chico Mendes de Resistência, no ano de 2020. Palmar continua se dedicando, com seu jornalismo investigativo, a buscar informações e disponibilizar documentos referentes à ditadura militar, todos divulgados em seu site Documentos Revelados²⁴. Boa parte de sua investigação é sobre o caso dos seis mortos no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou na publicação do livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Na época da entrevista cedida ao Depoimentos para a História, Aluízio Palmar tinha 70 anos.

Por fim, apresento a estrutura definida para a escrita dessa dissertação. Além da introdução, o texto conta com um segundo capítulo dedicado à análise da trajetória de vida prévia ao exílio desses indivíduos, tendo como foco um estudo mais próximo do contexto vivido, de seus perfis socioeconômicos e de sua atuação política. Aspectos que posteriormente influenciaram diretamente na maneira pelas quais estes deixam o país.

No terceiro capítulo, a ênfase se dá no início do processo de exílio de cada um dos entrevistados, partindo de sua atuação política, que, de certa forma, foi um dos motivos para a saída do Brasil. Analiso também, de que maneira as redes de sociabilidade se transformaram em redes de solidariedade frente a perseguição política sofrida e a ajuda recebida para sair do país.

No quarto capítulo, a investigação é centrada na experiência do primeiro exílio, que tem como sua característica central ter sido vivenciado na América do Sul, em países vizinhos ao Brasil. Além disso, esse primeiro deslocamento tem no Chile de Salvador Allende (1971-1973), um grande polo receptor de exilados e que abrigou uma expressiva quantidade de brasileiros e de outros latino-americanos que também saíram de seus países perseguidos politicamente. Dessa forma, esse momento de exílio conta com uma maior proximidade em termos geográficos e culturais com o Brasil, além da construção de um senso de comunidade com os outros exilados com quem conviviam e compartilhavam a experiência de deslocamento forçado.

²⁴ O site pode ser acessado na URL: <https://documentosrevelados.com.br/>.

O quinto capítulo é dedicado ao estudo do segundo exílio, que pode ser denominado de duplo exílio ou exílio dentro do exílio, iniciado com o golpe militar de Augusto Pinochet no Chile em 1973. Essa experiência marca a destruição da maior comunidade de exilados na América do Sul naquele momento, concretizando a diáspora de brasileiros e de outros latino-americanos com destino a países da América do Norte e da Europa. Portanto, nesse momento da narrativa aspectos como o estranhamento frente a vivência nesses países por conta dos diferentes costumes, idiomas e de outras características locais, estão presentes nas narrativas, além de maiores rupturas e transformações nas identidades e nos repertórios de ação desses exilados. Por fim, esse capítulo é seguido pelas Considerações Finais obtidas a partir desse trabalho de pesquisa.

2 – TRAJETÓRIA PRÉVIA AO EXÍLIO

Ao falar sobre deslocamentos em seu livro *A Imigração: paradoxos da Alteridade* (1991), Abdelmalek Sayad defende que antes do fenômeno da Imigração, existe o fenômeno da Emigração. Com efeito, os indivíduos que experienciam o deslocamento antes de serem Imigrantes são, necessariamente, Emigrantes. O sociólogo argelino faz essa afirmação no sentido de apontar que a imigração, enquanto fato social, e o sujeito deslocado não se constituem apenas no ato de chegar no país de destino, mas principalmente no contexto de saída de sua terra natal, deixando família, amigos e um universo de referências que lhe eram comuns, conhecidas.

Reconhecendo a assertividade do argumento de Sayad, considero fundamental a análise prévia da trajetória de vida do exilado. Pois, se em um Estado de exceção, como o do contexto vivido por esses indivíduos, a atuação política se torna o principal motivo de sua emigração, a mesma, na maioria dos casos, permite o seu egresso do país. Isso a partir de redes de sociabilidade e de suporte (seja de familiares, amigos, colegas de trabalho, estudos ou organizações políticas), que facilitaram esse processo. Em outras palavras, é possível afirmar que a ação política tanto motiva, quanto possibilita a saída em exílio desses sujeitos.

Entender a vida pré-exílio ainda se faz relevante uma vez que apenas uma pequena parcela de perseguidos, ainda que significativa, partiu para o exílio. Isso mesmo que a violência e o terror tenham se tornado os motes da atuação da ditadura militar contra seus opositores²⁵.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo, em primeiro momento, apresentar o projeto de política de memória ao qual esses sujeitos cederam suas narrativas, o Depoimentos para a História. Assim, apresentando para o leitor o contexto de produção da fonte que é objeto de análise dessa pesquisa. Em seguida, analisar as trajetórias dos exilados paranaenses no estado, buscando identificar seus perfis familiares e socioeconômicos, os espaços que frequentavam, suas atuações nos âmbitos político e social, entre outros aspectos, para entender como esses

²⁵ Essa perseguição se intensifica ainda mais depois da promulgação do Ato Institucional n.º 5 em dezembro de 1968 e a institucionalização e ampliação da atuação de órgãos repressivos que atuavam à margem da lei, como por exemplo os Destacamentos de Operações de Informação - Centros de Operações de Defesa Interna- DOI-CODIs. Para saber mais sobre a estrutura dos DOI-CODIs ver: GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991)*, o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2015.

sujeitos eram antes do deslocamento e como chegaram no momento da emigração. Após essas considerações, já conhecendo melhor suas histórias e suas vivências, a última parte do capítulo será dedicada a analisar os processos de saída em exílio desses indivíduos. Buscando, a partir disso, fazer aproximações e distinções entre as trajetórias desses sujeitos.

2.1 – Política de Memória e os “Depoimentos Para a História”

A política se meteu com a memória (entendida como se especificou anteriormente), tratando de gerar “memórias oficiais”. As memórias dos militantes se meteram no debate político. As histórias do presente geram políticas. Clama-se pelo “dever da memória”. Essa frase tem sofrido uma sacralização tal que se esvaziou de sentido. Mas tratemos de restituí-lo. O dever da memória é uma demanda de justiça, uma demanda jurídica, uma demanda moral (Mudrovic, 2009, p. 114).

O chamado “dever da memória”, conforme definido acima por María Inés Mudrovic (2009), é o mote dos projetos de política de memória, que buscam justiça para as pessoas que foram vítimas de violência por parte do Estado, na maioria das vezes, vivida em um contexto de exceção. O que ocorre nesses casos, como por exemplo o das ditaduras militares na América Latina, é que os sujeitos atingidos por essa violência ainda que conseguissem denunciar oficialmente os crimes cometidos pelo Estado, tinham muita dificuldade em fazer valer seus direitos em julgamentos levados a frente pela justiça militar²⁶. Isso pois, ainda que com uma estrutura que simulasse o aparato jurídico legítimo, o regime ditatorial tinha controle sobre as informações divulgadas e sobre os magistrados e as leis vigentes, tornando todo o processo jurídico enviesado.

²⁶ Um dos Grupos de Trabalho da Comissão Estadual da Verdade - Teresa Urban - se dedicou a analisar a relação entre a ditadura militar, sistemas de justiça e a repressão. Em suma, o resultado da pesquisa desse eixo temático constatou um aparelhamento dos sistemas de justiça com a atuação dos militares ditadores no Brasil, o que comprometeu totalmente a legalidade e a imparcialidade desses supostos “julgamentos” de presos políticos que aconteciam durante o período da ditadura. Esse aparelhamento começa com o Ato Institucional 2, que “[...] transferiu para a Justiça militar a competência de julgar crimes políticos, medida que prevenia eventuais decisões conflitantes com as ações de repressão à oposição ao regime.”, se concretizando com as escolhas dos juízes que atuavam na Justiça militar: “René Dotti [advogado] destaca o fato de que, no regime militar, não se exigia concurso para ingresso na Justiça militar, fazendo com que a maior parte das decisões de seus membros fosse por convicção própria e não diretamente por alinhamento ao regime, já que os militares escolhiam a dedo aqueles que ocupariam as posições de juízes”. Dessa forma, a Justiça militar do período da ditadura pode ser encarada como um teatro de legalidade, para de alguma forma legitimar as prisões arbitrárias, mas que, de fato, não fazia justiça alguma. Para saber mais: “ditadura, sistemas de justiça e repressão: Justiça militar”. In: COMISSÃO DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade**. São Paulo: Tiki Books, 1º volume, 2017.

Após o processo de redemocratização nos países que sofreram com os golpes militares, grupos atingidos pela violência institucional buscaram meios para contar suas histórias e exigir um julgamento justo de seus algozes. No Brasil, infelizmente, o julgamento dos militares responsáveis pelos atos cometidos na ditadura não ocorreu de forma satisfatória, principalmente, por conta de um motivo: nenhum militar sequer foi processado. A anistia ampla e irrestrita aprovada pela Lei da Anistia, promulgada em 1979, absolveu os crimes tanto dos réus ainda não julgados pela Justiça Militar, quanto dos próprios militares que já estavam sendo denunciados no período.

Com isso, apenas na efeméride do cinquentenário do golpe militar em 2014, foi divulgado um material que tem como objetivo estabelecer uma política de memória sobre o caso da ditadura no Brasil²⁷. O projeto denominado Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicou um relatório das diversas audiências públicas que aconteceram em todo o país, com pessoas que denunciaram publicamente a violência sofrida pelos militares. Algumas pessoas conseguiram receber indenizações por parte do Estado brasileiro, entretanto, nenhum militar chegou a ser julgado e condenado por seus crimes.

Levando em consideração os apontamentos feitos por Johann Michel (2010), podemos fazer algumas considerações partindo da política de memória sobre o período da ditadura militar que tentou ser aplicada no Brasil. Em primeiro lugar, Michel define o conceito de política de memória como uma série de intervenções públicas que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma sociedade. Diante disso, o autor conclui que essas construções narrativas representam como o poder se coloca em cena na esfera pública e quais valores estes defendem.

Vale lembrar que as iniciativas de políticas de memória são políticas de governo e não de Estado, podendo sofrer severas alterações com as alternâncias de poder. Nada mais exemplar do que o caso do Brasil, com as diferenças no tratamento à questão da ditadura militar entre os governos de Dilma Rousseff (2010-2016), responsável pela aprovação e divulgação da CNV, e o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), claramente negacionista²⁸.

²⁷ A Lei 12.528/2011, que deu início à criação da Comissão Nacional da Verdade, foi sancionada em 18 de novembro de 2011. O relatório final, produzido a partir dos trabalhos da CNV e editado em três volumes, foi entregue à Presidente Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014.

²⁸ Defino aqui o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) de negacionista, pois ao longo de toda a sua vida política, o presidente eleito em 2018 proferiu discursos que negam ou minimizam a violência

Com isso, mesmo com as diferentes abordagens sobre as políticas de memória referentes ao período da ditadura militar, a proposta da Lei da Anistia de 1979, que buscou silenciar perturbações de problemas passados com o objetivo de não exaltar animosidades sociais e criar uma realidade apaziguadora, perdura até hoje sem revisões²⁹, mesmo após 37 anos do fim da ditadura militar. A lei institucionalizou um perdão irrestrito com o suposto objetivo de unificação do país depois de um período de conflitos, seguindo em frente como “um só Brasil”.

Entretanto, a tentativa de cicatrizar mesmo que provisoriamente essas feridas coletivas por meio de uma Anistia irrestrita, não deixa de ser uma política de esquecimento, que se constitui como negação de uma parte da história, como anti-memória pelos seus efeitos e pelas suas intenções. Reyes Mate (2010, p. 286) ainda apresenta que “a alergia ao passado” é uma constante na relação entre a justiça e a memória, pois visa evitar que o ressentimento vindo da memória “envenene” a justiça presente. Nessa percepção, não existe sociedade em harmonia quando se precisa pagar faturas passadas, deve-se esquecer o passado e impedir sua repetição no presente.

De fato, a Lei da Anistia promulgada no Brasil foi feita por meio de grandes acordos políticos que possibilitaram para os militares um alívio da pressão social presente no final dos anos 1970 - imposta, em grande parte, pelos movimentos pró-Anistia que se mobilizaram dentro e fora do Brasil, e que visavam viabilizar a volta de

imposta durante a ditadura militar. Bolsonaro, que já foi militar da ativa do exército, empregou outros militares de alta patente com a mesma postura negacionista para cargos civis de seu governo. Cito aqui dois acontecimentos que demonstram o negacionismo adotado pelos membros do governo. Primeiro: Jair Bolsonaro, em 2016, ao proferir seu voto dentro da Assembleia Legislativa como deputado federal favorável ao Impeachment da Presidente no período Dilma Rousseff, homenageou um dos mais brutais torturadores e fundadores do DOI-CODI: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Em todos os 4 anos de mandato do presidente Jair Bolsonaro, o Ministério da Defesa do Brasil celebrou a “revolução de 1964”, termo negacionista para se referir ao golpe militar que ocorreu no mesmo ano, comemoração esta que não ocorria desde a redemocratização. Para saber mais ver: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/2016/04/saiba-quem-e-o-coronel-ustra-homenageado-pelo-deputado-jair-bolsonaro-em-votacao-do>. Acesso em: 21 de set. 2022. <https://www.dw.com/pt-br/gest%C3%A3o-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-pelo-quarto-ano-seguido/a-61322242>. Acesso em: 21 de set 2022.

²⁹ O Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou em 2010 a ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil de questionamento da abrangência da Lei da Anistia para agentes do Estado que atuaram durante a ditadura militar. O resultado final da votação foi de 7 votos a 2. Na época, a ministra Carmen Lúcia, que votou contra a ação, citou Sepúlveda Pertence - ministro já aposentado do STF - e argumentou que: “Nem a repulsa que nos merece a tortura impede reconhecer que toda a amplitude que for emprestada ao esquecimento penal desse período negro da nossa história poderá contribuir para o desarmamento geral, desejável com o passo adiante no caminho da democracia”, tanto a Lei da Anistia quanto o esquecimento continuaram em vigor. Para ler o voto da Ministra Carmen Lúcia na íntegra: <https://www.conjur.com.br/dl/voto-ministra-carmen-lucia-lei-a.pdf>.

exilados políticos para o país. Além disso, ao conseguir a Anistia também para os agentes de Estado, a ditadura acalmou os ânimos internamente. Nem todos os membros do Exército concordavam com a promulgação da lei e a anistia geral permitiu que a transição democrática, feita anos depois, fosse conduzida sem grandes problemas pelos militares do regime³⁰.

É necessário levar em consideração o longo período de tempo percorrido até que fosse implementado um projeto de política de memória que amparasse as pessoas atingidas pela violência da ditadura militar, já que, por conta dessa proposta de reconciliação social presente na Lei de Anistia, houve uma inação por parte do Estado em relação a esse tema. Sendo assim, ao longo do tempo, demandas de memória dos grupos que sofreram com a perseguição dos militares começaram a aparecer. Exemplo disso foi que, além da Comissão Nacional da Verdade, foram realizadas também variantes locais, como as Comissões Estaduais da Verdade³¹, Comissões da Verdade dedicadas especificamente para povos atingidos pela violência da ditadura, como, por exemplo, a Comissão Camponesa da Verdade, e até mesmo projetos realizados pelo terceiro setor, como o Depoimentos para a História (DpH).

Este último citado foi um projeto coordenado pelo Grupo Tortura Nunca Mais e desenvolvido em parceria com a Sociedade Direitos Humanos pela Paz (DHPaz), Memorial da Anistia, Projeto Marcas da Memória, Comissão da Anistia e com apoio do Governo Federal. A iniciativa foi acompanhada mais de perto pelo seu coordenador geral (à época também presidente do Grupo Tortura Nunca Mais) o militante e ex-presos político Antônio Narciso Pires de Oliveira, como também pelo historiador Fábio Bacila Sahd e pela jornalista Silvia Calciolari.

Esses dois últimos conduziram a maior parte das entrevistas produzidas para o DpH e junto com Oliveira, também escreveram o livro *Depoimentos para a História - A Resistência à ditadura militar no Paraná* (2014). Esse material, ao contrário das comissões da verdade, não possui o formato de relatório, sendo composto por um texto historiográfico sobre o período da ditadura e seus acontecimentos mais

³⁰ Para saber mais: RIBEIRO, Denise Felipe. **A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia**. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2012.

³¹ Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo estabeleceram suas próprias Comissões Estaduais da Verdade (CEV). Os relatórios podem ser acessados em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais>.

marcantes, breves textos sobre as organizações políticas que atuaram na luta contra a ditadura militar no Paraná e, ao final, uma lista com todos os entrevistados, que conta com uma foto e breve biografia.

O projeto divulgou seus materiais (escrito e audiovisual) em 2014, sendo as entrevistas gravadas ao longo do ano de 2013 e parte ainda em 2014. Esses depoimentos foram cedidos no formato História de Vida, no qual os narradores ficam livres para contar a sua trajetória de vida de acordo com seu fluxo de consciência, e quase 50 anos depois do golpe militar. Em média, 30 anos depois dessas pessoas terem passado pela experiência do exílio³². Tendo essa proposta em mente, os indivíduos que aceitaram o convite e cederam entrevistas ao Depoimentos para a História, tinham um claro objetivo em sua participação no projeto: visavam contar suas experiências e denunciar as violências que sofreram e que por muito tempo foram silenciadas.

A experiência, objeto central dessas entrevistas, apesar de ser vivida e sentida na intimidade de cada sujeito, é construída a partir da relação com outras vivências e compartilhadas com diferentes pessoas. Conforme apresenta Walter Benjamin em seu texto *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (2012), esse compartilhamento é tão necessário que o fim da figura do narrador é consequência do fim da experiência compartilhável. O ato de narrar é feito sempre para o outro, esteja esse em uma posição de escuta ou tendo suas próprias narrativas incorporadas na construção de um novo relato para o respectivo ouvinte.

A relação com outro não está apenas nessa formação da experiência enquanto narrativa, mas em um trabalho de memória feito por esses sujeitos ao terem em mente que suas histórias seriam divulgadas. Essa publicização vem com um objetivo claro, proposto pelo projeto: essas falas almejam corrigir injustiças do passado, contar histórias que foram silenciadas durante e após a ditadura militar no Brasil. Dessa forma, esses indivíduos não contam suas histórias apenas por contar, mas visam um público alvo, o “outro”, dessa nova relação intersubjetiva.

³² Leonor Arfuch faz importante consideração sobre esse espaço de tempo entre a vivência e a narração de uma experiência; “Si el auge actual del testimonio apunta a la elaboración de las experiencias traumáticas de décadas pasadas, rodeando de palabra lo increíble – hay, como es sabido, temporalidades de la memoria, cosas que sólo pueden aflorar paulatinamente, a medida que pasan los años y la distancia atenúa la angustia, libera el secreto o la prohibición[...] Más allá, en una doble temporalidad: la de la cronología – veinte años después-, la de la escritura, cuya marca no sólo excede el momento de su inscripción sino que se despliega, anticipatoriamente, hacia cada lectura” (ARFUCH, p. 48).

Nesse sentido, o texto de Reyes Mate (2010) assume uma grande importância para nossa análise ao tematizar o que é a justiça exigida pelas testemunhas. Para isso, o autor faz alguns apontamentos sobre como definir os conceitos de justiça e injustiça para esses, sendo a injustiça uma experiência de sofrimento e a justiça a resposta a ela.

Mate critica a ideia de justiça que não leva em consideração a memória, pois essa não permite concatenar qualquer cadeia de responsabilidades do passado que chegue ao presente. Com isso, o olhar da testemunha forma esse ponto de ligação. A testemunha se torna a chave para conhecer uma realidade ocultada, uma experiência por nós não experimentada. "Eles estão presos entre a proibição de calar e a impossibilidade de falar e, nós entre a necessidade de escutá-los e a impossibilidade de saber" (Mate, 2010, p. 180).

O autor trabalha com a metáfora do anjo da história cunhada por Walter Benjamin em suas *Teses sobre o conceito de História*, escrita em 1940. Na tese de número nove, o filósofo afirma que o que vemos da história é o progresso, já o que o anjo vê é uma pilha de cadáveres e destruição, nesse caso, a testemunha enxerga a história com os olhos do anjo. A memória não pode mudar o passado, mas pode fazer com que "o futuro não seja uma prolongação do presente" (Mate, 2010, p. 278), por conta disso "A memória é uma porta perigosa de entrada para o presente, pois desvela que este se assenta sobre um esquecimento composto por ruínas e cadáveres" (Mate, 2010, p. 278). Com essa afirmação, é possível entender a necessidade e a importância da implementação de políticas de memória, isso para não esquecer de injustiças passadas e manter a atenção em situações do presente. Conforme afirma o Mate (2010, p. 278): "O sentir-se em perigo é o resultado de uma memória vigilante".

Nesse sentido, a noção que temos sobre a questão da responsabilidade de justiça se torna um atributo do ser humano: "Não se trata de recordar para que não se repita, trata-se de responder pela injustiça causada" (Mate, 2010, p. 259). De acordo com Reyes Mate, essa concepção de uma justiça ligada à memória e as testemunhas deve ser organizada principalmente em dois momentos. O primeiro diz respeito ao reconhecimento da injustiça cometida: "O progresso moral da humanidade mede-se pela consciência da responsabilidade que a geração presente tem com o passado" (Mate, 2010, p. 279). O segundo consiste em reconhecer a singularidade da visão da vítima e que o que ela vê forma uma parte da realidade. "São dois olhares, pois sobre a mesma história: o do homem moderno que endossa o sofrimento humano, custo do

progresso, ao capítulo da fatalidade natural e a do anjo da história ou do alegorista que vê nele uma responsabilidade do homem" (Mate, 2010, p. 236).

Com isso, podemos inferir que os Depoimentos para a História contam com uma dupla faceta: a primeira composta pela intenção de compartilhamento dessa experiência, que até então não havia contado com um interlocutor preparado para escutar e publicizar essa narrativa, como é o caso do DpH; e a segunda por uma “justiça das testemunhas”, com a denúncia das injustiças sofridas por esses sujeitos, buscando uma reparação e punição de seus algozes nos parâmetros propostos por uma justiça de transição³³.

Esses dois elementos se revelam importantes de serem explicitados pois, a presente dissertação, diferentemente das comissões da verdade ou até mesmo do Depoimentos para a História, não tem como objetivo efetivar uma justiça de transição, responsabilidade esta que é exclusiva do Estado brasileiro. Essa pesquisa não se propõe a analisar essas narrativas no âmbito jurídico, mas sim, historiográfico, partindo do referencial teórico-metodológico de estudos sobre a memória. Com isso, é essencial apresentar o contexto e as intenções presentes no momento da cessão do relato, uma vez que, neste caso, a entrevista não foi realizada diretamente pela historiadora, mas por um terceiro, tornando esse contato indireto.

Mesmo que fugindo à regra das fontes geralmente produzidas a partir da metodologia da História Oral, nas quais o historiador está presente no momento da produção do relato, os projetos de política de memória se revelam ricos em conteúdo para os pesquisadores que se debruçam sobre o período da ditadura militar. Conforme argumenta Marcos Napolitano em uma entrevista (2020), apesar da CNV e seus desdobramentos serem considerados tardios e em muitos pontos incompletos, os projetos geraram documentação para novas pesquisas e novas pautas historiográficas sobre o período, especialmente para pesquisadores que utilizam da História Oral. Ainda que as comissões tenham coletado documentos escritos e fotos que ainda não haviam sido publicadas, a maior parte do material produzido foram as entrevistas.

³³ A Justiça de Transição recebe esse nome por ser pensada para aplicação na transição entre um regime autoritário para um regime democrático, essa “exige reparação às vítimas e definição das formas de reparação, ela igualmente exige definição de critérios para a persecução dos perpetradores, como também das formas de punição, sejam estas por meio de sanções penais ou políticas” (COMISSÃO DA VERDADE TERESA URBAN, 2017, p. 25).

De acordo com Alessandro Portelli, “em última instância, a história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro” (Portelli, 2016, p. 16), sendo assim, é possível a partir das histórias pessoais, analisar o contexto da ditadura militar e da vivência do exílio, desde os impactos dessas experiências presentes nas narrativas. Além disso, Portelli afirma que:

O que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro da linguagem (Portelli, 2016, p. 18).

Dessa forma, ainda é possível analisar as diferenças e semelhanças das construções de memória feitas em cada parte da narrativa, buscando destacar quais são as especificidades empregadas no momento de se contar sobre a experiência exilar.

Destaco que essas influências dos trabalhos de memória e da busca por uma justiça das testemunhas presentes nas narrativas não são empecilhos para uma análise historiográfica. Pelo contrário, essas construções não nos afastam de uma possível verdade histórica, mas sim, nos aproximam de um melhor entendimento acerca da vivência daquele período e de como essas experiências continuam presentes em suas vidas. Nesse sentido, com os apontamentos feitos por Patricia Flier (2018, p.10):

A contribuição fundamental da história oral para pelo menos duas gerações de investigadores foi o reconhecimento de que a realidade "interior" e intangível - a subjetividade, a memória - não são distorções da história, mas que estes mesmos fatos históricos são construções de significado que têm impacto nas escolhas e comportamentos das pessoas, e assim atuam concretamente na história (tradução da autora)³⁴.

Tendo feito essa ambientação, com uma breve apresentação sobre o projeto Depoimentos para a História e a importância do estabelecimento de uma efetiva política de memória e da justiça de transição, tanto para esses sujeitos que sofreram com a violência imposta pela ditadura militar, quanto para a sociedade como um todo;

³⁴ No original, em espanhol: “El aporte fundamental de la historia oral durante al menos dos generaciones de investigadores fue el reconocimiento de que la realidad “interior” e intangible —la subjetividad, la memoria— no son distorsiones de la historia, sino que esos mismos hechos históricos son construcciones de sentido que tienen un impacto sobre las elecciones y los comportamientos de las personas, y, por tanto, actúan concretamente en la historia”.

conheceremos a seguir um dos elementos estruturantes da narrativa: o primeiro ouvinte e interlocutor desses relatos cedidos. Com isso, será apresentada a outra parte estruturante desse diálogo: seus emissores, desde a apresentação da trajetória desses narradores antes do exílio, objeto de estudo dessa pesquisa.

2.2 – A vida antes do exílio

Ao fazer a seleção das entrevistas para essa pesquisa, o critério adotado foi o de escolher narrativas de pessoas que tivessem passado pela experiência do deslocamento migratório motivado pelo exílio. Ainda durante a pesquisa para a monografia, ao assistir diversas entrevistas do projeto Depoimentos para a História, pois tinha como objetivo estudar sobre a ditadura militar no Paraná, me deparei com muitos casos que colocaram a experiência do exílio como um divisor de águas de sua trajetória, organizando, inclusive, a narrativa de sua história de vida entre um antes e um depois do exílio. Assim, escolhi por trabalhar esse tema, para entender os motivos que levaram tantos narradores a colocarem a experiência do exílio como um elemento central de seu relato. Não obstante, após uma investigação mais atenta das fontes, foi possível perceber mais elementos compartilhados por esse grupo de pessoas além da questão do deslocamento.

Com isso, para realizar as considerações sobre a trajetória “pré-exílio” desses indivíduos e para um melhor entendimento da argumentação, os entrevistados foram separados em dois grupos: no primeiro, estão aqueles sujeitos cujas narrativas destacam a sua atuação política no ME e em sua vida profissional; enquanto no segundo, estão aqueles cujas narrativas tem como foco principal a militância política. Para estes sujeitos, as experiências que eles viveram enquanto membros de um coletivo político de esquerda, foram tão fortes que, por vezes, guiaram tão substancialmente o relato que faz parecer que a história de vida do narrador gira em torno do ser militante. A principalidade desses temas nos relatos desses indivíduos pode ser entendida a partir do que Paul Ricoeur (1991) chama de *identidade narrativa*.

Segundo Ricoeur, a compreensão de si é uma interpretação possível de você mesmo que encontra na narrativa uma maneira de se expressar e de mediar as ações executadas pelo sujeito (episódicas e localizadas temporalmente) e sua identidade pessoal (permanente, diz respeito ao seu caráter, sua ética). É dessa relação que surge a chamada *identidade narrativa*, do esforço interno do sujeito que conta sua história ao interpretar e dar sentido a sua trajetória de vida. Portanto, é possível

considerar que nesses relatos existe um esforço de construção de sentido para com o envolvimento desses indivíduos, isso a partir dessas duas linhas de ação política atuantes no período.

A realização de uma atividade não exclui a outra, visto que na grande maioria dos casos, esses sujeitos atuaram em ambas as frentes de oposição à ditadura militar, sendo o envolvimento com o ME, inclusive, um meio de se conhecer e ingressar em organizações políticas e/ou partidárias. Com isso, essa divisão é feita tendo como baliza o enfoque narrativo que esses atribuem para cada experiência, ou seja, de acordo com a identidade narrativa que se é construída nos relatos.

2.2.1 – Atuação no Movimento Estudantil e vida profissional: os “acadêmicos engajados”

Durante a década de 1950 um número crescente de jovens vinham de outras cidades, do interior do Paraná ou de outros Estados, para prosseguir seus estudos em Curitiba. Pretendendo fazer da Capital um centro universitário, o Governo Bento Munhoz da Rocha Neto concedeu auxílio financeiro para a construção de prédios da Universidade Federal do Paraná, além de transferir terrenos do Estado para a Universidade (Archanjo, 1998, p. 38-39).

A Curitiba dos anos de 1950 e 1960 era um polo de atração de jovens estudantes. Nesse período, conforme afirma Roseli Boschilia em seu livro *Modelando Condutas: Educação Católica em Escolas Masculinas* (2018), houve um crescimento demográfico significativo na capital paranaense: a população dobrou em relação aos números da década anterior, passando de 180.575, para 361.309 mil habitantes (Boschilia, 2018, p. 97). Não coincidentemente, essa época foi marcada por investimentos feitos em instituições de educação em Curitiba. São exemplos dessa política a federalização da Universidade do Paraná³⁵ e a inauguração das dependências do Colégio Estadual do Paraná, no ano de 1950 – então chamado de “o maior Colégio da América do Sul” (Archanjo, 1998, p. 7); a construção do complexo da Reitoria da UFPR, entre 1956 a 1958 e, finalizando esse recorte temporal, a inauguração do Centro Politécnico³⁶, em 1961.

³⁵ O esforço de federalização de universidades privadas foi um efeito da mobilização de políticos e intelectuais do período que conseguiu sua efetivação com a promulgação da *Lei 1.254, de 04 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o sistema federal de ensino superior*, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1254.htm. Além da UFPR, neste momento também foram federalizadas Universidades no Rio Grande do Sul e na Bahia.

³⁶ O maior campus da Universidade Federal do Paraná, tem 500 mil m² de espaço, o terreno foi doado pela Prefeitura de Curitiba. Ver mais em: <https://www.ufpr.br/portalfpr/linha-do-tempo/>.

Segundo Léa Archanjo (1998, p. 36), durante essa década, que marcou o centenário da emancipação política do Paraná, comemorado em 1953, o poder público queria demonstrar que Curitiba “naquele período ganhava ares de metrópole”, atribuindo, assim, maior prestígio para o estado como um todo. Seguindo com os argumentos da autora, pode-se considerar que a iniciativa de trazer proeminência para a capital paranaense a partir das possibilidades de educação foi, em partes, bem sucedida.

A presença de grande número de estudantes na cidade levou à construção do prédio atual da Casa do Estudante Universitário e à criação da Casa da Estudante Universitária de Curitiba, além de inúmeras repúblicas e pensões [...] justificava a denominação de Curitiba como “Cidade Universitária” (Archanjo, 1998, p. 39).

Com base na análise das narrativas dos casos desse grupo, também é possível considerar que essa iniciativa teve um impacto considerável. De todos os seus componentes: Alcidino Bittencourt, Lídia Lucaski, Euclides de Souza, Manoel de Andrade, Carlos Frederico Marés, Dimas Floriani e Vitório Sorotiuk, apenas Alcidino é natural de Curitiba. Os outros passaram pela experiência prévia do deslocamento, ainda que interno e, em todos os casos, a principal motivação foi a continuidade dos estudos. Uma hipótese aqui levantada é a de que talvez por conta desse primeiro deslocamento, esses sujeitos tenham dado maior destaque para a sua trajetória educacional durante a narrativa.

Além disso, é possível considerar que eles já se sentiam deslocados nessa experiência prévia ao seu próprio exílio. Dessa forma, os locais de origem desses sujeitos não são capitais ou grandes cidades, sendo assim, essa primeira locomoção para Curitiba pode ser interpretada como uma necessidade de melhorar seu nível de formação - algo que provavelmente não conseguiriam se seguissem residindo em suas cidades natais. Com efeito, o movimento de migração para estudar é, majoritariamente, sem retorno, pois as oportunidades para profissionais com ensino superior também se concentravam em centros urbanos. Diante disso, esse primeiro deslocamento acabou sendo permanente para muitos desses sujeitos.

Estes, em sua totalidade, vieram para a capital paranaense ainda para cursar o ensino secundário, no período chamado de clássico e ginásio. Sendo que, Lídia Lucaski, natural de Araucária, região metropolitana de Curitiba, foi estudar no Colégio Júlia Wanderley, que ofertava cursos técnicos. Lucaski terminou o curso técnico

integrado de Contabilidade em 1966, ingressando no curso de Filosofia na UFPR em 1967, passando a morar na CEUC.

Além de Lídia, os outros integrantes desse grupo têm um perfil semelhante. Todos eles são homens e, com exceção de Alcidino, vieram para a capital paranaense para estudar no Colégio Estadual do Paraná³⁷. Euclides de Souza emigrou de Boa Vista de Roraima, à época ainda pertencente ao território do Amazonas, para fazer o curso secundário em Curitiba. Manoel de Andrade, vindo de Rio Negrinho-SC, Carlos Frederico Marés, de União da Vitória-PR, Dimas Floriani, de Rio dos Cedros-SC e Vitória Sorotiuk, de Prudentópolis-PR passaram pela mesma situação.

É possível perceber que alunos oriundos do interior do Paraná e de Santa Catarina compunham a maior parte desse grupo de estudantes que migraram para estudar. Euclides de Souza é o caso mais atípico destes analisados. Souza veio de longe, interior do atual estado de Roraima e mesmo que escolas com maior relevância e reconhecimento estivessem localizadas nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, Souza escolheu Curitiba como seu destino. Euclides não deixa claro em sua entrevista os motivos desta escolha, mas é uma possibilidade que este tenha visto uma propaganda do governo sobre o tema. Tanto a nível estadual, com Bento Munhoz da Rocha³⁸, tanto a nível municipal, com Ney Braga³⁹, as esferas públicas do Estado e da capital investiam nesse tipo de propaganda, que nos anos 1950 ficou ainda mais exacerbada por conta do centenário da emancipação política do Paraná em 1953, efeméride utilizada exaustivamente para fins de propaganda política local nesse período.

³⁷No período o CEP era conhecido não somente por sua ótima infraestrutura oferecida no edifício recém inaugurado na Rua João Gualberto, região central de Curitiba, a qualidade da educação ofertada no Colégio também era muito reconhecida. Léa Archanjo (1998, p. 58) destaca que “Nas lembranças dos entrevistados, quase todos os alunos do Colégio Estadual do Paraná, saindo o 2º ciclo do secundário, passavam no vestibular sem fazer cursinho”, o que era um grande atrativo para estudantes no período. Tãmanha era a procura que, para ingressar no CEP era necessário realizar uma prova semelhante ao vestibular, ainda que a unidade escolar fosse pública.

³⁸Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973) nasceu em Paranaguá, filho do político Caetano Munhoz da Rocha (governador do Paraná de 1920 e 1928) foi engenheiro e conhecido político paranaense. Foi deputado da Assembleia Nacional (1946-1949 e 1958-1963) e Governador do Estado do Paraná (1950-1955).

³⁹Ney Amintas de Barros Braga (1917-2000) nasceu em Lapa (PR) e seus pais eram membros das famílias mais tradicionais da cidade. Braga ingressou na carreira militar e se tornou Chefe da Polícia de Estado em 1952, nomeado por seu cunhado Bento Munhoz da Rocha. Em 1954, também com o suporte de Munhoz, é eleito prefeito de Curitiba, ficando no cargo até 1958. Foi Governador do Estado do Paraná (1961-1965) e manteve relações próximas com os ditadores que presidiram o Brasil após o golpe de 1964, tendo ocupado o cargo de Ministro da Agricultura (1965-1966) e da Educação (1974-1978), além de ser governador do Estado mais uma vez (1979-1982) durante o período da ditadura militar.

Dito isso, vale ressaltar que não apenas instituições públicas foram afetadas por esses intercâmbios internos. Segundo Roseli Boschilia (2018, p. 259), a partir do trabalho com dados do Colégio Marista, “no final de 1958, dos 50 alunos que concluíram o curso científico, apenas metade era natural de Curitiba, sendo o restante do grupo proveniente do interior do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso”.

Esse aspecto é interessante para pensar o engajamento desses alunos ao ME, seja ele Universitário ou Secundarista. Por um lado, o deslocamento propiciou uma maior liberdade para esses jovens, uma vez que estavam longe de certo controle de sua rotina, provavelmente realizado por seus pais. Com isso, por conta dessa ausência de laços familiares, esses estudantes também puderam formar outras redes de sociabilidade, encontrando no meio escolar uma possibilidade de firmar novos vínculos. Além disso, estes sentem maior necessidade de pautar políticas públicas voltadas para estudantes, como por exemplo da Casa do e da Estudante Universitário/a (CEU e CEUC) e do Restaurante Universitário (RU), pois esses ajudavam em sua permanência na cidade onde estudavam.

Voltando para o grupo do Colégio Estadual do Paraná, Alcidino e Dimas foram os únicos que não tiveram colegas contemporâneos aos seus estudos no CEP. Alcidino Bittencourt estudou no CEP de 1952 a 1955, e Dimas Floriani frequentou o colégio já durante a ditadura militar, de 1964 a 1967. Euclides e Manoel, assim como Marés e Vitório estudaram no mesmo período, respectivamente, nos anos finais da década de 1950 e de 1961 a 1964. Ainda assim, apenas os dois últimos se conheceram e se tornaram amigos nos corredores do CEP, o que é compreensível para uma instituição que, no período, já tinha mais de mil alunos por turno.

Nas narrativas analisadas, todas mencionam o contato com o Movimento Estudantil Universitário da Universidade Federal do Paraná. Entretanto, Alcidino, Dimas, Marés e Euclides afirmaram que o início de suas atuações políticas ocorreram no ME Secundarista, e não no Universitário, em atividades muitas vezes promovidas pela UPES. Nessas primeiras aproximações, Euclides já criou uma rede de contatos que o possibilitou participar dos quadros do PCB ainda muito jovem. Marés também tem essa aproximação com o ME da UFPR, assim como de outras organizações políticas, nesse caminho, quando ingressou na Universidade, já era uma figura conhecida politicamente nesse espaço.

Todos os estudantes que frequentaram o CEP seguiram para o ensino superior na UFPR e, à exceção de Euclides Coelho de Souza - que de início foi para o curso de Matemática -, todos ingressaram em Direito⁴⁰, criando outro espaço comum de sociabilidade a esses sujeitos. Exceto Alcidino, que terminou a graduação em Direito poucos anos antes, todos foram contemporâneos de estudos e, principalmente, de atuação política no CAHS. Portanto, podemos considerar que, talvez, a carreira do Direito, geralmente voltada para os herdeiros das elites paranaenses, estivesse passando por uma mudança de perspectiva com essa geração. Com uma pluralidade maior entre seus estudantes, abrangendo alunos de classes sociais mais baixas e de famílias não tradicionais, a formação na área jurídica estava sendo visada, também, para poder atuar politicamente.

Dentro da faculdade, todos atuam politicamente inseridos no ME Universitário, salvo Alcidino Bittencourt que era mais velho e teve grande parte de sua militância depois de formado. Nesse período, Alcidino já trabalhava como advogado vinculado a sindicatos em cidades paulistas como Cubatão e Santos, por seu papel em defesa de causas trabalhistas e sua proximidade com figuras políticas presentes nos sindicatos, ele foi preso horas depois do golpe militar no dia 1º de abril de 1964.

Manoel de Andrade ingressou no ano de 1960 na faculdade de Direito e foi colega de graduação de Roberto Requião⁴¹. Ainda que participando de passeatas, comícios e outras atividades promovidas pelo ME após o golpe militar de 1964, Manoel sempre se colocou nessas ações de maneira independente, atuando sem se filiar a partidos ou organizações políticas. Ao começar a escrever manifestos e folhetos para materiais de divulgação produzidos pelos estudantes, se descobriu poeta e a partir de sua arte fez denúncias aos atos dos militares.

⁴⁰Uma hipótese possível para essa preferência pelo curso de Direito pelos estudantes do Colégio Estadual do Paraná é a participação política que estes já tinham desde o período do ensino médio, visto que a formação para exercer a advocacia também é uma preparação para intervir nas instâncias de poder a partir das leis, possibilitando que estes tivessem uma atuação profissional no âmbito público e político. Da mesma forma, Lea Archanjo (1998) frisa que no Colégio Estadual do Paraná havia uma educação, de certa forma, humanista, com professores de humanidades que, inclusive, davam aulas na Universidade Federal do Paraná, outro aspecto que pode ter influenciado nessa escolha. Essa hipótese surge em contraste com os resultados de pesquisa obtidos por Roseli Boschilia em seu trabalho sobre o Colégio Marista, no qual, Boschilia afirma uma ampla preferência pelo curso de Engenharia Civil por seus estudantes (2018, p. 98).

⁴¹Roberto Requião de Mello e Silva pertence a uma família tradicional de Curitiba. Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1965, desde jovem se tornou uma figura proeminente na política paranaense, tendo sido eleito Deputado Estadual em 1982, Prefeito de Curitiba em 1986 e se tornando o primeiro Governador do Estado do Paraná a ser eleito por três mandatos (1991-95, 2003-2007 e 2007-2011).

Carlos Frederico Marés e Vítório Sorotiuk atuaram mais diretamente nas atividades do CAHS, que juntamente com o DANC e o DCE, eram as entidades estudantis mais atuantes no embate à ditadura Civil-militar dentro da UFPR. Nesse período, tanto Marés quanto Sorotiuk se aproximaram do PCB, mas se filiaram ao PCBR, ambos de origem comunista, mas que adotaram linhas de atuação distintas.

Lídia Lucaski e Dimas Floriani⁴² também atuaram intensamente no ME da UFPR, sendo que ambos se mantiveram como militantes independentes. Lídia, em especial, menciona que morar na CEUC foi um grande diferencial em sua trajetória, pois esse espaço de convivência entre as estudantes lhe proporcionou contato com membros de várias organizações e linhas políticas. Afirmou em seu depoimento para o DpH que buscava ajudar todos - sendo em atos de oposição ao governo militar ou na proteção às perseguições impostas pelos golpistas -, mas, ainda que imersa nessa atuação dentro do ME, nunca se sentiu motivada o suficiente para se filiar e participar de um grupo em específico.

Euclides de Souza já ingressou na Universidade filiado ao PCB e deixa claro em sua narrativa que só entrou na UFPR para participar do ME Universitário, assim como para poder morar na CEU. Ainda que passando em dois cursos (Matemática e Engenharia Civil), não chegou a frequentar nenhum assiduamente. Ao descobrir o teatro como uma forma de resistência contra a ditadura militar passou a estudar essa arte de maneira concomitante a sua atuação no ME da UFPR, integrando o grupo chamado “Teatro do Povo” (Calciolari; Oliveira; Sahd, 2014, p. 69).

O sucesso de Euclides nessa área foi tamanho, que chegou até mesmo a ser um dos organizadores dos chamados Centros Populares de Cultura (CPCs) a nível nacional, iniciativa promovida pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e que visava educar a partir da arte. Vale ressaltar que em toda essa atuação no ramo das artes e principalmente do teatro, Euclides estava acompanhado de sua namorada, e posteriormente esposa, Adair Therezinha Chevonika, mais conhecida como “Dadá”, também artista e militante do PCB.

Ao analisar os perfis dos integrantes desse grupo, podemos identificar que estes se utilizavam de suas habilidades oratória e escrita, características de um perfil intelectual vindo da formação adquirida no Colégio Estadual do Paraná, como formas

⁴²Dimas Floriani conhece Vítório Sorotiuk e Carlos Frederico Marés em 1968, já no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná.

de atuação política no espaço público. Vale lembrar que esse perfil de estudante não é exclusivo do CEP. De acordo com Roseli Boschilia (2018), essa linha de educação era presente em colégios particulares, como o dos Irmãos Maristas, e também em outros grandes colégios públicos de Curitiba, como é o caso do Colégio Julia Wanderley, onde Lídia Lucaski concluiu o ensino básico.

Por fim, após essas considerações, é possível perceber que esses indivíduos estavam longe de ser um conjunto homogêneo, pois, ainda que frequentando os mesmos espaços e tendo referências em comum, adotaram táticas e linhas de atuação política muito diversas. A partir disso, é plausível pensar como suas particularidades e subjetividades moldaram suas trajetórias desde antes do exílio.

2.2.2 – A militância política em organizações de esquerda: os “militantes”

No período anterior a 1º de abril de 1964, já havia uma grande mobilização de setores mais conservadores da sociedade que faziam uma campanha contra os ideais progressistas ligados a grupos de esquerda no país. A própria ditadura civil-militar foi instaurada tendo como um de seus principais objetivos conter a “ameaça comunista” que rondava o Brasil, simbolizada principalmente nas reformas de base defendidas pelo presidente democraticamente eleito⁴³, João Goulart⁴⁴ (1961-1964).

Sendo assim, a perseguição executada pelos militares contra pessoas ligadas a partidos, organizações e até mesmo com convicções do campo político de esquerda não foi algo inesperado, na verdade, foi o *modus operandi* da atuação política dos militares golpistas. Logo após o golpe militar, com o primeiro Ato Institucional da ditadura, vários parlamentares apoiadores de Jango, foram desligados de seus cargos e muitos partiram para o exílio, como foi o caso do próprio Jango, Leonel Brizola, Djalma Maranhão, entre outras figuras políticas mais conhecidas⁴⁵.

⁴³João Goulart foi eleito vice-presidente nas eleições de 1960, que teve Jânio Quadros eleito presidente. Com a renúncia de Quadros ao cargo ainda no ano de 1961, Goulart assume o cargo da presidência, seguindo a linha de sucessão prevista constitucionalmente.

⁴⁴João Belchior Marques Goulart (Jango) foi um político brasileiro gaúcho que exerceu o cargo de Presidente do Brasil de 1961 até 1964, tendo seu mandato interrompido pelo golpe militar. Depois de deposto, Jango saiu em exílio para o Uruguai e ficou entre o país e a Argentina até o ano de sua morte em 1976.

⁴⁵Leonel Brizola foi um político gaúcho ligado ao trabalhismo, seu nome era constantemente atrelado ao de Getúlio Vargas e João Goulart. Brizola foi Governador do Estado do Rio Grande do Sul (1958-1962) e foi eleito Deputado Estadual do antigo Estado da Guanabara (RJ) de 1962 a 1964, seu mandato foi interrompido pelo golpe militar. Indo para o exílio, Brizola ficou no Uruguai e voltou para o Brasil somente depois da sanção da Lei da Anistia em 1979, sendo um importante articulador político brasileiro no exterior.

Esse aspecto do golpe é ressaltado por Marcos Napolitano (2014, p. 67), no qual o autor afirma que “um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista”. Os militares, atacando as lideranças de movimentos sociais, partidos, sindicatos e, até mesmo de sua própria corporação, buscavam desestabilizar qualquer tipo de resistência à instituição do regime que pudesse ser organizada dentro do país.

Ainda que sob vigilância e ameaças constantes, as organizações políticas de esquerda não deixaram de atuar depois do golpe. Partidos políticos como o Partido Comunista Brasileiro continuaram na ilegalidade, assim como outros movimentos que surgiram durante a ditadura. Muitos desses movimentos tiveram seu início a partir de dissidências internas do PCB, ao discordarem de seu modo de atuação frente ao regime militar. No livro *Depoimentos para a História*, é feita uma breve descrição das chamadas “DIs” (dissidências) do PCB:

Em linhas gerais, das dissidências (DIs) estudantis do Rio de Janeiro e Guanabara surgiu o MR-8. A DI de Minas integrou a Corrente e a DI paulista se dividiu entre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) ou Ação Libertadora Nacional (ALN), esta liderada por Carlos Marighella. Ainda do PCB, surgiu o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) (Calciolari; Oliveira; Sahn, 2014, pp. 83-84).

Além do PCB, outras foram consideradas como “organizações matrizes” que deram origem a agrupamentos menores: o PCdoB (que já havia sido uma dissidência do PCB antes do golpe militar, em 1962), a Ação Popular (AP) e a Política Operária (POLOP). Destas quatro grandes organizações políticas, foram surgindo ramificações que resultaram na existência de diversos grupos com linhas políticas de esquerda atuando no Brasil nos anos 1960 e 1970 (Calciolari; Oliveira; Sahn, 2014, p.83).

Com relação a essas dissidências, talvez seja possível entendê-las sob a ótica proposta por Michel de Certeau (1980) sobre tática e estratégia. Para o autor, estratégia é a ação adotada pelo indivíduo/grupo que está no controle do poder exercido em determinado espaço. Já a tática é a maneira com que o indivíduo/grupo

Djalma Carvalho Maranhão foi um político potiguar de grande expressão local. Foi eleito prefeito de Natal em 1946 e foi nomeado prefeito da cidade novamente em 1956, quando exerceu o mandato de prefeito e de deputado estadual alternadamente. Novamente em 1961, voltou ao cargo de prefeito de Natal, tendo uma extensa campanha educacional da cidade que tinha como objetivo acabar com o analfabetismo na capital do Rio Grande do Norte. Seu mandato foi interrompido pelo golpe militar de 1964, foi para o exílio no Uruguai e ficou em Montevidéu até a sua morte, em 1971.

que não tem posse sobre esse poder encontra para continuar atuando nesse espaço já ocupado. “O que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar” (Certeau, 1980, p. 87).

Desta forma, as dissidências dessas organizações podem ser entendidas como diferentes táticas adotadas por esses grupos de esquerda, buscando combater a mesma estratégia: o controle imposto pela ditadura militar. É possível também observar esse entendimento na medida que identificamos um aumento dessas dissidências concomitantemente ao aumento da repressão adotada pelos militares, ao ver que uma tática não está sendo efetiva contra o poder imposto, outras vão sendo adotadas. Certeau (1980, p. 100) conclui:

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado.

O Paraná foi palco de atuação de muitas dessas organizações, seja na capital ou no interior. As formas de ingressar nesses movimentos também eram das mais diversas, sendo o envolvimento político no ME uma das maneiras mais comuns de contato com esses grupos. Contudo, a atuação em sindicatos e até laços familiares, como veremos mais adiante, eram formas possíveis de conseguir integrar os quadros de uma organização política.

Um elemento comum a estes grupos era a presença de pessoas mais jovens, tendo em vista que a perseguição pós-golpe militar de 1964 afetou com maior intensidade as lideranças já conhecidas e ligadas a partidos e sindicatos. Conforme afirma Marcos Napolitano (2014, p. 86), “com as velhas lideranças comunistas e trabalhistas mais moderadas e presas a um modelo de reformismo afastadas ou desprestigiadas, emergiu uma nova liderança operária, mais jovem e radicalizada”. Esses jovens formavam uma nova geração de militantes, formada quase totalmente dentro do contexto de perseguição imposto pela ditadura militar.

Entretanto, o entendimento do termo geração não deve ser resumido apenas a uma interpretação cronológica desse fato social, como se a idade desses militantes garantisse sua coesão. Com isso, é plausível aproximar esse dado do que François Dosse (2001 apud Boschilia 2018, p. 268 e 275) chama de “comunidade de inscrição”.

Essa comunidade é construída com base em quatro categorias, que são os "paradigmas", as "configurações", os "rastros" e os "lugares". Pensando essas categorias ao grupo em questão, é possível perceber que seu "paradigma" é ligado ao posicionamento político de esquerda e de oposição à ditadura militar; as redes de sociabilidade construídas dentro dos movimentos sociais garantem sua "configuração"; seus "rastros" seriam a atuação política por eles empenhados; e os "lugares" a dimensão pública, podendo ser a Universidade, Sindicato, ruas e praças, espaços comuns onde se atuava politicamente.

Por conta do pertencimento a uma organização de luta política ser um elemento marcante presente em seus depoimentos, Noemi Osna, Neusa Maria Romanzini Pires Cerveira, José Carlos de Oliveira Mendes e Aluizio Palmar integram esse recorte político. Além desse foco narrativo, existe outro denominador comum entre esses indivíduos: as organizações políticas das quais participavam, seja desde sua criação ou com transformações da linha política ao longo do tempo, aderiram ao projeto da resistência armada contra a ditadura militar.

Indo ao encontro dessa análise, Marcos Napolitano, olhando para um quadro mais geral, identifica um perfil de militante muito próximo dos encontrados nas fontes dessa pesquisa, em suma, pessoas mais jovens e com formação superior. Napolitano (2014, p. 116) apresenta que:

Um dado indicativo da composição social da guerrilha e da repressão é a formação escolar. Dos 17.420 processados pela justiça militar que compõem a base do arquivo do Projeto "Brasil Nunca Mais", 58% tinham formação superior, completa ou incompleta, e 16% tinham ensino secundário. No geral, calcula-se que metade dos presos e processados era formada por estudantes universitários. A maior parte dos membros de organizações armadas tinha até 35 anos (82% da ALN, 94% da Ação Popular (AP), 93% da Colina, 96% do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR 8), 86% do PCBR, 86% da VAR), com predominância da faixa que ia até 25 anos.

Tendo em vista essas informações prévias, passamos para a apresentação dos integrantes desse grupo. Noemi e José Carlos são os únicos sujeitos naturais de Curitiba que tiveram contato com organizações de esquerda a partir do ME. Noemi, durante a graduação em Jornalismo pela UFPR, participou de passeatas, produção e distribuição de panfletos e até editou um jornal em parceria com outra conhecida militante paranaense: Teresa Urban.

José Carlos participava também dessas manifestações enquanto secundarista ligado à UPES. Assim como seus colegas do primeiro grupo, viveu

intensamente o contexto do ME de Curitiba durante os anos de 1967 e 1968, que culminaram em ações grandiosas como a conhecida Batalha do Politécnico e a ocupação da Reitoria⁴⁶. A Universidade, nesse período, estava sob a gestão de Flávio Suplicy de Lacerda, que foi indicado ao cargo de reitor em razão de sua amistosa relação com os militares golpistas

Ainda nesse contexto de fervor social, Noemi participava do grupo da JUC, mesmo que fosse de origem judaica, ela argumenta que simpatizava com os ideais defendidos pela organização e isso era o bastante (Osna, 2014, 1:45). Com transformações políticas ao longo dos anos 1960, a JUC adotou uma linha política de esquerda ligada ao maoísmo e passou a se chamar Ação Popular. Em um período em que muitas organizações adotaram a um projeto foquista⁴⁷, inspirados pelo sucesso da Revolução Cubana, “No período marxista, a AP se inspirou na linha maoísta e adotou a concepção de “guerra popular prolongada” contrária à instauração imediata do foco revolucionário, que seria o “estopim natural” da revolução” (Calciolari; Oliveira; Sahd, 2014, p. 114).

Noemi continuou ligada ao grupo e, após a conclusão de sua graduação na UFPR, em 1969, foi com o seu marido à época morar em Osasco-SP para fazer o chamado “trabalho de base” com os trabalhadores das fábricas da região, a qual, no ano de 1968 foi palco de uma grande greve de metalúrgicos. Nesse sentido, podemos entender que Noemi estava seguindo a linha política proposta por sua organização, de acordo com Narciso Pires (2014, p. 115-116):

⁴⁶A Batalha do Politécnico e a ocupação da Reitoria foram dois momentos chaves para o Movimento Estudantil de Curitiba na luta contra a implementação do ensino superior pago pela Universidade Federal do Paraná. A “Batalha do Politécnico” foi um confronto entre estudantes e a polícia que aconteceu por conta de uma manifestação para impedir o vestibular para o curso de Engenharia Civil do turno da noite, o primeiro a ser pago na história da UFPR. Ainda para defender essa mesma pauta, estudantes ocuparam a Reitoria da UFPR dias depois, fazendo barricadas e resistindo às investidas policiais para a retomada do prédio, ações que resultaram na revisão do vestibular pago que havia sido realizado. Para saber mais ver “Movimento Estudantil na UFPR: O impacto do protesto de 28 de março no ‘Calabouço’ em Curitiba”. In: **1968**: Imagens, Contracultura, Guerra, Revolução. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019.

⁴⁷Segundo o pesquisador Jean Rodrigues Sales, o foquismo era adotado por: “movimentos que, influenciados pela revolução cubana, acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas e sem a presença de um partido comunista. Acreditava-se que esse era o caminho adequado para a América Latina e que as condições objetivas estavam prontas, restando criar as subjetivas, tarefa esta que a presença do foco guerrilheiro se encarregaria. Uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros, e estes conseguiriam aumentar o seu potencial ofensivo até a tomada do poder. Durante o processo revolucionário, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas” (2010, p. 115).

A “proletarização” ganhou o mesmo ímpeto a partir de 1969, [...] já não se tratava de “aproximar indiretamente” a militância dos trabalhadores, mas efetivamente “proletarizar” os quadros, implantar a AP em regiões consideradas estratégicas e também como meio para despistar a repressão, resguardando os membros dos efeitos do AI-5.

José Carlos de Oliveira Mendes também se vinculou com a Ação Popular ainda em sua atuação como estudante secundarista, entretanto, pouco tempo depois foi convidado por um colega, Júlio Covello, para integrar os quadros da Vanguarda Popular Revolucionária, a conhecida VPR, que tinha como seu mais popular membro o Capitão Carlos Lamarca⁴⁸. Desta forma, passa a atuar na clandestinidade e com a proposta de luta armada como uma forma não só de resistência à ditadura militar, mas também de propiciar uma revolução popular no Brasil.

Assim como José Carlos, Aluizio Palmar também atuou nessa frente das organizações de esquerda no Paraná, ainda que em outro grupo. Inclusive, ambos chegaram a militar conjuntamente no oeste do Paraná após o exílio, indicando que, apesar das divergências políticas e por vezes teóricas, havia um nível de cooperação entre certas organizações de esquerda, ainda mais no período pós-AI-5, com o aumento expressivo do nível de violência da repressão e o desmantelamento de seus grupos organizados.

No Paraná, a VPR teve participação muito esporádica. Quando parte de seus membros estava exilada no Chile, Aluizio Palmar, operando na “clandestinidade” dentro da organização, estabeleceu-se em um sítio na Argentina, próximo do Brasil. De lá, ele e José Carlos de Oliveira Mendes fizeram algumas operações para sondar a viabilidade de estabelecer um foco guerrilheiro no oeste paranaense e retomar a rede de contatos feita por Palmar antes de sua libertação da prisão e ida para o exílio, ainda como membro do MR-8 (DI-RJ) (Calciolari; Oliveira; Sahd, 2014, p.111).

Natural de Niterói-RJ, Palmar estava na reunião que firmou a dissidência dos “8 de Niterói” do Partido Comunista Brasileiro - esse grupo mais tarde veio a ser conhecido como MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Ele pouco fala de sua vida antes da militância, sendo o entrevistado que dá mais ênfase à sua trajetória como militante político.

⁴⁸Carlos Lamarca foi um militar e conhecido guerrilheiro que atuou contra a ditadura militar no Brasil no final dos anos 60 e início dos anos 70. Participou da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR que depois se transformou em VAR-Palmares) e no Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Participou de ações armadas em seu período de atuação, como expropriações de bancos para ajudar a financiar as atividades da VPR e foi uma peça central no sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher no Rio de Janeiro que resultou na libertação de 70 presos políticos.

Após essa ruptura, o Movimento dos 8 de Niterói assumiu uma posição foquista, da criação de focos de guerrilha armada, defendida e teorizada por Che Guevara e aplicada durante a Revolução Cubana. Com isso, Aluizio e outros companheiros de organização partem para o oeste do Paraná, que já tinha sido palco de outras insurgências políticas ligadas à questão da terra, como a Revolta dos Posseiros⁴⁹, entendendo que a região seria rica para o início de uma revolução armada partindo do campo.

Em contrapartida, inspirados na experiência e nos escritos de Guevara e Régis Debray, o MR-8 primeiro, oriundo da DI-RJ, assumia ser “foquista”. Essa linha de pensamento inspirou o grupo, que buscou implantar o foco guerrilheiro no sudoeste do Paraná, experiência iniciada com a averiguação das condições locais ainda em 1967 e desbaratada pela repressão dois anos depois (Calciolari; Oliveira; Sald, 2014, p. 99)

Durante sua atuação política no oeste, Aluizio foi preso e mandado para a prisão do Ahú em Curitiba. Ele tem essa especificidade em relação às outras narrativas analisadas por esse trabalho, pois foi o único que saiu da prisão direto para o exílio. Com isso, Aluizio se torna um caso diferente de todos os outros ex-exilados trabalhados nesta pesquisa, pois além de exilado, acumulava o status de “banido”, criado pela ditadura militar para marcar os presos políticos que aceitavam as condições impostas pelo militares para serem libertados por conta dos sequestros a embaixadores ocorridos no Brasil no final dos anos 1960 e início dos anos 1970⁵⁰, uma das táticas desenvolvidas pela oposição para libertar companheiros presos.

Outra integrante ligada à luta armada desse grupo é Neusa Maria Romanzini Pires Cerveira, filha de Joaquim Pires Cerveira, militar que era opositor da ditadura civil-militar e fundou a Frente de Libertação Nacional, a qual também tinha como modo de atuação o uso de armas no enfrentamento aos militares. Da mesma forma que na

⁴⁹A Revolta dos Posseiros foi um movimento de luta pela terra que ocorreu na região do sudoeste paranaense, em cidades como Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, Francisco Beltrão, entre outras. O confronto ocorreu no contexto de defesa das terras de posseiros e colonos, que por não haver de forma regularizada seus títulos de posse, eram ameaçados de serem expulsos pelos jagunços que atuavam contratados por companhias de terra que assumiram o papel de vender e regularizar terrenos já ocupados no oeste do Paraná. Os objetivos da revolta eram o fim da violência imposta pelos jagunços nas tentativas de expropriação de terras, o fechamento das companhias e a regularização de suas posses. Para saber mais ver: PRIORI, A. et al. **A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná**. Maringá: Eduem, 2012.

⁵⁰O status jurídico de banido foi criado em 1969 pela Junta militar com o Ato Institucional de nº 13 e tinha como objetivo punir os presos políticos libertados em troca do embaixador norte americano Charles Elbrick. Os sujeitos afetados pelo banimento perdiam o direito à própria nacionalidade, se tornando um apátrida e sofriam com a proibição de voltar ao Brasil enquanto a lei estivesse vigente.

narrativa de Alúzio Palmar, o ser militante aparece como um objeto central de sua trajetória de vida, na narrativa de Neusa, a figura do pai, Joaquim, e sua influência são empregadas de maneira enfática ao longo do relato.

Todavia, sem escolha, Neusa se viu imersa em um contexto de violenta perseguição, por conta da atuação política de seu pai desde cedo. Ainda criança, sua casa foi invadida e Neusa torturada em frente ao irmão para que este revelasse o paradeiro de Joaquim Cerveira. Nos meses que se passaram dessa já traumática experiência, ela teve que mudar de cidade e entrar na clandestinidade e ficou sem ver a família, isolada para não ser presa pelos militares.

A relação entre Neusa e seu pai é o ponto mais forte de sua narrativa, que tem como plano de fundo a ascensão e o declínio da luta da esquerda armada no Brasil. Esse laço era tão forte que despertou o interesse de Neusa, quando adulta, a atuar na organização política fundada por seu pai, exercendo funções diversas, que iam desde secretariar reuniões até a participação em treinamentos de guerrilha. Esse laço se rompe no momento da captura de Joaquim em Buenos Aires, uma das primeiras de muitas vítimas da Operação Condor⁵¹, tendo sido Neusa a última familiar a ver Joaquim com vida, antes de seu desaparecimento.

Ainda que esses militantes representem uma pequena parcela do total de participantes de organizações políticas de esquerda, já que a maioria ficou no Brasil - não conseguindo/optando por sair em exílio -, é possível perceber uma grande pluralidade de frentes de atuação em suas trajetórias. Ainda que com um objetivo comum, a derrubada da ditadura militar e o início de uma revolução brasileira, as “táticas”, representadas pela linha de atuação política de cada organização, eram as mais variadas.

⁵¹Breve histórico da atuação política de Joaquim Pires Cerveira: “O Major Cerveira liderou um grupo que libertou o Cel. Jefferson Cardim Osório, líder da guerrilha de Três Passos em 1965 e que se encontrava preso no Quartel do Exército, no Boqueirão, em Curitiba. [...] Nessa época liderava uma organização denominada FLN – Frente de Libertação Nacional, que atuava muito ligada à VPR [...] Ele que se encontrava exilado em Buenos Aires, Argentina, foi sequestrado naquela cidade, juntamente com João Batista Rita entre 05 e 11 de dezembro de 1973, por policiais brasileiros e entre eles o Delegado Sérgio Paranhos Fleury, [...] Ambos são vítimas da ‘Operação Mercúrio’ que de certa forma antecipou a ‘Operação Condor’, um concerto entre as ditaduras militares do cone sul, cujo objetivo era trabalhar em sintonia para eliminar todos os opositores políticos que ameaçavam seus regimes” ((Calciolari; Oliveira; Sahd, 2014, p. 36-37). Para saber mais também ver: NOHAMA, N; ROCHA, Ivete M. C. Operação Condor: Major Joaquim Pires Cerveira. In: COMISSÃO DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade**. São Paulo: Tiki Books, 2º volume, 2017.

Com efeito, também é possível interpretar que, não apenas a linha de atuação era definidora das motivações para o ingresso a uma determinada organização. Os elementos presentes nas redes de sociabilidade desses sujeitos tinham influência em suas escolhas, sejam eles externos, como amigos, afinidades políticas, laços formados pela convivência em um espaço comum, ou, até mesmo, laços familiares.

Entender a trajetória prévia desses sujeitos possibilita, assim, analisar de forma mais atenta às suas saídas para o exílio, uma vez que essas foram motivadas pelas atuações políticas desenvolvidas desde o período colegial dessas pessoas. Inclusive, a saída do país foi possibilitada justamente devido a construção de redes de solidariedade e sociabilidade tecidas a partir da militância. Não era simples de se realizar o deslocamento entre países, uma vez que desde a década de 1960 os militares brasileiros já vigiavam as regiões fronteiriças no cone sul, como também havia grande dificuldade financeira por parte dessas pessoas.

Desta forma, sigo para a análise das narrativas cedidas por essas pessoas que saíram em exílio. Nesse primeiro momento buscando compreender o uso das táticas e das redes de sociabilidade às quais os militantes tinham acesso e que viabilizaram suas viagens para fora do Brasil.

3 – A PARTIDA PARA O EXÍLIO

O início do processo exilar ocorre, sem exceções, em um contexto de violência. O exílio enquanto uma ferramenta de exclusão política não foi uma criação da ditadura militar no Brasil e tampouco de outros regimes autoritários impostos pelos militares no cone sul nesse período. Conforme afirma o estudioso Luis Roniger (2010). Desde o período colonial, o desterro/expulsão de oposições por parte do Estado vigente é uma prática comum em toda a América Latina.

Entretanto, com as ditaduras militares, o exílio tomou novas proporções. Anteriormente, essa prática de expulsão e coação para a saída do país era mais pontual, focada em alguns indivíduos mais conhecidos e com poder político. Com as ditaduras, o exílio se tornou massivo na América Latina: “Para compreender este novo exílio, é necessário não perder de vista que se tratou de um dos efeitos de uma política de extermínio inscrita na doutrina de segurança nacional. A saída do país foi uma forma de preservar a liberdade ou salvar a vida” (Yankelevich, 2011, p. 14). Desta forma, as saídas em exílio eram em grande parte motivadas por essa intensa perseguição, na qual o sujeito, na ânsia de preservar sua vida, optava por sair de seu país para tentar a sorte em outro, por saber que sua segurança e seus direitos não eram garantidos pelo Estado, mas ameaçados por ele.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), base da ideologia das ditaduras militares vigentes, é importante para entendermos essa mudança. Segundo o pesquisador Enrique Serra Padrós (2008, p. 149) a DSN:

“[...] associou diretamente o ‘subversivo’, portador de tensões e ‘contaminado’ por ideias e influências ‘estranhas’ (externas), ao comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente”.

Com essa percepção distorcida e quase paranoica, toda e qualquer pessoa que discordasse do regime vigente era tida como “comunista” e se tornava uma ameaça interna, suscetível a ser perseguida e eliminada para a garantir a ordem. Padrós continua: “Desse modo, a aplicação dos princípios da DSN nos países latino-americanos para defender a democracia assumiu, de forma geral, o perfil de violência estatal e, na maioria dos casos, de terror de Estado, configurando um aparente paradoxo” (2008, p. 149). Ou seja, com o propósito de defender a democracia da ameaça dos “comunistas” se justifica a existência de um governo autoritário, terrorista e violento, como foram as ditaduras militares latino-americanas.

Luis Roniger (2010) argumenta que a doutrina foi escrita com base em “critérios extensivos de exclusão”, buscando reprimir “ideias antinacionais, antiocidentais e anticristãs”. A perseguição política sob a influência da DSN era muito mais ampla, qualquer um poderia ser considerado um subversivo, uma ameaça à segurança nacional que precisava ser detido para a manutenção da ordem.

Desta forma, irei analisar trechos das entrevistas dos ex-exilados políticos que tratam sobre esse período de saída do Brasil, buscando entender como esses narram sua atuação social durante a ditadura militar, como apresentam suas motivações para deixar o país e investigando os meios que utilizaram para sair em exílio, tendo em vista as limitações políticas e econômicas que enfrentaram nesse processo.

3.1 – Os “acadêmicos engajados”

Alcidino Bittencourt foi o primeiro desses entrevistados pelo DpH a deixar o país. Preso logo após o golpe militar de 1964, Bittencourt atribui mais destaque a sua atuação profissional quando narra sua trajetória antes do exílio. Bittencourt cita que, mesmo antes do início da ditadura, sabia que era muito visado por conta de sua atuação vinculada às questões trabalhistas:

Como eu, participava intensamente da atividade sindical e os sindicatos eram vigiados, nós tínhamos certeza, é... que nós estávamos sendo vigiados... isso inclusive, confirmado por elementos da polícia política mesmo, que a própria documentação, a própria documentação e depoimento dos é... policiais que estavam, que participavam das assembleias onde retratavam as minhas intervenções (Bittencourt, 2014, 22:55).

Vale ressaltar que a polícia política não era uma invenção dos militares, uma vez que já havia sido instaurada no Brasil, por meio de órgãos estaduais, ainda durante a Primeira República, sendo mais utilizada e aprimorada a partir do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Ainda assim, é notável que durante a ditadura militar esse aparato de repressão tenha sido mais desenvolvido e tido sua atuação refinada.

Tanto que fez parte do grupo de políticos, militares e profissionais liberais que foram perseguidos já no dia 1º de abril, um dia após o golpe militar. Conforme narrou Alcidino, ao saber das notícias, ele se dirigiu ao Sindicato dos Metalúrgicos de Cubatão, onde estava atuando, para tentar ajudar seus colegas e quem sabe resistir

de alguma forma. Não foi possível, pois momentos depois policiais do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) já estavam no local para efetuar as prisões.

E no dia primeiro, à noite, tudo... tudo na véspera do dia primeiro de abril. Eu fui para o sindicato com meu carro sozinho, concitando os trabalhadores e ao chegar no sindicato dos metalúrgicos, em Cubatão. Eu já me encontrei com o pessoal da polícia, do DOPS, que me convidou para uma entrevista com o delegado do DOPS, que me convocava para uma reunião. É já fui levado numa condição de convidado, mas sem condições de é... recusar o convite. Já sabemos do que se tratava ao chegar, fui recebido pelo delegado do DOPS que levantava os braços exaltados dizendo que nós tentávamos expulsar Deus da nossa pátria. Aquilo... eu não entendia bem o que ele estava querendo dizer com aquela.... com aquilo que me pareceu um delírio, uma pessoa que não... sem dormir direito exaltadíssima. E enfim, tentamos um diálogo infrutífero porque não havia condições e eu fui levado para a sede do DOPS, já com centenas de presos de vários sindicatos. Inclusive alguns presos de... dos municípios vizinhos, líderes sindicais, camponeses. E comecei então, a ter ideia do tamanho da tragédia que se abatia sobre o movimento sindical do país. Os dias em que fiquei naquelas condições precárias, sem me alimentar direito, sem dormir, é... era impossível, convivendo com pessoas angustiadas, lamentando o que estava acontecendo, preocupados, pais de família preocupados com seus filhos e aquele barulho infernal de noite (Bittencourt, 2014, 10:29).

Ao narrar o momento de sua prisão, em meio a atitude exaltada do delegado de polícia ou a situação degradante na qual ficou sem poder dormir ou se alimentar direito. Alcidino Bittencourt enfatiza, a partir da ciência de seus companheiros de delegacia, uma leitura muito política da situação, ainda em um momento tão tenso e traumático: pensou no impacto que o golpe teria no movimento sindical no qual atuava. É possível que esse aspecto seja mais pungente na narrativa de Alcidino justamente por ter sido um dos primeiros presos políticos que os militares fizeram na ditadura, ele desconhecia como seria esse regime, apesar de já prever que seria trágico, ao contrário dos outros entrevistados que começaram a atuar posteriormente e já sabiam os modos de operação dos militares. Com isso, ao ser liberado antes de seu julgamento, Alcidino sai em exílio e com a ajuda de amigos e familiares, segue para o Uruguai através da fronteira com o Rio Grande do Sul.

Essa experiência prévia ao lidar com a ditadura veio principalmente dos sujeitos que eram participantes do ME. Carlos Frederico Marés (2013) em seu depoimento chega a declarar que: “A sensação que dá é que a ditadura não acreditou que o Movimento Estudantil tivesse alguma relevância, que eles poderiam sufocar isso com certa facilidade e botou, botou suas baterias todas para destruir os partidos políticos”. Com isso, os militares deixaram um espaço de atuação política que foi ocupado por esses estudantes. Marés em seguida afirma que, por participar de um

grupo já engajado politicamente desde o colégio, ao entrar na Universidade assumiu uma posição de referência no ME da Universidade Federal do Paraná.

Então, já no primeiro ano nós éramos é... éramos uma espécie de vanguarda da Universidade, porque éramos quem já tinha experiência de organização e já com um ano de ditadura nas costas. [...] Então se articulou, e então, na Universidade já não era só no Direito, mas em outros lugares, a tal ponto e com tal rapidez que no ano seguinte eu era presidente do Diretório Central dos Estudantes, ou seja, foi uma coisa realmente era muito, muito visível nossa articulação (Marés, 2013, 7:14).

Com isso, além de já conhecer os meios de repressão da ditadura, os estudantes gozavam de uma liberdade maior para atuar politicamente, algo que não foi possível para Alcidino e outros de seus companheiros. Lídia Lucaski e Vítório Sorotiuk inclusive citam algumas das ações que os estudantes realizavam, seja para se opor publicamente à ditadura ou driblar sua perseguição.

A gente só fazia o que estava ao nosso alcance, não é? manifestos, discussões, pichações, não é? essa publicidade que tinha que ser feita, é, enfim, esse trabalho de base assim, não é? Os comícios relâmpagos esqueço né. [...] mas aí cada instante era ia para o DOPS, levavam a gente, não é? para confessar esse ato terrorista terrível, não é? contra a ditadura, imagine fazer um cartaz, não é? 'Abaixo a ditadura' isso era um crime inominável, não é? É... hoje vendo, é essa repressão, além de tudo, não é? se... se mais não fosse, era muito ridícula né? (Lucaski, 2014, 18:30).

E aqui também nós continuávamos com essas atividades de teatro, lembrando que no ano de 68 eu estava com prisão preventiva decretada, o Elói Pietá que concorria comigo também estava com a prisão preventiva é... decretada e nós fizemos a campanha assim e aí fui eleito Presidente do DCE e o reitor disse, pelo estatuto, que para tomar posse o presidente do DCE tem que tomar posse dentro da Reitoria, em um ato público. Aí não teve dúvidas, nós tínhamos planejado uma peça de teatro, o Santo Inquérito, no teatro do estudante universitário, não é? E eu entrei lá, junto com os atores e no meio da peça, suspendemos um pouco e eu tomei posse dentro da Reitoria, em público, né? Como mandava o estatuto, não é? Então é só foi assim o lance, não é? Que demonstrava a nossa capacidade de resistência sempre à ditadura (Sorotiuk, 2013, 22:04).

Ser detida por policiais da DOPS aparece na narrativa de Lídia quase que como algo rotineiro e a atuação da Delegacia é até ridicularizada por ela. De certa forma esse padrão se repete na atuação de Sorotiuk, desafiando a prisão preventiva decretada pelos militares e tomando posse de seu cargo no DCE em um prédio público. O contexto ameaçador imposto pelos militares não surtia efeito. Essa imagem retratada pelos dois narradores é claramente diferente da que aparece na entrevista de Alcidino Bittencourt ao se referir às mesmas repartições.

No caso dessas duas narrativas, o impacto que Alcidino sofreu em 1964, foi sentido apenas em 1968, após a promulgação do AI-5. Todos os outros estudos de caso desse grupo citaram o ano de 1968 em seus relatos como um momento chave do aumento da repressão e do uso da violência por parte da ditadura direcionada a esse grupo: “Aí deu pânico né, que estava naquelas horas que estava cada dia pior a ditadura, não é verdade? estava se avizinando para... para entrar na pesada, na verdade” (Souza, 2014, 48:59); “Agora o pior mesmo foi em 68, não é? Em dezembro de 68. Então, com... com o advento do AI-5, nessa época eu [...] morava na casa da estudante universitária [a CEUC] que... é do lado do Hospital de Clínicas, perto da Filosofia, existe até hoje” (Lucaski, 2014, 11:05); “Quando em 68 aconteceu o..., houve o AI-5 e realmente as coisas mudaram, não é? Tanto para mim, como para muita gente que tinha uma posição ideologicamente comprometida” (Andrade, 2014, 2:01); “Ah é 68. 68 vira... realmente algo, acabou a brincadeira em 68, acabou, [...] Então a repressão a partir daí, passou uma repressão à morte por aí, como aquilo que o Bolívar chamava de ‘guerra até a morte’. Não, não deixaram uma estrutura viva. É um processo de destruição brutal, cada vez mais violenta” (Marés, 2013, 25:42).

A partir desse momento, a narrativa desses sujeitos sofre uma mudança. Se antes os relatos continham alguns elementos de humor e até nostalgia, lembrando os feitos dos tempos de colégio e universidade, semelhantes ao caso da posse no teatro contado por Vítório Sorotiuk, depois do marco temporal do AI-5, esses testemunhos assumem um tom mais sério, acompanhando os temas mais sensíveis que começam a ser abordados.

Dimas Floriani, por exemplo, conta o impacto do AI-5 a partir de sua experiência em sala de aula. O CAHS ofertava um cursinho pré-vestibular gratuito para estudantes que não tinham condições financeiras para pagar um particular. Por conta da atuação dos integrantes do Hugo Simas no Movimento Estudantil, o próprio cursinho se tornou alvo da repressão dos militares. Dimas narra sobre mais de um caso de intimidação por parte dos agentes do Estado durante suas aulas:

Essa pessoa se chamava Natanael, e ele era um... digamos ele era do quadro da polícia da... da Polícia Federal é, e eles tinham um sistema de rotatividade para não queimar essas pessoas, então é, eles vinham, não se sabia como, eles chegavam, ah vão fazer o vestibular, entravam, não é? Vinham transferidos, porque eles cumpriram também essa missão de localizar as pessoas que eventualmente eram críticas ou tentavam organizar a resistência. E era comum eu sofri, eu recebi ameaças, é do Natanael dizendo que se eu me pronunciasse em sala de aula, não é? ia ser preso. É, então é,

foi um momento assim em que é o sistema repressivo começou a sofisticar o sistema de informação para identificar eventuais, é... surtos não é de... de resistência ou possíveis pessoas que pudessem estar organizando é, digamos, de uma maneira é de resistência crítica ao regime militar, não é? (Floriani, 2013, 23:00)

E bom a começar que nós éramos vigiados. É todos os dias, não é? Tinha carros da polícia na frente quando eu dava aula de filosofia, eu tinha visita em todas as aulas de 2 agentes do DOPS que ficavam, anotavam minha aula e saiam 10 minutos antes de terminar a aula. Eles entravam quando eu começava a aula, não se identificavam, tinham um terno e gravata, sentava no... no final da... da sala, tirava o caderno, não é? E anotavam o que eu falava (Floriani, 2013, 29:43)

Além disso, para ele, o ano de 1969 se mostra mais marcante por conta dos impactos já sentidos do AI-5, que resultou na prisão de Carlos Frederico Marés e Vitório Sorotiuk. A narrativa de Dimas também é significativa no sentido de reafirmar a posição de Marés e Sorotiuk como “lideranças” naquele contexto, corroborando com o discurso apresentado pelo próprio Marés.

69 foi um golpe duro, porque é, foi a última gestão, eu comecei a participar então do Centro Acadêmico Hugo Simas, que havia ainda um grupo de resistentes, porque é... aqueles que eram lideranças, não é? como o Marés, o Vitório, não é? É, esses... eles foram líderes, não é do movimento de 68, né? Então, eles começaram a ser perseguidos, não é? O Vitório foi condenado, foi preso e o Marés teve que entrar na clandestinidade (Floriani, 2013, 20:22)

Marés detalha esse processo de ida para a clandestinidade. Para muitos, se tornar um clandestino foi um dos primeiros recursos utilizados para se preservar da perseguição imposta pelos militares nesse período. Para isso, esses sujeitos se privaram da vida pública, utilizavam nomes falsos, mudavam de casa, tudo para tentar burlar os mecanismos de repressão utilizados pela ditadura, que assim como Dimas citou acima, passava por um processo de sofisticação do sistema de informações para “conter os subversivos”. Marés narra sobre o processo de transição que passou no ano de 1969, de militante ativo do ME a ser proibido de sequer entrar na Universidade.

Ou seja, eu disse que eu já estava cassado, final de 69 eu estava proibido de entrar na universidade. Em janeiro, a polícia estava correndo atrás de mim, se tivesse chance, estaria preso. Portanto, estava condenado em janeiro de 70. É tão rápida a coisa que em janeiro de 70 eu sou condenado pela primeira vez pela Justiça militar. Então já daí já não tem mais vida é... útil dentro da sociedade, aí entramos na clandestinidade. E aí também é um momento que se desarticulam as estruturas semilegais que a gente tinha, todas nossas estruturas semilegais são desarticuladas e tudo passa para clandestinidade (Marés, 2013, 32:20).

Sorotiuk não conseguiu usar essa tática pois foi preso no Congresso da Chácara do Alemão, um evento regional da UNE realizado no bairro do Boqueirão em Curitiba, no qual, enquanto presidente do DCE, esteve presente. O congresso foi realizado 4 dias depois do AI-5 ser sancionado e resultou na prisão de um grupo de estudantes ali presentes. Ele relata que por participar do congresso e de uma passeata foi condenado a 6 anos de prisão pela Justiça militar, conseguindo diminuir sua pena posteriormente. Além da disparidade entre os atos e a condenação, o entrevistado ainda relata as duras condições no período que esteve como preso político.

[...] no total que nós cumprimos de prisão só por Movimento Estudantil foi 2 anos e 10 meses de prisão... entre a prisão provisória do Ahú e o presídio, é... Tiradentes em São Paulo, não é? E nas condições mais rígidas de prisão que qualquer prisioneiro tem [...] nós, durante o primeiro ano de prisão, não tínhamos banho de sol não, saía meia hora da cela para o pátio fechado e olha lá, nada mais que isso, não é? Eu fiquei 2 anos e 10 meses sem nunca ver o escuro da noite, porque sempre estive numa cela iluminada durante esse período. E eu fui colocado em liberdade em outubro de 1971 não é? e não existe nada assim de então vamos recuperar o preso, vamos... onde que ele vai trabalhar? como é que ele vai viver? (Sorotiuk, 2013, 28:07).

Essas narrativas contrastam com as anteriores, se para os integrantes do Movimento Estudantil ser detido pela DOPS era colocado como algo quase rotineiro, pois as detenções não resultaram em nada mais sério, a partir do final do ano de 1968 e do início de 1969 começa a ser percebida com grande medo a possibilidade de ser preso ou presa. Conforme Lídia Lucaski apresenta, as prisões da Chácara do Alemão deixaram os estudantes ainda mais em alerta:

é... porque no começo de 69 é que eu fui para o Rio de Janeiro, que daí a situação já estava bem, bem difícil, e... a minha prisão preventiva pelo exército, marinha e aeronáutica, aí eu já estava no Rio de Janeiro [...] porque eu, eu não... antes eu já sabia que a situação estava ficando, que estava... as prisões estavam se sucedendo de muitas pessoas sabe? e me avisaram que eu seria presa assim, e já presa pelo exército, já a coisa ia... não era aquela prisãozinha de DOPS, não estou dizendo 'prisãozinha' de DOPS, o DOPS é terrível, era a coisa é, digamos, é... totalmente clandestina, não tinha, não tinha um papel, ou seja, as pessoas sumiam, eles deixavam preso dois, três dias num lugar ou no outro sabe? agora o exército já era assim, já tinha que ser mais formalizada a repressão, se eu tô usando o termo certo (Lucaski, 2014, 1:00:28)

Neste ano, Lídia faz seu primeiro deslocamento, ainda que interno, para evitar ser presa pelos militares. Em sua narrativa, ela cita que para sair de Curitiba já contou com o auxílio de amigos, e ao chegar no Rio de Janeiro, para se estabelecer, recebeu ajuda de pessoas ligadas a instituições como a Igreja Católica e o Partido Comunista, que continuava atuando mesmo que a partir de estruturas clandestinas. Dessa forma, é possível inferir que essas redes de solidariedade já estavam sendo constituídas, tornando-se chaves para os deslocamentos desses indivíduos, ainda que em menor escala.

As pessoas me facilitaram isso, passagem e tudo me arranjaram um local para eu ficar lá, eu fiquei no Rio de Janeiro algum tempo. Aí é quando eu estava lá, daí saiu a prisão preventiva, não é? Decretada pela 5ª Região militar, 5º distrito naval, 5ª zona aérea né, muito, muito milico pro meu gosto, pra uma estudante, eu acho uma covardia, eu acho ridículo isso no final das contas [...] e as pessoas no Rio de Janeiro, eu conheci algumas pessoas é... algumas pessoas da Igreja Católica, algumas pessoas ligadas ao Partido Comunista. É incrível, né? Essa assim, é quase uma simbiose assim, mas é que naquela, naquele momento, é... em muitas situações desapareciam, desaparecia qualquer antagonismo, não é? As pessoas se unem para salvar o que ainda podia ser salvo, né? (Lucaski, 2014, 1:02:24)

Desta forma, o AI-5 surge como um dinamizador e um motivador para a saída em exílio desses indivíduos, agora sentindo mais diretamente a violência imposta pela ditadura para reprimir seus opositores. Manoel de Andrade explicita esse argumento em sua fala, apresentando que a divulgação de um poema seu, de sua arte engajada, nesse contexto acabou antecipando sua saída do país. Além de novamente citar a questão dos desaparecimentos, o medo de “desaparecer” após ser detido pelos militares está presente em muitas das narrativas. Esse receio quanto ao desaparecimento aparece como um contraponto ao exílio: ficar no Brasil correndo esse risco ou deixar o país. Desta forma, ao longo dos anos de 1969 e 1971, as saídas em exílio começam a ocorrer, com esses sujeitos utilizando das mais variadas táticas para conseguir cruzar a fronteira.

Agora, o que precipitou é minha ida, minha saída do Brasil, é... foi um poema que eu escrevi em outubro de 68, quando fez um ano da morte de Che Guevara, na Bolívia. Eu escrevi esse poema e mostrei ao produtor, ele pegou o poema, leu o poema e me disse essa frase: 'Isto é pólvora pura, que tal se nós publicarmos?' [...], mas o problema foi ele ser distribuído em novembro de 68 e estava sendo distribuído no começo de... dezembro, quando em 13 de dezembro aconteceu AI-5. E o poema... é... pregava a luta armada, não é? Fazia apologia da imagem do Che, pregando a luta armada. Bem, eu logo em janeiro já comecei já começou a caça às bruxas. [...] Coronel Bianco, que era o chefe da Polícia Federal e ele queria saber, ele estava com o meu

poema com o... com o panfleto na mão e queria saber onde que eu estava. Isto era março de 1969, já e era a época em que as pessoas estavam começando já a desaparecer (Andrade, 2014, 2:16).

A saída pelo Uruguai foi uma das mais utilizadas, pois, ainda em 1964, um grande grupo de políticos e sindicalistas brasileiros liderados por Jango e Leonel Brizola foram para Montevideu, capital uruguaia. Essa escolha foi feita por conta da proximidade do país com a região sul do Brasil, pois o mesmo grupo tentou estabelecer uma resistência ao golpe militar no estado do Rio Grande do Sul⁵², mas que não foi levada a frente por Goulart. O primeiro dos entrevistados a seguir essa rota foi Alcidino Bittencourt, também em 1964.

Vi que estavam sendo encaminhados os processos para julgamento na justiça militar é... e que os argumentos, sequer tinham sido utilizados os argumentos de defesa e que prevaleciam interpretações nos autos das versões da polícia política, era claro que eu não poderia ter ilusões sobre os resultados desses processos e antes, quando se aproximava o julgamento, eu tratei de deixar o país. Já fiz os contatos que eu tinha que fazer com amigos meus no Rio Grande do Sul. Isso aí, pela fronteira terrestre, fui para o Uruguai (Bittencourt, 2014, 24:48).

Desta forma, a comunidade brasileira dos primeiros exilados de 1964 se fortaleceu e começou a fornecer ajuda para os exilados que começaram a sair em 1968, formando uma rede de apoio. Uma das integrantes dessa rede foi Branca Moreira Alves que do Brasil organizava e auxiliava a saída em exílio de perseguidos pela ditadura, principalmente no pós AI-5, quando seu próprio filho, Márcio Moreira Alves teve seu mandato cassado e também precisou deixar o país. Branca é citada por dois dos entrevistados como sendo responsável por organizar o início de seus processos de exílio, tanto Euclides Coelho de Souza quanto Lídia Lucaski contaram com a ajuda de Moreira Alves no Rio de Janeiro.

Antes do AI-5, Euclides se casou com Adair e foram morar em Brasília, investindo mais tempo no aperfeiçoamento de suas técnicas teatrais. Tanto que, as condenações de Euclides são ligadas à sua atuação nos CPCs da UNE e a passeatas estudantis que participou enquanto estava em Curitiba. O choque para Euclides é um

⁵²Nasceram na cidade de São Borja, que fica no Estado do Rio Grande do Sul (RS), João Goulart e Getúlio Vargas, tendo Leonel Brizola nascido em Carazinho, no mesmo estado. Além da coincidência da terra natal, o RS tinha uma larga tradição política ligada ao trabalhismo, sendo estrategicamente um ponto possível para se estabelecer uma resistência ao golpe militar, que já havia sido evitado em 1961 com a Cadeia da Legalidade levada a frente por Brizola e que conseguiu garantir a posse de Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

pouco maior, pois no período já estava afastado do ME, casado e com filhos pequenos, assim, a escolha pelo exílio foi feita pouco tempo depois da promulgação do Ato Institucional em questão. Ele narra que, tal qual Lídia, primeiro faz um deslocamento interno, de Brasília para o Rio de Janeiro, possibilitado pela ajuda de amigos, somente depois conseguindo acessar os meios para deixar o país em definitivo. Novamente a existência de uma rede de solidariedade, seja ela mais ou menos pessoal, foi necessária para conseguir sair do exílio.

Daí... eu tinha uns amigos que nos ajudariam para ir ao Rio de Janeiro, fomos pro Rio, chegando no Rio, tinha uma menina que era daqui de Curitiba também, que ela não era comuna, mas dos estudantes, ela... falou, ela... ela se dava com dona Branquinha, dona Branquinha, é a mãe de Márcio Moreira Alves, dona Branquinha. Não era nada mais nada menos do que a representante do Papa no Brasil (risos) não é qualquer carguinho (risos), não é? Que a pessoa tem e ela então conseguiu nos colocar no esquema que nós sairíamos pelo Rio Grande do Sul. Era uma rua... é... que é só dar um passo e ela estava no Uruguai e aí não podia mais me pegar, fui eu... fui para lá para o primeiro, fui eu, entende e depois para ir para Santiago do Chile, onde tinha meu esquema lá, então aí sim tinha garantido não é? Quer dizer, daí eu passei, eu passei. (Souza, 2014, 49:09).

Há uma possibilidade que a “menina não comuna, mas dos estudantes” citada por Euclides Coelho de Souza seja a própria Lídia Lucaski, pois seus relatos sobre a vivência no RJ são do mesmo período. Entretanto, não é possível comprovar a hipótese, pois Lídia em seu depoimento foca em sua relação com Branca Moreira Alves, falando pouco de outros contatos que teve no Rio de Janeiro, e Euclides não cita seu nome - talvez nunca tenha chegado a descobrir qual era. De qualquer forma, Lídia também esteve amparada pela estrutura montada por Branca Moreira Alves para proteger e retirar do país perseguidos políticos. Inclusive, ao narrar sobre sua experiência com Moreira Alves, é um momento da entrevista no qual Lídia visivelmente se emociona.

Inclusive, era uma pessoa que tem que mencionar era a Branca Moreira Alves, a mãe do Márcio Moreira Alves, né? [Lídia se emociona e faz uma pausa para beber água] Fez um trabalho, assim.... muita gente... de tirar os perseguidos daqui, encaminhava para fora, não sei... no meu caso eu fui para o Uruguai, não é? Talvez se não fosse ela, não, não por mim, mas me emociona muito de uma pessoa na condição dela que ela podia, né? com a importância que ela tinha, etecetera, conhecimento, relacionamento é... não precisava, digamos, esse sacrifício maior. E era uma pessoa que eu sou testemunha disso, ela sacrificava a própria segurança, tudo, a vida dela, para retirar as pessoas. [Lídia chora] acho que Branca Moreira Alves salvou muita gente da morte. (Lucaski, 2014, 1:05:10).

Essa última questão apontada por Lídia é significativa ao pensar uma mudança da rota de exílio por parte dos brasileiros, já no ano de 1969. Em um primeiro momento, a comunidade brasileira no Uruguai conseguia comportar o fluxo de chegada dos exilados no país, mas essa situação mudou ao longo do ano devido a quantidade de pessoas querendo sair do Brasil. Além da estrutura disponível no Uruguai não suportar o grande número de exilados, o regime militar começou a fortalecer a segurança nas fronteiras, por já identificar esse movimento massivo de saída do país.

Desta forma, os indivíduos que saíram posteriormente já não dispunham dessa rede de auxílio, tendo que buscar outras formas de se exilar, como foi o caso de Carlos Frederico Marés e Manoel de Andrade. Para esses dois, os contatos pessoais foram mais do que necessários para conseguir deixar o país.

Marés tentou utilizar da rede de apoio que tinha de seu partido, o PCBR, mas no contexto do pós-AI-5, com praticamente todas as estruturas partidárias brasileiras tendo que se tornar clandestinas, até mesmo o contato com outros militantes foi impossibilitado, e quando se conseguia contatar um colega de partido, pouca era a ajuda disponível para oferecer. Com efeito, Carlos Frederico Marés contou com os recursos econômicos e sociais que sua família tinha, seu pai era promotor de justiça e conseguiu fazer contatos para o filho deixar o país.

Naquele tempo, eu militava no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, no PCBR, que tinha estruturas legais e tinha estruturas clandestinas, Eu circulava nas duas, mas eu não tinha contatos [...] Eu saí de Curitiba, fui morar em São Paulo, depois fui morar em Santos, mas, por minha conta em risco fui tentando encontrar os contatos e utilizando amizades anteriores, legais, absolutamente legais, inclusive colocando certo risco para essas pessoas conscientemente, colocando em risco e as pessoas conscientemente correndo riscos. São amigos que até hoje são muito queridos. E como não era possível, como não foi possível encontrar uma saída... meus pais, meu pai especialmente, me conseguiu uma saída, me tirou pelo Paraguai. O Brasil estava cercado e era muito difícil sair pelas fronteiras. É... a saída para o Uruguai era praticamente impossível e a opção era sair pelo Uruguai, não tinha muitos países para sair ali também por fronteira. Então eu saí para o Paraguai que era mais fácil, saí pelo Mato Grosso, com apoio de amigos e do meu pai. Sai para o Paraguai, fui para a Assunção, de Assunção peguei um avião e fui para Montevideú. [você saiu sozinho?] Fui eu e minha esposa. Fomos nós dois. Em todos os momentos estivemos juntos, não tivemos nenhum momento separados, eu e Dirce, Maria Dirce. Nós dois saímos daí para o Paraguai, no Paraguai pegamos uma, pegamos um ônibus em Pedro Juan Caballero e fomos para Assunção e em Assunção, pegamos um avião, às custas do meu pai, evidentemente que o pai financiou toda a nossa viagem (Marés, 2013, 42:13).

Manoel de Andrade estava sem condenações, mas perseguido por conta de seu poema que propagandeava iniciativas de luta armada a partir da figura de Che Guevara, um ato grave para os padrões estabelecidos na Doutrina de Segurança Nacional, assim, após consultar a opinião de pessoas próximas, saiu em exílio. Manoel fez um movimento parecido com o de Marés, mas por não ser ligado a uma organização política, buscou ajuda de amigos que conheceu no ME, entre eles o que mais conseguiu lhe amparar foi Roberto Requião.

Eu tive aí uma conversa com alguns amigos [...] e com o Requião. E foi o próprio Requião que me disse, olha, Maneco, você... você tem que sair do país o quanto antes e ele tinha uns amigos no Paraguai e me deu as indicações. E eu, em março de 69, peguei, comprei uma mochila ali na rua Riachuelo, porque naquela época era muito comum andar de mochila, os mochileiros eram tidos, assim como pessoas inconsequentes e tal. Eu digo, olha, eu vou comprar uma mochila, uma mochila para atravessar a Fronteira. Quando eu voltei, estavam me procurando e eu comprei a minha mochila. Isso aí, como eu era casado na época, era casado, tinha uma filha de 6 anos. É, mas tinha que sair, tinha que sair, porque senão, poderia ter me acontecido o pior e fui para o... para Foz do Iguaçu e de Foz do Iguaçu, atravessei a Fronteira, avistei meu passaporte, fui para Assunção e em Assunção, encontrei os amigos que me foram recomendados lá pelo Requião (Andrade, 2014, 11:56).

Dessa forma, tanto Marés quanto Manoel deixaram o Brasil contando com redes de apoio formadas por família ou amigos e pela fronteira com o Paraguai. Mesmo que o país já estivesse com uma ditadura instaurada nesse período, comandada por Alfredo Stroessner, a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, deixar o Brasil pela fronteira com o Paraguai aparentava ser uma opção mais segura e possível do que a usual saída pelo Uruguai, por conta de os paraguaios não receberem um fluxo tão grande de exilados.

Por último, Dimas Floriani e Vitório Sorotiuk saíram juntos em exílio, acompanhados do irmão de Vitório, Nelson Sorotiuk. Entretanto, esse processo de saída do Brasil foi posterior aos outros casos dos estudantes, pois Sorotiuk foi preso, sendo colocado em liberdade apenas em 1971. Esse narra que ainda tentou continuar em Curitiba após sua soltura, mas que não conseguiu, por conta das perseguições diretas e indiretas que continuou sofrendo, o entrevistado coloca que a “única saída” foi o exílio:

É assim foi, é... quando eu saí da prisão, em 1971, não é? Não tinha emprego, não tinha onde trabalhar, não é? Vinha pela Rua XV [de Novembro], aí uma pessoa conhecida vinha e eu não sabia se eu tinha que cumprimentá-la ou

não, porque muitos mudavam de lado da rua de medo, viu o regime de terror, estavam matando pessoas, então começou a fase do extermínio, né? da ditadura que você vê é... a partir de 71, 72, 73, que tem um registro maior de mortes.. Então, quando estava com essas informações e aí prenderam meu irmão, que é... o Nelson, porque ele estava... ele veio de Campo Mourão para cá, para me ajudar justamente dá assistência na prisão, levar coisas para mim e tal, ele era jovem e tinha recém completado 18 anos e ele foi ajudar com outros presos políticos lá... levar na Rodoviária e o prenderam e aí eu não conseguia emprego. Começaram novamente é... as perseguições veladas, eu ia numa casa de amigos, de conhecidos, dentro de um tempo o pessoal ficava intranquilo pedia para eu ir embora, não é? Era como eu vivesse numa situação que não tinha como ficar em uma vida legal e não tinha como ter emprego nenhum, porque eu ia buscar atestado de conduta, não me davam um atestado de boa conduta, não tinha nem da DOPS nem da Polícia Civil, não tinha... não tinha como trabalhar. Aí é a única saída que eu encontrei foi pro Chile, não é? daí eu fui pro... pro Chile em janeiro de 1972 e fiquei aí em liberdade, não é? até a vinda do golpe militar (Sorotiuk, 2013, 28:59).

Dimas Floriani nos apresenta um outro ponto de vista dessa saída em exílio, mas que chega às mesmas conclusões: com o aumento da repressão, das prisões, e com a impossibilidade de se ter uma vida plena no Brasil depois que fichado pelos militares, a opção mais viável era o exílio.

É, mas então a situação começou a fechar assim, não é? As chances de a gente continuar com essa militância social e política foram diminuindo, e eu disse para o Nelson: Nelson, eu não quero ser preso, não é? Agora, a bola da vez vai ser eu, não é? É, então eu disse: olha, o Vitório tinha saído da prisão, aí eles não permitiam que ele conseguisse emprego nenhum. Assim, então é o seguinte, nós vamos preparar uma saída táctica inicialmente, não é? É, nós vamos sair do país porque o clima aqui não está para peixe, não é? Eu vi que aqui não tinha condições de seguir com aquela intervenção social e política. Eu disse: nós vamos para o Chile, que é a Terra da liberdade lá, não é? Vamos, não é... fazer buscar outras alternativas, não é? Já que praticamente a esquerda brasileira já final de 71, não é? Já estava... tinham matado Lamarca, Marighella, não é? E nós também perdemos as nossas referências, não é? Nós apostávamos em uma certa liderança da esquerda, não é mesmo armada, não é? Mesmo armada, nós pensávamos numa alternativa, depois ouvimos do Araguaia, mas muito distante da gente, não é? A gente sabia meio que indiretamente, porque nós já éramos outro partido, não era o PCB que organizou, né? É, então nós saímos, saímos do país, não é? E janeiro de 72, nós tínhamos contatos em Porto Alegre, tínhamos contato na fronteira e cruzamos Uruguai. É, e aí fomos... para Argentina e da Argentina, Mendonça e aí Santiago (Floriani, 2013, 33:47).

Conforme apresentado por Dimas Floriani, os exilados que saíram já em 1971 contaram com uma nova perspectiva de exílio, que também alterou as dinâmicas de saída do país. A eleição de Salvador Allende no final de 1970 para presidente do Chile trouxe um novo elemento para o tabuleiro geopolítico sul-americano. O primeiro presidente socialista eleito democraticamente na América Latina assumiu o poder justamente no ano de 1971 e abriu suas fronteiras para receber exilados políticos das

ditaduras militares de países vizinhos, estes agora só serviam como uma terra passageira para chegar até Santiago. Assim, o Chile, a “terra da liberdade”, começou a receber em quantidades massivas exilados de todo o cone sul, inclusive sendo o destino de indivíduos que já haviam saído de seu país de origem, mas que enfrentavam dificuldades em seus primeiros locais de exílio.

3.2 – Os “militantes”

Da mesma forma que alguns integrantes do grupo anterior, José Carlos de Oliveira Mendes e Noemi Osna iniciaram seu envolvimento na política a partir da participação no Movimento Estudantil, sendo que Mendes, ainda mais novo, fazia parte do ME secundarista e Osna do ME universitário. Ainda assim, essas duas esferas de atuação tiveram contato, principalmente no ano de 1968.

José Carlos de Oliveira Mendes narra que sua militância política começou em Curitiba, no ano de 1968, atuando com outros estudantes secundaristas da UPE em manifestações e passeatas. Em sua narrativa é reforçada a importância da “juventude” em atos contra a ditadura militar. Ele cita até que participou de um dos feitos mais significativos do ME paranaense: a tomada da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, que ajudou a barrar a implementação do ensino superior pago no estado.

E o começo minha militância foi em Curitiba, no Movimento Estudantil de 68, logo no início de 68, o Brasil e aqui no Paraná, em Curitiba, eclodiu naturalmente essas passeatas e assembleias, e enfim, todas aquelas mobilizações da juventude contra o Regime militar do nosso país que havia tomado o poder em 64. Foram os jovens universitários e secundaristas, eu era secundarista, e junto com outros secundaristas, nós acompanhávamos os companheiros com o Diretório de Estudantes da UPE. As concentrações normalmente eram feitas na Reitoria ou na frente da universidade [Santos Andrade] e se encaminhavam pela Rua XV [de novembro]. Decidiu-se bem pelo centro da cidade para que, naquela época, a maioria da população soubesse que a juventude não estava calada. Houve também dentro dessas mobilizações a tomada da Reitoria da Universidade Federal, em que eu participei (Mendes, 2014, 0:30).

Noemi também sinaliza que participou desses movimentos contra os acordos MEC-USAID⁵³, que previam o pagamento de mensalidades em universidades públicas. O reitor Flávio Suplicy de Lacerda estava à frente desse projeto, sendo

⁵³ Estes acordos, fruto da colaboração entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e United States Agency for International Development (USAID), tinham como objetivo auxiliar a expansão do sistema de ensino superior do Brasil seguindo o modelo de educação norte-americano. As críticas feitas a esse projeto estavam ligadas, principalmente, ao fim da gratuidade nas universidades públicas oficiais no país.

também colaboracionista da ditadura militar, Ministro da Educação nos anos de 1964 a 1966 e indicado ao cargo de reitor da UFPR, em 1967. Além de acompanhar manifestações e outros atos, Noemi relata que ajudou Teresa Urban, sua colega do curso de Jornalismo, a editar um jornal da UPE que denunciava os desmandos de Suplicy de Lacerda, esse jornal foi apreendido e ela foi fichada pela primeira vez pela DOPS.

E eu participei de algumas pichações na época, de panfletagens, de passeatas, né? Que é o que a maioria dos estudantes engajados, vamos assim dizer, fazia. E com a história da... do jornal e com a história da.. do processo da UPE é... meu ex-marido na época, o Selerino Carricone, também era da diretoria [da UPE] e nós estávamos os dois nos formando, ele em Medicina pela Universidade Católica na época e eu em Jornalismo pela Federal e nós nos ligamos à AP, que era Ação Popular, que era um grupo de esquerda que tinha surgido a partir da ação católica, mas estava é... assumindo devagarinho uma linha maoísta, não é? Uma linha revolucionária maoísta e a gente passou a militar na AP e fomos para São Paulo já no final de 67, quando nós dois nos formamos. Já para entrar na clandestinidade, já prevendo que haveria um processo e que a repressão ia ficar pior (Osna, 2014, 7:05).

Nesse momento é que se mostra a diferença em questão entre esses dois entrevistados que participaram do Movimento Estudantil com os estudos de caso do primeiro grupo, os “acadêmicos engajados” já apresentados acima, pois tanto Osna quanto Mendes se envolveram com mais afinco na atuação em suas organizações políticas. Noemi ainda no final de 1967 entrou na clandestinidade para atuar pela Ação Popular em São Paulo, José Carlos só passou por esse processo após 1968, através do contato com Júlio Covello que o convidou a fazer parte da VPR no Rio de Janeiro. Desta forma, os primeiros deslocamentos dos dois foram motivados por suas militâncias políticas.

Logo a seguir, já veio uma situação um pouco diferente, nós achávamos, nós eu coloco de novo no plural, uma quantidade de jovens, acreditava que tínhamos que pegar em armas contra a ditadura. E aqui do Paraná já havia um companheiro nosso que morava no Rio de Janeiro, o Júlio Covello, que já era um militante da VPR e havia naquela época uma prática na esquerda de recrutar entre as organizações de esquerda assim, pois eu fui recrutado para a VPR pelo Júlio e fui para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, a VPR praticou várias das ações mais importantes quanto ao governo militar, entre elas foi o sequestro do embaixador alemão, a expropriação do cofre do Adhemar de Barros e o sequestro do embaixador suíço, do qual eu tive uma participação. Esse sequestro nos vendeu a libertação de 70 presos políticos encaminhados ao Chile (Mendes, 2014, 7:09).

Esse também foi o caso de Aluízio Palmar, carioca, que ao longo do ano de 1967 já estava no Paraná dando início a tentativa de estabelecer um foco de guerrilha armada no oeste do estado. Palmar relata como se deu a escolha para vir atuar no estado paranaense depois da ruptura com o Partido Comunista e sua adesão a dissidência de Niterói, também conhecida como MR-8

Aí os companheiros do CRUSP⁵⁴, que estavam, é bem próximo ao Marighela na construção da Ação Libertadora Nacional de... eles apontaram a possibilidade do oeste do Paraná. E apontaram essa possibilidade, tendo em vista a região ser uma região de conflitos sociais intensos e uma cobertura vegetal muito grande, muito forte, não é? densa, não é? a cobertura vegetal da região oeste naquela época. [...] Tanto que nós viemos para o estado do Paraná com a intenção de implantar é... ações de guerrilha, construindo bases de apoio (Palmar, 2014, 7:49).

O contexto político e social do oeste do Paraná, além de sua geografia, encaixava-se nas propostas foquistas defendidas pelo MR-8. As revoltas e a luta pela terra na região, conjuntura semelhante ao movimento que iniciou as Ligas Camponesas em Pernambuco e depois se espalhou por todo o Nordeste, seriam incorporadas aos propósitos revolucionários desse movimento.

Com isso, Aluízio veio antes para Curitiba, conversar com outros militantes e tentar angariar mais pessoas para integrar essa mobilização. Ao final deste trecho, ele afirma que defendia a necessidade de se implementar um foco no oeste, mas não dizia qual a cidade. É uma possibilidade que nem mesmo Aluízio soubesse onde seria mais coerente de se fazer essa concentração, talvez por questões de segurança interna estabelecidas pela organização, visto que só foi conhecer a região meses depois.

E eu caí aqui pregando, pregando, essa é a palavra certa, o guevarismo, o foquismo, não é? Está na hora de pegar em armas para... não sei o quê. E então fiquei aqui em Curitiba um tempão que nem um pastor evangélico e tendo reunião com todo mundo e defendendo a tese da necessidade de implantação imediata do foco de guerrilha no oeste do Paraná e não dizia qual a cidade (Palmar, 2014, 11:30).

De qualquer forma, Aluízio conseguiu convencer e teve o apoio de diversos dissidentes paranaenses do PCB em sua empreitada, citando nominalmente Fábio

⁵⁴Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (USP). Durante a ditadura militar o lugar era um ponto de encontro e de organização dos estudantes da USP, sendo palco de assembleias, congressos, eventos culturais, entre outras atividades.

Campana, Teresa Urban e Judite Trindade⁵⁵. Ele ficou atuando na região até sua prisão em 1969.

Nesse grupo de entrevistados, o caso de atuação política que mais difere dos demais é o de Neusa Cerveira, que, como já foi mencionado anteriormente, desde criança se viu envolvida nas dinâmicas da militância de organizações de esquerda por conta de seu pai, Joaquim Pires Cerveira. Um cuidado muito grande aplicado nessa pesquisa foi o de não resumir a trajetória política de Neusa à militância de seu pai, entretanto, seus percursos são indissociáveis nessa primeira parte que se refere a vida antes do exílio de Neusa, a própria faz referências ao pai muitas vezes durante a entrevista: “É posteriormente, logo depois é... eu vim morar em Curitiba porque o meu pai... sim, eu sou filha do Major Joaquim Pires Cerveira que atualmente é um desaparecido político da operação Condor” (Cerveira, 2014, 0:41).

Neusa destaca em diversos momentos da narrativa que era criança no período do golpe militar e nos primeiros anos de vigência da ditadura, dessa maneira, toda a visão construída por ela referente a essa época é formada a partir dos impactos que seu pai sofreu e que foram afetando suas dinâmicas domiciliares.

Nós tínhamos uma vida normal, eu era bastante pequena, né? E passou meio, é batido, mas nem tanto, porque a minha mãe ficou muito nervosa, é a nossa casa... meu pai foi preso imediatamente, porque ele estava exercendo um mandato de vereador, tinha recém assumido o mandato de vereador [...]

⁵⁵Luiz Fábio Campana foi jornalista e militante comunista paranaense. Se filiou ao Partido Comunista Brasileiro quando ainda era um estudante secundarista e se envolveu em diversas atividades do PCB. No final dos anos 60 rompeu com o Partidão e formou a dissidência do Paraná. Posteriormente Campana acabou integrando os quadros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro e, nos anos 70, depois de se desligar da organização, ajudou a fundar o que viria a ser o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), organizando as atividades do partido no Paraná.

Teresa Urban foi jornalista e militante contra a ditadura militar no Paraná. Se envolveu com o Movimento Estudantil da Universidade Federal do Paraná e chegou a integrar os quadros da organização política revolucionária Política Operária (POLOP). Foi presa e se exilou no Chile do ano de 1970 a 1972. Teresa escreveu para jornais de relevância nacional e foi precursora da área de jornalismo ambiental, ajudando no mapeamento de florestas de araucária do Paraná e ajudando a desenvolver a Rede Verde de Informações Ambientais. Nunca deixou de denunciar e investigar os crimes cometidos pelos militares golpistas durante a ditadura. A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná leva seu nome como homenagem.

Judite Maria Barboza Trindade é professora e foi militante contra a ditadura militar no Paraná. Quando veio para Curitiba cursar História na Universidade Federal do Paraná, já havia um histórico de militância secundarista em Maringá. Judite foi uma militante ativa no Movimento Estudantil da Universidade Federal do Paraná e esteve entre os estudantes presos em 1968 no Congresso Regional da UNE na Chácara do Alemão em Curitiba. Depois de solta, Judite voltou para a faculdade e se envolveu com movimentos sociais de luta pela terra e na Campanha pela Anistia. Destaco aqui que a participação de Trindade em dissidências do PCB é uma informação presente no testemunho de Aluizio Palmar, a mesma em seu testemunho não se coloca como dissidente.

É... no quartel, ele vem em casa, eu me lembro disso, que ele vem em casa, mudou a roupa, ele era major, ele foi major bem jovem mesmo, ele se vestiu de militar e foi para o para o quartel com os companheiros dele, decidiram resistir ao golpe. Não resistiram muito tempo porque foram traídos, a maioria da... dos generais, não é? que eles acreditavam que ficaria com eles (Cerveira, 2014, 8:39 e 13:33).

Durante a infância, passou por situações com um grau altíssimo de violência, por conta da perseguição imposta pelos militares golpistas contra seu pai, que entrou na clandestinidade após 1964, e que acabaram atingindo a família como um todo. Por conta dessa carga traumática experienciada ainda quando criança, Neusa produziu um dos testemunhos mais complexos de serem analisados entre os estudos de caso.

Além disso, também passou por uma experiência de deslocamento interno, indo para o Rio de Janeiro com sua família, pois a casa deles em Curitiba havia sido alvo de uma operação para prender seu pai. Viver ainda muito jovem na clandestinidade deixou marcas que transparecem na narrativa de Neusa, ao contar o episódio no qual ela quase foi presa, mas conseguiu escapar: “Eu saí correndo, eu era muito esperta, todos nós éramos muito espertos. Todos os filhos desse pessoal que viviam correndo, fugindo de lá para cá, eram muito espertos” (Cerveira, 2014, 55:42). Além disso, a questão da perseguição cada vez mais violenta dos militares e a atuação política de seu pai também estão presentes no testemunho, como o medo constante de ter perdido o ente querido.

Eu lembro que eu andava assim pela rua com a minha mãe, às vezes, às vezes a gente via quando... há ‘o que aconteceu ali naquele prédio?’ e falavam ‘não, pegaram uns terroristas, mataram’, a gente ficava sempre tentando ver, para ver se era alguém conhecido... ver se não era o papai (Cerveira, 2014, 50:58).

A perseguição política era uma constante na vida de Neusa, com isso, mudanças relacionadas à promulgação do AI-5 não estão presentes em seu relato, inclusive, ela dificilmente faz marcações temporais em sua narrativa. Entretanto, a partir da biografia de seu pai, escrita pelo Memorial da Resistência de São Paulo é possível estabelecer essa relação:

Em 1968, com o acirramento da repressão política, a família de Cerveira passou a ser perseguida e a casa em Curitiba foi invadida e saqueada diversas vezes. Frente a isso, Cerveira encaminhou ao Superior Tribunal Militar um “Habeas Corpus Preventivo Urgente” em que solicitou a proteção de sua família e denunciou os maus tratos desprendidos à mesma por agentes do DOPS/PR. Em Curitiba, sua esposa foi presa sem acusação e

seus filhos foram humilhados e agredidos fisicamente nas invasões e saques domiciliares realizados por equipes do DOPS/PR (Memorial Da Resistência).

Essa questão aparece também nas narrativas de José Carlos de Oliveira Mendes e Noemi Osna, figurando indiretamente no caso de Aluízio Palmar. No caso de Mendes, esse fato histórico entra mais como a constatação de um recrudescimento da ditadura militar, que impulsionou sua entrada, assim como a de outros participantes de organizações de esquerda, na clandestinidade.

Aí veio o famigerado AI-5 numa sexta-feira 13, de dezembro de [19]68. Isso endureceu o que já era duro, a ditadura, o que obrigou praticamente todos mergulharmos na clandestinidade, naquele momento já quase todos pertenciam a algum tipo de organização de esquerda que estava também na clandestinidade (Mendes, 2014, 5:30).

Na narrativa de Noemi a referência ao AI-5 vem acompanhada do relato de prisão de seu marido na época, quando os dois tinham um filho pequeno. Após a detenção, Selerino ficou dias desaparecido e Noemi sem notícias dele. É a partir da comparação entre as prisões pré e pós AI-5 que ela constrói essa parte de seu relato, que destaca a atuação de sua mãe, que mesmo consciente dos riscos, empreendeu um grande esforço para encontrar o genro - um outro exemplo de como as redes de solidariedade compostas pelos familiares desses militantes eram importantes para a sua atuação.

Aí ele [Selerino] foi preso e eu fiquei na casa com meu filho, na época, tinha 4 a 5 meses, com muito medo. [...] O dia seguinte era aquela esperança, 'não... vão soltar, daqui a pouco soltam', porque era assim que tinha acontecido até o AI- 5, era assim que a gente estava acostumado. Só que ele não voltou para casa. Aí no dia seguinte que eu fiz, me enchi de coragem, sei lá, e fui procurar. Fui no DOPS e em vários lugares perguntar por ele e eu percebi que os policiais me olhavam com uma cara esquisita: 'ó dona, é melhor você voltar para casa e ficar quieta' [...]

Ele foi solto em maio, ficou 3 meses preso, sendo que 2 meses e pouco desaparecido, quase 3 meses desaparecido. E minha mãe, minha mãe, ficava meio na ponte de Curitiba para... minha mãe, nossa minha mãe chegou a ir de presídio em presídio atrás dele, minha mãe ia. Ela teve uma coragem assim, impressionante, ela foi no DOPS, foi em todos os presídios de São Paulo, até que consegui falar com ele em... no DOPS, quando a barra já estava.... já estava um pouco mais maneira, não é? para esse pessoal. E ela conseguiu falar com ele, ela voltou para Curitiba uns dias depois, ela voltou e disse: 'olha, está solto, soltaram, disseram por enquanto você não é nossa meta' (Osna, 2014, 15:23 e 19:50).

No caso de Aluízio Palmar, o impacto político do AI-5 aparece de forma indireta, a partir do rompimento da dissidência no Paraná com a base do MR-8. Em

partes, esse rompimento ocorre por conta do desmantelamento dessas organizações frente à estrutura de repressão imposta após a promulgação do Ato Institucional. Essa situação gera outro problema para Aluízio, pois se algum integrante fosse preso, poderia entregar informações sobre o foco no oeste que ainda não estava completamente estabelecido.

Fizemos uma reunião com a dissidência do Paraná e eles romperam com a gente. Isso criou um problema de segurança gravíssimo, porque eles conheciam a nossa atuação no oeste, uma prisão de qualquer membro da dissidência comunista do Paraná poderia levar a repressão até o oeste. Para ver a viabilidade do foco, então, foi chamado o Congresso, foi chamado o Congresso e foi decidido desativar a região oeste. Fui com é... é com Mauro Fernando desativar o base (Palmar, 2014, 51:46).

A prisão de Aluízio ocorreu por um acidente, literalmente, quando ele e este colega de organização estavam realizando os trâmites de desativação das estruturas do foco em Cascavel.

Então nós fomos para a Sexta-feira Santa, com o Mauro e sua mulher, a gente foi comprar um peixe para levar na casa do seu Francisco para comer com a família do seu Francisco, que era o nosso último contato. Aí a gente voltou para Cascavel, vamos comprar o peixe... o Mauro bate o carro. Bate o carro. Bate o carro. E junta... tem acidente de trânsito sempre junta gente, há muita gente chama atenção e foi perto da Rodoviária, ou seja, lugar de polícia, lugar de jagunço. E para mim... ali eu fiquei ali do lado do jipe, cuidando do jipe que estava cheio de coisas nossas, não é? Eu podia ter me mandado, mas não me mandei e fiquei aí cuidando de.... foi questão de minutos de que chegou o fiscal da PM da Terra, junto com alguns policiais e diziam: 'ali está o comunista guerrilheiro'. É o tempo de me segurarem, não é? Me seguraram, me levaram para a delegacia (Palmar, 2014, 54:10).

Foi nesse mesmo contexto que começaram as saídas em exílio dos grupos de militantes. O caso de Noemi Osna foi o mais "convencional" entre os cenários de exílio narrados por este grupo e ela também é a mais direta ao relatar esse acontecimento. Após a liberação de seu marido, no começo do ano de 1969, eles foram para o Rio Grande do Sul e por lá saíram para o Uruguai. A ida do casal e do filho para o estado gaúcho foi facilitada, pois além de Selerino ser originário dessa região, devido a sua detenção ter sido totalmente clandestina, não havia nenhuma acusação formal contra o casal.

Ele foi solto e dali a gente foi para o exílio logo em seguida, a gente se encontrou aqui em Curitiba, passamos uns dias em... no Rio Grande do Sul, porque ele era gaúcho, ele foi fazer documento, estava sem identidade. E

saímos pelo Uruguai, saímos pelo Uruguai, por Jaguarão (Osna, 2014, 20:40).

No caso de Neusa Cerveira, seu processo de saída em exílio está relacionado com a trajetória de seu pai. Joaquim Pires Cerveira foi preso em 1970 no Rio de Janeiro e liberado no mesmo ano com outros 39 presos políticos em troca da libertação do embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben. O diplomata foi sequestrado por membros da VPR, organização da qual Joaquim era parceiro, e da ALN. Com isso, seu pai foi liberado da prisão e deixou o Brasil com o *status* de banido, assim tendo sua volta para o país proibida, indo diretamente para a França.

Neusa talvez tenha sido a única dos entrevistados que teve uma real opção de escolher entre sair em exílio ou ficar no país, pois pôde optar entre acompanhar o pai ou ficar com a sua mãe e irmão que voltariam para Curitiba. Um aspecto relevante da narrativa de Neusa é a relação com o seu pai é tão marcante que outros membros da sua família são quase que apagados de seu relato, como é o caso de sua mãe, Maria de Lourdes Romanzini, nesse caso. Para uma tomada de decisão tão importante, como saída de Neusa para outro país em um contexto de perseguição de seu pai, a figura de Maria de Lourdes é colocada apenas como uma figura passiva, uma possibilidade de poder ou não ficar no Brasil, como se a figura materna não tivesse uma posição ativa na definição do futuro na filha adolescente no período.

Por conseguinte, a relação entre Neusa e Joaquim novamente aparece com mais força, dessa forma, ela preferiu deixar o país. Nesse processo, Neusa contou com a ajuda de um casal de boas condições sociais e financeiras que apoiava a organização do Major Cerveira com esse auxílio e documentos falsos, ela conseguiu deixar o país.

Meu pai mandou me buscar porque a minha mãe perguntou se queria voltar aqui para Curitiba ou se eu queria ficar com meu pai e eu fui embora com meu pai [...] Fui pro Chile, com um casal chamado é... viajei sozinha, eu viajei sozinha, quer dizer, sozinha sem a minha mãe, meu pai, mas com um casal, não é? Um casal de burgueses que iam para lá e eu viajei com documentos falsos. Eu fiquei na casa do juiz que era um apoiador, mas que estava... teve que se exilar porque ia ser preso, ele era um apoiador e ele era a favor da luta armada e já era amigo do meu pai. Eu fui para a casa dele e da esposa dele... moravam em São Paulo. Eles não tinham filhos, era o segundo casamento dele. Era um juiz, Carlos Figueiredo Sá, irmão de um desembargador, fiquei na casa dele. Aí meu pai foi para a França, encontrei com ele na França e nós voltamos para o Chile. Depois de algum tempo no Chile, nós, meu pai, meu pai já era muito amigo do Allende [...] eu não morava

com meu pai, no Chile, mas eu via ele todos os dias quando ele não estava viajando (Cerveira, 2014, 1:10:54).

A tática da troca de embaixadores por presos políticos também tirou Aluizio Palmar da prisão no ano de 1970. Em outra ação liderada pela VPR, o embaixador suíço Giovanni Bucher foi sequestrado e para sua liberação, 70 presos políticos foram levados para o Chile. Ele narra o momento que ficou sabendo da notícia do sequestro e o percurso que fez até sair da prisão, quando, surpreendentemente, houve uma tentativa dos militares de desencorajar o aceite dos presos políticos em sair do país, utilizando até de argumentos nacionalistas para isso.

Quando houve o sequestro do embaixador suíço, liguei o rádio, liguei o rádio e eu vi que o embaixador tinha sido sequestrado, então dessa vez eu saio dessa droga (risos). [...]

Alguns dias depois, eu sou levado lá para cima e me mandaram tirar a roupa e me fotografa de frente de... por trás, do lado esquerdo, lado direito, de cima para baixo, de baixo para cima e me dão um papel ali para eu assinar, dizendo que se aceitava ou não sair por conta de um sequestro, que se eu se eu não assinasse a minha condenação, seria é... aliviada, em que eu que teria requisitos, sairia logo da prisão, que eu não podia deixar, que se eu saísse do Brasil seria anti-pátria, não é? anti-pátria, que estaria renegando a minha pátria né? Brasil, grande Brasil, não sei o quê. Que Brasil é esse que eu estou lá, preso em um cubículo, numa solitária, esse é o Brasil? eu quero ir embora daqui (Palmar, 2014, 1:36:09 e 1:39:24).

Em contraste com a atenção que havia recebido na prisão, Aluizio relata que o deslocamento até o Chile foi tenso, com ameaças constantes por parte dos agentes do Estado que estavam acompanhando os presos políticos a serem libertados. Além disso, o entrevistado ressalta que, em um gesto simbólico, os militares brasileiros queriam que os libertados descessem algemados no aeroporto chileno, frisando sua posição de presos, o que foi negado pelos representantes chilenos ali presentes.

Porque havia aquela coisa, não é? Ó, se o embaixador cair, se matarem o embaixador que está no Brasil, nós vamos jogar vocês no mar, então vocês estão no fio da navalha. Então quando a gente chega no Chile, o avião aterrissa, daqui não saio mais que o Chile não vão deixar esse avião levantar voo, não é? A gente não sabe o que estava acontecendo no Brasil, o embaixador continuava ainda capturado [...]. E o governo chileno disse “aqui em terra chilena não, aqui ninguém desce algemado”, então descemos sem algema, segurando a bandeira do Chile, a bandeira do Brasil, aquela festa toda e ficamos no Chile é... um tempão (Palmar, 2014, 1:42:24).

Embora houvesse a possibilidade de escolha, muito limitada tendo em vista a situação na qual se encontrava Aluizio na prisão, seu processo de exílio foi mais condicionado, já que a própria estrutura do Estado providenciou sua saída do o país.

Ainda assim, esse fato não diminui a importância de uma rede de solidariedade nesse processo do exílio de Palmar. No caso dele, essa rede foi formada por militantes de organizações políticas de esquerda, entre eles José Carlos Mendes, que participou diretamente do sequestro de Bucher. Estes sabendo de sua prisão, o incluíram na lista de presos políticos a serem libertados como resultado da ação, reconhecendo esse que revela também certo capital político que Palmar tinha no período.

Voltando ao caso de José Carlos, seu exílio foi o mais díspar em relação aos demais entrevistados, pois ocorreu depois de sua saída do Brasil. Isso por conta de uma ação designada pela VPR para ele, a de levar a esposa de um companheiro de organização desaparecido para fora do país. Com isso, José Carlos saiu em um primeiro momento não em exílio, mas para cumprir essa ação e voltar ao Brasil. Chegando no Chile, a própria organização o pediu para continuar no país, visto as dificuldades que a VPR enfrentava.

A companheira comandante da VPR, Zenaide Machado, me encomendou uma missão que era de levar ao Chile, isto em 71, a companheira de um companheiro desaparecido e assassinado Walter Ribeiro, o Dico, com seus dois filhos pequenos. É... a VPR estava em crise política interna com, depois veio-se a saber, com a infiltração do Cabo Anselmo e com problemas realmente muito sérios de retomada do processo de luta armada. Havíamos é... perdido inúmeros companheiros desde o vale do Ribeira em abril, maio de 70 até essa época que me refiro de 71, foram inúmeras as prisões e desaparecimentos e assassinatos de companheiros. [...] Aí nessa ocasião, eu vim ao Paraná com a companheira e as duas crianças dela e meu pai me ajudou sair do país pela Argentina. Depois eu fui até o Chile, chegando lá no Chile, tomei contato com o comando da VPR, que estava sob a responsabilidade do Aluizio Palmar. Eles decidiram que eu ficaria um tempo lá no Chile e me encaminharam para um sítio que a VPR mantinha. Um dos primeiros contrafortes da Cordilheira dos Andes, onde havia um aparelho que residiam outros companheiros (Mendes, 2014, 9:17).

Entretanto, percebendo que a organização já estava enfraquecida com a prisão e morte de muitos colegas de VPR, e com o fracasso de estabelecer uma nova frente de resistência com Aluizio Palmar, em 1971, na região da tríplice fronteira, José Carlos resolveu “sair em exílio” mesmo já estando no exterior. Mudando assim seu eixo de atuação, ele se desvincula da VPR e começa a pensar em projetos pessoais para serem desenvolvidos enquanto ficava no Chile.

Voltei ao Chile, daí é... pedi asilo político no Chile e foi concedido pelo governo do presidente Allende. E lá, uma vez que a nossa organização se desestruturou, estava se desestruturada... vamos seguir os caminhos de que? exílio, não é? Tentar estudar, tentar trabalhar, tentar fazer alguma coisa,

mas o Chile estava num processo de radicalização crescente (Mendes, 2014, 22:30).

Por fim, com essa primeira análise e comparação sobre o processo de saída em exílio dos integrantes dos grupos políticos aqui propostos, dois aspectos podem ser identificados em todas as narrativas. O primeiro se refere à presença de uma rede de solidariedade que auxiliou na vivência dessas pessoas dentro do Brasil e o segundo diz respeito ao impacto do Ato Institucional nº 5 como um catalisador de exílios de brasileiros.

Em relação ao primeiro aspecto, seja por laços familiares, de amizade ou de organizações políticas, os exilados foram amparados por outras pessoas para conseguir deixar o país, ou seja, o processo de exílio, mesmo que individual, envolve um grupo de pessoas para ser realizado. Segundo Alejandro Portes (2000, p. 135), “As redes sociais não são um dado natural, tendo de ser construídas através de estratégias de investimentos orientadas para a institucionalização das relações do grupo, utilizáveis como fonte digna de confiança para aceder a outros benefícios”. Desta forma, mesmo que não possuindo recursos financeiros para deixar o país, muitos dos entrevistados dispunham desses benefícios sociais por cultivar relações de amizade e companheirismo com terceiros, visto que apenas Carlos Frederico Marés teve a sua saída do Brasil financiada por familiares, os demais militantes entrevistados precisaram recorrer às redes de solidariedade/sociabilidade para ter sucesso em seu exílio.

Em relação ao segundo aspecto, é de se destacar que a maior parte dos exilados que foram entrevistados pelo DpH pertencem à chamada segunda onda do exílio brasileiro. Essa distinção proposta primeiramente por Denise Rollemberg e amplamente aceita e difundida entre pesquisadores, coloca dois marcos que intensificaram a saída em exílio de brasileiros. O primeiro: golpe de 1964 e o AI-1. O segundo: 1968/1969 com a promulgação do AI-5, que afetou majoritariamente militantes de organizações políticas que faziam, na medida do possível, oposição ao regime vigente. Segundo Teresa Marques (2017, p. 242): “A primeira geração foi composta por membros da elite política que atuavam legalmente através de partidos e sindicatos antes do golpe de 1964, enquanto a segunda, após 1968, abrangeu os militantes das organizações clandestinas que surgiram após o golpe”, argumento que se torna plausível ao olharmos para as narrativas analisadas ao longo desse primeiro capítulo.

Esses foram os principais elementos que caracterizavam os exilados pertencentes de cada geração, fazendo parte, inclusive, de sua identidade política: um aspecto que passou a distinguir os brasileiros que estavam fora de seu país. Dessa maneira, o segundo capítulo dessa dissertação se dedica a análise sobre esses e outros desdobramentos da vivência desses sujeitos no exterior, começando a experienciar de fato o seu exílio.

4 – A “TERRA PROMETIDA” EM SANTIAGO E EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO EXÍLIO

Este capítulo foi pensado em duas etapas. A primeira delas dedicada a analisar a experiência do “primeiro exílio”, principalmente no Chile, grande polo centralizador dos exilados sul-americanos no início da década de 1970. Já a segunda foca em estudar a trajetória desses exilados a partir de sua saída do Chile e da diáspora para países da Europa e da América do Norte. Essa divisão foi feita por conta da singularidade presente nas narrativas analisadas, tendo em vista que os entrevistados selecionados para esta pesquisa passaram pela experiência do duplo exílio.

Também conhecido como exílio dentro do exílio, esse fenômeno acontece principalmente por conta da maioria dos exilados brasileiros terem buscado asilo inicialmente no Chile. Isso ocorreu por conta do governo de Salvador Allende ter recebido indivíduos de países que estavam sob o domínio de ditaduras militares, em sua maioria argentinos, uruguaios e brasileiros. Com o golpe militar de 11 de setembro de 1973, comandado pelo General Augusto Pinochet, esses deslocados que há pouco haviam conseguido se estabelecer no país, voltaram à condição de perseguidos políticos e, por esta razão, foram forçados a sair novamente em exílio.

Após a saída em segundo exílio, a proposta de oposição à ditadura militar brasileira se altera por conta do distanciamento geográfico e das incertezas em relação à possibilidade de voltar ao país. Dessa forma, é possível identificar uma ressignificação da experiência do exílio em sua segunda saída, que na maioria dos casos acarretou a diminuição da militância, maior preocupação com a vida profissional e, até mesmo, a redefinição da identidade dos exilados, a depender do contexto mais ou menos permissivo a atuação política destes nos países receptores. Com isso, as entrevistas foram mantidas com o mesmo recorte temático já estabelecido nos primeiros capítulos (“acadêmicos engajados” e “militantes”), apenas avançando cronologicamente em suas narrativas, acompanhando suas trajetórias e transformações ao longo desse processo.

Em relação a abordagem metodológica, nos primeiros capítulos dessa dissertação, apresentei a proposta de entender o exílio como uma experiência, nos moldes propostos por Walter Benjamin em seu texto *O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (2012), que afirma a necessidade da narrativa para a formação completa desta. Essa perspectiva implica em uma dupla temporalidade da experiência, a primeira seria o tempo no qual ocorre o fato histórico e a segunda o tempo em que é

feita/concedida a narrativa. A partir dessa percepção, os trabalhos de Reinhart Koselleck se mostraram imprescindíveis para a análise das fontes, principalmente suas contribuições sobre os conceitos de experiência e expectativa que, de certa forma, coincidem e complementam essa abordagem benjaminiana já adotada na pesquisa, uma vez que para o autor: “a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias”. (Koselleck, 2006, p. 310).

Assim sendo, Koselleck corrobora com essa percepção de diferentes temporalidades dentro da construção da experiência e tece algumas considerações para uma melhor compreensão das narrativas que a expressam. De acordo com o autor: “A experiência é o *passado atual* [grifo meu], aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (Koselleck, 2006, p. 309). Dessa forma, esse *atual* presente na narrativa sobre a experiência está sempre em transformação, de acordo com o momento de compartilhamento desse relato e também das mudanças pessoais atravessadas pelo próprio autor da narrativa. Com efeito, Koselleck (2006, p. 312) alerta: “portanto, também as experiências já adquiridas podem modificar-se com o tempo”. Com isso, é possível precisar que, tanto a experiência, quanto sua narrativa são dinâmicos e não estáticos.

Dito isso, seguimos com as ideias do historiador alemão, que aportam uma outra perspectiva para a análise dessas narrativas. Segundo Koselleck, não somente na temporalidade da experiência coexiste uma dualidade, entre a presença coetânea de passado e presente, mas também a experiência, enquanto acontecimento histórico, é construída necessariamente com o seu par: a expectativa. De acordo o autor, “Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem” (Koselleck, 2006, p. 306).

A perspectiva de Koselleck traz outra contribuição, no sentido de que a experiência não somente é uma narrativa acerca de um acontecimento passado no presente, mas que a experiência é uma narrativa do passado, no presente, visando edificar um conhecimento/conselho para o futuro, isso de acordo com a expectativa gerada por cada narrador. Dessa forma, a relação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa entrelaça passado e futuro, tendo como plano de fundo o tempo histórico presente, possibilitando ao narrador não somente uma reflexão sobre

sua experiência, mas também a dirigir as ações concretas em âmbitos sociais e políticos conforme sua expectativa.

Fernando Nicolazzi (2004, p. 124), em sua tese sobre o conceito de experiência histórica, exemplifica essa concepção:

na narrativa histórica, espaço de experiência e horizonte de expectativa não existem como articuladores temporais senão por intermédio de atos configurantes específicos, os quais têm por função inserir os tempos passado e futuro em um conjunto significativo cuja a centralidade temporal se localiza no presente do sujeito da experiência.

Não obstante, Nicolazzi (2004, p. 124) faz mais um adendo: “Em relação a este presente, a ação é devedora de elementos que persistem do passado ou, por outro lado, impulsionam elementos em direção ao futuro. Passado, presente e futuro, assim, passam a fazer sentido quando inseridos na trama narrativa”. Ou seja, nenhuma experiência – a partir de sua narrativa – consegue transmitir uma totalidade do passado, tampouco se faz sem lançar questões ou apontamentos sobre o futuro.

por fim, há uma dimensão prática implícita ao ato de narrar, que diz respeito à possibilidade de intervenção no âmbito da experiência mediante o conselho, ou seja, não uma espécie de formulação moral imposta de fora a outrem, mas como sugestão à continuidade de uma história: trata-se, enfim, do processo de construção de uma experiência que unifica, sem reduzi-las, as experiências comuns do narrador e de seu ouvinte em um contexto específico (Nicolazzi, 2004, p. 89).

Com isso, interpreto que as narrativas cedidas ao Depoimentos para a História sobre as experiências vividas ao longo da ditadura militar, em especial nesse caso sobre o exílio, são carregadas de um horizonte de expectativa. Os exilados que contribuíram com seus relatos ao projeto são sujeitos engajados, que se posicionaram e continuam se posicionando no espaço público, atuando politicamente, seja por meio de suas ações ou de suas histórias. Por conseguinte, essa dupla temporalidade da experiência resulta em uma dupla aplicação dos conceitos de Koselleck a serem abordados na dissertação. Me explico. A própria vivência do exílio é um espaço de experiência vivido por esses indivíduos, no qual, a partir de uma análise prévia das fontes, seu horizonte de expectativa era a volta ao Brasil. Dessa forma, ambos os conceitos devem ser considerados ao se tratar o período histórico ao qual se refere a narrativa.

Seguindo essa linha de análise, entendo que o momento da cessão da entrevista para o Depoimentos para a História, em 2013/14, - em um contexto de fortalecimento e construção de uma política de memória efetiva para o período da ditadura militar no Brasil - também foi um espaço de experiência vivido e compartilhado pelos narradores. No qual, o horizonte de expectativa desses sujeitos era o de agir em seu presente histórico participando desses projetos, partindo de suas experiências para formular conselhos, um uso pedagógico de suas memórias a ser compartilhado com a sociedade: a expectativa de não repetição das experiências traumáticas vividas, uma justiça das testemunhas. Me remetendo novamente a Reyes Mate (2006, p. 137), agora a sua leitura sobre as teses da História de Walter Benjamin, entendo que: “O vencido pode assim transformar a experiência fracassada em expectativa de história.”⁵⁶.

A eleição de Salvador Allende em 1970 como presidente do Chile provocou uma grande mudança na cena política latino-americana do período. Um representante político de esquerda, da via socialista, e eleito democraticamente, já no primeiro ano de seu governo, abriu as fronteiras para receber exilados políticos de seus países vizinhos. Com efeito, os exilados que já haviam saído do Brasil, tanto na onda de exílio de 1964, quanto os que saíram logo após o AI-5, em 1969, e que se estabeleceram principalmente no Uruguai, encontraram um novo destino. Já os que ainda não haviam saído, que passaram a ser perseguidos posteriormente, exilando-se a partir dos anos de 1970, 1971 e 1972, partem com uma maior segurança, sabendo das condições de recebimento estabelecidas no país. Dessa maneira, o Chile se transformou em um polo receptor de exilados políticos no começo dos anos 1970, principalmente de brasileiros. De acordo com Roniger e Sznajder (2009, p. 104), “Em meados de 1973, a comunidade de exilados brasileiros no Chile foi avaliada como tendo entre 3.000 e 4.000 membros”⁵⁷.

O primeiro país de destino é uma das diferenças marcantes entre as “gerações” do exílio brasileiro. De acordo com Denise Rollemberg:

[geração 1964] Quando foram para o exílio, já eram, na maior parte, homens maduros e definidos profissionalmente. Embora a geração 1964 tenha se exilado em diversos países (México, Chile, Bolívia, Argélia, França), Montevideú foi, sem dúvida, o grande polo de concentração, a capital do exílio,

⁵⁶Original, em espanhol: “El vencido puede por tanto convertir la experiencia frustrada en expectativa de historia”.

⁵⁷Original, em inglês: “In mid-1973, the Brazilian exile community in Chile was assessed as consisting of already between 3,000 and 4,000 members”.

sobretudo, em uma primeira fase. Já a geração 1968 está identificada a militantes mais jovens, extremamente críticos às posições e práticas do PCB [...] Quando partiram, ainda não possuíam, em sua maioria, uma profissão definida e vivenciaram o exílio em seus anos decisivos de formação como indivíduos e profissionais. As principais cidades do exílio da geração 1968 foram Santiago e Paris. (1999, p. 50).

Ainda que possa não parecer um fator tão significativo, os participantes da primeira fase do exílio brasileiro, que se estabeleceram principalmente em Montevideu, encontraram um ambiente relativamente seguro, mas não aberto para a ação política por parte desses exilados. Conforme narra Carlos Frederico Marés sobre sua breve estadia na capital uruguaia:

Então... a vida era para nós, uma vida tranquila, só que muita repressão. A repressão era quase igual no Brasil, nós... é... nós todos praticamente tínhamos uma carta que não era uma carta de aceite do asilo, era uma carta de que estávamos tramitando asilo. Podíamos ficar no Uruguai, mas também podemos não ficar. E era uma... e aí o documento que nos dava uma carta extremamente complicada e a minha carta era pior de todas, porque a minha carta dizia assim, esse cidadão que se chama fulano de tal nacionalidade brasileira, está condenado no Brasil pelo crime [...] pela Lei de Segurança Nacional pelo crime de incitar as forças armadas e tinha na carta e que contava toda a história do Brasil e por isso estava tramitando o asilo político (Marés, 2013, 56:41).

Com isso, ademais da percepção da característica transnacional de perseguição política presente na América Latina nesse período, também é possível interpretar que essa primeira geração - conforme já apontado por Rollemberg - devido a sua formação profissional consolidada, seguiu por um outro rumo de exílio, conseguindo atuar profissionalmente e se dedicar a outros projetos. Nesses casos se observa a extenuação da “identidade militante”.

É possível perceber essa diferença a partir do relato mais breve sobre o primeiro exílio, cedido por Alcidino Bittencourt, um dos “acadêmicos engajados” e o único pertencente à geração de 1964 entre os entrevistados. Saindo em exílio no final do ano de 1964, Alcidino foi para o Uruguai e logo após seguiu para o Chile pré-Allende, lá tampouco encontrando um ambiente receptivo aos exilados. Visando um desenvolvimento de sua carreira profissional, no ano de 1967 partiu para a França para cursar uma pós-graduação.

Eu saí para o exterior e já fui para o Uruguai. Do Uruguai, procurei alguns contatos que eu tinha... políticos, daqui de Curitiba, como o ex-senador Amaury Silva, o Darcy Ribeiro que eu conhecia e... viabilizar a minha ida para o Chile, do Uruguai fui para o Chile. No Chile, eu encontrei um ambiente tendencialmente complicado, para os exilados políticos brasileiros, era cada

vez mais difícil a situação. Eu queria, na realidade era fazer pós-graduação daí... na França, e tratei de viabilizar minha ida para Paris.
[Então, senhor, é... o senhor ficou na clandestinidade?]
No Uruguai, no Chile, e depois foi pro... fui pro exílio na França (Bittencourt, 2014, 26:20).

Um aspecto deste trecho a ser destacado é que, mesmo não tendo um espaço receptivo enquanto exilado tanto no Uruguai, quanto no Chile, Alcidino emprega a palavra exílio apenas quando se refere à sua ida para a França, enquanto o seu deslocamento dentro da América Latina era uma “ida ao exterior”. Uma possibilidade para essa utilização dos termos é pensar que, mesmo em exílio, estar em um ambiente que tenha algum nível de proximidade com a sua terra natal extenua a sensação de não pertencimento, tão característico da experiência exilar.

Esse fenômeno do afastamento de um projeto político no primeiro exílio não é comum aos exilados da segunda geração, que vivem pouco tempo em países mais restritivos a sua atividade política, seguindo posteriormente para o Chile, onde com o governo Allende, são integrados e participam ativamente da vida pública do país. De acordo com Teresa Marques (2017, p. 253), esse contexto permitiu que os exilados mantivessem sua identidade militante, por não precisar mudar seu discurso e sua forma de agir nesse novo espaço, portanto, segundo a autora: “Assim, o exílio brasileiro no Chile foi marcado pela ideia de ‘continuidade’”.

Dessa maneira, com uma grande comunidade de brasileiros no Chile e com uma atuação política sem restrições, os primeiros impactos do exílio fundamentados na tríade afastamento/exclusão/eliminação, seguindo a concepção de Rollemberg (1999, p. 25), nesse período também foram enfraquecidos. De acordo com a autora, em muitos dos relatos por ela estudados, a experiência vivida em terras chilenas é interpretada pelos narradores de uma maneira que estes, por vezes, não a consideravam como parte de um exílio:

É assim que, em vários relatos, aparece a ideia de que o exílio sequer se iniciara. As interpretações, hoje, alternam-se. às vezes confirmam a periodização: o exílio só começou mais tarde, em uma conjuntura diversa; outras vezes, reconsideram-na: o exílio já havia iniciado, mas não o percebiam (Rollemberg, 1999, p. 55).

Entretanto, ainda que com uma maior liberdade e essa sensação de um “não-exílio”, estes ainda passavam por algumas dificuldades para viver no país e não escaparam dos mecanismos de repressão transnacionais exercidos pelo governo

ditatorial brasileiro. De acordo com as investigações levadas a frente pela Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 176):

Muitos diplomatas e funcionários de outras categorias do Serviço Exterior desempenharam funções de espionagem de brasileiros que se opunham ao regime: restringiram-lhes o exercício de direitos fundamentais, criaram embaraços à sua vida cotidiana nos países em que residiam, impediram seu retorno ao Brasil, mantiveram os órgãos repressivos informados de seus passos e atividades no exterior, e chegaram a interagir com autoridades de outros países para que a repressão brasileira pudesse atuar além-fronteiras. Inegavelmente, o MRE [Ministério das Relações Exteriores] funcionou, naqueles anos, como uma das engrenagens do aparato repressivo da ditadura.

Com isso, podemos fazer um contraponto às narrativas sobre o exílio no Chile. Pois mesmo que em um contexto mais permissivo e receptivo aos exilados políticos no país e com a sensação de pertencimento a uma comunidade, seja ela brasileira ou latino-americana, a classificação política de exilado desses indivíduos continuava presente em seu cotidiano, devido a negação de serviços básicos, como a cessão de documentos, pela embaixada brasileira, que mantinha os brasileiros em uma semilegalidade dentro do país. Esse ambiente tensionado foi o plano de fundo para a experiência exilar brasileira no Chile.

4.1 – Os “acadêmicos engajados”

Do grupo pertencente à segunda onda de exílios do Brasil, Carlos Frederico Marés e Lídia Lucaski foram os únicos que passaram pela rede de apoio aos exilados estabelecida no Uruguai por João Goulart e Leonel Brizola, vivenciando de certo modo seu declínio. Marés narra sobre a sua experiência de chegada ao país:

No próprio ano de 70, chegando no Uruguai. Aí a vida é outra, não é? aí começa outro problema, porque no Uruguai, e aí naquele momento, anos 70 no Uruguai que é... tinha muito exilado no Uruguai. Os velhos políticos estavam lá... o Jango estava, Amaury, estava o Djalma Maranhão, estava só velhos políticos cassados em 64, boa parte estava indo porque aí estava o Brizola. [...] Então, quando eu cheguei lá, eu tinha recebido... tinham me passado, meu pai, um hotel, para eu me dirigir e me apresentar como refugiado nesse hotel. E nós não sabíamos, nem meu pai sabia na época, ele só disse, olha, você vai lá e fale com o gerente desse hotel que eles têm... tem brasileiro lá, refugiado [...] E a gente dizia quando encontrava exilado, a gente encontrava exilado na rua no Uruguai, batendo o queixo de frio, sem falar castelhano, às vezes uma situação dramática [...]

Quando nós chegamos, é que nós nunca ficamos assim tão isolados quando chegamos no Uruguai. Obviamente que a gente chegou no lugar, quer dizer, a gente pensava que ele ia restabelecer os contatos, pra eu voltar ao Brasil. Aliás, passamos 10 anos pensando que ia acontecer isso, quer dizer, mas é... na verdade não é igual.

(Marés, 2013, 44:25).

Em sua primeira colocação sobre o processo de exílio, Marés já revela a percepção que ele compartilhava com tantos outros exilados: a expectativa da volta para a casa, que se mantém conforme o próprio afirma, ao longo de todo o período no exterior. Além disso, alguns elementos característicos da experiência exilar aparecem em sua narrativa, como a sensação de isolamento, mesmo que, em seu caso, Marés estivesse acompanhado de sua esposa; e até a identificação com outros exilados, pela falta de recursos para se proteger do frio que fazia no local, por exemplo, e pelo não conhecimento do espanhol, idioma oficial do país.

O relato também possibilita conhecer melhor a rede de auxílio construída principalmente por Jango e Brizola em Montevideu, com um hotel para receber os exilados políticos. Entretanto, Marés anuncia a sobrecarga dessa estrutura de apoio, dificuldade provocada pela massificação do exílio em sua segunda onda, a partir do final de 1968. Essa mesma questão é levantada por Lídia Lucaski em seu relato, ela chega ao país antes de Marés e já identificava esse problema:

Eu fui para o Uruguai em 69, sim, sim. É no Uruguai, fiquei bem poucos dias porque tinha a situação, é... muito difícil lá. Tinha o pessoal do Almino Afonso, não é? que foi o ministro aqui do Jango e... nos receberam super bem, eles recebiam muitos brasileiros por semana e... mas a situação era muito instável no Uruguai e eles acharam melhor o pessoal... todo brasileiro que chegava, eles já recambiavam assim é... mandavam para o Chile. E eu ia até por terra de... de Montevideu para Santiago, só que tinha... deu um tipo um pré golpe, é... uma ameaça de golpe na Argentina e pra passar a cordilheira era muito terrível, também não dava geograficamente e politicamente. Aí se desse, se o golpe se confirmasse, nem me lembro que golpe era, um daqueles generais de plantão, aí também a gente podia ser preso na Argentina e recambiado para o Brasil, então aí, não é? ficava tudo terrível (Lucaski, 2014, 1:12:14).

Entretanto, Lídia narra que ao chegar no Uruguai, ficou em Montevideu por pouco tempo, já que a própria rede de apoio local recomendava e organizava a viagem dos novos exilados para o Chile. Esse aspecto não aparece na narrativa de Carlos Frederico Marés, o qual conta que foi para o Chile por vontade própria em 1971, após a vitória de Allende. É uma possibilidade que o capital político e social da família de Marés tenha proporcionado que este continuasse no Uruguai com os políticos da primeira onda de exílio. Em seus relatos, as figuras de Djalma Maranhão e Amaury Silva são citadas recorrentemente. Já Lídia, uma exilada “anônima” pode não ter gozado de tais oportunidades, seguindo para o Chile antes de uma estabilização

política e de uma postura oficial do governo chileno de permitir a recepção de exilados. Conforme o próprio Marés narra sobre sua ida para o Chile:

E aí, quando o Allende ganha eleição no Chile, uma parte substancial dos... dos exilados do Uruguai foram pro Chile, porque aí não... agora pelo menos vai viver um processo político diferente (Marés, 2013, 59:36).

Também é da narrativa de Lídia que aparecem as primeiras impressões sobre como era viver no Chile nesse período, e, ainda, do processo de assimilação desses indivíduos, de se entenderem como exilados políticos. Segundo Lídia:

Aí em Santiago quando eu cheguei tinha mais ou menos 2000 brasileiros em Santiago naquela época, fiquei algum tempo lá e tirei o passaporte, foi possível tirar o passaporte, passaporte brasileiro porque a gente foi pra lá, eu fui pra lá só com a carteira de identidade, não precisava de passaporte, mas pra ir para outros países, para outros lugares por alguma eventualidade [...] e foi interessante porque o medo, o medo de tirar o passaporte num país estranho assim, embora você vivesse uma democracia plena, era é... o medo, você carrega o medo com você, né? ele faz parte do... do... sabe? do teu corpo. E estávamos em uma fila e a moça ali da... dos passaportes ela só dizia assim, é, é se era o passaporte normal ou de exilado. Aí nós para dizer a palavra exilado era difícil, não é? assim, aí dizia sim, exilado político, aí então era outra fila, daí na outra fila também tinha muita gente (Lucaski, 2014, 1:13:30).

Nesse trecho do relato de Lídia é possível perceber que já havia uma comunidade brasileira estabelecida no Chile, ainda que menor quando comparada à colônia brasileira no país após a eleição de Allende. Além disso, é de se destacar a presença de momentos de tensão, inerentes quando se tem o status de exilado. Mesmo estando em um ambiente politicamente estável e democrático, estes continuavam a sentir o receio de serem perseguidos, tão comum a essas pessoas que viveram sob uma ditadura durante tantos anos e que, mesmo no Uruguai, percebiam a presença das ações desse aparato de repressão em sua vida cotidiana. Por conseguinte, também a dificuldade de vocalizar de seu status de exilado é outro ponto a ser ressaltado, não só pela possibilidade de se expor a um risco nesse novo espaço, mas também pela expressão de certa forma concretizar essa sua condição.

Uma especificidade da trajetória de Lídia foi que ela não fixou bases no Chile, por conta de seu passaporte, já que só conseguiu um visto de turista para permanecer no país, precisando cruzar a fronteira a cada três meses. Assim, ainda que relate uma experiência muito positiva sobre sua vivência no país, sendo “a pátria da liberdade” e também o “melhor país que teve”; em seu relato não aparecem questões como uma identificação com a comunidade de brasileiros no Chile, a qual ela apenas destaca a

boa organização. Ou sobre uma participação política mais intensa no país sob o governo de Salvador Allende. Esse distanciamento da Lídia da experiência chilena, devido à sua estadia também em outros países, é perceptível inclusive na maneira a qual ela narra o golpe militar de 1973 ocorrido no país, demarcado por ela em uma mudança de seu visto.

O Chile foi assim, assim... a pátria da liberdade, se bem que era até difícil você... você viver aquela liberdade, mas era bem interessante. A gente tinha uma colônia brasileira muito, muito organizada, muito forte no Chile e que estudava muito a política chilena e também um possível golpe militar, como de fato ocorreu algum tempo depois. E eles então estavam organizando, não é? as pessoas que eram mais visadas e etc. para que saíssem do Chile, não é? [...] Fiquei lá algum tempo, aí fui para a Bolívia, fui para o Peru, voltava a cada instante porque era um visto de turista, não é? Tinha visto de turista, então vencendo o visto turista, você não pode ser ficar ilegal no país porque é uma temeridade também, daí ser preso por... por ilegalidade documental. Então voltava para o Chile ou voltava para qualquer outro país e assim se vivia lá fora, não é? Mas eu não tinha um visto de exilada política não, não é? lá no Chile, era um visto de permanência, tudo era bem, bem tranquilo, isso aí, sabe? O Chile é o melhor país que teve antes do golpe, não é? Depois do golpe, já com outro visto, mas aí você viajava para renovar, visto de turista no Chile, ou no Peru, Bolívia (Lucaski, 2014, 1:15:45).

Outros dois integrantes deste estudo de caso também tiveram experiências rápidas no Chile, sem participar efetivamente dessa recepção chilena proporcionada pelo governo Allende. São eles Euclides Coelho de Souza e Manoel de Andrade. No caso de Euclides Coelho, a rápida passagem pelo Chile foi com o intuito de conseguir um visto de permanência, já que ele, assim como Lídia, estava apenas com um visto de turista, com validade de 90 dias. Juntamente com sua esposa Adair, havia conseguido um emprego no Peru, em uma companhia de teatro e buscava uma maior estabilidade para trabalhar. Euclides revela em sua trajetória uma conexão entre arte e militância, com isso, em seu caso a primazia por estabilidade profissional não significa necessariamente uma divergência de sua identidade militante. Conforme narra Euclides:

Eu sei que (risos) fomos tudo embora da... de lá pra, pro Peru e no Peru, ficamos tentando arrumar um emprego, algum emprego, tá até que no final, arrumamos e fundamos junto com o grupo que estava lá, fundamos um teatro, fizemos o teatro nacional Peru, né? E trabalhamos, fizemos peça, fizemos livros, fizemos muitas coisas lá, então é, passamos 4 anos lá, né? E o passaporte estava caducado, e nós tínhamos problemas, nós não éramos exilados políticos e nem éramos... e nós tínhamos que ir pra Bolívia passar o lago de Titicaca e voltar, para poder ganhar de novo mais 3 meses de permanência nesses locais. Assim que ela [Adair] e eu... a Adair né? Para tirar o passaporte, não é? e ia porque todo mundo ia com carteira de identidade,

por isso que ia para o Chile, tirar o passaporte [...] aí ficou esse passaporte para podermos entrar no Peru (Souza, 2014, 51:24).

Essa concepção de arte enquanto militância também é compartilhada por Manoel Andrade, que passou por vários países da América Latina divulgando sua arte engajada. Em seu relato, Andrade detalha que passou pelo Paraguai e pela Argentina, onde conheceu um chileno, o que motivou sua ida ao país:

Fui para Assunção e em Assunção, encontrei os amigos que me foram recomendados lá pelo Requião, e de Assunção eu fui para a Argentina. Atravessei a Argentina, em Córdoba fiz contato com estudantes da época, porque Córdoba na época, era uma... uma cidade onde havia uma tradição universitária de luta muito grande. Córdoba, assim como Curitiba na época era chamada cidade universitária do Brasil, Córdoba era a cidade universitária da Argentina e lá houve um recital de poesia. [...] Bom, depois de Córdoba, eu tive lá em Buenos Aires, em Mendonça, e fui para o Chile. Cheguei no Chile, já haviam muitos exilados no Chile, não é? E eu tinha conhecido, é... na Argentina, andando pela Argentina, um chileno que era estudante de arquitetura, chamado Bernardo Tapia, e nós tornamos muito amigos [...] eu sei que alguns amigos dele, do Bernardo Tapia, porque lá tinha muito brasileiro, falaram, olha, tem um brasileiro lá na casa de um amigo meu, doente e tal, e um dia apareceu lá um brasileiro. Chamava-se José Macedo de Alencar, apelido dele era José de Arimatéia, ele era de Pernambuco, estava... era exilado. E... e ele foi me procurar e ele meio... ele... chegamos lá, eu contei minha história, ele contou a dele, já criou assim, uma empatia muito grande [...] E ele daí ele, naquela época, tinha lá no Chile a chamada caixinha, a caixinha era que ajudava aqueles exilados que chegavam lá sem dinheiro e ele pois o meu nome na caixinha. Só que ninguém conhecia meu nome, ninguém me conhecia porque era... eu era um intelectual, era um poeta, eu não pertencia a nenhuma organização revolucionária, não era quadro de nenhuma, é de nenhuma... nenhum movimento. Então, não é... [eles] sempre muito desconfiados porque já haviam... já haviam, é... gente da observando brasileiros lá e tal, não é? da ditadura. [...] E eu consegui daí o auxílio da caixinha. Então, esse auxílio da caixinha comecei a me virar com ela. Eu comecei a ficar mais tranquilo (Andrade, 2014, 15:56).

Ainda que vivendo brevemente no Chile, Manoel de Andrade foi integrado à rede de solidariedade que existia no país. Essa *caixinha* citada em sua narrativa era um recurso no qual os brasileiros mais bem estabelecidos e já empregados, doavam uma quantia mensalmente para ajudar os recém-chegados. Tal iniciativa foi uma das ações mais citadas da chamada Colônia Brasileira no Chile e possibilitou com que muitos desses indivíduos contassem com um auxílio financeiro desde sua chegada ao país. Nesse trecho também é possível identificar, mais uma vez, como os exilados de certa forma percebiam o alcance da repressão ditatorial mesmo no exterior, nesse caso, com agentes infiltrados dentro da própria comunidade.

Entretanto, essa possibilidade de permanecer no país proporcionada pelo auxílio da comunidade brasileira local foi rechaçada por Manoel de Andrade. Em sua

narrativa, o poeta encara a estabilidade como acomodação, desta forma, procurou outras maneiras de desempenhar um papel político. Com isso, ainda que ele não integrasse uma organização política ou tivesse participado de qualquer iniciativa ligada à luta armada em seu período de militância tanto no Brasil, quanto no exterior, uma mensagem transmitida por Guido Alvaro “Inti” Peredo, do Exército de Libertação Nacional da Bolívia serviu de impulso para Andrade querer ingressar em um movimento guerrilheiro. Em uma transmissão de rádio, Inti leu seu manifesto *Volveremos a las montañas*, um convite aos combatentes da região para reorganizar o projeto de revolução armada na Bolívia e chamou a atenção do poeta. É possível de se perceber que, nesse momento, a expectativa de Manoel de Andrade não era a de voltar ao Brasil ou de se estabelecer em um país, mas sim, de fazer a revolução. Conforme narra:

Então, veja bem, é, é uma história, eu vou ter que resumir um pouco, porque é... eu estava no Chile era julho de 1969, quando eu tinha voltado do sul e eu vi a notícia num jornal, li no jornal, que Inti Peredo que foi um sobrevivente da guerrilha de Ñancahuazú do Che, o Inti Peredo era um lugar-tenente do Che Guevara em Ñancahuazú. Ele escapou quando houve o cerco, ele escapou por Oruro e chegou ao Chile, e de lá ele foi para Cuba, e... isto em 67. E ele ficou 2 anos em Cuba e tinha voltado para a Bolívia e lançou o manifesto pelo rádio chamado “Voltaremos às montanhas”. [...] E eu pensei, pois é, mas o que... que eu estou fazendo aqui no Chile? A maioria dos exilados chegava num país, ficava lá, se acomodava, pegava um emprego, professor na universidade ou na CEPAL, que era um órgão internacional que acolhia muitos exilados. E eu? Eu digo, eu... não, não é isso que eu quero. Eu era um poeta, eu era um sonhador, acreditava ainda numa utopia de um mundo social. Eu digo, eu vou para a Bolívia, eu vou entrar na guerrilha e fui para a Bolívia. Sai de Santiago, atravessei aí de carona, fui de carona (Andrade, 2014, 22:20).

Dessa forma, deste grupo temático, os integrantes que viveram mais intensamente a experiência chilena foram Carlos Frederico Marés, Dimas Floriani e Vítório Sorotiuk. Conforme já citado neste capítulo, Marés foi para o Uruguai antes de seguir para o Chile, no entanto o país não era a sua primeira opção de destino. Em toda sua narrativa, o autor coloca que sua expectativa era voltar ao Brasil o quanto antes possível. Entretanto, com o passar do tempo, encontrando uma situação não favorável ao seu retorno e com a eleição de Allende, os planos mudaram. Conforme narra Carlos Frederico Marés:

A gente sempre tinha a expectativa de voltar e não dava pra voltar, as voltas eram muito complicadas, era muito difícil e nem tinha estrutura do Brasil para nos receber. E aí as propostas de volta eram muito loucas eram propostas, não eram coisas razoáveis, não é? as nossas estruturas políticas, nossos contatos políticos ainda aí nesse momento estavam muitos fracos. Quando a gente vai para o Chile, aí muda completamente, no Chile é outra história, no Chile é *outro*

exílio. O Chile, naquele momento do Allende, é onde todas as organizações latino-americanas, não só brasileiras, se rearticulam. Então houve uma rearticulação, é... das organizações políticas brasileiras de esquerda no Chile, é... com o apoio do governo chileno, a modo de dizer, porque não tinha... a gente não tinha nada deles, mas tinha uma... umas facilidades quanto ao Partido Comunista Chileno, mas principalmente o Partido Socialista Chileno. Então a gente tinha algumas facilidades no... que o Partido Socialista, mas estava aí o MIR [*Movimiento de Izquierda Revolucionária*], não? era o partido do presidente [...] Era na época uma espécie de PMDB de esquerda, quer dizer, uma colcha de retalhos, tinha de tudo lá dentro, tinha boa esquerda e tinha esquerda mais ou menos, juntando de tudo. [...] E aí eu aí variava, cada grupo brasileiro tinha os seus... suas preferências, não é? as nossas preferências, que era o PCB se estruturou no Chile novamente. A gente passou a ter coletivos, discussão, é... sempre quando vai voltar, perspectiva de volta para continuar o movimento social no Brasil e tal. [...] Então, aí... aí a vida que eu era completamente diferente já, não era aquela vida, digamos assim, muito cultural como era no Uruguai, que era uma vida de intelectual, era mais uma vida de militância, uma vida... uma vida de que a gente tinha militância interna brasileira, muito brasileiro, e uma vida de militância no Chile também, até o golpe [grifo da autora] (Marés, 2013, 1:00:32).

Todo o fio condutor desse trecho do relato de Marés é centrado em um aspecto: a volta da participação na vida política. Essa é a grande diferença marcada entre o exílio no Uruguai, colocado por Marés como “muito cultural” e “uma vida de intelectual”, e o exílio no Chile, que é “outro exílio”, justamente por essa presença da política em seu cotidiano, com debates, participações em coletivos e reestruturação de seu partido mesmo no exterior. Nota-se que Marés faz uma oposição entre uma vivência “intelectual” e uma vivência política nesse momento, uma possibilidade de entender essa antagonização é a interpretação de que para Marés, o ser intelectual resultava em um afastamento da ação política, do ser militante.

Por conseguinte, Dimas Floriani e Vitório Sorotiuk, que partem juntos para o exílio, têm seu destino já definido para Santiago. Estes foram os últimos a deixar o país, em 1972, quando a situação dos exilados brasileiros na capital chilena já estava estabilizada. Entretanto, uma das maneiras mais viáveis de se deixar o país, ainda era pela fronteira entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul. Ou seja, o Uruguai deixa de ser o destino final, mas continua integrando a rota dos exílios de brasileiros. Conforme narra Dimas Floriani:

Tínhamos contato na fronteira, aí cruzamos o Uruguai e fomos para Argentina, e da Argentina, Mendoza, para Santiago. Tem os fatos pitorescos na viagem, não é? [...] chegando em Santiago, é... nós tínhamos um endereço, fomos procurar a organização dos brasileiros, não é? Tinha em torno de 5.000 brasileiros em Santiago e era uma forma de a gente apresentar as credenciais, não é? Nós tínhamos como... que apresentar as nossas credenciais, porque tinha muita gente infiltrada lá. [...]

Nós é... fomos morar numa pensão em que os... quando os brasileiros chegavam é... nós éramos encaminhados para algumas pensões, né... e nessa pensão, essa tem, nessa pensão, havia morado o Geraldo Vandré um ano antes (Floriani, 2013, 35:29).

A partir desse trecho da entrevista de Dimas é possível perceber o grau de organização já estabelecido entre os brasileiros exilados no Chile, assim, os recém-chegados precisavam “apresentar suas credenciais” para conseguir acessar os benefícios ofertados por essa rede de solidariedade. Com isso, reforça-se o ponto já apresentado por Manoel em seu relato, de que os exilados estavam cientes das possíveis tentativas de oficiais da ditadura de minar suas organizações, com o mesmo *modus operandi* já utilizado para desestabilizar os coletivos políticos que atuavam dentro do Brasil.

Outro ponto possível de análise é a maneira a qual Dimas Floriani formula seu relato. A partir dos dados que revelados na entrevista, é possível saber que ele saiu em exílio em grupo. Com isso, Dimas nesse momento da narrativa sempre utiliza a primeira pessoa no plural ao relatar suas experiências, demonstrando que não as vivenciou sozinho. Todavia, neste trabalho também analisamos a entrevista de Vitório Sorotiuk, colega de Dimas nesse processo de exílio, e este em sua narrativa utiliza a primeira pessoa do singular ao se referir sobre o processo. É possível perceber essa característica ao ler o relato de Sorotiuk sobre seu período no país:

Aí... é a única saída que eu encontrei foi pro Chile, não é? daí eu fui pro... pro Chile em janeiro de 1972, depois de 3 meses aí de liberdade, não é? Da eleição do Partido Popular e até a vinda do golpe militar em 1973, dia 11 de setembro completa 40 anos é... atualmente. [...]

E no Chile, continua a militância é... também naquele período, principalmente na organização dos brasileiros no exterior. Tinha várias organizações no Chile, uma era a caixinha e... era um organismo de ajuda, não é? Quando chegavam uma ou um exilado no país ou... não é? daqui do Brasil e às vezes não tinha condições financeiras para arrumar a documentação ou de arrumar lugar para morar e tudo, então a caixinha tinha essa função. Tinha também um outro que era o FBI, que era Frente Brasileira de Informações, era um grupo de jornalistas então... que divulgava notícias pro mundo do que acontecia no Brasil, do ponto de vista da repressão tinha outro setor, que era grupão, que fazia os debates políticos, tinha CDR, que era o Comitê de Denúncia da Repressão, que era onde as várias representações de estados e dos partidos políticos é... reuniram-se quinzenalmente e traçaram uma política mais ampla do conjunto dos exilados para a denúncia da repressão no Brasil, não é? Eu participei durante um ano e meio desse CDR, Comitê de Denúncia da Repressão, que era presidida pelo Rodrigo Alarcon, que era o nome de guerra do Almino Afonso. É ali estava o Betinho, não é? o Armênio Guedes, José Serra, não é? e outras pessoas que participaram, não é? Esses mais permanentes que participaram e outros um período menos, um período mais, não é? E eu lembro que antes do advento do golpe militar no Chile, eles estavam preparando... um

Congresso Internacional sobre a Tortura no Brasil no Chile (Sorotiuk, 2013, 31:53).

Essa característica pode ser um traço da identidade narrativa de Vitório Sorotiuk. Como é possível observar nesse trecho, este centra seu relato em questões mais objetivas e explicativas de como funcionava a colônia brasileira no Chile e dos projetos que eles organizavam, empregando menos elementos subjetivos em sua fala. Por exemplo, nos relatos de Lídia Lucaski e Manoel de Andrade, que ao contar os fatos vividos, também citam quais os sentimentos que aqueles momentos vividos despertavam e como isso tinha um impacto em suas ações e expectativas. Outro exemplo é o próprio parceiro de viagem de Vitório, Dimas Floriani, que utilizando de anedotas ou apresentando curiosidades dessa experiência, revela muito de sua percepção sobre como foi seu exílio.

Floriani, inclusive, cede muitas outras informações sobre sua experiência exilar, com uma narrativa muito detalhada de sua vivência no Chile, possibilitando também um maior conhecimento sobre a trajetória de Vitório Sorotiuk, não presente na narrativa desse. Exemplo disso, é o relato de Floriani sobre o cotidiano do grupo vivendo na periferia de Santiago depois de conseguir se estabelecer na cidade, participando de atividades sociopolíticas em comunidades mais afastadas na região central da capital. De acordo com Dimas:

Eu fiquei uns 3 meses nessa pensão. Aí nós fomos fazer trabalho é... voluntário e trabalho político também nas comunidades. É... eu, Vitório e Nelson, fomos morar numa que eles chamam *Callampa*, ou acampamento, que seriam as favelas, mas eram favelas muito politizadas, na periferia de Santiago. [...] não foi tanto por esta... essas restrições, eu nunca tive... nunca me queixei, não me queixei das restrições, porque a minha infância foi muito, é... assim, sóbria, sóbria demais, muito [...] achava natural viver de uma maneira simplória e simples. [...] No Chile eu lembro, tinha 2 calças, 2 camisas, sapatos eu ganhava, às vezes de cortesia, as pessoas viam que eu estava muito mal de sapato e me davam um sapato. É... aí eu consegui uma vaga no pensionato de economia, é... na república, perto do... não muito longe do *Palacio de la Moneda*. É... aí eu tive mais chances de me dedicar ao estudo e me transferi do pedagógico... da sociologia, para a economia política, não é? Na *Universidad do Chile* que... que era gratuito, o curso hoje já não é mais, né? O Pinochet acabou com... com a escola gratuita, não é? escola pública. [...] [No Brasil] felizmente nós conseguimos mantê-la, né? e hoje talvez ampliemos, mas é... então, esse foi um período bastante interessante (Floriani, 2013, 39:24).

Dimas Floriani apresenta uma realidade distinta da apresentada em outras narrativas, como a de Vitório Sorotiuk e, até mesmo, a de Carlos Frederico Marés que veremos adiante, que centram seus relatos nas atividades políticas desenvolvidas por

exilados de partidos e outras organizações na capital chilena. O grupo formado por Dimas, Vitório e Nelson realizou trabalho voluntário voltado para atender a um grupo local em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, deslocando-se da “bolha” criada pela rede de apoio da colônia brasileira no Chile. Além disso, um aspecto a ser destacado da narrativa de Dimas é a relação que este faz entre a situação vivida no Chile, de uma maior precariedade presente nessa comunidade nas *afueras* de Santiago, com a sua própria infância e sua origem camponesa. Duas realidades nas quais se deparou com um modo de vida de restrições econômicas.

Seguindo essa ideia, a maneira pela qual Dimas Floriani saiu dessas situações de vulnerabilidade econômica foi a partir de sua formação educacional. A reflexão final do narrador nesse trecho do relato demonstra o apreço pelo tema, ao lamentar a privatização de todo o campo do ensino durante o regime ditatorial de Pinochet. Como também ressalta um orgulho por sua trajetória, ao comentar sobre a manutenção da gratuidade do ensino no Brasil: “*nós conseguimos mantê-la*”. Dimas estava envolvido nas atividades do ME da UFPR que impediu a implementação do ensino superior pago em 1968 e continuou atuando em defesa dessa pauta ao longo de sua trajetória.

Foi enquanto estudante de Economia no Chile, que Dimas Floriani presenciou o golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet:

No dia do golpe, era uma república internacionalista onde eu morava, não é? Então tinha bolivianos, tinha colombianos, é... tinha peruanos, brasileiros, não é? Em geral todos, é... que saíram dos seus países por problemas políticos e que foram estudar no Chile também, aproveitaram para estudar. E no dia do golpe, nós saímos cedíssimo e fomos a *Macul* [bairro próximo à Santiago onde muitos brasileiros moravam] a pé, no meio do caminho, nós pegamos o bombardeio do *Palacio de la Moneda*, e não chegamos a ir a *Macul*. E aí tivemos que ir na casa de uns bolivianos, que havia um boliviano que havia se casado com uma chilena e nós ficamos escondidos lá 3 dias é... nessa casa. É nós, durante o dia, marcávamos ainda encontro entre brasileiros, que nós mantínhamos contato para avaliar a situação e eles, simplesmente, os militares, é chegaram no pensionato, felizmente nós não estávamos mais lá. eles invadiram, furaram todos os colchões com baioneta, em busca de armas, pilharam todos nossos objetos, não? roubaram a minha máquina de escrever, levaram todos os meus pertences, tudo, é... e me relataram depois os vizinhos, que eles jogaram... colocaram todos os estudantes na rua, é... deitados e metralharam, né? para amedrontar e levaram outros presos para o Estado Nacional, né? Eu tive a felicidade de... de ter fugido, é disso, e que não foi o caso do Vitório e do Nelson, não é? que foram presos e levados ao Estádio Nacional (Floriani, 2013, 49:41).

A partir desse relato é possível perceber a dimensão da violência empregada pelos militares golpistas chilenos, especificamente com os exilados políticos. Dimas

morava em uma república com outros colegas estrangeiros também em deslocamento, questão essa exemplificada na fala de Carlos Frederico Marés:

Até o golpe, aí o golpe, o golpe nos pega todos indiscriminadamente, aí o golpe é um furor, porque é um golpe que você dá contra os chilenos, mas principalmente com os latino-americanos que estão lá, a repressão contra os latino-americanos é violentíssima, é... morte também, volta questão de guerra a morte (Marés, 2013, 1:04:05).

Com isso, a política de recepção levada a frente pelo governo de Salvador Allende atraiu uma atenção indesejada para esse grupo de exilados. Por serem considerados como subversivos pelo novo regime ditatorial, conseqüentemente, foram um dos primeiros coletivos a serem perseguidos. De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 238):

O golpe de Estado no Chile, e a subsequente perseguição aos estrangeiros que lá se encontravam, foi para as autoridades brasileiras uma ocasião privilegiada para descobrir o paradeiro de centenas de oponentes ao regime brasileiro que haviam deixado o país e, dali em diante, seguir-lhes a pista em seus deslocamentos no exterior.

Além disso, Dimas Floriani também cita a prisão dos irmãos Nelson e Vitório Sorotiuk, levados para o Estádio Nacional do Chile, que serviu como um centro de detenção para os perseguidos presos pelos militares após o golpe. No local, muitos destes foram torturados, deportados e até assassinados pelos agentes do terrorismo de Estado. Novamente, na narrativa de Vitório, este não cita a presença de seu irmão em nenhum momento de seu exílio. Uma possibilidade dessas escolhas feitas por Vitório ao construir sua narrativa de maneira mais objetiva e individual, é a carga traumática presente ao rememorar essa experiência, ainda mais pelo envolvimento de seu irmão mais novo nesse contexto. Aliado a isso, outra hipótese plausível é que no DpH, muitas vezes, os entrevistados cedem seus relatos como um ato político, como uma continuação de sua militância. Com isso, a ausência pode ser atrelada a esse tipo de narrativa que privilegia a trajetória individual, do militante, em detrimento de menções a assuntos mais relacionados com sua vida privada.

Entretanto, mesmo com esse componente traumático, Sorotiuk cede seu “Depoimento para a História”, com o horizonte de expectativa de publicizar sua história, de compartilhar sua memória e, através disso, buscar a não repetição desses mesmos traumas. O seu dever de memória está vinculado com a busca da justiça das

testemunhas, nesse sentido, a reflexão de Reyes Mate sobre as testemunhas ajuda a entender as presenças e as ausências dessas narrativas, tanto para o narrador, quanto para o historiador que as analisa: "Eles estão presos entre a proibição de calar e a impossibilidade de falar e, nós entre a necessidade de escutá-los e a impossibilidade de saber" (2005, p. 180).

Segundo com seu relato, Vitório (2013, 32:26) conta que:

novamente, fui preso lá no dia 13 de setembro e fiquei no **campo de concentração** do Estádio Nacional durante 40 dias, não é? Comigo estava Wânio José Mattos, brasileiro de São Paulo, né? que morreu né?... lá conosco, ele teve uma pneumonite e foi diagnosticado depois por um prisioneiro, o Otto Brockes, goiano que estudou aqui no Paraná, que era médico formado e que diagnosticou, não é? eu junto com Otto, com outros 2 prisioneiros levamos o Otto, o... o Wânio, né? no... é... dentro de um cobertor, em 4 pessoas assim, até um hospital de campanha no entorno do Estádio Nacional e depois nunca mais o vimos, depois disso sabemos que ele morreu né? nesse período [grifo da autora].

Evidente que a prisão estabelecida no Estádio Nacional não mantinha uma estrutura nem próxima ao que seria um campo de concentração. Entretanto, destaco a colocação de Sorotiuk com a intenção de demonstrar o quão traumático foi para ele essa experiência, a aproximando em sua construção de memória da referência mental que ele tem sobre o que seria viver em uma experiência concentracionária. Ainda mais por conta da narrativa de Vitório ser uma das mais objetivas entre os testemunhos, com poucos momentos em que ele expressa como se sentiu ao longo de seu exílio. Dessa forma, essa expressão utilizada por ele é uma maneira de se aproximar de seu olhar subjetivo sobre essa experiência.

Além disso, segundo as investigações desenvolvidas pela CNV foi comprovado que Wânio José Mattos, citado por Vitório Sorotiuk nesse trecho, faleceu devido a omissão de socorro por parte dos funcionários que estavam trabalhando nesse hospital de campanha:

Segundo lista divulgada anos depois pelo ex-chefe da DINA (polícia política chilena) Manuel Contreras, 108 brasileiros teriam ficado presos no Estádio Nacional, um dos quais – Wânio José de Mattos – ali faleceu em situação de deliberada omissão de socorro. Muitos poderiam ter sido rapidamente libertados (Comissão Nacional Da Verdade, 2014, p. 238).

Diferentemente de Vitório Sorotiuk, Carlos Frederico Marés e Dimas Floriani não chegaram a ser presos pelos militares chilenos por diferentes fatores. Marés

possuía a estrutura de sua organização política, que já estava preparada para uma possível tomada de poder por forças golpistas no país. Enquanto isso, Floriani contou com a sorte, de não estar na república onde morava no momento da chegada dos militares e obteve o auxílio de colegas para se proteger da perseguição. Entretanto, mesmo não sofrendo com essa maior violência imposta pelo regime, estes narram outros horrores vividos após o golpe.

Partindo da narrativa de Dimas Floriani, uma das táticas utilizadas por ele e seus amigos foi se refugiar na casa da esposa de um companheiro de curso, funcionário de um centro de estudos - pois ela morava em um bairro nobre de Santiago e seria um local mais seguro de se estar. Além disso, estando nesse outro lugar, diferente dos bairros mais simples em que havia morado, Dimas destaca a recepção das notícias do golpe militar em um outro contexto social: uma das vizinhas dessa área nobre realmente acreditava que os “marxistas” iriam “invadir” suas casas. Reflexo da propaganda anticomunista também presente nos antecedentes do golpe militar no Chile.

Não é porque depois, o que que aconteceu é, eu tinha também um amigo argentino que fazia economia política e ele era casado com uma funcionária da CLACSO [Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales], não é? que era, é... um centro de pós-graduação, e ela era pesquisadora e ganhava muito bem, morava num bairro chique de Santiago, e disse “olha Dimas você vai para lá e ninguém vai desconfiar que a gente aqui é de esquerda, não é?” E eu presenciei cenas incríveis à noite, é uma vizinha que era da direita, apoiava o golpe, disse “*vecina*” não é? “*hoy los marxistas van a invadir nuestro barrio*”, você vê? [...] ou seja, que eles também armaram a contrainformação, não é? Os militares... amedrontando a população é... de que realmente grupos marxistas iam atacar os bairros burgueses, etc. [...] ela me disse lá que os funcionários internacionais disseram que a embaixada do Panamá estava aberta, porque a dificuldade era saber. Todas as embaixadas estavam apinhadas, é... mesmo a da Argentina, tinha 800 pessoas, né? e aí, é... o Panamá estava aceitando gente, está abrindo as portas. Aí eu, com poucos documentos da faculdade que eu tinha, botei num plástico, botei debaixo da camisa, não é? Alguns documentos pessoais que eu tinha, e só. E fui lá. Eu lembro que era um domingo. 20 de setembro, o golpe havia sido dado em 11 de setembro, por volta de 20 de setembro, era um domingo. Não tinha ainda... os militares não estavam na frente da... da embaixada, e eu entrei na embaixada, tinha umas 20 pessoas, mas em questão de 3 dias é, era um apartamento, o apartamento ficou com 300 pessoas com 4 quartos, de tal maneira que é... descontando 2 quartos, um para crianças e mulheres grávidas e outros para doentes, nós ficávamos com 2 quartos e a sacada. Nós dormimos de pé uma semana, não é? como garça, não é? que dorme com um pé só. E aí estava quem, o Betinho, não é? Estava novamente com o Mauro Marini, estava o Marco Aurélio Garcia, não é? uma série de pessoas (Floriani, 2013, 54:15).

Outro ponto comum da trajetória de Floriani com a de outros exilados, foi a tática de seguir para uma embaixada para buscar asilo. Por conta de questões

diplomáticas, esses espaços deveriam ser respeitados e preservados pela ditadura chilena, a fim de não se envolver em conflitos com outros países. Com efeito, os exilados se utilizaram dessa segurança presente nas embaixadas para conseguir uma maneira de se proteger da perseguição infligida pelos militares. Inclusive militantes mais conhecidos como Betinho e Ruy Mauro Marini⁵⁸ buscaram essa alternativa. Entretanto, conforme narra Floriani, surge uma outra dificuldade: as embaixadas não conseguiam acomodar o número de exilados, e agora também de chilenos, que buscavam asilo.

Essa dificuldade também aparece na narrativa de Carlos Frederico Marés. Mesmo que a estrutura construída por sua organização política tivesse viabilizado uma saída rápida para uma embaixada, no seu caso a da Venezuela, Marés não escapou à superlotação de asilados e das condições oferecidas por esses locais. Citando, inclusive, a falta de fornecimento de comida aos ali abrigados:

Eu não cheguei pro Estádio, porque eu fiquei... como o nosso, a nossa estrutura, nossa organização percebe, ele... ela tinha... a gente achava que a coisa não ia durar. Então a gente tinha uma estrutura, uma estrutura alternativa clandestina, no momento em que é... todos aqueles que obedeceram às diretrizes e foram para as estruturas clandestinas que a gente tinha, não... não precisou ir pro Estádio, acabou saindo pela embaixada. [...] Era uma casa muito grande, a embaixada da Venezuela, muito grande, muito bonita, mas era uma casa, um casão assim, mas era uma média de 300 e poucas pessoas dentro da casa. Portanto, não tinha lugar para dormir, a gente dormia numa sala, é... dormiam todos nas salas mesmo, no chão. Não tinha nenhum tipo de cadeira de... de cama, nada disso. A gente dormia no chão um do lado do outro. Claro que a gente tinha, com o tempo, nós ficamos desde de 11 até 18 de setembro, foi uma semana e pouco, 10 dias depois do golpe, até dezembro. Portanto, ficamos setembro, outubro, novembro, dezembro. É, então a gente começou a melhorar as condições internas, a gente tirava as cortinas, cortinas bonitas, aí eu punha no chão para dormir em cima e no inverno depois para cobrir, então a gente acabou todo mundo se ajeitando, mas era uma média de 300, 350 pessoas. Era muita gente e no começo, embaixada não dava nada, não cuidava, é... um horror (Marés, 2013, 1:04:30).

⁵⁸Herbert José de Souza, o Betinho, era sociólogo e ativista social. Betinho atuou na oposição à ditadura militar desde o golpe em 1964, se exilando em 1971 por conta do aumento da repressão. Betinho viveu no Chile, no Canadá e no México, até retornar ao Brasil em 1979. Seus trabalhos mais destacados foram a criação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e o projeto Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Ruy Mauro Marini foi um cientista social brasileiro e um dos elaboradores da teoria marxista da dependência, que busca entender a relação entre países centrais e periféricos em um sistema capitalista global. Marini foi um fundadores da organização Política Operária (POLOP) em 1961 e participou também da fundação da Universidade de Brasília (UnB), por conta dessa atuação política em acadêmica, logo após o golpe militar de 1964, ele foi preso e, depois de ser libertado, partiu em exílio para o México. No exterior, continuou pesquisando e publicando estudos, um destes, sobre o movimento estudantil brasileiro causou problemas a Marini, por ser lançado após o Massacre de Tlatelolco, irrupção estudantil no país, desta forma, Marini segue para o Chile, onde ficou até o golpe militar de 1973, vivendo posteriormente no Panamá e na Alemanha. Marini retornou ao Brasil definitivamente em 1984, sendo reintegrado aos quadros da UnB em 1987.

Na narrativa de Marés aparece um ponto interessante de reflexão. Ao se encontrar com outros estrangeiros na Embaixada da Venezuela, todos que já haviam passado por um processo de exílio anterior, os chilenos eram vistos como “marinheiros de primeira viagem”. Com isso, podemos comparar a coexistência de fenômenos como primeiro exílio e o segundo exílio em um mesmo espaço. Na perspectiva de Marés, os chilenos, iniciantes nesse processo eram os que mais sofriam, já os outros latino-americanos ali presentes nem tanto, pois eram “experientes” nessa questão:

A maioria absoluta era chileno, e eram os que mais sofriam, obviamente, porque os chilenos eram marinheiros de primeira viagem, não é? Todos os outros já estavam no Chile por alguma razão, com problemas de seu país, então nós éramos os... os experientes, não é? (Marés, 2013, 1:07:50).

A experiência prévia dos brasileiros em viver sob um regime ditatorial não se restringia apenas ao processo do deslocamento forçado e das táticas para se proteger da perseguição dos militares. De acordo com Roniger e Sznajder (2009, p. 104), por conta dessa vivência anterior, ao chegar no Chile “esses exilados se viam como uma ‘vanguarda revolucionária popular’ com muita experiência política e davam suas opiniões e conselhos a seus colegas chilenos”⁵⁹. Essa característica é que veremos com maior incidência ao se analisar as narrativas dos “militantes”.

4.2 – Os “militantes”

Do grupo dos militantes, dois deles não vivenciaram o golpe de Estado no Chile: Aluizio Ferreira Palmar e Neusa Romanzini Pires Cerveira. Entretanto, ambos presenciaram no país um período de reconstrução das organizações políticas com as quais tinham contato - que nesse momento se conectam - já que tanto Palmar quanto Neusa, tinham relação com a VPR e com a ALN no Chile. Neusa participou de cursos ofertados por esses grupos, seu acesso a esses espaços se deu devido às atividades de seu pai que no exílio passou a atuar conjuntamente com essas organizações políticas. Já Aluizio passou a integrar os quadros da Vanguarda Popular Revolucionária depois que chegou em Santiago. Conforme narra Aluizio sobre seu processo de chegada:

⁵⁹ Original: “Many of the Brazilian exiles, especially those coming from armed resistance movements in their home country (the so-called generation of 1968), aligned themselves with the most extreme parts of the Chilean Left. These exiles perceived themselves as a ‘popular revolutionary vanguard’ with much political experience and gave their opinions and advice to their Chilean peers”.

Então eu chego né... no... no Chile, assim que nós chegamos, nós chegamos sem organização, [...] nós não éramos mais o 8 (MR-8), mas éramos os... os 8 antigos que chegaram em Santiago [...] nós não tínhamos nenhum interesse em reconstruir o 8, porque aquele 8 era um projeto de vida no campo. [...] Então, nós fomos procurados pelo... pelo pessoal da VPR, que vinha da Argélia, porque quem chegou tinha uma vontade, nossa única vontade era voltar para o Brasil e continuar a luta. Nós não saímos, é... viver no exílio, a gente diferente do migrante ou de quem sai para fazer a vida, para estudar, para constituir família, ter emprego, nós saímos com combatentes, nós fomos presos como combatentes. [...] A gente nunca pensou em... não é? tanto que a gente estava tentando fazer um plano de fuga dentro da prisão, nós tínhamos uma *postura de combatente* e como saímos a nossa postura era voltar e continuar a luta. [...] Então entramos na VPR, entramos na VPR. [...] Eu chamei minha mulher, ela foi para lá com a minha filha, ficou lá um tempo, depois eu falei para ela, volta que... não é? volta para casa, não é? [...] volta para casa porque eu, não sei, daqui eu vou retornar à luta. Nós éramos combatentes internacionalistas, tanto no Chile, como na Bolívia, onde nós fôssemos chamados, Peru, onde fôssemos chamados. Estávamos ali no Chile, prontos para retomar a luta, mas nossa prioridade era retomar a luta no Brasil, porque havia um grupo de companheiros ainda que estavam sobrevivendo e lutando aqui e havia um projeto de retorno (Palmar, 2014, 1:53:08).

Esse trecho demonstra como a identidade narrativa do militante é presente na construção do relato de Palmar. Ao chegar no país, o primeiro esforço presente em seu testemunho é o de se reorganizar politicamente, visando a volta ao Brasil e, conseqüentemente, à luta contra a ditadura. Evidente que essa vontade também está presente na narrativa de outros militantes aqui estudados, mas no caso de Palmar, este é o único fio condutor de todo seu relato. Em um breve momento, este cita a visita de sua esposa e filha em seu exílio, pontuando logo em seguida que as pediu para voltar para a casa, pois seu objetivo seria o de retornar à militância política. Objetivo inclusive colocado como permanente ao longo de toda a sua trajetória. Desde a prisão até o seu deslocamento, sua postura de combatente era estar a postos para qualquer atividade necessária em prol da revolução e da resistência contra a ditadura.

Outra característica dessa identidade narrativa no relato de Palmar é a sua negação em se colocar como um migrante ou, até mesmo, em “viver no exílio”, rechaçando esses *status*. Ele se considerava um banido, uma vez que continuar no Brasil, significaria permanecer na prisão ou ser expulso do país por parte do próprio Estado. A experiência exilar vivida por Palmar era a mesma que a de seus colegas de deslocamento, ainda que este não se considerasse como um exilado, por continuar com a “postura de combatente”, mesmo no exterior. Contudo, nesse momento, uma grande parte desses indivíduos também aproveitavam das oportunidades ali presentes para trilhar outros caminhos, como por exemplo se dedicando a continuar sua formação

acadêmica ou buscando se inserir no mercado de trabalho, buscando um desenvolvimento profissional. Ou seja, desempenhavam atividades não unicamente relacionadas com a militância política.

Contudo, ao final desse trecho de sua narrativa, ao afirmar que “nossa prioridade era retomar a luta no Brasil, porque havia um grupo de companheiros ainda que estavam sobrevivendo e lutando aqui”, Aluizio Palmar pode ter revelado um traço característico da experiência exilar: a sensação de alívio e culpa por estar em segurança enquanto outros não tiveram essa oportunidade, ou, conforme formula Denise Rollemberg (1999, p. 32): “feliz porque não desapareceu numa situação ameaçadora, onde tantos sucumbiram, mas infeliz exatamente por isso, por essas ausências, pela culpa que carrega”. Dessa forma, Aluizio volta seus esforços para continuar sua atividade política mesmo no exterior, agora de outra forma, atuando no âmbito da preparação de outros combatentes. Neste momento, encontra-se com José Carlos Mendes, que também fazia parte da VPR no período. Um aspecto interessante presente na narrativa, é a consciência e a leitura de ambiente que os exilados possuíam. Palmar apresenta que eles já tinham ciência da presença de espiões da ditadura brasileira no Chile, principalmente agindo dentro da embaixada do Brasil no país.

As meninas e os meninos, ou seja, nós homens e as mulheres da VPR, da ALN, todas as organizações, decidimos fazer um treinamento, era, era de guerrilha urbana [...] Bom, então ficamos ali no Chile fazendo esse treinamento com explosivo, caminhando na cordilheira, esperando alguma coisa. Foi aí que a quando aí que aparece o Zé Carlos Mendes, inclusive, foi nesse período, nós tínhamos uma chácara fora de Santiago, nós estávamos... digo aí nós, é... VPR. Nós tínhamos uma chácara dentro de onde... nessa chácara era o pessoal quando chegasse da Coreia, ficaria nessa chácara até voltar para o Brasil, não é? uma coisa assim. Aí o Zé Carlos Mendes aparece lá, vindo do Brasil, que havia participado do sequestro do suíço, ele saiu... ele saiu daqui para levar uma companheira viúva de um companheiro junto com uma criança e chega lá em Santiago. Ele me procura ou alguém manda ele me procurar, eu pego o Zé e digo a ele, olha, você vai voltar para o Brasil, então você não pode ficar andando em Santiago, não é? que aqui está minado, isso aqui está minado, tem... aceso todos os alvos de repressão, inteligência da ditadura brasileira estão aqui e a embaixada Brasileira é logo ali, não é? é mina de espião, não é? tem, tinha, espião de tudo que é lado, dentro de barzinho, boteco na avenida, na rua, postado, disfarçado nos lugares frequentados pelo... pelos asilados e banidos, era minado de espião (Palmar, 2014, 1:58:31).

Decidido a voltar ao Brasil para continuar sua atividade política, Aluizio Palmar deixou o Chile antes do golpe de 1973, indo para a Argentina montar uma estrutura de apoio aos combatentes que chegavam de outros países em uma região mais próxima

com a fronteira brasileira. Entre as táticas utilizadas por Palmar para deixar o país, estavam o uso de roupas caras, mudança na cor dos cabelos e a escolha por rotas menos visadas pela polícia.

Decidimos como montar as estruturas de retorno para o Brasil. A meta era voltar e continuar a luta, vamos acelerar a montagem de estrutura que o pessoal está vindo da Coreia, tem gente de Cuba chegando, não sei o que, tem que montar a estrutura. Nessa, aí é... eu saí de lá, não é? Eu saí de lá com cabelo escuro, olhos castanhos e [...] um rosto redondo, um terno de primeira e uma gravata italiana da mais cara que existe, a roupa caríssima. Eu fui preparado. [...] e eu voltei, via Mendoza. Eu decidi não desembarcar em Buenos Aires, mas desembarcar em Mendoza, porque é um aeroporto pequenininho, eu desceria tranquilo, de boa, não é? (Palmar, 2014, 2:01:21).

Neusa também se envolveu com essas atividades de preparação de combatentes em seu exílio, acompanhada de seu pai, que era coordenador de alguns desses cursos. Mesmo estando vinculados às mesmas organizações, os Cerveira não são mencionados por Aluizio Palmar em seu relato, assim como Neusa também não faz qualquer menção ao guerrilheiro. Portanto, essa ausência de citações a companheiros de militância também pode ser um reflexo da experiência da clandestinidade em suas narrativas. Com a perseguição política e a constante possibilidade de ser preso e interrogado, omitir nomes e preservar identidades era um hábito desses indivíduos, para proteger sua organização e seus integrantes. À vista disso, essa prática pode ter permanecido em seus relatos posteriores, salvo algumas exceções.

Seguindo a narrativa de Neusa, esta apresenta que participou de algumas atividades de sua organização, mesmo que seu pai não fosse favorável à ideia de que ela frequentasse os cursos de formação para a luta armada. Um dos motivos para essa resistência do Major Joaquim Cerveira à participação de Neusa nessas ações poderia ser em virtude de sua pouca idade, pois nesse período ela tinha apenas 14 anos. Entretanto, pela exposição e pelo perigo causado por conta de sua atuação política, o pai de Neusa sabia da importância de esta saber e poder se defender em situações de risco, inclusive a presenteou com uma arma. Todavia, ainda que integrada nesse contexto de militância, Neusa revela que tinha um bom padrão de vida, pois vivia com um casal de amigos de seu pai, já que por sua postura de liderança, ele deslocava-se muito, fazendo um papel de articulação entre as organizações de esquerda. Com isso, é possível perceber que a rede de apoio construída por Joaquim Cerveira

proporcionava à Neusa um certo conforto em seu exílio, como podemos perceber a partir desse extrato de fonte:

É... tinha curso de guerrilha no Chile também. É... meu pai era um coordenador dos cursos de guerrilha para as diversas idades e eu fiz o primeiro curso de guerrilha no Chile. Ganhei um revólver do meu pai e eu comecei a frequentar as reuniões lá da... dos adolescentes comunistas, porque eu queria, não? Meu pai não queria. [Teu pai não queria?] Não, ele não queria, não queria. [...] Eu tinha 14 anos, não é? E... mas eu não era a única com essa idade, não? tinha era... para faixa de idade, os cursos, eles estavam montando uma base em *Arica* também. É... essa época morreu um cara do MIR, aconteceu..., as coisas iam acontecendo muito rápido. Eu estudava também, e... eu tinha uma vida muito confortável, morava na Avenida Providência e tal e coisa [com esse casal] ... com esse casal, uma vida ótima, sabe assim, do ponto de vista... e via meu pai todos os... todos os dias que ele estava no Chile, porque ele viajava muito (Cerveira, 2014, 1:13:32).

Assim como outros exilados tiveram uma leitura política prévia e se prepararam para um possível golpe militar no Chile, Neusa também foi avisada por seu pai e aconselhada a deixar o país. Novamente, devido a rede de contatos de Joaquim Cerveira, Neusa teve acesso a uma estrutura que viabilizou sua saída do Chile. De acordo com o seu relato, a ideia de seu pai era retirá-la do país em segurança, já que planejava ajudar na resistência ao golpe juntamente com os chilenos. Dessa forma, apesar de não querer deixar o país e, conseqüentemente, seu pai, Neusa segue junto do casal com o qual morava no Chile para a Argentina. Ademais, esse casal parecia manter um contato próximo com Joaquim Cerveira, o que pode também ter sido um dos motivos de Neusa os ter acompanhado em sua viagem, em detrimento dos outros destinos sugeridos por seu pai, como Cuba ou a União Soviética, que também eram mais distantes. Com efeito, é do país vizinho que Neusa acompanha o golpe militar liderado por Pinochet.

Aí teve a primeira tentativa de golpe, né? aí meu pai disse que eu tinha que sair do... do Chile, ele queria me mandar ou para Cuba ou para União Soviética, porque eu continuava dançando balé, nunca parei de dançar balé, até os 28 anos, aí ele... ele queria que eu fosse para a União Soviética, que aquele... eles iam e eles iam e a eles iam resistir lá, tal e coisa, o processo era maravilhoso e tal e coisa. E que eu poderia voltar depois e lhe buscar, eu não queria ir para Cuba, não é? [...] que eu não queria para lugar nenhum, aí eu fui pra Argentina, é... ficar na casa de um.... eu fui com esse casal para Argentina, nós chegamos lá e as coisas, eu via nas conversas deles que a situação estava piorando, aí teve o golpe (Cerveira, 2014, 1:15:29).

Se Aluizio Palmar e Neusa Cerveira já estavam fora do país no momento da tomada de poder pelos militares, José Carlos Mendes e Noemi Osna acompanharam

de perto todo esse processo. No caso de Mendes, depois de auxiliar Aluizio Palmar no estabelecimento de uma estrutura de apoio da VPR na fronteira entre a Argentina e o Brasil, voltou para o Chile para participar da vida política do país, aproximando-se das organizações vinculadas ao Partido Socialista Chileno. Diferentemente de Palmar, Mendes desempenhou outras atividades para além de sua militância política, trabalhando em fábricas, mas ainda assim atento às movimentações políticas. É nesse contexto de sua trajetória que ocorreu o golpe de Estado:

Eu, particularmente, é... como tinha relações mais próximas com o pessoal do Partido Socialista, me vinculei a eles e naturalmente ocorreu e fui trabalhar, trabalhei numa fábrica (incompreensível), uma fábrica de materiais elétricos, e estou lá esperando o que poderia ocorrer. Chegou setembro, 11, de 73 no Chile, logo de manhã nós já estávamos mobilizados na véspera e... a... já sabíamos que o golpe era iminente, tínhamos algumas armas. No dia 11, pela manhã, saímos a defender o Palácio Presidencial. Dentro do Palácio, o presidente Allende com alguns fiéis militares e sua guarda pessoal, fora do Palácio em alguns edifícios perto, onde abrigam alguns ministérios, ali na... na praça em frente ao *Palacio de la Moneda*, franco-atiradores estavam também fazendo fogo e nós pelas ruas e, particularmente, nós que conhecíamos alguma coisa de guerrilha urbana, até orientando os companheiros chilenos, é... e fazendo também o nosso papel de... de fogo em cima dos militares golpistas chilenos. Isto durou até praticamente perto do meio-dia e até essa hora o Pinochet não tinha ganho nada [...] e a ousadia do Pinochet foi tanta que ele estava então tentando tomar o Palácio e não tinha conseguido até então pela resistência, aí, mandou bombardear o Palácio, aí foi quando realmente ocorreu a tomada do Palácio, o suicídio do presidente Allende e praticamente a nossa derrota militar. Naquele dia, os combates, ainda se estenderam... se estenderam pela noite até o dia seguinte, mas depois se tornou inviável qualquer resistência organizada mais consistente. A ditadura que acabava de se implantar no país (Mendes, 2014, 23:21).

Nesse trecho do relato de Mendes, é possível perceber sua participação ativa na defesa contra a ação dos militares golpistas, utilizando inclusive dos conhecimentos adquiridos em treinamentos e outras ações que havia integrado na VPR, principalmente das táticas foquistas. Se no caso da narrativa de Carlos Frederico Marés, a experiência dos brasileiros é aplicada ao processo de exílio, no tocante à narrativa de Mendes, esses conhecimentos prévios são direcionados à prática da resistência armada. Com a falência das tentativas de resistir ao golpe, Mendes se encontra novamente em um contexto de clandestinidade e perseguição, agora ainda mais vulnerabilizado por ser um exilado abrigado na casa de uma família de Santiago.

Pela rádio, passaram a chamar as... os estrangeiros, que estavam na condição de exilados do Chile, pelo rádio para se apresentar à delegacia de estrangeiros, chamaram meu nome. Eu não compareci, obviamente, um único companheiro que compareceu, que soubemos e, portanto, com certa ingenuidade acabou

sendo morto no Estádio Nacional. E aquela situação se tornava a cada dia mais desesperadora, porque uma clandestinidade de um estrangeiro no Chile, de novo e lá, o que a gente aprendeu de viver assim também ajudou muito, salvando a... a nossa vida até então. Quando sai um dia, já o toque de recolher já havia diminuído, não me lembro quantos dias após o golpe, mas já era final de setembro, o golpe foi dia 11, já se levava 3 semanas menos ou mais de clandestinidade, encontro na rua o companheiro Paulo Medeiros, que era um companheiro do gaúcho brizolista e que estava também no Chile exilado, caminhando na rua de Santiago. Eu tinha saído justamente para comunicar, me enviaram um postal para eu enviar para Curitiba, avisar a minha família que até então não tinha acontecido nada comigo, mais grave. E então, é... ele, assim disse, estou indo encontrar-me com diplomatas da Holanda que vão me levar para Amsterdam, quer ir? é já, agora, não tem muita alternativa. Assim com a roupa do corpo, eu sai com o Paulo, é... a encontro desses diplomatas que nos levaram para a embaixada da Holanda. Para esses chilenos, de uma família que morava no bairro, que lhe chamam lá de *poblaciones*, quase favelas, esse brasileiro que um dia saiu da casa deles nunca mais voltou sou eu, estou vivo! Eles pensam que eu morri, porque eu sumi, eu sumi, nunca mais os vi e era muito difícil. Depois, até os diplomatas se propuseram a ir recolher minhas coisas, minhas, minhas pequenas coisas, uma sacolinha não é? e na verdade tudo isso ficou para trás. Eu saí com os meus documentos e com a roupa do corpo, abrigado na embaixada holandesa por um tempo, houve então o decreto de expulsão do Chile pelo Pinochet (Mendes, 2014, 26:04).

Outro aspecto a se destacar é o acolhimento oferecido por chilenos, mesmo que de origens mais simples, aos exilados nesse novo contexto político, em que estes também se encontravam ameaçados dentro de seu próprio país. A partir dessa constatação, é possível identificar que as redes de solidariedade e de apoio existentes no Chile não foram construídas somente entre os brasileiros que lá viviam no período, mas também com moradores locais, visto a integração social que estes conseguiram estabelecer no país. Dessa maneira, talvez por conta da atuação política ou profissional que esses exilados exerciam em lugares mais periféricos, é possível entender os motivos pelos quais esse apoio também esteja presente nessas relações com grupos menos abastados. Além disso, é pertinente considerar que nessa realidade socioeconômica mais vulnerável, a solidariedade é um dos elementos fundamentais para garantir a sobrevivência em comunidade. Com isso, as relações de sociabilidade construídas por brasileiros nessas áreas também carregavam essa característica presente no local.

À vista disso, a narrativa de Mendes mostra a importância do estabelecimento de uma rede de apoio entre os exilados no exterior. A partir de uma coincidência, quando Mendes casualmente encontrou Paulo Medeiros caminhando na rua, é que o paranaense conseguiu acessar a embaixada da Holanda.

Por último, está o caso de Noemi Osna - possivelmente a narrativa mais extensa entre as apresentadas neste trabalho sobre a experiência do primeiro exílio.

Entre os representantes desse grupo, Noemi foi a que seguiu a rota mais clássica do exílio brasileiro, passando pelo Uruguai, conhecendo a rede de apoio montada pelos políticos da geração de 1964 no país e depois seguiu para o Chile. Entretanto, se nos outros casos narrados, a receptividade e o apoio oferecidos pelo grupo ligado a João Goulart estabelecido em Montevidéu tenham sido os pontos mais destacados, no caso de Noemi sua experiência com essa rede de solidariedade foi bem diferente:

Ficamos, moramos em Montevidéu, ficamos em Montevidéu 6 meses, foi bastante difícil, porque até... em Montevidéu a gente procura aquele velho pessoal que tinha ido para lá em 64, ligado ao Brizola, pessoal ligado ao Jango. O Neiva Moreira estava lá, que era um... um deputado maranhense, também estava exilado lá e através de contato que a gente foi fazendo... a gente chegou, chegou no Neiva Moreira e a gente queria saber o negócio é... de pedir asilo, né? Aqui, todo mundo os brasileiros chegaram, foram, receberam asilo político do governo uruguaio. Eu vou contar isso, eu nem sei se eu devia, mas eu vou contar. É ele disse... se vocês vão na *jefatura* da polícia central, lá no centro de Montevidéu, é lá que pedem asilo, nós fomos. Aí meu marido disse: você fica aqui, eu fiquei numa esquina com meu filho pequenininho tinha 9 meses, e eu vou lá ver como é que é, ele entrou, era um espaço público, ele não falava nada de espanhol, diz ele que parou uma pessoa para quem ele pediu informações, ele foi... numa dessas ele encontrou um policial, ele falou, você está procurando teu colega da polícia brasileira? perguntou para ele, a polícia brasileira funciona ali e tinha uma sala da polícia brasileira funcionando junto da... dessa *jefatura* de polícia uruguaia. A gente saiu correndo, saiu correndo, vamos embora. Depois mais tarde, não é? a gente soube que você pede asilo, você pede asilo no Ministério Relações Exteriores, mas não estão, não estão concedendo mais, está complicado, Uruguai também está vindo um período de transição já pré-ditatorial, depois, mais tarde eu fiquei sabendo, não? que o pessoal não, não... não tinham certeza e tinha muita gente lá de outros grupos, como a gente era da AP, havia aquelas brigas de AP com os outros grupos, aquela é... aquela rivalidade que eu não entendo, pra mim é ridículo, mas enfim, havia e as pessoas de outros grupos estão esperando para ver como é que fazia para pedir asilo, mas eram pessoas também que estavam sendo bem procuradas, não é? E então eles nos usaram como... como teste para ver onde é que era, depois eu fiquei sabendo que... a companheira aqui, que era ligado ao outro grupo, que disse: não, a gente estava esperando, ninguém pediu, por isso não sabia como é, queria saber como é que era, aí como vocês chegaram... (Osna, 2014, 20:59).

Com esse testemunho de Noemi é possível inferir que as relações entre exilados no exterior eram bem mais complexas do que outras narrativas evidenciam. Sem dúvida, o capital social e político de um exilado pode ajudar em maior ou menor grau em sua experiência no exterior. Nesse caso, essa é a primeira narrativa na qual essa bagagem prejudicou o exilado em questão. As disputas políticas internas de organizações e partidos de esquerda prévias ao seu próprio exílio, colocaram Noemi e sua família em uma situação de vulnerabilidade no exterior, condição essa provocada por pessoas que também estavam no exílio e que sabiam o quanto essa experiência

podia ser desgastante. Ao demarcar em sua narrativa “eu vou contar isso, eu nem sei se eu devia, mas eu vou contar”, Noemi, de certa forma, também procura fazer justiça a partir de seu testemunho, denunciando que essa rede de apoio também foi de certa forma arbitrária ao oferecer ou não ajuda aos exilados que a procuravam. Outra motivação que poderia justificar a resistência de Noemi ao narrar o ocorrido se dá ao citar um político conhecido, como é o caso de Neiva Moreira⁶⁰.

Todavia, sem a ajuda dessa rede, em seu caso nem tão solidária e com dificuldades econômicas, pois seu marido era médico, mas não conseguiu validar seu diploma para trabalhar no Uruguai, Noemi e sua família seguem para o Chile mesmo antes da eleição de Allende. Com isso, ao chegar no país e ser integrada na comunidade brasileira ali presente, pela primeira vez contou com uma melhor recepção e com o apoio de outros exilados para conseguir se estabelecer em seu novo país. Com efeito, essa reafirmação positiva da recepção de Noemi pela comunidade de brasileiros no Chile e pelos próprios chilenos também pode ter ocorrido justamente em contraposição à experiência negativa vivida anteriormente. Entretanto, Noemi também não se encontrava totalmente desamparada em Montevidéu, contando com o apoio de sua estrutura familiar.

Eu tinha conseguido trabalho no.. no escritório do Secretariado Latino-americano de Estudantes Católicos, eu estava de comecei a editar um boletim lá para eles, junto com outro rapaz, ele trabalhava no centro do documentações, mas isso só dava para pagar aluguel. O que eu ganhava dava para pagar o aluguel, mais nada, então estava difícil, era mais minha família que ajudava, minha mãe ia lá de vez em quando me levar um dinheiro, bem difícil... aí então ele resolveu ir pro Chile, no Chile, a comunidade da colônia brasileira era muito organizada [...] E aí fomos pro Chile, fomos muito bem recebidos, não só a colônia brasileira nos recebeu muito bem, mas os próprios chilenos nos receberam muito bem, e tivemos muita solidariedade de se sentir em casa praticamente, é... e lá realmente no início, as pessoas até se acertarem recebiam uma ajuda de custo para pagar aluguel e logo em seguida, ele já conseguiu trabalhar, iniciou o processo de revalidação do diploma (Osna, 2014, 24:25).

Além da integração social no Chile, a validação do diploma de seu marido também foi um aspecto positivo da ida ao país. Neste momento, ainda que a identidade

⁶⁰ José Guimarães Neiva Moreira, maranhense, atuou profissionalmente como jornalista e seguiu para a carreira política sendo eleito deputado estadual e federal pelo estado do Maranhão. Exercia sua função no congresso em 1964, quando teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 1, instituído pelos militares após seu golpe de Estado. No mesmo ano, foi preso, libertado e saiu em exílio, passando pela Bolívia, Uruguai, Argentina, Peru e México, antes de retornar ao Brasil em 1979, como anistiado político.

militante de Noemi esteja presente na narrativa, questões como maternidade e manutenção familiar começam a ficar mais em voga em seus relatos. Afinal, Noemi teve dois filhos no período que estava vivendo no Chile e passou a buscar o estabelecimento de sua família em Santiago, até o momento em que o golpe militar ocorreu.

Eu tive mais uma filha no Chile, nasceu em 73, nasceu minha filha, dois filhos chilenos, então pouquinho depois que ela nasceu, houve o famoso *Tanquetazo*, foi a tentativa de golpe, os tanques tentaram cercar, mas daí, como tinha setores do exército que não eram favoráveis, não foi concretizado o golpe, mas o golpe já estava em andamento, até ao famoso 11 de setembro de 73, que o golpe aconteceu. E aí, 11 de setembro, ouvimos todo o início, as últimas palavras Salvador Allende no rádio, depois tudo: a tomada né? da rádio... a rádio foi desligada, né? Vários setores que eram favoráveis ao governo é... porque não me lembro, mas elas foram todas foram não sei... bloqueadas, invadidas, as pessoas presas metralhadas e a gente em casa ficava então. O que se ouvia na rádio de hora em hora, meia hora, se você é chileno, defende a tua pátria, isso é, se conhecer e ou tiver algum vizinho conhecido que for estrangeiro, denuncie, porque pode ser um perigoso terrorista (Osna, 2014, 29:25).

Acerca da repressão no Chile, na narrativa de Noemi, o adjetivo de terrorista é utilizado para se referir a possíveis exilados de outros regimes ditatoriais. Nesse caso, também é perceptível um esforço da propaganda dos militares para criar um clima de estabilidade e antagonismo entre chilenos e os estrangeiros que ali conviviam. No caso de Noemi e de sua família, estes contavam com uma rede de solidariedade constituída principalmente por chilenos, os quais, felizmente, não foram convencidos por esse esforço propagandístico. Inclusive, essas relações de afinidade e apoio fizeram com que Selerino Carriconde, marido de Noemi no período, não fosse preso pelos militares:

E no dia 18 de setembro, nós fomos na casa de um vizinho almoçar, fomos lá que a gente estava tenso em casa, esperando, sabe? A gente não sabia o que fazer, não se tinha para onde ir, realmente muito complicado. Não podia sair, havia polícia em todas partes, não... não sabíamos, estamos acuados mesmo. Aí uma vizinha foi lá... vamos lá em casa, é... dia 18 de setembro, feriado nacional chileno, como 7 de Setembro aqui, lá é 18 de setembro. Bom, fica lá com a gente, está tudo em baixo astral e fomos almoçar. Um 3 horas da tarde, a gente já ouviu aquele grito, não queremos civis na rua. Nós morávamos numa espécie de um beco, hoje é um condomínio fechado, com um portão e uma passagem que chamava de casas da caixa do salitre, ou, cooperativa do salitre. Nós morávamos numa das primeiras casas e nós estávamos na outra casa que dava para outro lado da rua. Aí foi aquele pavor, né? aí eles foram entrando de casa em casa, eles entrando nas casas porque ele tinha outras pessoas que a gente sabia que participavam do partido comunista, partido socialista que moravam ali e a gente preocupado. Até que, claro, acabaram na nossa casa, era lá que... lá que era realmente, foram para pegar meu marido, só que a gente não estava em casa e eles foram embora, eles não sabiam que a gente estava então é... naquela casa que estava fora ali, eles não foram. Você vê a sorte? E aí, é... eu telefonei para um amigo, nós demos um

telefonema para um amigo que trabalhava na CEPAL [...] e ele disse, diga pra ele ficar na esquina que vou passar de carro lá, daqui a pouco eu pego ele lá que já tem várias pessoas aqui em casa, a gente vai tentar uma... é pedir asilo em alguma embaixada, embaixada que não tivesse toda cercada pela polícia. Aí ele vestiu uma roupa, um casaco do filho daquela nossa vizinha [Noemi fica visivelmente emocionada e chora, pausa no testemunho], me emociona muito a solidariedade naquela situação, você vê, nem mesmo correndo o risco, ela foi com ele... até a esquina (Osna, 2014, 32:17).

Novamente a questão da solidariedade é destacada por Noemi, pois além de garantir sua proteção da perseguição dos militares chilenos, foi a partir dessas conexões que Selerino conseguiu asilo em uma embaixada. O apoio dos chilenos, mesmo que nesse período também vulneráveis ao aparato repressivo da ditadura de seu país, comprova a força dos laços estabelecidos. Noemi recebeu apoio até mesmo de integrantes de forças subordinadas ao comando de Augusto Pinochet, como é o caso dos *carabineros*, por ela conhecidos e que a ajudaram a levar dinheiro e mantimentos para os asilados na embaixada do Panamá, local onde Selerino e Dimas Floriani foram recebidos.

E você vê como são as coisas, como a gente tinha tantos amigos no Chile, porque havia muita solidariedade entre os vizinhos. A gente estava sempre se ajudando, eles nos ajudavam, a gente ajudava... ajudava os vizinhos, como podia, meu marido, como médico, estava sempre atendendo o pessoal, uns meninos que eram estudantes de *carabinero*, *carabinero* é o... é como correspondente a polícia militar aqui no Brasil, eles estavam lá conversando com... conversando com ele, estavam sempre lá em casa [...] E quando ele foi para embaixada, eu vou lá, na época eu falei se precisar de qualquer coisa, a gente está à disposição para te ajudar, e aí a gente consegue se comunicar por telefone [...] aí eu não dirigia, mas eu tinha um carrinho, sabe? aí um dos meninos da vizinhança me levava de carro e você sabe que esses meninos do... aí já não era mais estudantes, que era *carabinero*, é... um deles era oficial, ele colocava um batedor na minha frente para me levar, quando chegava na frente da embaixada, o batedor mandava sair... porque as embaixadas estavam cercadas com os policiais, se saíssem era preso, estavam de plantão e eu podia chegar ali... levei remédio, levei roupa, levei dinheiro... com o pessoal é... ia nas casas, a gente ia nas casas e pegava as coisas é... para tirar as coisas da... das casas das pessoas. Todo mundo tinha casa montada, né? Tinha gente que estava... nós, pessoalmente, pensamos em ficar lá para sempre, já estávamos tão aclimatados, não é? E aí foi... até final de... aí quando foi em outubro, eles conseguiram um salvo conduto para ir para o Panamá, não é? o pessoal, todo que estava na embaixada, eram quase 300 pessoas, foram Panamá, foram recebidos pelo governo na época do Torrico, que depois foi derrubado pelos Estados Unidos, não é? porque era nacionalista demais (Osna, 2014, 36:17).

4.3 - Impactos do primeiro exílio

Com essa análise e comparação da experiência do primeiro exílio, alguns aspectos podem ser destacados. Em primeiro lugar, sobre a presença de redes de

apoio e solidariedade construídas por brasileiros no exílio, é possível identificar que as duas maiores estruturas de recepção estavam presentes em Montevidéu, no Uruguai, e em Santiago, no Chile, mesmo antes da eleição de Salvador Allende, já que o governo de Eduardo Frei Montalva - um democrata-cristão - ainda que não adotasse a mesma receptividade estabelecida no governo de Allende, também não proibia a entrada de exilados no país.

Enquanto nas narrativas a recepção na colônia brasileira no Chile tenha sido sempre citada com uma conotação positiva, principalmente por sua capacidade de integração e pelo apoio financeiro oferecido aos recém-chegados, a comunidade no Uruguai demonstrava uma maior instabilidade. Seja pelo seu esgotamento de recursos, muito dependente do financiamento de João Goulart e seus parceiros políticos, ou também por uma certa fragmentação interna por conta de rivalidades políticas. Como mostra a diferença de tratamento entre os casos de Noemi Osna e Carlos Frederico Marés, que chegaram no mesmo período, mas que tinham capitais sociais e políticos distintos.

Não obstante, sabemos a partir de pesquisas, como é o caso de *Exílio: entre raízes e radares* (1999) de Denise Rollemberg, e de outros relatos, como é o caso de José Maria Rabêlo em seu livro *Os caminhos do exílio* (2016), que mesmo na comunidade estabelecida no Chile, disputas e rivalidades políticas internas estavam presentes. Tensões estas inerentes aos grupos de esquerda brasileiros, visto o grande número de dissidências originadas de partidos ou grupos políticos que não haviam conseguido chegar a um consenso sobre qual linha política seguir, gerando conflitos entre diferentes organizações e suas formas de atuação. Com isso, essa esquerda exilada estava longe de ser um grupo homogêneo e de convivência pacífica.

Entretanto, nas narrativas dos exilados aqui analisadas, em nenhum momento essas tensões internas são citadas. Com isso, podemos interpretar que estes não estavam envolvidos nesses debates ou que, pela experiência positiva da integração e convivência nesse coletivo ter um grande impacto em sua percepção, esses conflitos foram deixados de lado nos testemunhos. Outra hipótese é que, pelo fato dessas narrativas serem tornadas públicas e com um alcance considerável de audiência, esses exilados também possam ter reprimido de seus testemunhos qualquer crítica dirigida à colônia brasileira no Chile, para não prejudicar sua imagem já estabelecida na opinião pública. Entretanto, a partir da leitura das fontes, ao menos no caso dos relatos presentes no Depoimentos para a História, a primeira parece mais plausível, pois um

aspecto comum em todas as narrativas é uma idealização e valorização da experiência de exílio no Chile, principalmente quando comparada ao segundo exílio.

Outro importante ponto presente nessas narrativas é a menção a uma boa recepção não só por parte dos brasileiros no Chile, mas também dos próprios chilenos a esses exilados. Muitos deles, como é o caso de Noemi, Dimas, José Carlos e Manoel, por exemplo, ressaltam o apoio recebido por parte dos chilenos, inclusive após o golpe militar liderado por Pinochet, ou seja, em um contexto no qual esse auxílio poderia colocar esses moradores locais na mira da repressão estatal. Por conseguinte, é possível considerar que essa visão do Chile e de Santiago como uma “terra de liberdade”, como diversas vezes os narradores se referem ao local, deve-se também por conta dessa integração à sociedade chilena de maneira mais ampla, ao sentimento de pertencer àquele espaço e de ali ter liberdade de atuar política e socialmente.

Por conseguinte, mais um aspecto analisado, também presente nas narrativas, é existência de uma visão do Chile como uma possível “terra prometida” para os perseguidos pelas ditaduras militares já implantadas nos países vizinhos ao de Salvador Allende. Mais que um ambiente seguro, o país possibilitava uma atuação política intensa desses militantes exilados, além da esperança do Chile ser um “laboratório” para outras experiências socialistas que esses mesmos militantes pretendiam implantar em seus próprios países. Como aponta Denise Rollemberg (1999, p. 168): “Até o golpe do Chile, em 1973, a perspectiva da revolução latino-americana prevaleceu e foi fundamental na definição da identidade dos exilados”.

A ideia de continuidade associada a um ideal militante, conforme apontado anteriormente, está presente na maior parte das narrativas dos exilados. Teresa Marques (2017, p. 253) explica os motivos para essa ideia de continuidade na percepção desses indivíduos, além da questão da afinidade política com o governo de Allende.

Em escala internacional, tiveram liberdade para continuar interagindo com o Estado expulsor sem maiores interferências do governo chileno e sem a necessidade de um apoio direto da esquerda chilena, o que permitiu não mudar de forma drástica o seu discurso. Assim, o exílio brasileiro no Chile foi marcado pela ideia de “continuidade”.

Durante a permanência no exílio, umas das principais perdas para os exilados é a impossibilidade de atuar na política ou perder suas conexões com seu país natal, provocando ainda mais a sensação de desenraizamento. No Chile, pela liberdade

cedida pelo governo e pela proximidade geográfica do Brasil, que possibilitava maiores trocas com organizações e pessoas que ainda estavam no país, minimizava, de certa forma, esses efeitos do exílio. A quantidade de brasileiros no Chile e a organização para o acolhimento de outros exilados também foi importante para gerar a sensação de pertencimento àquele espaço, diminuindo também – na medida do possível – os sentimentos de estranhamento.

Por fim, outro aspecto a ser pensado acerca do sentimento de pertencer, talvez se deva ao grande impacto sentido por esses exilados pelo golpe militar de 1973, maior até que o impacto sentido com o golpe brasileiro, já que por uma questão de idade - serem crianças ou adolescentes -, estes não estavam atuando tão intensamente na política em 1964. Seguindo o argumento de Denise Rollemberg (1999, p. 51), “a geração 1964 sentiu muito mais o golpe como uma derrota do que a geração 1968, que viveu este impacto com mais intensidade, anos depois em 1973, com o golpe no Chile”.

Dessa maneira, o golpe militar de 1973, para essa geração de 1968, marca não só um segundo deslocamento, mas, principalmente, a derrota de um projeto de vida. Destrói o ideal de realizar uma revolução latino-americana - objetivo presente no imaginário político de militantes alinhados com posturas de esquerda desde a Revolução Cubana de 1956 -, além de acabar com a expectativa de um iminente retorno para o Brasil.

Se a experiência chilena do exílio foi marcada por trocas e a sensação de continuidade, o Golpe de Estado de 1973 no país gerou um grande abalo na vida dos exilados que ali estavam. Além de acarretar a necessidade de um novo deslocamento, a quebra de expectativas geradas por esses indivíduos - do Chile ser uma oportunidade concreta de resistência contra os militares ainda dentro do cone sul - transforma totalmente a maneira com a qual esses sujeitos vão encarar seu segundo exílio.

De uma forma ou de outra, a revolução latino-americana estava derrotada, pelo menos momentaneamente. “A derrota de um continente”. Com o fim da experiência chilena, uma outra etapa começava: o *exílio no exílio* (Rollemberg, 1999, p. 57).

5 – O EXÍLIO NO EXÍLIO: DISPERSÃO DOS BRASILEIROS EXILADOS E A EXPERIÊNCIA DO SEGUNDO EXÍLIO

O fim abrupto do governo de Allende criou um fenômeno maciço de exílio chileno e de exílio em série para muitos latino-americanos que haviam encontrado abrigo lá, ou que tinham ido ao Chile motivados pela promessa de uma revolução socialista democrática. (Roniger; Sznajder, 2014, p. 105).

Se continuidade era um dos termos utilizados para se tratar do exílio de brasileiros no Chile, o golpe militar comandado por Pinochet em 1973 mudou completamente a perspectiva desses exilados em relação ao seu futuro. Com o golpe, ademais do projeto de instituição do socialismo pela via democrática e da resistência contra os governos militares do cone sul no período, também tem fim o maior reduto de recepção para exilados naquele momento. Impossibilitados de voltar para o seu país de origem e com a instabilidade política presente na região, na qual qualquer nação que ainda estivesse com um regime democrático também estava suscetível a sofrer um golpe de Estado, os exilados passaram por um novo processo de deslocamento, ou seja, um segundo exílio. Como explicam Luis Roniger e Mario Sznajder (2014, p. 24):

Além dos nacionais que são forçados a se mudar para o exterior como exilados, há o fenômeno do **exílio duplo ou em série**. Ou seja, indivíduos que fugiram de seu país de origem e encontraram refúgio em um país disposto a recebê-los como exilados ou refugiados se encontram em uma situação em que, devido a mudanças políticas e ainda incapazes de retornar ao país de origem, são forçados a deixar seu novo país de residência para um segundo exílio [grifos da autora].

Esse processo de “exílio dentro do exílio”, conceituado por Roniger e Sznajder como exílio em série⁶¹, foi um das principais características dessa segunda fase do exílio brasileiro, seguindo os apontamentos de Teresa Marques. De acordo com a autora, houve duas fases do exílio no cone sul: a primeira foi a “fase latino-americana, que teve como principal polo o Chile, e, após o golpe de 1973, que depôs o presidente Salvador Allende, a fase europeia, na qual a França representou o principal local de acolhida de brasileiros” (Marques, 2017, p. 242).

⁶¹ “Definimos exílio em série como o deslocamento subsequente e, às vezes, recorrente de um local de exílio para outro, à medida que os países onde os indivíduos deslocados se estabeleceram restringem sua liberdade de ação. Essas restrições geralmente se devem a políticas de asilo, a pressões do país de origem ou ao caso de um país anfitrião que esteja entrando em um período de repressão política e ditadura” (Roniger; Sznajder, 2014, p. 183).

Essa mudança geográfica foi muito significativa. Se no Chile a perspectiva de se fazer uma revolução latino-americana era um relevante aspecto da identidade construída por esses exilados no exterior, o sucesso dos militares golpistas chilenos acabou com as pretensões que os exilados ainda continuavam a ter mesmo no exterior. Essa quebra de expectativa, a concretização da inviabilidade do projeto que esses sujeitos mantinham desde o começo de sua atuação política no Brasil, não ocorre sem afetar profundamente sua experiência de exílio, por eles vivida concomitantemente. Teresa Marques (2017, p. 242) conclui que, com essas mudanças, “não raro, transformações nos repertórios de ação e reivindicações dos brasileiros foram registradas nesses países [da segunda fase do exílio]”. Essa perspectiva é compartilhada por Denise Rollemberg (1999, p. 58), ao afirmar que “a segunda fase do exílio abriu a possibilidade de vivências múltiplas e variadas que tiveram grande peso na redefinição da identidade dos exilados”.

Além dessa experiência de descontinuidade e da quebra de expectativa vivida pelos exilados brasileiros nesse período, Luis Roniger e Mario Sznajder argumentam que, apesar de exilados de vários países sul-americanos estarem no Chile no momento do golpe militar de 1973, estes foram um dos mais afetados pela mudança do regime político no país. De acordo com os autores:

Enquanto os exilados da Argentina, do Peru e do Uruguai que residiam no Chile tiveram a possibilidade de retornar a seus países de origem oferecida por seus respectivos governos - mesmo para aqueles que tiveram de enfrentar julgamentos e prisão - os brasileiros não tiveram essa alternativa. Os portões da Embaixada do Brasil foram fechados (Roniger; Sznajder, 2014, p. 105).

Todavia, os exilados brasileiros no Chile não sofreram apenas com a falta de proteção consular, negada pela embaixada brasileira e seus funcionários, mas também com a intensa colaboração entre a ditadura brasileira e os militares golpistas chilenos. Dessa forma, além de não proteger seus cidadãos contra uma perseguição sofrida no exterior, o Estado brasileiro participava dessa rede de repressão transnacional entre as ditaduras militares do cone sul, posteriormente oficializada com a Operação Condor (1973). Como consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 193):

Em vez de contribuir para que os brasileiros saíssem do Chile com destino a outros países (como era, aliás, desejo expresso das novas autoridades chilenas), preocupou-se em obter listas de nomes e qualificações daqueles que se abrigavam em embaixadas de terceiros países, ou se refugiavam nas sedes de organizações internacionais. Mais que tudo, interessavam à ditadura brasileira os dados de partida dos exilados, os quais permitiriam o

monitoramento de sua movimentação posterior. O governo Médici enviou ao Chile uma equipe de militares e policiais brasileiros, para interrogar – segundo o depoimento de vários sobreviventes, sob tortura – seus compatriotas detidos no Estádio Nacional.

Dessa forma, sofrendo com a intensa perseguição iniciada pelos militares chilenos contra estrangeiros asilados e pelos próprios militares brasileiros infiltrados no país, a grande maioria dos exilados tupiniquins seguiu novamente em exílio, agora para fora da América do Sul. Com esse novo deslocamento se inicia outra fase do exílio para esses indivíduos, principalmente para os que tinham participado da experiência de vida em comunidade na colônia de brasileiros no Chile. De acordo com Denise Rollemberg (1999, p. 57): “muitos viram, nesta passagem, o início do exílio ou se deram conta de que ele já havia começado”, esse aspecto se deve, principalmente, pelo fim dessa experiência vivida coletivamente e pelo maior afastamento espacial de um espaço que lhes era comum. Conforme segue argumentando a autora, para esse grupo, nesse momento “foi a fase da diáspora, do exílio espalhado por diversos países” (Rollemberg, 1999, p. 57).

Essa dispersão dos brasileiros também é citada por Roniger e Sznajder:

Assim, o golpe no Chile alterou significativamente a distribuição da diáspora brasileira, forçando os exilados a se mudarem para locais mais remotos, em países como França, Suécia, Bélgica e Alemanha Ocidental, porque muitos dos países latino-americanos não os aceitavam mais. O ACNUR foi fundamental para a obtenção de vistos de refugiado para alguns deles na Europa, na Austrália ou em outros países latino-americanos. O número de pessoas realocadas nessas condições, de acordo com uma estimativa, chega a 30.000 (Roniger; Sznajder, 2014, p. 191).

Destacando a atuação do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), como um órgão internacional e seu papel de mediador para viabilizar a saída de aproximadamente 30 mil pessoas do Chile após o golpe, os autores também nos revelam uma importante característica desse exílio em série vivido pelos brasileiros em 1973: a diminuição do fator da escolha de seu destino.

Se em sua primeira fase, a escolha do destino do exílio é pautada pela presença de redes de apoio e solidariedade, nessa segunda fase a agência dos exilados diminui consideravelmente. Pelo fato de serem ilegais e perseguidos em seu país receptor, muitos deles não escolhem seu novo destino, ao contrário, os exilados que saíram do Chile por meio da proteção de embaixadas e/ou do trabalho da ACNUR, foram escolhidos por seus novos países receptores.

Dessa forma, a criação de novas comunidades de apoio nesse novo exílio foram dificultadas pela maior dispersão dos brasileiros entre países da Europa, principalmente na região do leste europeu, da América do Norte e dos exilados que se mantinham itinerantes, deslocando-se por vários países da América do Sul com vistos de permanência temporária. Com isso, surgem outros fatores que interferem na experiência desses exilados, como oportunidades de desenvolvimento acadêmico e de atuação profissional. Da mesma maneira, também se formaram novos vínculos de apoio no exterior, agora não ligados necessariamente a outros brasileiros ou a partidos e organizações políticas.

Essas questões estão muito presentes na trajetória dos exilados entrevistados do Depoimentos para a História estudados neste trabalho. Não obstante, são minoria também os que não mudam de país novamente após se estabelecerem em seu novo país receptor, estando novamente em situação de deslocamento, ainda que dessa vez não forçado.

Por exemplo, no grupo dos “acadêmicos engajados”, Alcidino Bittencourt, que viveu seu segundo exílio mesmo antes do golpe militar de 1973, seguiu para a França e depois para Argélia e Alemanha antes de retornar ao Brasil; Lídia Lucaski e Euclides Coelho de Souza, após o golpe, transitaram entre a Bolívia e o Peru, países que concediam vistos para turismo no período; Manoel de Andrade viveu uma vida nômade para a divulgação de seu trabalho artístico durante seu segundo exílio, tendo passado pela Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, São Salvador, Honduras, Guatemala, México e Estados Unidos; Carlos Frederico Marés foi para a Dinamarca e depois para São Tomé e Príncipe; Dimas Floriani viveu todo seu segundo exílio na Bélgica; e Vitório Sorotiuik foi para a França e depois para a Suíça.

Por conseguinte, no grupo dos “militantes”, Aluizio Palmar viveu todo seu segundo exílio na Argentina, em diferentes regiões do país; José Carlos Mendes foi para a Holanda e passou brevemente por Portugal e pelos Estados Unidos; Neusa Cerveira foi para a Argentina e posteriormente para Portugal; e, por fim, Noemi Osna, viveu seu segundo exílio no Canadá, tendo uma breve passagem pelo Panamá. Nesse contexto de transformações mais intensas e deslocamentos mais recorrentes é que se insere o foco das narrativas analisadas neste capítulo.

5.1 – Os “acadêmicos engajados”

Uma das maiores mudanças presentes entre o primeiro e o segundo exílio é a relação que os exilados têm com a sua militância política. Por estar em um novo país e apartados de suas redes de apoio já constituídas, o foco das trajetórias desses exilados antes voltado para a atuação política de oposição à ditadura militar se transfere para a sua formação acadêmica e para o mundo do trabalho, que aparecem como oportunidades de integração. Ademais, se anteriormente um horizonte de expectativa da experiência do exílio era a volta para a casa e a continuação de um projeto político de derrubada do regime militar, com a quebra dessa possibilidade, os exilados também encontraram outras maneiras para dar sentido ao seu deslocamento e o desenvolvimento profissional é uma delas.

Este é o caso de Alcidino Bittencourt, mesmo sendo de uma geração de exílio distinta dos outros estudos de caso. Essa é uma diferença significativa, pois, retomando as ideias apresentadas no capítulo anterior, para os exilados de 1964, o golpe militar brasileiro teve um impacto maior em suas trajetórias. Com isso, é possível afirmar que mesmo não vivenciando com mais profundidade a experiência chilena e o seu fim com o golpe de 1973, Alcidino também passou por essa quebra de expectativa e por uma ressignificação de sua militância política assim como todos os outros exilados da geração de 1968, mas com uma certa antecedência. Dessa forma, vivendo brevemente no Chile, Bittencourt saiu para seu segundo exílio já em 1967, momento em os demais militantes aqui analisados não haviam deixado o Brasil, conforme ele narra:

Eu fiquei na França é... em 67, eu fui fazer uma pós-graduação. Depois da França, eu fui para a Argélia. Eu fui convidado para trabalhar num órgão de assessoria da presidência da República, na elaboração do plano diretor de Argel, junto a vários técnicos estrangeiros que eram de... de delegações de países como a França, Polônia, Inglaterra, Itália, que tinham acordos de cooperação econômica com a Argélia, foi um período em que eu acordei para o interesse do planejamento urbano. E que quando terminou meu período em Argel, eu tratei de... indo para Alemanha, e... que do país do qual é... minha esposa é originária, eu tratei de fazer um curso na faculdade técnica de Berlim de planejamento urbano e eu sou formado nesta área, vim depois a trabalhar como planejador... como planejador urbano, como urbanista, e hoje, inclusive, é a minha atividade. Lá, fiz durante 5 anos esse curso de engenharia e depois vim para cá, já era um período de mudanças, cheguei aqui depois da Anistia, então, que foi 79 e eu em 81 (Bittencourt, 2014, 27:40)

Com a narrativa podemos perceber evidentemente a mudança desse “repertório de ação” de Alcidino Bittencourt, conforme conceitua Teresa Marques (2017), agora relacionado a sua formação e desenvolvimento profissional. No caso de

Alcidino, essa característica é ainda mais presente pois este também troca de profissão por conta de uma experiência vivida em seu segundo exílio, deixando de atuar como advogado e passando a trabalhar com planejamento urbano, ofício esse que passou a exercer até o final de sua carreira. Além disso, outro fato marcante de sua trajetória também ocorreu nesse período, pois Alcidino conheceu sua esposa em seu segundo exílio. Portanto, toda a narrativa por ele elaborada sobre esse período se volta para essa questão mais pessoal e profissional, sem tantas menções a uma atuação política.

Essa transformação na narrativa de Alcidino é tão notável que a jornalista Silvia Calciolari, vinculada ao projeto Depoimentos para a História, o questiona durante a entrevista, perguntando se ele havia se filiado a um partido político após seu retorno ao Brasil e o processo de redemocratização. Não obstante, é uma possibilidade que esse questionamento também se deva à maneira pela qual o DpH é concebido. Com o intuito de entrevistar os militantes políticos perseguidos durante a ditadura, é possível perceber que existe também uma expectativa dos próprios entrevistadores sobre o que seria essa trajetória política do militante, nesse caso expressa pela ideia que a militância ao longo do exílio seria contínua, o que não necessariamente acontece. A relação entre essa expectativa e a manutenção da “identidade militante” no relato de muitos dos entrevistados são questões pertinentes ao se pensar a construção dessas narrativas, pois mesmo quando essa identidade não se mantém no relato do entrevistado, ela é evocada a partir da intervenção do entrevistador. Dessa forma, Alcidino Bittencourt afirma que não se filiou a nenhum partido, mas manteve sua militância de outra maneira:

Não, não, não, depois eu estive sempre vinculado ao Movimento pela Anistia, de oposição à ditadura militar, eu sempre estive próximo, tanto lá do exterior, como aqui, isso sempre foi uma constante na minha vida política não poderia ser diferente. A razão de estar fora do meu país, era uma razão política e política continuou, sendo uma atividade que foi muito constante. **De certa forma, não deixei de ser militante, eu não deixei de ser militante e sempre que eu posso cooperar,** contribuir, ajudar o movimento político e conscientização dos problemas nacionais, eu estou sempre pronto, disposto e tenho sempre uma grande motivação, a minha vida toda foi marcada por atividades políticas e não há por que, na medida que eu compreendo para onde caminha a humanidade. Eu sou motivado a buscar uma sociedade melhor, uma sociedade é... mais justa do ponto de vista social (Bittencourt, 2014, 35:48) [grifo da autora].

A partir desse fragmento de fonte é possível identificar seu novo repertório de ação política com o apoio a causas como a anistia, movimento político que aglutinou muito dos exilados - principalmente na Europa, por representar uma possibilidade real de retorno ao Brasil e que efetivamente marca a volta de Alcidino ao país, conforme referido no trecho anterior. Ademais, também é notável esse esforço narrativo de Bittencourt, reafirmando sua identidade militante quando questionado. Este não só reforça a sua condição de ativista político apenas no período de exílio ali referido, mas também até o momento de produção de seu relato. Assim, não só defende sua identidade militante, mas também, de certa forma, parece tentar justificar sua presença no projeto.

Essas mudanças no repertório de ação também aparecem na narrativa de Dimas Floriani. Mesmo que já em seu relato sobre a sua vida no Chile, Floriani dedique uma significativa parte para falar de suas experiências acadêmicas e laborais, nesse momento do segundo exílio, o testemunho é inteiramente voltado para essa questão. Saindo do Chile desde a Embaixada do Panamá, Dimas mais uma vez não sai sozinho em exílio, sendo acompanhado por figuras como José Ibrahim e Vladimir Palmeira, entre outros, rumo a Bélgica, beneficiado pelos acordos entre as embaixadas e o ACNUR para a retirada de exilados do país depois do golpe de 1973. Por conseguinte, Dimas é um dos exemplos de militantes que não participou da escolha de seu novo país de exílio.

Mesmo que acompanhado por outros brasileiros e citando um grande grupo de conterrâneos presente na Bélgica, no relato de Floriani não aparecem menções à construção de uma comunidade ou rede de solidariedade no país. Contudo, o estabelecimento de redes de solidariedade no segundo exílio era mais complicado, pois todos saíram do Chile sob as mesmas condições de precariedade, assim não sendo possível a obtenção seja de um capital social, político ou econômico prévio necessário para estruturar uma rede de apoio e de recepção por parte dos próprios exilados, como aconteceu no primeiro exílio na América do Sul. Dessa forma, como apresenta Dimas Floriani, o apoio para o estabelecimento dos exilados é oferecido pelo Estado, ao menos em um primeiro momento.

Estava no exílio, então... era um grupo grande de brasileiros nós lá é... na Bélgica, não é? Nós no começo conseguimos uma boa inserção social na Bélgica, não é? Conseguimos bolsas de estudo, que... era estudante, não é?

mas mesmo depois é... isso foi escasseando, não é? bolsas de estudo (Floriani, 2014).

Essa boa inserção social citada por Dimas, proporcionada pelo auxílio estatal que recebeu não durou muito tempo. Ao serem retirados do Chile e recepcionados por um outro país, os exilados foram integrados em uma nova dinâmica política, não menos instável que a anterior, uma vez que a ajuda oferecida pelo governo belga foi mais breve, por exemplo, do que a oferecida pela colônia de brasileiros em Santiago. Essa condição de vulnerabilidade econômica também impulsionou as transformações de repertório de ação dos exilados. No caso de Dimas e de sua esposa, citada pela primeira vez nesse momento da narrativa, a inserção no mercado de trabalho para garantir sua subsistência e a continuação de sua formação acadêmica passam a ocupar esse espaço:

Minha esposa trabalhava, era obstetra, não é? E depois... ela fazia medicina, então ela fazia muitos plantões e eu mesmo... lembrando aqui... eu fiz 14 tipos de atividades de trabalho informal, não é? Então cuidei de idosos, eu lavei vidraças e chão de creche, dei aula de português, não é? distribui propaganda, trabalhei em final de semana como atendente de telefone em clínica psiquiatra... psiquiátrica, trabalhei também como acompanhante de doentes psiquiátricos que tinha que conduzir é... para os serviços médicos, não é? fui ajudante de é... encanador, é... porque bom, na Bélgica, o inverno é rigoroso, então eles têm um sistema de aquecimento a gás, que antigamente era de carvão mineral, que foi substituído é... por gás, então eu ajudava a cortar os... os canos, fazia meio expediente, não é? meio-dia trabalhava, como estudante ainda, e depois outro meio-dia eu estudava na universidade, não é? É, então, as estratégias de sobrevivência eram as mais diversas, não é? É... e mas, enfim, o retorno, então eu esperei que a minha esposa terminasse o curso de medicina. A anistia foi em 79 e eu cheguei 6 meses depois (Floriani, 2014).

Dimas Floriani não só teve uma transformação de seu repertório de ação, mas também uma ampliação do mesmo, tendo que trabalhar em diferentes campos de atuação para garantir a sua sobrevivência no exterior, conforme ressaltou. Por seu curso de Ciências Sociais não possibilitar um estágio remunerado, Floriani precisou trabalhar de maneira informal para conseguir conciliar a carga horária de seus serviços com a de seus estudos, diferentemente de sua esposa que conseguiu, a partir de sua formação acadêmica em medicina, uma fonte de renda. Com efeito, mesmo que proporcionando uma boa recepção para os exilados, as próprias políticas de governo da Bélgica os deixavam, depois de um período de tempo, em uma situação de vulnerabilidade, principalmente econômica. Na narrativa de Floriani não é mencionada

a atuação do ACNUR para a assistência desses exilados após sua chegada ao exterior. Ademais, da mesma forma que no caso de Alcidino Bittencourt, a promulgação da Lei de Anistia também marcou o momento do retorno de Floriani ao Brasil, após ele e sua esposa concluírem seus estudos.

Entretanto, com o caso de Carlos Frederico Marés é possível identificar que nem todas as experiências de recepção em países europeus por intermédio do ACNUR foram as mesmas. A trajetória do segundo exílio de Marés é singular desde o seu começo, estando na embaixada da Venezuela, ele também foi incluído nos acordos entre as embaixadas estrangeiras e o ACNUR para a retirada dos estrangeiros do Chile, em 1973. Entretanto, nesse caso, os funcionários do ACNUR permitiram, limitadamente, que os exilados participassem do processo de escolha do país de destino de seu segundo exílio. Com isso, ao se comprometer a sair obrigatoriamente para qualquer um dos países escolhidos, os exilados tiveram uma determinada agência nesse processo do novo deslocamento, característica que não esteve presente no caso de outros exilados, que foram remanejados conforme a disponibilidade de recepção oferecida por cada país ao Alto Comissariado.

E daí em dezembro vem... aí aconteceu o seguinte, as Nações Unidas, o Alto Comissionado [sic] das Nações Unidas, ACNUR, resolveu tirar as pessoas do Chile e para tirar as pessoas do Chile, convocou os países europeus... os países europeus passaram a receber. Quem liderou esse movimento, na verdade, foi a Suécia. Então, os países ofereceram para o... para o Alto Comissionado, então, passou uma listinha para todos os que estavam na embaixada e para todos que estavam lá. Nós... tinha... tinha refúgio também, né? refúgios do... do Alto Comissionado [sic], então, para quem está vindo... de quem estava nas embaixadas, eles passaram um papelzinho onde a gente se comprometia a sair sob as a proteção da ONU e tinha que por 5 países que a gente aceitava, se comprometia a sair. Era obrigado a por 5 países, não podia por menos de 5 e... não... e se qualquer um daqueles 5 aceitasse a gente, a gente era obrigado a ir, eles queriam evacuar os estrangeiros, e principalmente chilenos (Marés, 2014).

Com efeito, não só os exilados, mas também os países receptores tiveram certa agência desse processo de exílio. A partir da narrativa de Carlos Frederico Marés é possível identificar, com o exemplo da Dinamarca, seu país de destino, que ainda que o asilo fosse oferecido, existia um processo de escolha dos perfis dos exilados que seriam aceitos, ou seja, dos indivíduos que o país julgou interessante acolher. De acordo com Marés, esse processo seletivo foi percebido depois pelos próprios exilados, ao se conhecerem e compararem seus perfis, todos muito semelhantes: com pelo

menos o início de formação universitária, possibilidades de se profissionalizar no país e sem denúncias de participação em organizações guerrilheiras.

A Dinamarca é um país extremamente organizado até hoje, não é? E resolveu receber alguns, limitadamente não é? [...] foi o primeiro país a aceitar e fez a seleção, e na seleção, os critérios da seleção que eles fizeram... era um critério, depois que a gente escolheu, fui para Dinamarca, então todos nós nos conhecemos lá, né? Depois... fomos em uruguaios e alguns brasileiros na primeira leva, depois foi muito chileno, mas primeiro foram uruguaios e brasileiros. E a seleção depois nós comentamos entre nós, quem somos nós? Nós somos todos universitários, todos sem passagem direta por luta armada, todos é... com militância política assim sabida. É, como eu, por exemplo, era condenado, então sabiam que era a minha condenação mesmo era aquele de opinião, não é? Então nós, cada um de nós com, comparando a nossa situação política, todos eram muito parecidos, é a Dinamarca fez uma seleção... eles nunca nos disseram isso, mas a seleção foi, foi pontual, bom... universitário, sem envolvimento... primeiro sem luta armada, não é? E com situação política muito clara (Marés, 2014).

Todavia, esse processo de escolha levado a frente pela Dinamarca também resultou em um alto investimento para a recepção desses exilados. Diferentemente da experiência de Dimas Floriani, que citou como o principal auxílio a existência de bolsas de estudos para os estrangeiros no momento de sua chegada, Marés e os outros exilados que foram selecionados pelo governo dinamarquês contaram com uma ampla e generosa rede de apoio para a sua recepção no país, sendo acompanhados por membros do ACNUR durante o processo. Essa receptividade por parte da Dinamarca foi tanta que, em sua narrativa, Marés qualifica esse segundo exílio como “muito bom”, mas complementando a frase logo a seguir: “até quanto pode ser bom”. Com isso, é possível identificar que, mesmo em um país com uma estrutura de recepção bem organizada e estável para esses indivíduos, diferente do que Marés e sua esposa, por exemplo, tinham vivenciado até o momento, a experiência exilar não deixa de ser percebida como um período difícil. Marés segue contando sobre como foi sua chegada à Dinamarca:

Eu acabei na Dinamarca e **foi realmente... [a gente] têm um exílio muito bom, né? Até quanto pode ser bom**, não é? Mas a Dinamarca foi um país que já foi muito rápido e essa rapidez da aceitação e essa que... o critério que eles levaram, fez com que o grupo que foi para a Dinamarca, fosse um grupo muito homogêneo. Embora não fosse todo o pessoal de brasileiros, era um grupo muito homogêneo, grupo intelectualizado, um grupo de... de posições políticas mais ou menos... ficamos todos juntos. [...] Isso era dezembro, um inverno terrível da Dinamarca, logo depois do Natal em [19]73. [19]73 é... para

passagem de [19]73 para [19]74 no fim de ano. Puseram os... nós éramos um grupo pequeno, éramos 6 pessoas e nos puseram todos no mesmo hotel e era um hotel, era um anexo de hotel e tinha uma cozinha que a gente podia cozinhar. A forma como a Dinamarca nos recebeu, foi extremamente... receberam a gente muito bem, fiquei impressionado, [...] **no dia seguinte, foi um membro lá do Alto Comissariado [sic] do lado dos refugiados políticos da Dinamarca, nos levou numa loja, todos juntos, feito criança e nós compramos e nos deu dinheiro.** Quando entrou na loja só... que esse aqui é o dinheiro, pra comprarem o que vocês quiserem agora, assim, e nos olhando: todos vocês compreem... e nos orientou o tipo de roupa que era necessário para aguentar o inverno dinamarquês. E a gente comprou o que quis, deu dinheiro, não gastamos tudo, fomos econômicos e voltou e disse bom... ele estava lá esperando não? Ele ficou junto todo o tempo. Era um senhor que ficou junto o tempo todo para entender o que eles falavam, porque eu não ia falar dinamarquês. [...] E quando acabou a compra, eu e Maria Dirce terminamos, compramos o que tinha que comprar, já cheio de sacola na mão, foram promoções pós natal, não é? Então, pronto, é isso já, os outros já meio vestido, porque estava frio. [...] Nós temos toda a roupa que a gente precisa, pegamos e devolvemos o que sobrou troco a eles... “não dinheiro é de vocês”. [...] “Agora tenho que dar dinheiro para vocês, para comida”, mas nós estamos com o dinheiro agora, não, eu já tenho, eu sou burro, sou eu para todo mundo. Mas não, vocês têm aqui seu dinheiro de compras e nós vamos comprar uma outra coisa que vocês precisam. Não, não, agora vocês têm, então **era uma... uma fatura que a gente não tinha há muitos anos**, não é? (Marés, 2014) [grifos da autora].

Essa parte do relato conta muitos detalhes sobre o momento de chegada em seu segundo exílio. Dentro desse extenso testemunho, quando comparado com outros momentos de sua trajetória narrados na entrevista, uma característica chama a atenção. Marés, ao viver muitos anos em um exílio mais modesto, valoriza muito a situação de maior bem-estar que lhe foi proporcionada pelo governo dinamarquês e pelo ACNUR, ao detalhar sobre o hotel em que ficaram quando chegaram, o dinheiro que ganhou para comprar roupas e comida. Ou seja, sobre a experiência de conseguir ter uma vida mais confortável após um significativo período vivendo nos apuros da clandestinidade.

Dessa forma, esse segundo exílio traz para Marés uma nova perspectiva sobre o deslocamento, se até aquele momento era vivido de uma maneira simples, ao ser inserido na estrutura do Estado de bem-estar social presente no país, ele e sua esposa passam a viver uma experiência com um maior conforto, ao menos, ao se tratar de uma condição social e econômica. Entretanto, mesmo ao ressaltar esses aspectos desse novo exílio, a interpretação de Marés sobre esse momento não é feita em uma chave tão positiva quanto a de seu período vivido no Chile. Esse esforço narrativo presente pode sinalizar a intenção de Marés de enfatizar que, ainda que o exilado tenha

experiências positivas ao longo de seu exílio, este não pode deixar de ser visto como um processo prejudicial, fruto de um contexto violento.

Da mesma maneira, ainda que sutilmente, Marés expressa em sua narrativa uma certa infantilização dos exilados por parte de seus receptores, em seu caso um membro da ACNUR, ao afirmar que este os levou à uma loja “todos juntos, feito criança”. Essa infantilização também é presente em outros estudos sobre o exílio na Europa, no qual os exilados estariam sob a tutela do Estado e da ACNUR e são colocados como incapazes de viver e atuar socialmente e politicamente fora do âmbito de atuação e proteção dessas instituições ao longo de seu deslocamento.

Com isso, mesmo com essa possibilidade de viver mais confortavelmente no exterior, Marés relata que desde que chegou na Dinamarca, tanto ele, quanto sua esposa, já tinham como um horizonte de expectativa um retorno para a América Latina, se possível, para o Brasil. Consequentemente, essa intensa vontade de retornar fez com que a vivência no país fosse encarada com um senso de provisoriedade muito grande, pois a qualquer momento essa volta para o lugar de origem poderia ser viabilizada. Essa perspectiva é uma característica da experiência exilar que ainda não havia aparecido na narrativa de Marés e também de outros exilados antes desse segundo deslocamento. Conforme o sugerido pela entrevistadora Sílvia Calciolari e endossado por Marés, nesse período “é como se a vida tivesse ficado em suspenso”:

[é como se a vida tivesse ficado em suspenso], em suspenso, sempre voltando. Eu, eu, a gente brincava assim a gente não comprava coisas de casa, porque comprar para largar para trás? Então, por exemplo, televisão, não ia comprar uma televisão, a gente ganhava uma televisão, não é? essas coisas lá na Dinamarca num... não saia comprando coisas, essa prática, alguns compravam, mas nós não comprávamos nem... nem martelo a gente comprava, para... para... pra que comprar martelo? Não vamos levar o martelo, então deixa. Tudo a gente pensava na... na... no retorno, não é? Num começo, durante muito tempo achando que esse retorno ia ser clandestino, mas quando chegou na Dinamarca, viu que clandestinamente, não voltava mais, era muito difícil, não é? Não só pela distância, mas principalmente pela situação interna do Brasil. A gente sabia que não tinha... a gente estava sobrando, não é? na... o movimento não conseguia... nós nós... já não... não davam conta de quem estava dentro, quanto mais chegar uns loucos de fora. Então é, quando a gente chegou na Dinamarca, a gente se deu conta que estavam portas e realmente foi essa a intenção né? as portas da América Latina estavam fechadas, nós não podíamos voltar. Nós não podíamos é... vir para nenhum país da América Latina praticamente, não é? O nosso passaporte proibia expressamente o Brasil e Uruguai... e o Brasil e o Chile, mas a gente também não conseguia visto para nenhum outro país (Marés, 2014, 1:21:34).

Essa sensação da vida em suspenso, pode ser explicada a partir do argumento trazido por Denise Rollemberg (1999, p. 28), em que esta apresenta que no exílio “espaço e tempo se confundem”. Dessa maneira, esse estar fora de seu lugar se confundia com um estar fora do próprio tempo, ou seja, viver nesse exílio era estar em suspenso, era um não-viver. Essa característica também pode estar relacionada com a sensação de uma espera sem fim por seu retorno, que permitiria ao exilado não só voltar a sua terra natal, seu espaço reconhecido, mas também voltar a se enxergar como um agente de sua própria vida, voltar a estar presente nesse “tempo”.

Não obstante, de acordo com o relato de Marés, ao perceber que a possibilidade de retornar ao Brasil nesse período era pequena, ele preferiu investir em seu desenvolvimento profissional, ele e a esposa tiveram dois filhos e passaram por um novo deslocamento, agora motivado por melhores oportunidades laborais. Residiram durante algum tempo no continente africano, na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Ainda assim, após narrar todas essas conquistas, Marés volta a reforçar que mesmo que com a impossibilidade de uma volta para Brasil ou para algum país vizinho e com a oportunidade de se estabelecer nesses novos espaços, seu projeto de vida, assim como o de outros exilados com que convivia, continuava sendo baseado em um iminente retorno. A certeza desse propósito pode ser percebida no relato de Marés ao ser questionado sobre a possibilidade de permanecer no exterior, ao frisar repetidamente que essa alternativa não estava presente em seus planos:

[podiam ter ficado lá?] podia, mas isso não passava pela nossa cabeça. Absolutamente não passava, não, estava completamente fora de qualquer propósito, não tinha na verdade a menor possibilidade. Não, em nenhum momento. [Era questão fechada voltar então] não pensávamos em outra alternativa. Inclusive na África, onde a gente era muito feliz, na Dinamarca também a gente era, a Dinamarca foi um período muito bom, mas é... a volta era uma coisa, não tinha alternativa... não tinha nenhum... não se pensava em outra coisa.

Todos achavam que ia voltar. Isso era uma coisa como... ninguém dizia: não, eu vou me estabelecer aqui e fico, não existia isso (Marés, 2014, 1:25:10).

Toda essa vontade de regressar ao Brasil se transformou em ansiedade, segundo Marés, ao saber de notícias sobre o avanço da proposta da Lei de Anistia no legislativo brasileiro. Assim como outros exilados, ele acompanhou de perto as mobilizações lideradas pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) no exterior e acompanhava as notícias sobre os impactos do movimento no Brasil. Essa ansiedade

era intensificada em seu caso por conta da estrutura presente em São Tomé e Príncipe, que havia se tornado independente de Portugal há pouco tempo e estava em um esforço de uma construção autônoma do país. Tendo isso em vista, a estrutura de comunicação ali presente era modesta, assim jornais internacionais que traziam informações do Brasil e do mundo tardavam quase 15 dias para serem entregues, provocando um distanciamento de Marés e de sua família dos acontecimentos e das mobilizações em favor da anistia depois da mudança para o continente africano.

Com isso, estes passaram por um outro deslocamento, agora motivado pela possível anistia. A vontade de retornar ao seu país de origem era tamanha que faz com que Marés, acompanhado por sua família, optem por realizar outra mudança de país pela possibilidade de regressar 15 dias mais cedo. Conforme Marés narra:

E aí quando começou, a gente ter notícias mais sérias de que anistia ia sair, eu conversei com o governo e disse, olha, eu não aguento ficar aqui, porque ansiedade era muito grande dos... não é? Eu não posso ficar aqui e achar que... um dia sai a anistia e eu vou ficar sabendo 15 dias depois e eles entenderam porque todos, todo o governo tinha sido exilado, todo o governo de São Tomé eram exilados que tinham voltado ao seu país. Então esse é um... é um fenômeno que eles conheciam e sabiam o que era a ansiedade para voltar para o país. Então eles me liberaram de uma parte do contrato e me ajudaram, e eu fui para Portugal. Me estabeleci em Portugal para esperar anistia, ficamos em Portugal, uns 3 meses em Lisboa, esperando a anistia. Aí em Portugal, o contato é direto, aí era mais fácil, aí a gente tinha telefone, tinha essas... conseguia com mais facilidade a comunicação com o Brasil. [...] [Os advogados que representavam Marés no Brasil] conseguiram convencer o juiz de que, como eu estava... como ia sair na Anistia e como eu estava condenado, mas não tinha recorrido, porque era... o recurso só podia fazer quando preso, que o juiz me desse um alvará para eu responder, poder recorrer em liberdade, enquanto esperava anistia. A anistia estava sendo aprovada, só faltava ser sancionada, mas era questão de dias, não é? E o juiz concedeu e eu pude vir ao Brasil, a embaixada brasileira me deu o salvo-conduto lá em Portugal e eu vim para o Brasil com salvo conduto. Apesar disso, fui preso em São Paulo, quando cheguei eu fui preso. (Marés, 2014, 1:26:45)

Um aspecto relevante presente nessa parte da narrativa, é que os integrantes do governo de São Tomé e Príncipe romperam o contrato de trabalho com o advogado por antecedência sem maiores percalços. Na perspectiva de Marés, essa benevolência por parte dos santomenses teria origem em sua experiência compartilhada: a do exílio. Muitos dos membros do governo desse período eram ligados à causa independentista de São Tomé e Príncipe e foram perseguidos pelo regime colonial português por conta dessa postura, alguns chegando a se exilar por isso. Dessa forma, mesmo não sendo

uma rede de solidariedade, Marés em seu segundo exílio também obteve auxílio de um grupo de exilados, nesse caso, através da compreensão de seu desejo de voltar para a casa. Com isso, retorna ao Brasil, com a Lei de Anistia aprovada e amparado por advogados para possibilitar sua viagem de volta.

A precaução de Marés em estar amparados por advogados no momento de seu se mostrou acertada, pois, no momento de sua chegada em São Paulo este passou algumas horas preso, só sendo liberado após a apresentação por seu advogado do alvará expedido pelo juiz que o autorizava a recorrer de seu processo em liberdade. Esse contratempo também demonstra como os órgãos que integravam o governo passavam por dificuldades de comunicação.

O último dos militantes estudados que seguiu para a Europa desse grupo foi Vitório Sorotiuk, preso no Estádio Nacional em Santiago pelos militares chilenos, tendo ressaltado o apoio de organizações internacionais, como o ACNUR e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, para deixar o país em segurança. Assim como os exilados que buscaram asilo em embaixadas, Sorotiuk não participou do processo de escolha do destino de seu novo exílio, sendo enviado para locais que tinham convênios de cooperação com essas instituições que viabilizaram sua saída do Chile. Dessa forma, Sorotiuk segue para a França, vivendo inicialmente em Paris, durante o seu segundo exílio.

Na literatura sobre o tema do duplo exílio/exílio em série – Rollemberg (1999), Marques (2017) e Roniger e Sznajder (2014) –, existe um consenso sobre os dois principais polos receptores de exilados: Santiago, no primeiro exílio, e Paris, no segundo. Com efeito, no escopo das fontes dessa pesquisa, essa rota mais comum apresentada pelos investigadores é seguida somente por Sorotiuk. A capital francesa também foi preterida por Carlos Frederico Marés, que chega a citar que colocou Paris como a sua prioridade de destino para o ACNUR, mas não foi aceito. Destarte, é uma hipótese de que Sorotiuk tenha seguido para a França por conta da urgência da retirada dos detidos que estavam no Estádio Nacional, tendo em vista a situação de extrema violência a qual estes estavam sendo submetidos. Dessa forma, sendo levado rapidamente do país, quando Paris ainda estava recebendo exilados, algo que já não ocorria quando Marés saiu do Chile. Também é de se considerar que a estrutura de recepção oferecida pelo governo francês possa ter se esgotado rapidamente, já que estavam recebendo majoritariamente chilenos, mas também estrangeiros que se encontravam no país.

Com isso, partindo dessa dispersão dos latino-americanos que se encontravam no Chile, Sorotiuk começa o relato sobre seu segundo exílio:

Do Chile, naturalmente os brasileiros, como os chilenos e argentinos, foram espalhados pelo mundo. Me tocou viver tanto na França, como na Suíça. Na França, eu fui trabalhar na sede do Partido Socialista francês em Paris, na federação de Paris do Partido Socialista, cuja sede ficava no Boulevard de Magenta perto da *Gardenne*, é... e ali comecei a trabalhar na... na gráfica do... do Partido Socialista e ali nós imprimíamos os panfletos que eram distribuídos todo dia na cidade de Paris e quando eu começamos a organizar o Comitê de Anistia, lá nós imprimimos a... o primeiro dossiê sobre os torturados, presos e desaparecidos, não é? no... no Brasil. É, tive o prazer de participar dessa empreitada e ali no partido socialista que nós imprimimos esse primeiro dossiê. Particpei depois do Comitê de Anistia de Paris, um pouco, mas posteriormente voltei e trabalhava principalmente com o Comitê de ajuda ao povo brasileiro de Genebra e o Comitê da Anistia que nós constituímos na cidade de Lausanne. E apoiava também sempre as atividades do... da oposição sindical seja do José Ibrahim, que... que estava na Bélgica, em Bruxelas, e o Manoel da Conceição que vivia em... em Genebra, na Suíça, então eu trabalhava, estudava e continuava fazendo essa... essa é... militância política, denunciando os crimes da ditadura militar (Sorotiuk, 2014, 35:30).

Mantendo seu tom muito direto sobre suas experiências exilares, Sorotiuk, diferentemente de outros entrevistados, não inclui em sua narrativa mais detalhes sobre a estrutura de recepção oferecida na França e nem de suas percepções pessoais sobre esse novo deslocamento. Dessa maneira, passa diretamente a narrar sobre sua atividade política na capital francesa, trabalhando no Partido Socialista da cidade e continuando uma militância política de oposição à ditadura militar brasileira, agora no exterior, na condição de denunciante dos crimes cometidos pelos militares no país. Sorotiuk também participou de diversos comitês que se organizavam no estrangeiro para auxiliar militantes que ainda estavam no Brasil, são citados o Comitê de Ajuda ao Povo Brasileiro e, o mais conhecido, CBA.

É possível identificar uma mudança na própria organização dos exilados em seu segundo deslocamento. Se no primeiro exílio, ressalta-se a presença de redes de apoio e solidariedade para ajudar os próprios exilados a se manterem no exterior, agora, com o auxílio oferecido por essas sociais democracias na Europa, que estavam vivendo nesse momento em um Estado de bem-estar social, o foco dessas ações, principalmente as que visavam a arrecadação de dinheiro, é direcionado para ajudar os militantes que ainda estão no Brasil. Seja a partir de denúncias das perseguições, torturas e desaparecimentos de civis, resultado da política terrorista do Estado

Brasileiro; ou na mobilização social para impulsionar a aprovação da Lei da Anistia, que viabilizaria o retorno de milhares de exilados ao país; ou, até mesmo, na arrecadação de dinheiro para enviar aos presos e perseguidos pela ditadura, auxiliando no pagamento de advogados, por exemplo. Sorotiuk participa da militância em todos esses três âmbitos.

Em Paris em um primeiro momento e depois em Lausanne, na Suíça, na qual ele também teve uma estadia antes de voltar ao Brasil. Em outro fragmento de fonte, Sorotiuk justifica que essas ações serviram não somente para ajudar os presos e perseguidos que estavam no Brasil, mas também, para os exilados no exterior continuarem organizados politicamente, para que não se desmobilizassem. Conforme o trecho a seguir:

Também em Lausanne, uma época eu organizei um curso de português, é... então tinha um grupo de 8 a 10 suíços, não é? que estudavam português, então era uma maneira de nós termos uma aula por semana, né? e a gente sempre se reunia, tinha aula de português e depois a gente comia junto e cada um dava, na época lá 20 francos, não é? por mês lá... eu não... eu sei que dava uns 200 dólares por mês, não é? Então, esse dinheiro vinha para manter os presos no Brasil, para os presídios. Então... escolhemos uma prisão, era Itamaracá lá de Pernambuco, então, mensalmente, com esse curso não é? mandávamos 200 dólares lá para sustentar os presos que.... não era muito, mas é algo significativo do ponto de vista de você organizar politicamente as pessoas, manter uma atividade e eram pessoas que daí colaboram, não é? discutiam a questão política e... e com isso, mantinham acesa, não é? a luta pela liberdade no... no país, né? (Sorotiuk, 2014, 37:41).

Por conseguinte, ainda que sem citar diretamente uma ansiedade, conforme a relatada por Marés, para voltar ao Brasil, Sorotiuk narra que estava no primeiro grupo que chegou ao país após a promulgação da Lei de Anistia. Diferentemente de Dimas Floriani e Alcidino Bittencourt, por exemplo, que ainda aguardaram um período maior de tempo para terminar suas formações profissionais e se organizaram para regressar ao país, Marés e ele viabilizaram sua viagem de volta com extrema rapidez. Dessa maneira, o final do relato do exílio elaborado por Sorotiuk se encerra com a sua chegada ao país que, de certa forma, foi muito simbólica.

Sendo um dos primeiros a desembarcar no Brasil, após a promulgação da lei, e também pelo fato de ter se envolvido intensamente com as atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia em seu período fora, este foi recebido com uma grande mobilização em Curitiba, atrasando, inclusive, o voo de um representante do regime

militar que desembarcaria no mesmo aeroporto, uma forte imagem para o novo momento político que estava vivendo o Brasil.

Com a anistia em 1979, eu já estava pronto para voltar ao Brasil, tanto que eu entro no primeiro grupo (risos) coincidentemente no dia 31 de agosto, a lei da anistia é dia 25 de agosto, 27, por aí. E já no dia 31, chegam 3 grupos e o nosso foi o primeiro, é, é... é que chegamos no... no... no Galeão em... no Rio de Janeiro dia 31 de agosto de 1979. E, inclusive saí na edição do Jornal Nacional, é... daquele dia da nossa é... chegada ao Brasil, não é? E aqui o grupo do Comitê da Anistia fez uma grande mobilização. O aeroporto de Curitiba estava tomado, e volto... e volto, na verdade, já no confronto, porque é... como eu iria imaginar lá da Suíça, Lausanne, quando os horários de chegada do avião que veio do Rio de Janeiro para Curitiba, que coincidentemente naquele dia não é? o ditador do Brasil, também estaria no aeroporto na mesma hora que eu chegasse, porque ele tinha ido ao Paraguai e ia voltar, então já voltamos incomodando o ditador de plantão, porque ele teve que atrasar em 3 horas a... a... o retorno dele do Paraguai para chegar a Curitiba, porque tinha a nossa recepção é... no... no aeroporto de... de Curitiba. (Sorotiuk, 2014, 39:00).

Com isso, é possível observar que a promulgação da Lei de Anistia em 1979 foi um marco, principalmente para os exilados que partiram para fora da América do Sul em seu segundo exílio. Isso, por possibilitar o retorno ao Brasil, além de concretizar uma primeira conquista social e política em muito tempo, já que boa parte da militância exercida por esses indivíduos no exterior era ligada à campanha pela anistia. Por conseguinte, para os exilados que ainda conseguiram permanecer no subcontinente, a lei não aparece com muito destaque em seus relatos, inclusive, pelo motivo de que todos eles regressaram ao Brasil antes de sua promulgação. Estando em países vizinhos, estes conseguiram driblar a vigilância presentes nas fronteiras para retornar. Esse é o caso de Euclides Coelho de Souza, Lídia Lucaski e Manoel de Andrade.

A principal característica comum nas trajetórias desses três exilados é que estes não estavam no Chile no momento do golpe militar, em 1973. Lídia e Euclides não conseguiram regularizar seus passaportes, dependendo de vistos de turismo para permanecer legalmente nos países em que viviam e Manoel já havia deixado o país por motivos pessoais. Com isso, esses três casos apresentam aspectos diferentes em seu segundo exílio, que além de mais breve, também causou menores rupturas com a experiência do primeiro exílio a qual estes já estavam vivenciando.

É possível identificar essa característica na narrativa de Lídia Lucaski, por exemplo, que retornou ao Brasil já no ano de 1973, pouco tempo depois do golpe militar.

Dessa forma, seu breve segundo exílio, resulta em um curto relato e nenhuma menção às diferenças entre o primeiro e o segundo deslocamento.

O impacto do golpe na trajetória de Lídia foi, além da impossibilidade de voltar ao Chile, a intensificação da vigilância, espionagem e repressão por parte do Estado brasileiro em relação aos exilados que ainda continuavam em países vizinhos. Assim, a partir de uma rede de contatos estabelecida no exterior, Lídia conseguiu retornar ao Brasil via transporte terrestre, driblando o aparato de controle nas fronteiras.

[Que ano você vai para o Peru depois do golpe?] Não, fui antes do golpe do... Allende, era antes, antes do golpe do Allende, em 72 então se... acho que... foi aí.... puxa vida, eu tinha que ver daí ficar quanto tempo na Bolívia. [...] é sempre alguns meses até que vence o visto, não é? visto de permanência do turista. É, eram 3 meses, acho. Não lembro bem agora. Não, eu precisava ver os meus documentos, sabe? Viajava por ali sempre, ou estava mudando de um ponto, é... é porque você tem que ficar só 24 horas fora, você tendo um visto que vencer dia x, aí você sai 24 horas, volta já, ele começa a valer novamente. Eu morava na Bolívia, no Peru, nos dois lugares, no Chile que morei mais tempo, no Peru também bastante. [...] Eu fiquei, eu fiquei de 70/69 [até] 72/73, uma coisa assim, que foi uns 3 anos fora [...] é, acho que 3 anos fora, de 69 a 73. [Daí você voltou, não é?] Eu voltei para o Brasil. (Lucaski, 2014, 1:17:42).

O caso de Euclides Coelho de Souza é semelhante nesse sentido, predominando a sensação de continuidade, já que estabeleceu uma vida fora da comunidade brasileira no Chile. Com isso, o fechamento das fronteiras do país e as possibilidades cada vez menores de regularizar seu passaporte - já que desde o golpe de Pinochet, as embaixadas brasileiras intensificaram ainda mais as restrições à emissão de passaportes e vistos -, ele, juntamente com sua família, fixou-se em Lima, capital do Peru, saindo do país por um dia quando do vencimento de seu visto de turista, para renová-lo - tática semelhante a de Lídia.

Um dos motivos também relacionados a essa estabilização na cidade, além da atividade profissional de Euclides e Adair, que encontraram em Lima uma oportunidade de seguir desenvolvendo seu teatro de bonecos e se fortalecer economicamente, foi a chegada de seu filho pequeno, que havia ficado no Brasil com familiares. Conforme narra Euclides:

Mas esse passaporte ia acabar, porque eles não renovavam, as embaixadas brasileiras já sabiam de tudo, entende, é... nessas alturas, entende, da coisa. E foi ficando, foi ficando. Daí o meu filho veio com 1 ano e meio de... daqui de Curitiba, levaram ele para... para Lima, não é, ficou conosco lá, a gente já tinha

um emprego, já estava coisa melhor, fomos juntando um dinheirinho. (Souza, 2014, 52:50).

Euclides também descreve a presença de um anseio de voltar o quanto antes para o Brasil em seu relato. Ainda que, essa ânsia por notícias não fosse relacionada ao avanço da proposta da Lei de Anistia como em outros casos, mas sim às promessas de uma abertura feitas pelo presidente Ernesto Geisel durante seu mandato (1974-1979). Um fator interessante citado por Euclides é que para obter notícias sobre a vida política do Brasil, ele se dirigia à sede da Varig (companhia aérea brasileira que operava na época) em Lima, já que provavelmente os tripulantes dos voos traziam consigo jornais brasileiros. Com isso, Euclides utilizava dessa estrutura da empresa como uma rede de informações para se inteirar desse processo político, como podemos ver no fragmento de fonte a seguir:

O Geisel. O Geisel já estava abrindo. Porque nós vivíamos lá na Varig lendo jornal do Brasil todo dia para ver como é que abre um país ou não abre, entende? Naqueles editoriais, sempre as pessoas falavam umas coisas e outra, quer dizer, você é... ia que pescando tudo aquilo ali, porque para você era importante, não é? a sua volta, porque não tem, não adianta, porque... Aí eu para o cara perguntou para mim "por que que o senhor não quer ficar no Peru, se até parece com o índio?" eu disse: "porque eu não posso ser preso". "Hein?", o cara pulou, e eu disse: "é, não posso ser preso, eles me põem num avião e me devolve para o Rio de Janeiro na mesma hora, entende? é... que eu não posso ser preso no Peru, **porque eu sou um exi... eu não sou nem um exilado político, eu sou.... eu sou um fugidio [sic], um fugiu [sic], um terrorista que fugiu do Brasil**". [um fugitivo] é... entende, isso aí (Souza, 2014, 53:40) [grifo da autora].

Esse interesse nas notícias é justificado por Euclides ao afirmar que a questão da volta para ele era um tema de extrema importância, uma característica comum em experiências exilares. Entretanto, ao explicar esse anseio para retornar ao Brasil, ele não cita questões mais subjetivas, como saudades do país ou um sentimento de pertencimento ao lugar, como geralmente ocorre, mas sim uma questão muito mais prática: um receio de ser detido no exterior e voltar diretamente para o poder da repressão no Brasil.

É de se ressaltar que Euclides saiu em exílio motivado pelo aumento do uso da violência pelo aparato repressivo brasileiro após a promulgação do AI-5. Além disso, nesse trecho é possível identificar que Euclides não se define, não se percebe como um exilado político. Assim, ao utilizar como exemplo uma conversa que teve com um

colega no Peru, ao colocar em palavras qual era sua condição naquele momento, Euclides começa a utilizar a palavra exilado, mas logo muda a expressão, afirmando que não chega a ser um exilado político, mas sim um fugitivo. Talvez, essa percepção de Euclides possa ter sido motivada por não ter conseguido “alcançar” esse *status*, já que não obteve o passaporte de exilado como muitos outros que conseguiram emitir o documento no Chile. Outra hipótese é que essa definição também possa ter sido um reflexo da visão de outros militantes sobre os exilados que saíram do países por conta da repressão, que “fugiram” da luta, enquanto os demais continuavam na militância.

Com todas essas questões, centrando-se principalmente na relação de sua família, Euclides relata uma exaustão de viver a experiência de deslocamento. Possivelmente refletindo sobre a situação de exílio, este ainda argumenta que ele e sua mulher nem eram “grandes revolucionários”, apenas contestadores do regime militar, ou seja, não eram militantes tão reconhecidos para estarem passando por aquele processo, fortalecendo seu desejo de voltar nesse momento de uma certa abertura política:

Então, eu sei que chegou um momento que não dava mais. Nós e o filho também estava crescendo, é..., é tudo isso, né? coisa de família na nossa cabeça, era forte também, era demais né? Nem éramos grandes revolucionários também, éramos hm... pessoas que contestávamos a ditadura, contestamos, contesto até hoje. E voltamos [...] Então a gente pegou aquelas malinhas, botou tudo, botou tudo, todo o teatro, todos os livros, roupa? nenhuma, só a do corpo e o sapato né? Entende, porque queríamos salvar ao menos aquele patrimônio que tínhamos ali e fomos, chegamos lá em Iquitos ali, é Iquitos o nome da cidadezinha que faz fronteira com o Brasil, que vai embora pra Manaus né? Daí pegamos um avião e fomos para Manaus (Souza, 2014, 54:30).

A massificação do exílio é um fenômeno inaugurado nesse período, já que antes o exílio enquanto ferramenta de exclusão política era pontual e direcionado para pessoas com uma atuação política de destaque. É uma possibilidade que a leitura feita por Euclides seja resultado dessa percepção anterior. Tendo isso em vista, ele e sua família usaram táticas para driblar a vigilância imposta pelo Estado brasileiro e retornar ao país, viajando não de Lima, cidade onde morava, mas de uma cidade menor, Iquitos, que não faz fronteira com o Brasil, mas está às margens do Rio Amazonas - assim, saindo de um aeroporto menor e indo até Manaus.

Partindo para o último caso deste grupo temático, a trajetória de Manoel da Andrade é a que mais diverge entre os relatos aqui analisados. Diferentemente de seus

companheiros exilados, Manoel não saiu do Chile para seu segundo exílio por conta do golpe militar de 1973 ou de problemas com sua documentação, pelo contrário, ele deixa o país por sua própria agência, decidindo se juntar a Inti Peredo em seus esforços revolucionários na Bolívia. Dessa forma, Manoel é um dos únicos exilados que consegue eleger livremente o destino de seu novo deslocamento. Por conseguinte, assim como Euclides e Lígia, em seu caso, esse segundo exílio é muito mais marcado por uma sensação de continuidade do que de ruptura, como o que ocorreu com Dimas, Vitório e Marés, por exemplo.

Entretanto, os planos de Manoel de Andrade de se juntar à guerrilha boliviana não se concretizaram, por conta da morte de Inti Peredo poucos meses depois, dessa forma, o exilado decidiu seguir outra de suas aspirações, que eram escrever e divulgar suas poesias. Ao exercer novamente essa atividade, no entanto, este volta a estar na mira dos militares, agora na Bolívia, e pela mesma poesia, Saudação a Che Guevara, que intensificou sua perseguição e, conseqüentemente, sua saída do Brasil. Dessa forma, o que motivou a repressão de Andrade nessa sua experiência vivida na Bolívia, não foi nem seu *status* de exilado, como uma vítima da rede de repressão transnacional existente no período, e nem sua intenção de se juntar a Inti Peredo em sua cruzada revolucionária, mas sua atuação política como um artista engajado. Conforme relata Manoel:

Um poeta chamado Eliodoro Aillon, um grande poeta boliviano que estava organizando o segundo.... o segundo Congresso Nacional de poetas da Bolívia, como organizador do Congresso de poetas, me convidou para participar do Congresso que seria em Cochabamba. Como convidado especial do Brasil, eu fui para Cochabamba e me deram um hotel e onde haviam outros convidados também de outros países. E em Cochabamba eu escrevi o meu primeiro poema em espanhol, chamado *El Guerrilheiro*, que eu dediquei justamente a Inti Peredo que há umas semanas atrás [...] havia sido assassinado em La Paz. **No dia da minha apresentação no Congresso, eu li vários poemas e terminei a minha apresentação lendo o poema *El Guerrilheiro*, pregando a luta armada e tal.** Veja, naquela época, quem governava a Bolívia era o presidente Siles Salinas, que [...] havia sido o vice-presidente do René Barrientos que havia sido morto num acidente aéreo, e o Siles Salinas, que era um... um sujeito tranquilo, liberal. E aí a Bolívia estava tranquila naquele período. Eu dei o meu recital, eu dei a minha apresentação no Congresso e no dia seguinte, o general Ovando Candia que eram o... o general de direita que havia sido responsável pelo famoso massacre de San Juan, dois anos antes, quando o massacrou umas centenas de mineiros numa revolta de mineiro, ele tomou o poder. E quando ele tomou o poder, as coisas mudaram na Bolívia. [...] **depois que terminou o Congresso, algumas pessoas me procuraram no hotel, pedindo uma cópia do meu poema de... meus, [inclusive] a minha**

saudação a Che Guevara. Aquela que já tinha motivado a minha saída do Brasil. Eu dei, dei o poema com prazer e esse poema é o que está naquele cartaz que foi publicado [ANEXO 2]. Foi publicado depois pela Federação Universitária de Cochabamba. [...] Então era o nós estávamos em outubro de 69, lembra que eu cheguei em La Paz em setembro de 69. Fazia 2 anos da morte do Che, porque o Che morreu em outubro de 67. Então o cartaz, foi publicado o cartaz com uma ilustração do Atilio Carrasco que era na época um... um dos maiores pintores da Bolívia, ele havia estudado 5 anos no México com aquele grande pintor muralista Orozco, e ele... e ele e ele ilustrou o poema e fizeram um cartaz e esse cartaz foi distribuído por toda a Bolívia. [...] **mas começou a investigação: quem é o poeta? quem que é o poeta? porque o cartaz começou a percorrer e fizeram mais, creio que mais de mil cópias. E daí fui chamado para saber se eu era o poeta. [...] Acabaram descobrindo que eu, que eu era o... é... o poeta, e daí foi me dado 48 horas para sair da Bolívia.** Eu tinha uma série de planos de recitais que eu já estava sendo convidado para dar em Oruro, em Potosí, não é? mas teve que sair, daí eu fui para La Paz e de La Paz, eu tomei... eu tomei um barco lá na... no Lago Titicaca, eu fui para o Peru (Andrade, 2014, 31:00) [grifo da autora].

A partir desse trecho da narrativa de Manoel, é possível perceber a continuidade dessas tensões inerentes ao exílio. Ao mesmo tempo em que ele tem contato com outros artistas relevantes, participa de eventos, divulga sua obra e ganha certa notoriedade, ou seja, vivenciando situações positivas e conseguindo se desenvolver enquanto artista, todos esses ganhos são acompanhados de seu retorno para o alvo da repressão. O teor político favorável à adesão à luta armada presente nas obras de Manoel, um grande admirador de Guevara e da Revolução Cubana, aliado ao cenário de grande instabilidade vivida na América do Sul nesse período, povoada por golpes militares de caráter anticomunista, aprofundava esses contrastes em sua experiência exilar. Por isso, ainda que se consolidando profissionalmente na Bolívia e tendo compromissos laborais no país, mais uma vez, Manoel de Andrade se vê forçado a realizar outro deslocamento forçado, que, no entanto, não seria seu último.

Após algum tempo vivendo no Peru e publicando suas obras, o poeta é preso por seus poemas e expulso para o Equador, sendo deixado na fronteira entre os dois países. A repressão vivida por Manoel nesse período é muito intensa, revelando um contexto de alto controle da expressão artística em mais de um país na América do Sul, motivado pelas tensões políticas internas e externas e um crescente anticomunismo. Sendo assim, o poeta foi o que teve a trajetória com o maior número de países em que viveu seu exílio. Com isso, sentimentos de desenraizamento ou até mesmo a falta de pertencimento à uma comunidade, comuns da experiência exilar, não aparecem na

narrativa de Manoel de Andrade. Essa grande extensão de destinos é percebida e destaca por ele em seu relato:

Bom, essa é uma história muito longa, porque depois do Equador, eu fui em... fui para, para... para América Central, Panamá, é... Costa Rica, é... Nicarágua, é... São Salvador, Honduras, Guatemala, México. Do México, eu fui convidado para ir à Califórnia dar palestras e recitais para os *chicanos*, os *chicanos* eram os norte-americanos de origem mexicana que haviam perdido o território. [Aí o senhor, nessa altura, **o senhor não estava fugindo de mais nada?**]. Não, **não estávamos fugindo**, depois da... da Califórnia, eu voltei para o México, minha esposa foi com a minha filha no México, nos encontramos lá. De lá, voltamos do México para o Equador de avião e lá ela voltou para o Brasil. Eu dei uma série de conferências na Universidade Central do Equador, me publicaram, me publicaram um livro também (Andrade, 2014, 57:50).

Esse momento do exílio de Manoel de Andrade se transformou em possibilidades de trabalho. Ao ser forçado a se deslocar, o poeta utilizou essa constante movimentação para se desenvolver profissionalmente, divulgando suas obras através de palestras e recitais em todo o continente americano, além de continuar sendo publicado. Em certo momento de seu exílio, mesmo não sendo coagido a deixar os lugares onde se encontrava, o autor continuava em deslocamento por conta de oportunidades laborais.

Outro aspecto a se destacar desse trecho do relato de Manoel de Andrade é que, a partir da intervenção da entrevistadora, questionando se desde o momento de seu exílio o autor não estaria “fugindo de mais nada”, o mesmo afirma que não estavam fugindo. Posto isso, é possível perceber como, mesmo que em um projeto que havia entrevistado outros exilados, o exílio continua sendo relacionado com a ideia de fuga e não de um deslocamento forçado. Essa característica é ainda mais presente na narrativa de Manoel, que sai em exílio do Brasil e é expulso de dois outros países por conta de sua atividade artística.

Por outro lado, a questão que aparece na trajetória de Manoel é a familiar, no trecho acima o poeta relatou uma visita de sua esposa e filha durante seu período no México. Ao sair do Brasil, diferentemente de Euclides que partiu em exílio com a esposa, o poeta deixou a companheira e uma filha pequena em Curitiba, que o visitavam quando possível. Dessa forma, se no caso de Euclides o viver fora do Brasil acabou causando dificuldades familiares, principalmente na visão do casal sobre o crescimento de seu filho no estrangeiro, o maior problema de Manoel foi a distância da

família. Entretanto, essa questão não fez com que o poeta considerasse um retorno ao Brasil, mas motiva viagens de sua família ao exterior:

Quando eu estava em Lima, a minha esposa já fazia, é... um ano que eu tinha saído do Brasil. A minha esposa, a minha primeira esposa chamava-se Marilena, escreveu uma carta dizendo que gostaria [...] que nos encontrássemos pela minha filha, que sentia muita falta. A princípio, ela pensou ir à Lima, mas depois ela disse que ela não, não seria tão fácil, e se eu poderia vir a Assunção, para ela era mais prático ali, tal vir [a] Assunção. Ela morava em Curitiba. [Qual o nome da sua filha?] É Daniela. [...] Foi lá, estivemos lá é... mais ou menos um mês. Ela [Marilena] disse que em Curitiba, não tinha nenhuma... estava sendo vigiada, estava... sofria, sentia que estava sentindo, estava sofrendo uma pena então, não é? até então não... até então, não, porque veja bem, ela não tinha uma posição ideológica, assim como a minha, ao contrário, não, ela tinha uma posição mais conservadora. Acontece que o pai dela, na época, era um senador da República e ele era da ARENA. Chamava-se Rubens de Mello Braga, ele havia sido suplente do Amaury Silva, que foi nomeado ministro do trabalho de Jango. Quando ele foi nomeado ministro, ele o... seu Rubens assumiu senador, depois que caiu o Jango, caiu Amaury, mas ele continuou... como Senador, então, pelo fato dela ser filha de um senador da ARENA, isso tranquilizou, eu ficava tranquilo por isso (Andrade, 2014, 43:20).

A partir do relato de Manoel é possível identificar que não apenas o exilado continuava sobre a mira da repressão, mesmo no exterior, mas que também sua família vivenciava um prolongamento desse processo no Brasil. Entretanto, na construção de sua narrativa, Manoel expressa a ideia de que, apesar de estar sofrendo com a vigilância imposta pelo regime militar, sua esposa não estaria em perigo, por ter uma postura conservadora e parentesco com um político ligado ao partido do regime militar, colocando em dúvida o relato de perseguição revelado por ela. Tanto que, na narrativa do poeta, esse encontro não promoveu mudanças em seu exílio. Os impactos do AI-5 que provocavam receio em Manoel voltar ao Brasil, para ele, não pareciam aplicáveis à situação de sua família no período. Sendo assim, sua esposa e filha retornaram ao Brasil e o poeta continuou no exterior.

Essa situação seguiu até o ano de 1972, um ano antes do golpe militar no Chile, Manoel de Andrade recebeu novamente a visita da esposa que o convenceu a regressar ao país. Dessa maneira, o poeta também contou com uma estrutura de apoio para voltar para o Brasil, viabilizada através de seu sogro, senador no período, que negociou os termos de seu retorno com os próprios agentes do regime militar.

Diferentemente de todos os outros relatos dos exilados presentes nesse trabalho, Manoel é o único que não revela em nenhum momento de sua narrativa uma

pretensão, ou até mesmo vontade, de retornar ao seu país. Ao analisar o relato do poeta, a principal razão que identifico para essa especificidade do exílio de Andrade é que, principalmente no exterior, ele conseguiu exercer seu ofício de poeta e ser reconhecido por isso. Regressar ao Brasil e para o contexto da vigilância política nesse período significaria ter que reprimir seu lado artístico, que até então estava sendo impulsionado pelas experiências recentes do poeta no exterior, além de sua posição política, que caminhava em conjunto com a sua arte.

Dessa forma, por conta dessas questões familiares e do apelo de sua esposa e filha, Manoel de Andrade retorna ao Brasil. Entretanto, ao contrário de seus colegas de exílio, que tanto ansiavam por regressar ao país e encerrar sua experiência exilar, no caso de Manoel essa volta representa mais uma quebra de suas expectativas do que a concretização de seus planos.

E eu estava no Chile em junho de [19]72, quando minha esposa foi no Chile falar comigo, me pedindo para voltar pela nossa filha. Eu não... não pensava em voltar, mas houve um apelo muito grande, minha sogra, inclusive me ligou, para mim voltar. Era um risco muito grande, porque [19]72 era um período muito difícil no Brasil, era a tempo, inclusive, da guerrilha do Araguaia, mas o meu sogro, então, que era senador pela ARENA, havia conseguido aí com as autoridades aqui do Paraná a condição de que eu voltasse, mas que eu não me manifestasse nada publicamente, nem exercesse a condição de advogado, nem jornalista, é... que é um viés, **se me apagasse totalmente** (Andrade, 2014, 59:55).

5.2 – Os “militantes”

Aluizio Palmar foi a primeira personagem desse grupo temático a sair para o segundo exílio, antes mesmo do golpe militar no Chile em 1973. Segundo ele, a sua saída do Chile ocorreu por dois motivos. Em primeiro lugar porque tanto ele quanto a sua organização política, a VPR, tinham ciência da instabilidade presente no país. Por outro lado, ele desejava retornar ao Brasil para continuar na luta contra a ditadura militar. Com isso, Palmar seguiu para a Argentina, buscando se estabelecer na fronteira entre os dois países, próximo ao Paraná, já que por sua experiência prévia conhecia a região do oeste do estado.

Com as táticas já aprendidas na clandestinidade e o suporte oferecido pela VPR, Aluizio e um companheiro boliviano que estava exilado no Chile, conhecido por Pepe, viajaram para a Argentina de avião rumo à Mendoza, uma cidade menor e com um aeroporto mais simples, buscando driblar a vigilância de fronteira do país. Ainda

que tendo vivido na clandestinidade por um significativo período de tempo, um pequeno deslize fez com que Palmar tivesse problemas em seu trajeto:

Os passageiros todos desceram, carimbaram o passaporte, pegaram a *tarjeta* de entrada e foram embora, e eu fiquei. Foi embora todo mundo e eu fiquei. Apagaram as luzes e eu fiquei. [...] eu pensei no pior, porque já havia acontecido o pior dentro do avião, dentro do avião toda hora chamava “Antônio não sei de quê” ... para se apresentar para o... antes do avião sair, né? para se apresentar para a comissária de bordo, mas cansaram de chamar o tal do Antônio e o Antônio era eu, eu não havia ainda gravado que meu nome é Antônio. [...] o pessoal de imigração me chama e diz que eu seria conduzido até uma sala e dormiria nessa sala, lá no setor de imigração, e um dia seguinte seria levado para o consulado brasileiro em Mendoza, porque eu era cidadão português, com residência permanente no Brasil, ou alguma coisa assim, ou residência temporária. empresário em São Paulo, eu seria levado para o consulado. Ai eu não armei confusão nenhuma, fiquei de boas né, só falei, tudo bem, eu vou, mas vocês me devolvem meu passaporte. “Não, seu passaporte fica”. Falei não, sem o passaporte eu não saio daqui. Eu estava cagando pro passaporte, só armei um teatro, não é? Até que negociei com o Pepe lá fora, pronto para entrar em ação, até que negociei com a migração, eles me deixaram ir para um hotel e ficaram com o documento, ficaram com meu passaporte. Eu disse que queria ir para o melhor hotel, o melhor, o Sheraton, lá, porque eu era, afinal, um grande empresário, terno de primeira, gravata de primeira. Então eles deixaram eu sair, eu entrei num táxi junto com o Pepe, descendo no meio da rua da cidade, pegamos um outro táxi, pegamos um ônibus, fomos pra Mendoza, fomos não sei para onde, fomos descendo em várias cidades até que vim parar na Fronteira. (Palmar, 2014, 2:03:50).

Com isso, Aluizio Palmar passou, literalmente, por um problema com sua identidade durante seu deslocamento. A partir desse trecho no relato é possível verificar que, mesmo com as táticas desenvolvidas pelos exilados para passar por esses deslocamento com segurança, no caso de Palmar viajar por aeroportos menores e utilizando roupas caras para tentar ludibriar os agentes de segurança, estas não eram infalíveis e poderiam ser expostas a todo momento.

A questão de maior destaque nesse trecho é como Aluizio Palmar lida com essa falha em seu planejamento, revelando uma certa desenvoltura criada ao longo de sua experiência de clandestinidade e de exílio. A capacidade de adaptação e o conhecimento sobre o funcionamento das estruturas de repressão, fez com que Palmar, utilizando de uma postura e uma narrativa que reforçasse sua suposta posição social elevada, a de um empresário, europeu, com cidadania brasileira e rico, convencesse os agentes de segurança argentinos a o liberarem, mesmo sem nenhum pretexto para isso. Nesse momento, as duas identidades, assim separadas por Palmar em sua narrativa, a de militante e de exilado estavam em interação, as táticas que ele havia aprendido em sua formação para a militância, a bagagem que havia construído ao

decorrer de sua vivência e participação em organizações políticas, estavam o ajudando a conseguir viabilizar seu processo de exílio.

Palmar continuou com suas atividades políticas na Argentina, estabelecendo-se na cidade de Posadas, que está localizada às margens do Rio Paraná e muito próxima da tríplice fronteira com o Paraguai. Nesse período de seu exílio, o militante realizava uma função de bastidor na VPR, mantendo um sítio que foi comprado com o dinheiro da organização para receber seus militantes posteriormente naquela região estratégica de fronteira. Uma continuação do plano de ação que Palmar já havia trabalhado no período que integrava a dissidência dos 8 de Niterói, o de organizar uma guerrilha que surgiria no ambiente rural. Com isso, Alúzio passou por outra transformação em seu repertório, vivendo como um agricultor para preservar o disfarce desse refúgio da VPR: “Era o caseiro, não é? Eu era o caseiro e como caseiro, eu tinha que cultivar e cultivava feijão e milho. Tinha uma plantação de chá, trabalhava nas fazendas ali da região. Como todo mundo tinha que trabalhar, esse era meu disfarce” (Palmar, 2014, 2:09:19).

Entretanto, com a instabilidade política presente dentro da própria organização, ocasionada principalmente pelas delações de Cabo Anselmo, que entregou informações sobre o funcionamento da VPR para agentes da ditadura militar, produziu-se uma fratura dentro do grupo, promovendo a desmobilização de vários de seus militantes, torturas e assassinatos dos integrantes que foram presos nesta operação. Alúzio, por estar isolado da comunidade de informações da Vanguarda, não sofreu diretamente com o impacto dessas ações do aparato repressivo brasileiro, mas se viu sem referências para continuar sua militância na fronteira. Destarte, o militante pensou em voltar para o Chile, para se reintegrar na comunidade de brasileiros no país e pensar em seus próximos passos, entretanto, foi surpreendido pela notícia do golpe militar de Pinochet. Com efeito, se a perspectiva de um golpe impulsionou a saída de Palmar do Chile precocemente, a efetivação deste concretizou sua situação de segundo exílio.

Eu decidi voltar para o Chile. Decidi voltar pro Chile quando eu chego em Buenos Aires para voltar para o Chile, vejo na imprensa, rádio e jornal o golpe no Chile, caiu o Allende, o governo da Unidade Popular caiu, e eu não podia mais voltar para o Chile. Não podia voltar para o Chile, não podia ir para a Europa porque eu não tinha documento, é... meu documento é eu que fiz. Porque nós tínhamos espelhos... da carteira de identidade da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. E eu mesmo fazia meus documentos, eu trocava documento, nomes e certificado de reservista fazia e fazia entrada na Argentina a cada 3 meses tinha que fazer um novo, porque vence a cada 3 meses, é 90 dias o *permiso* né? mas é... eu que fazia. Eu tinha muito

documento em branco e eu fazia, tirava a minha foto e eu mesmo fazia os documentos. Então eu não tinha documento para sair da Argentina. Então, voltei para *Posadas*. Voltei para *Posadas* e decidi ficar por ali e deixar o tempo passar. (Palmar, 2014, 2:21:45).

Os conhecimentos prévios de Aluizio permitiram que ele se fixasse em um país mesmo sem seus documentos legalizados, diferentemente de Euclides e Lídia, por exemplo. Ambos precisavam sair dos países em que se encontravam para renovar seu visto de turista, já Palmar conseguia driblar essa burocracia e o aparato repressivo que se alimentava das informações por ela produzidas com documentos falsificados. Da mesma maneira, essa bagagem militante de Palmar o privava de contar com outras possibilidades de auxílio, estando na clandestinidade e em uma cidade afastada, ele não poderia retornar ao Chile e pedir asilo político para o ACNUR e teria poucas chances de ser acolhido por uma embaixada, como outros companheiros de exílio conseguiram.

Com efeito, estar isolado da VPR e fora do Chile, protegeu Palmar de ser exposto pelas delações de Cabo Anselmo e de ser perseguido pelos militares golpistas no país, ao mesmo tempo que impossibilitou que ele conseguisse acesso à qualquer rede de apoio para se estabelecer em seu segundo exílio. Dessa forma, mesmo que sem perspectivas de uma atuação política possível em Posadas, Palmar retornou à cidade, por ser possivelmente uma referência de um lugar seguro para ele, onde teria algum acolhimento por parte das relações que havia estabelecido no período em que ali viveu. Com isso, é possível reafirmar a importância da presença de uma rede de apoio para se viver no exílio, ainda mais, como no caso de Palmar, estando sozinho.

Com esse crescente isolamento e a destruição das organizações de esquerda que ainda optavam pela resistência armada no período, tanto pela dispersão da colônia brasileira no Chile quanto pelas delações de integrantes que se tornaram agentes infiltrados dos militares dentro desses grupos, Palmar vivenciou o esgotamento dessa postura política da América Latina. O imaginário de uma grande revolução latino-americana, inspirada pelos feitos da Revolução Cubana, estava se tornando cada vez mais inviável pela sucessão de golpes militares na América do Sul e, por conseguinte, a uma brutal repressão a todos que defendiam estes ideais. Além disso, alguns atos promovidos pela suposta abertura levada a frente pelo governo Geisel, demonstravam que a derrota da ditadura militar poderia acontecer por outros meios de atuação política.

Por ter uma leitura muito clara dessa situação já nesse período, Aluízio Palmar se protegeu de mais uma armadilha elaborada pelo regime militar e dirigida aos militantes que estavam exilados nesse período: a ação envolvendo o ex-militante político Alberi Vieira dos Santos, que culminou na chacina no Parque Nacional do Iguaçu, um dos atos mais brutais cometido pelos militares no estado do Paraná.

E também porque já não estava mais acreditando na continuidade da luta armada no Brasil, que era necessário desativar, eu não acreditava mais na possibilidade de derrubar a ditadura pela via armada do jeito que estava sendo feita, porque as coisas estavam acontecendo. Havia... teve uma eleição municipal que o MDB teve uma grande votação e havia possibilidades da oposição parlamentar, mais o movimento de massas, mais as denúncias no exterior desgastar ditadura essa coisa acabar mudando, porque naquele a... nós, nós não tínhamos mais militância suficiente para retomar a luta armada. A maioria dos companheiros estavam fazendo essa reflexão também, então não fui do ponto, não fui no ponto, escapei de uma cilada. [...] Só fui saber disso anos depois, quando eu voltei... quando eu voltei do exílio, que eu não sei também se é exílio, que na verdade... exílio mesmo foi só no Chile de 71 a 72. Depois, sim, que o resto não foi exílio, foi clandestinidade. [...] a experiência de exílio, que experiência que eu tive de exílio? fiquei clandestino, fiquei clandestino na fronteira, fiquei clandestino em *Posadas*. Não tinha... eu não estava montando, eu não estava estudando, não estava trabalhando, não estava montando nada ali para ficar. Eu era clandestino, era um combatente em *Posadas*, pronto para retomar a luta e montando coisas. Aí foi quando eu decidi abandonar tudo isso e cair no meu, buscar um santuário para sobreviver até mudar alguma coisa no Brasil, porque já que eu não podia voltar para o Chile, ir a Europa, eu fui para o *Chaco*, fui para o, Chaco vender soda. (Palmar, 2014, 2:25:42).

Ao contar sobre esse ocorrido, Palmar afirma que só teve consciência que havia se protegido dessa armação depois que retornou do exílio. Essa é a primeira vez em sua narrativa que Palmar se coloca na posição de exilado. Em outros momentos de seu relato a palavra exílio era utilizada invariavelmente para fazer uma negação da sua condição, reforçando que seu deslocamento era apenas como uma extensão de sua militância na clandestinidade vivida no exterior. Ao fazer essa nova elaboração em sua narrativa, Palmar, logo em seguida, tenta alterar seu sentido, argumentando que apenas sua primeira estadia no Chile havia configurado um exílio, sendo que, nem mesmo nesse momento ele deixou de atuar politicamente ou de estar vinculado a alguma organização política.

Dessa forma, a percepção de exílio presente na narrativa de Palmar seria estar no exterior sem estar na clandestinidade. Quando chegou ao Chile, mesmo sendo um banido brasileiro, ele vivia na legalidade, como um refugiado em território chileno. O *status* de exilado, na leitura de Palmar, só existia legalmente. Essa interpretação

corroborar com a construção narrativa de sua identidade militante, no sentido de que se ele se entendesse enquanto um exilado, logo deixaria de lado sua militância. Essa percepção recorrente entre integrantes de organizações políticas de esquerda não só no Brasil, conhecida também pelo termo “exílio dourado”, pressupunha que ao sair em deslocamento, o exilado abandonava a luta política para viver uma vida confortável no exterior, pensando apenas em benefícios próprios como formação intelectual, desenvolvimento profissional e melhora de sua situação econômica.

Com isso, ao final de sua narrativa, apenas quando todas as possibilidades de permanecer na luta esgotaram, Palmar busca soluções pensando em sua trajetória individual, indo exercer uma atividade profissional de vendedor, na região do Chaco argentino. Com o golpe militar no país em 1976 e o crescimento da repressão, retornou ao Brasil entre os anos de 1978 e 1979, por Foz do Iguaçu.

Também envolvida com a militância política, Neusa Romanzini Cerveira é outra personagem do nosso estudo que não define como exílio seu deslocamento. Entretanto, não por conta da construção e defesa de uma identidade militante em sua narrativa, mas por uma aproximação significativa de sua trajetória com o legado da militância de seu pai. Ao sair em exílio pela primeira vez, Neusa faz esse deslocamento para acompanhar o Major Cerveira no Chile. Contudo, seu segundo exílio também é impulsionado por ele, em um esforço de proteger a filha da perseguição que seria imposta pelos militares com a efetivação de um golpe no país, que de fato ocorreu.

Entretanto, o Major optou por continuar no Chile mesmo sob as ameaças de uma sublevação militar no país. Com isso, se o primeiro exílio de Neusa assegura a continuidade de uma convivência com seu pai, o segundo provoca a separação entre os dois. Por conseguinte, mais que uma ruptura com a comunidade brasileira no Chile ou com uma sensação de pertencimento ao subcontinente, a narrativa sobre este novo deslocamento de Neusa tem um outro foco: uma reconstrução dos últimos momentos da trajetória política de seu pai, desaparecido e assassinado meses depois de sua partida para o exterior.

O relato de Neusa sobre seu segundo exílio é inseparável de sua narrativa sobre Major Joaquim Cerveira, desde sua persistência em continuar no Chile para defender o governo da Unidade Popular, até seu deslocamento para a Argentina depois da morte de Allende e o bombardeio do *Palacio de la Moneda*, que foi o símbolo da concretização do golpe militar liderado por Augusto Pinochet. Dessa forma, nesse momento do testemunho de Neusa, é possível conhecer não só o contexto de seu

segundo deslocamento, mas a elaboração narrativa sobre o processo de despedida ocorrido entre pai e filha:

No golpe, aí eu... eu soube, depois eu constatei que tem até um livro sobre o assunto, que papai ficou em *la moneda* até o Allende se matar e pedir, é... Allende pediu para o pessoal sair e se matou realmente. Eram 15 que ficaram lá, um médico e os amigos mais próximos, eles saíram pelo subterrâneos da... meu pai estava ferido e eles atravessaram a Cordilheira dos Andes com a ajuda dos mapuches, dos índios, não é? que, não... não teve resistência porque o povo estava desarmado, né [Neusa fica visivelmente emocionada e faz um pequena pausa]. Nesse momento, o casal foi para Portugal e... no dia do golpe, né? **Eles foram para Portugal e eu fui para Portugal junto, porque era o que meu pai queria** e meu pai foi para Argentina, chegou uns dias depois, 15 dias depois do golpe, ele chegou na Argentina porque eles... foi muito difícil a travessia, era primavera ainda, não era, não era verão, então ainda tinha muita neve, eles demoraram muito tempo para chegar, né? E estavam feridos tal e coisa. Lá eles, ele se, se envolveu com o... todo mundo que sobrou foi pra lá, a ACNUR estava esperando eles, entende? [...] E é... meu pai decidiu ficar lá, chegaram a fazer uma ação, começaram a organizar um... uma frente, uma *junta*, uma junta coordenadora, junta coordenadora revolucionária, que era para fazer é... ações em diversos pontos da América Latina, tal e coisa. **E... antes de eu ir embora, meu pai disse que... provavelmente a gente não ia se ver de novo, não é? [você tiveram essa conversa?] tivemos, é... ele fez questão. Isso quando eu já estava... indo embora, porque senão eu não teria ido.** Porque aquela batalha nós tínhamos perdido, né? mas a guerra não? continuava e que era seria muito difícil, mas que ele... ele pretendia continuar lutando até o fim, mas... era um estrategista, meu pai era conhecido como um estrategista, obviamente que ele viu que aquilo ali já tinha dançado tudo, já estava quase todo mundo morto, não é? Então se juntou esse resto de todas as organizações que sobraram, era tudo quanto era tipo de organização, inclusive de pessoal que vivia brigando, se juntou todo nessa junta coordenadora que teve duas reuniões. A primeira reunião que foi essa lá na Argentina quando eles chegaram, se juntaram, participou Daniel, Joel, esses que o Palmar investigou depois, que eram amicíssimos do meu pai no Chile. Uma vez eu fui até debochar porque eles falavam errado, eles eram operários, meu pai brigou comigo, sabe? Eu que datilografava os documentos deles, eles às vezes me mandavam umas coisas com erros e... meu pai me dava tarefas desse tipo assim, não é? Eles... [uma longa pausa, Neusa visivelmente emocionada] enfim, eu soube do sequestro dele imediatamente (Cerveira, 2014, 1:16:36).

Com isso, de certa forma, a separação de seu pai foi o principal elemento de ruptura presente na experiência de seu segundo exílio. Ainda que esse deslocamento tenha sido uma vontade dele, como ela faz questão de frisar em mais de um momento, ao justificar que viajou para Portugal porque era o que seu pai queria e também ao demonstrar uma não percepção de que essa separação seria definitiva, algo que o Major Joaquim já imaginava ao lhe pedir para sair do Chile. Entretanto, Neusa em sua narrativa não demonstra qualquer ressentimento em relação à atitude do pai, pelo contrário, expressou várias vezes uma profunda admiração. Não raro, memórias positivas de momentos por eles vividos são citadas recorrentemente, como a presente

no final deste trecho, ao rememorar as atividades compartilhadas de maneira leve, mesmo em um contexto de militância política no exterior. Essa memória afetiva é logo substituída por uma pausa, quando Neusa dá sequência à narrativa sobre aquele momento, que se encerra com o sequestro de seu pai.

Além disso, Neusa se emociona em diversos momentos ao narrar sobre esse período, mesmo já tendo testemunhado sobre acontecimentos muito sensíveis que havia presenciado. Minha hipótese é que essa sensibilidade de Neusa seja causada principalmente pelo exercício imaginativo que ela faz ao tentar reconstruir mentalmente os caminhos que seu pai percorreu quando ela estava longe. Todavia, boa parte de sua trajetória profissional foi dedicada a estudar e tentar entender como foram os últimos momentos de seu pai, antes e depois de ser capturado pelos agentes da repressão na Argentina e enviado ao Brasil.

Dessa maneira, o relato de Neusa sobre esse novo deslocamento vivido por ela tem pouco de suas percepções e de suas experiências no velho continente. Informações como: se ela contou com ajuda ou não de uma rede de apoio para lá se estabelecer, como foi a recepção em Portugal, país que ainda estava vivendo sob um regime autoritário, não estão presentes em sua construção narrativa. Sua experiência em terras portuguesas é reduzida ao momento em que foi avisada sobre o sequestro de seu pai e retornou para a América do Sul, ainda que ilegalmente, para procurá-lo.

[Você estava onde? Você estava em Portugal?] [Neusa confirma com a cabeça] e minha mãe também. Avisei minha família imediatamente. É... ele... a casa, o lugar que ele estava, ele estava com uma família do ERP [*Ejército Revolucionario del Pueblo*] que mantém até hoje o lugar, o sótão, onde ele estava escondido. [...] quando eu voltei definitivamente ao Brasil, eu voltei na ilegalidade. Voltei... eu passei pela Argentina na ilegalidade e... os argentinos disseram que ele já tinha sido trazido para o Brasil e que tinham... tinha pouquíssima chance, que era melhor eu sair de lá imediatamente, que eles sabiam tudo, sabiam que eu estava... todo o tempo que eu passei com ele no Chile, tinha muitas fotografias minhas, que algumas das pessoas tinham sido presas e tinham visto que eles tinham muitas fotografias minhas com meu pai no Chile ou na casa do Allende e que era bom eu sair da Argentina, que era bom minha mãe tratar disso. Eu voltei para o Brasil, fui para Porto Alegre, fiquei na clandestinidade. [Que ano você voltou?] **Voltei imediatamente.** Voltei imediatamente em [19]74. (Cerveira, 2014, 1:20:45).

Nos casos de Aluizio Palmar e Neusa Romanzini Cerveira, já apresentados nesse capítulo, o golpe militar de 1973 causou consequências indiretas em suas experiências de segundo exílio, por já não estarem mais vivendo no país e nem terem composto mais consistentemente em uma comunidade de apoio no Chile, mantendo

certo distanciamento. No entanto, as trajetórias de José Carlos Mendes e de Noemi Osna foram diferentes nesse sentido, ambos acabaram por se incorporarem amplamente nessa comunidade de apoio construída no país e vivenciaram o contexto do golpe.

José Carlos Mendes havia conseguido asilo na embaixada da Holanda, por indicação de um companheiro que também conseguiu ser recepcionado no local. Ainda que, neste momento, se estabelecer em um lugar protegido do alcance da repressão dos militares fosse a prioridade, Mendes, ainda que de maneira muito reduzida, logra ter uma certa agência no processo de escolha do seu novo destino de exílio, diferentemente de outros colegas de deslocamento.

Por conseguinte, ambos deixaram o país após a promulgação do *Decreto Ley nº 81*, de 6 de novembro de 1973, que em seu segundo parágrafo trazia a seguinte disposição “y cuando así lo requieran los altos intereses de la seguridad del Estado, el Gobierno podrá disponer la expulsión o abandono del país de determinadas personas, extranjeros o nacionales” (Chile, 1973). Ou seja, concedia ao país o poder de expulsar tanto estrangeiros, quanto os próprios chilenos que, segundo os parâmetros do regime, fossem considerados como ameaças à segurança nacional. Além disso, a própria lei previa que qualquer pessoa que reingressasse ao país de maneira ilegal seria condenada à morte, em resumo, acabando com toda intenção de retorno dos expulsos.

Com efeito, a ditadura militar liderada por Augusto Pinochet oficializou o uso do exílio como ferramenta política, visto que os assassinatos e detenções feitos durante o seu governo, principalmente dos ocorridos dentro do Estádio Nacional que já eram de conhecimento da comunidade internacional e estavam sendo condenados por ela, gerando uma pressão externa na política de perseguição dos militares golpistas. Nesse ínterim, Mendes e seu colega, Paulo Medeiros, obtiveram uma permissão para deixar o país, pois, as embaixadas que ainda não haviam fechado acordos com o ACNUR ou outras organizações internacionais, por muitas vezes não conseguiam viabilizar a saída desses exilados do Chile, tendo seu raio de ação reduzido a oferecer um espaço seguro enquanto eles permaneciam no país. José Carlos Mendes narra sobre esse processo de deslocamento e suas primeiras impressões sobre a Holanda, país de destino de seu segundo exílio:

Houve então o decreto de expulsão do Chile pelo Pinochet e salvo conduto para ser levado da embaixada até o aeroporto e levado para Holanda. Então cheguei na Holanda em outubro de 73 e... não me recordo exatamente o dia.

Só me lembro que fazia frio, que lá o inverno é muito vigoroso, eu acho que era outono, outubro é outono lá. Fomos obrigados a ser separados, os mais jovens dos casais com filhos, e nos deram um alojamento. Se fizeram aquelas entrevistas sociais de perspectiva do que fazer, ofereceram bolsas de estudos, eu me inscrevi [em] um desses programas então e fui estudar a língua holandesa, que era um pré-requisito para poder depois estudar na universidade. Naturalmente, **nós ficamos muito perdidos nessa situação, logo colocados em um país estranho, língua estranha e não tivemos aquela a... comunidade de latino-americanos, era uma quantidade de chilenos, argentinos, brasileiros** e mantivemo-nos unidos em torno de algumas lutas, que eram a denúncia dos crimes da ditadura chilena e das ditaduras latino-americanas. Eu me junto com a esquerda holandesa, comitês de solidariedade ao povo do... da América Latina, e tentamos, então, a retomada naturalmente, de uma certa militância política. Ao par dessa situação pessoal, que era tentar organizar-se minimamente para conseguir viver lá naquele novo país, nos declararam, é... refugiados pelo estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados, documento precário em que é... é podia viajar, mas é você enfrentava nas fronteiras grande dificuldade, porque, naturalmente, um sujeito com aquele documento era um suspeito de qualquer coisa sempre. Passamos para o ano de 74, eu fui estudar, eu fui estudar na Universidade de Amsterdam, trabalhei em fábricas é... e sobrevivendo e vivendo por lá, mas nunca deixando de participar exatamente desses comitês de solidariedade e apoio aos nossos presos políticos e depois, posteriormente, pela anistia aos presos políticos aqui no Brasil e na América Latina e no Chile, denunciando sempre a violação dos direitos humanos e as torturas e desaparecimentos, depois da Argentina também. (Mendes, 2014, 28:40).

A experiência relatada por Mendes se aproxima em muitos aspectos das narrativas de Dimas Floriani e Carlos Frederico Marés, que também deixaram o Chile de uma maneira semelhante, principalmente a presença de uma rede de recepção dos países europeus para auxiliar os estrangeiros recém-chegados. No entanto, Mendes logo cita que ingressou no mercado de trabalho no período em que viveu na Holanda em seu segundo exílio, “sobrevivendo e vivendo por lá”. Minha hipótese é de que a rede de recepção presente na Holanda era mais próxima a que Dimas Floriani presenciou na Bélgica, com um apoio inicial que não se manteve por muito tempo, diferente do caso de Carlos Frederico Marés na Dinamarca, que oferecia muito mais suporte para os exilados ao longo de sua estadia no país.

Outro ponto de aproximação entre a narrativa de Mendes e a de Floriani e Marés, por exemplo, é a menção constante a questão do frio e do inverno rigoroso quando chegaram e a sensação do distanciamento que eles estavam vivendo no período, saindo de um ambiente repleto de referências familiares: o espanhol, um idioma mais próximo do português do Brasil, a convivência com outros latino-americanos e a construção de um senso de coletividade regional e, até mesmo, o clima tropical, ainda mais nessa época de primavera e verão, mais comum ao presente no

Brasil. Todos esses aspectos demarcam e reforçam a sensação de estranhamento e de não pertencimento ao novo local de exílio.

Essa dificuldade de se sentir integrado no novo deslocamento pode ser percebida nesse trecho na narrativa de José Carlos Mendes, no momento em que ele afirma que não existia mais “aquela comunidade de latino-americanos”, senão apenas uma “quantidade de chilenos, argentinos e brasileiros” que tentaram se manter agrupados por pautas políticas em comum. Dessa forma, é possível considerar que não só uma coesão entre as posturas políticas ou o ter nascido na América Latina era o bastante para produzir os laços de uma comunidade como a presente no Chile. Também se fazia necessário a existência de um ambiente que reproduzisse esse lugar comum, que impulsionasse a integração.

Além disso, nesse momento da trajetória de Mendes, é possível notar uma mudança em seu repertório de ação, se antes a militância política era sua maior prioridade, a partir desse período, o desenvolvimento profissional e acadêmico também aparece como um novo objetivo a ser alcançado. Para isso, ao mesmo tempo em que continuou participando de atividades políticas, focando então em pautas como a defesa da anistia e a denúncia dos crimes cometidos pelas ditaduras militares presentes no cone sul, ele também ingressou em uma universidade, algo que em sua experiência no Chile não é mencionada.

Outro ponto presente na narrativa de Mendes, é a primeira e única crítica ao Alto Comissariado das Nações Unidas presente nos depoimentos neste trabalho analisados, alegando que o documento de refugiado produzido pela organização reduzia a mobilidade interna do exilado no continente europeu.

Mesmo com essa mudança de repertório de Mendes e a dificuldade em se deslocar dentro do território europeu, nenhum desses aspectos desmobilizou o militante em sua atividade política dentro do continente. Entretanto, essas questões provocaram mudanças. José Carlos Mendes em seu período de exílio, também muito em razão do contato que tinha com Paulo Medeiros, seu companheiro de deslocamento na Holanda, aproximou-se das pautas do Trabalhismo e da figura de Leonel Brizola, sendo um dos organizadores do Encontro de Lisboa em 1979, no qual participaram nomes como Darcy Ribeiro, Francisco Julião e José Maria Rabelo. Nessa ocasião, foi elaborada a Carta de Lisboa, marco inicial que culminou na fundação do Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

O envolvimento com o Trabalhismo acabou por influenciar amplamente o segundo exílio de José Carlos Mendes. Estando relacionado com essa nova pauta política, sua atuação enquanto militante no exterior se transformou, agora não apenas focada em pautas como a promulgação da Anistia e a denúncia da violência cometida pelos militares na América do Sul, mas também se envolvendo em congressos e em formações com os partidos trabalhistas da Europa, que no período vivia em uma social-democracia. Além disso, a sensação de estranhamento e não pertencimento não é mais citada por Mendes a partir de seu ingresso no movimento, que em 1979 se formalizou enquanto partido político.

E nós lá que estamos já então alinhados com o Brizola, nos organizamos também, nesse caso, nós fizemos um encontro em Lisboa, eu fui um dos organizadores da comissão que organizou isso, é... o chamado encontro de Lisboa, onde nós tivemos uma carta, que é um dos documentos base do que virou depois o PDT. Se for ver a ideia, as ideias programáticas daquele Partido Democrático Trabalhista, que todos sabem o que aconteceu depois, que o Brizola não conseguiu viabilizar o PTB, porque houve interferência do general Golbery [...]. Nós então tiramos esse... essa carta de Lisboa, é reunindo exilados na Europa e de outros continentes e... de outros continentes, como por exemplo o Francisco Julião, que estava no México foi até esse encontro e eles lá e os... os antigos trabalhistas aqui do Brasil também foram até lá, é... para essa retomada, digamos assim, junto ao Brizola, da... do partido do trabalho, do trabalhismo, digamos assim, do... do movimento trabalhista. E quando isso acontece em Portugal, era o Mário Soares, o primeiro-ministro de Portugal, e nos acolheu, inclusive o encontro foi na sede do partido socialista português. E nós, então, durante alguns de 2 dias ou 3, debatemos e... e formamos comissões de cada segmento que deu a ideia de como seria um programa de um partido no futuro, com a questão da mulher, a questão do negro, a questão da economia, a questão da ecologia é... é a questão internacional, toda essas coisas. Se fosse hoje ver o programa do PDT lá está incluído aquele documento base de Lisboa, a carta de Lisboa. Passaram-se alguns meses e veio a Anistia, aí o Brizola é... que retornaria desde Nova Iorque, me chamou para ir a Nova Iorque para integrar a comitiva dele de retorno ao Brasil. Nós não sabíamos por onde que iríamos chegar, qual aeroporto, se no Rio, se em Porto Alegre, se algum lugar onde havia... houvesse a... a aduana, a fronteira já. Nós, então, tínhamos recorrido aos consulados para obter nossos passaportes, porque nós não tínhamos passaportes, é, tínhamos documentos da ONU, de... de Refugiados, não é? um documento muito precário, e com o passaporte na mão, a gente iria voltar ao Brasil. O meu é uma pérola, o meu passaporte, estava válido somente para retornar ao Brasil, onde diz a validade, olha aqui, ó, isso aí é pra você retornar. Tchou. Nada mais me disseram no consulado. (Mendes, 2014, 39:44)

Não obstante, a partir desse trecho é possível identificar que essa participação de Mendes com a formação do PDT também influenciou em seu retorno ao Brasil, sendo um dos companheiros de viagem de Brizola na volta de seu exílio. Assim, é perceptível como, mesmo com a promulgação da Lei da Anistia, os exilados não tinham muita segurança de como seria a sua volta - quando ele cita que a escolha da cidade

para regressar contou com uma pesquisa prévia para saber da existência ou não de uma aduana, repartição governamental de vigilância de fronteiras. Além disso, Mendes também relata a continuidade de atendimentos mal oferecidos por instituições oficiais brasileiras no exterior, como consulados e embaixadas. Se no período do golpe militar de 1973 no Chile, essas entidades além de negar a emissão de documentos para brasileiros, também auxiliavam aparatos repressivos com informações sobre os exilados, em 1979, com a anistia, estes realizavam os serviços básicos, mas ainda de maneira precária.

Por fim, partindo para o testemunho de Noemi Osna, seu relato sobre o segundo exílio é, de certa forma, breve, ainda mais quando comparado com a narrativa que ela constrói sobre seu primeiro deslocamento e a participação na experiência chilena do começo da década de 1970. Uma das possíveis motivações para essa diferença, é que Noemi e sua família tiveram uma grande integração com outros chilenos e com a comunidade de brasileiros no Chile, dessa forma, com a ruptura dessa vivência positiva, a experiência do novo exílio é narrada de forma mais objetiva e direta, por essa falta de identificação com o novo destino.

Além disso, Noemi estava com o ex-marido e com os filhos no período, assim, em sua narrativa, encontrar um lugar tranquilo e seguro para morar aparecia como prioridade, por não querer expor seus filhos a maiores perigos e também pela dificuldade de passar pelo processo de deslocamento com crianças pequenas. Com isso, uma mudança de repertório, que já havia aparecido ainda em seu relato sobre o exílio no Chile, concretiza-se na narrativa de seu segundo exílio: a militância já não ocupava um lugar central em sua trajetória, pois os filhos passaram a ser um ponto central para a definição de suas escolhas. Dessa forma, Noemi narra que ainda que tenha seguido para o Panamá, embaixada que viabilizou a saída de seu marido do Chile, eles logo saíram do país:

E a gente foi... fomos para o Panamá, eu ainda voltei para o Brasil, consegui voltar para o Brasil, porque nessas alturas eu descobri que eu não tinha mais processo nenhum contra mim, só o processo que já tinha sido... meu ex-marido tinha sido condenado, já pela questão da AP [Ação Popular] e depois a questão da AP... contra mim não... não teve processo nenhum. Eu acabei voltando para o Brasil com as crianças e depois me encontrei com ele no Panamá, ficamos um tempo no Panamá, depois fomos para o Canadá, porque no Panamá situação estava perigosa e também a gente com filhos pequenos, não estava mais afim de... de passar por aperreios, porque é muito complicado você ficar fugindo com crianças pequenas, né? pelo mundo afora. E aí... um grupo foi primeiro para o Canadá, que foi o grupo do Betinho e eles abriram um precedente, porque o Canadá não recebia asilados, não cedia asilo político,

mas aquele grupo do Betinho chegou a fazer greve de fome, chegaram lá com greve é... conseguiram um... um *status* especial deles é... de refugiado político, mas um status especial, como imigrante. E a gente entrou nessa, conseguimos também, moramos 6 anos no Canadá (Osna, 2014, 38:27).

Essa leitura política de potenciais golpes e intervenções militares nos países em que viviam aparece como uma habilidade desenvolvida pelos exilados, como um senso de sobrevivência. A instabilidade política no Panamá identificada por Noemi nesse período se concretizou anos depois, com o estabelecimento da ditadura comandada por Manuel Noriega, em 1983. Com isso, a escolha pelo Canadá como seu destino de exílio - um país com maior estabilidade política e econômica - pode ter sido influenciada pela vontade de Noemi de se firmar em um lugar e proporcionar uma vida mais tranquila aos filhos. Destino esse que só foi possível por conta da mobilização de outros exilados, já que o país, assim como os Estados Unidos, por motivações políticas claras, não se dispôs a receber exilados. Assim como o ACNUR, também por suas motivações políticas, não auxiliou os exilados que para lá foram e nem buscou estabelecer acordos com ambos os países que integravam as Nações Unidas.

Uma especificidade da rota do exílio de Noemi sem dúvidas foi seu retorno ao Brasil. Por não ter nenhuma condenação em seu nome, tanto ela, quanto os filhos poderiam voltar ao país e viver na legalidade, ainda que, provavelmente, observados por agentes de repressão. Contudo, mesmo com a possibilidade real de se manter no país, ela saiu novamente em exílio, agora acompanhada por seus filhos, para viver ao lado do marido do período que havia sido condenado pela Justiça Militar e impedido de regressar devido ao risco de ser preso. Na construção narrativa de Noemi, não aparecem dúvidas ou questionamentos sobre essa decisão de voltar à condição de exilada.

Noemi não cita diretamente nenhuma dificuldade de adaptação ou qualquer questão correlata em seu segundo exílio. Entretanto, ao falar sobre os filhos, quando indagada pelo entrevistador, essas questões aparecem, pois ao viverem toda a vida no exílio, principalmente no Canadá, tiveram dificuldades para se adaptar ao Brasil e se entenderem enquanto brasileiros:

No Canadá ele dizia assim “ah eu não vou jogar *hockey* porque eu sou brasileiro”, aí ele ia jogar futebol, mas ele jogava *hockey* também (risos) e baseball também. E ele... “mas agora eu estou no Brasil, nem futebol eu sei jogar direito” (risos) e eles não falavam português direito, eles falavam com sotaque, depois claro vai perdendo tudo, vai se reaculturando de certa maneira né, e... não... não lembrava disso, achei interessante (Osna, 2014, 41:23).

Essa sensação de não pertencimento, exemplificada por Noemi na dificuldade de seus filhos em se incluírem nessa nova realidade, também pode ter sido vivida por ela em seu período no exterior, ainda que ocultada em seu depoimento. Nesse caminho, a volta a sua comunidade de pertencimento, o retorno viabilizado pela promulgação da Anistia no país é narrado por Noemi de maneira positiva e esperançosa: “Voltamos para o Brasil depois da anistia, logo depois da anistia, em [19]79. A volta foi muito boa, muitas esperanças, fomos muito bem recebidos, havia uma... um idealismo muito grande, uma esperança muito grande na época” (Oсна, 2014, 39:45).

5.3 - Os impactos do segundo exílio

Por fim, ao analisar os testemunhos dos entrevistados sobre o momento do segundo exílio, estes têm uma característica principal em comum: a mudança de objetivos e de repertórios em sua trajetória exilar. Ao analisar as narrativas, é perceptível que essas transformações ocorrem, principalmente, por três razões: a dispersão da comunidade latino-americana nesse segundo deslocamento, quebrando as redes de solidariedade, de amizade e de interação política, que foram construídas ao longo do exílio no Chile; um maior distanciamento de seus palcos de ação política, a América do Sul; e a quebra da expectativa da realização de uma revolução no subcontinente inspiradas pela Revolução Cubana, que provocou uma reflexão sobre os meios de militância utilizados até aquele momento.

Com isso, se no primeiro exílio, a grande maioria dos entrevistados apresentava como foco narrativo sua participação na vida política como uma das principais características dessa experiência, enfatizando a continuidade entre a vida militante no Brasil e no exterior, a partir do segundo exílio essa questão se transforma, com o foco narrativo passando às questões familiares ou de formação profissional. Ou seja, nesse momento, o centro do relato desses sujeitos se desloca de sua vida pública/política para considerações mais voltadas ao seu âmbito privado/pessoal.

Para melhor entender essas transformações apresentadas nas narrativas, mostrou-se pertinente o conceito produzido por Teresa Marques, que denomina essas mudanças como “metamorfoses de repertório” sofridas por esses indivíduos ao longo de sua experiência exilar. De acordo com a autora, essa metamorfose “está diretamente relacionada com processos migratórios que promovem a transformação da natureza e

da dimensão da importância das redes, identidades e espaço para os ativistas e militantes” (2017, p. 250). Por conseguinte, considero que as características acima apresentadas podem ter motivado essas transformações nas trajetórias dos exilados.

É possível inferir que com o fim da experiência chilena e do primeiro exílio, que promoveu um espaço receptivo para a atuação política desses sujeitos, houve também uma ruptura de sua identidade militante, característica que os acompanhava desde antes do processo de deslocamento. Já que, no segundo exílio, além da diáspora não só de brasileiros, mas de toda uma comunidade latino-americana que havia sido construída no Chile, esses exilados partiram para diversos países, onde, nem sempre, encontraram um ambiente receptivo e/ou permissivo para atuar politicamente como anteriormente.

Não apenas isso, a saída do Chile também significou a ruptura com uma comunidade de apoio que ali se estabeleceu, assim, ao chegarem em seu novo exílio, esses indivíduos ainda que contando, por vezes, com uma estrutura de recebimento por parte dos países que lhes ofereceram asilo, tinham que exercer outras atividades laborais ou acadêmicas para viabilizar sua sobrevivência no exterior. Com isso, a relação entre militância política e vida profissional ficou mais difícil de ser equilibrada. Denise Rollemberg (1999, p. 110) exemplifica esse fenômeno: “A necessidade de adaptação e uma integração ao país de exílio e do trabalho como meio de realizá-las se impunham. O guerrilheiro vai se transformando em trabalhador e em estudante”.

Além disso, a distância da terra natal, para os casos dos sujeitos que deixaram a América do Sul e a destruição das expectativas revolucionárias que ainda estavam presentes antes do golpe militar de 1973, motivou uma mudança na perspectiva de militância desses exilados. Seguindo os argumentos apresentados por Teresa Marques (2017, p. 263) ao analisar os casos de exílio na França: “No exílio europeu, não havia mais espaço para a defesa das táticas que levaram à formação dos grupos armados, principalmente após a criação do Comitê Brasil pela Anistia (CBA), que passou a mobilizar os esforços da maioria absoluta dos exilados”. A partir dessa pesquisa, é possível afirmar que não só nos casos de exílio europeu ocorreu esse fenômeno, mas também com os exilados que permaneceram no continente americano.

Se antes a grande maioria dos entrevistados assumia uma postura radical para combater a ditadura militar, como por exemplo a adesão a luta armada, ao longo do processo do segundo exílio - com uma continuidade da repressão brutal dos regimes ditatoriais no cone sul a qualquer iniciativa revolucionária, e a suposta abertura política

no Brasil, que viabilizava a resistência política por uma via institucional democrática - houve a desmobilização de grande parte dos integrantes que continuavam engajados com essas pautas políticas. No caso dos exilados no continente europeu, uma das participações possíveis na via institucional democrática era a participação no CBA ou em outros comitês de apoio aos perseguidos políticos e de denúncia dos crimes cometidos pela ditadura. Para os exilados que permaneceram no continente americano, a atuação política era mais limitada, por ainda viverem em um contexto de grande repressão.

Essas mudanças podem ser percebidas nas narrativas. Por exemplo, dos exilados que seguiram para a Europa, apenas Vitório Sorotiuk e José Carlos Mendes mencionam que atuaram politicamente com maior vigor e ligados a projetos de via institucional democrática. Seja participando do CBA e outros comitês, como Sorotiuk, ou no envolvimento com um partido político, como ocorreu no caso de Mendes.

Manoel de Andrade e Aluizio Palmar, figuram com as principais exceções, por conseguirem manter a militância política de maneira radical e ativa, mesmo na América do Sul e, no caso de Andrade, também em países da América Central e do Norte. Entretanto, os dois passaram por transformações de suas perspectivas políticas ao longo do segundo deslocamento. Com a inviabilização de organizações favoráveis à resistência armada, ambos desenvolveram outros tipos de militância, com Andrade seguindo em sua arte engajada e Aluizio, posteriormente, à denúncia e investigação dos crimes cometidos pela ditadura militar.

Alcidino Bittencourt, Carlos Marés, Dimas Floriani, Noemi Osna, Lídia Lucaski, Neusa Pires Cerveira e Euclides Coelho de Souza narram experiências diferentes, voltadas ao mundo do trabalho nos países em que estiveram, em suas carreiras profissionais ou no cuidado com a família. Essas mudanças são apresentadas de diversas formas ao longo de seus relatos, sendo provocadas pela contínua perseguição política mesmo no exterior e/ou a impossibilidade de atuar politicamente de acordo com os seus princípios. Se no relato desse segundo deslocamento, destacam-se as transformações passadas por esses exilados e as diferenças em suas trajetórias, a perspectiva sobre o último ponto presente em todos os testemunhos lhes é comum: a vontade de voltar para a casa.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da escrita da dissertação, o exercício de diálogo com as fontes, iluminado pelos referenciais teóricos que me acompanharam durante o percurso da pesquisa, apontaram diversos caminhos para analisar os testemunhos do grupo de exilados selecionados neste projeto. Dessa forma, ao adotar como instrumental teórico a constituição de grupos baseados em suas identidades narrativas, segui um dos caminhos possíveis e procurei separar os exilados em dois grupos distintos, definidos aspectos comuns que estes apresentavam em suas próprias narrativas.

Ainda que com diferentes identidades narrativas presentes em seus testemunhos, o grupo de entrevistados compartilha de algumas características semelhantes. Esse aspecto fez com que a análise comparativa de suas experiências exilares fosse possível, pois todos, apesar de suas diferentes trajetórias, partilharam de um espaço de atuação em comum. Todos os entrevistados, com exceção de Aluizio Palmar, viveram em Curitiba antes de seus exílios, seja em maior ou menor quantidade de tempo. Mesmo assim, Palmar teve breves passagens pela capital paranaense para se reunir com integrantes de organizações políticas locais.

Essa convivência no mesmo espaço geográfico e no mesmo contexto social, fez com que muitos deles se conhecessem antes mesmo da saída do Brasil. Estes contatos ocorreram no ambiente escolar, como é o caso dos entrevistados que estudaram no Colégio Estadual do Paraná, mas, principalmente, a partir das atividades do Movimento Estudantil universitário da Universidade Federal do Paraná. Espaços como o CAHS - do qual cinco dos onze entrevistados foram alunos -, o DCE e as Casas de Estudantes Universitários foram os principais ambientes de integração. As relações de sociabilidade forjadas nesses espaços, também impulsionaram o ingresso de muitos desses entrevistados em organizações políticas posteriormente.

Essas conexões prévias, proporcionadas por essa vivência política, favoreceram igualmente o estabelecimento de uma rede de solidariedade com a qual os exilados puderam contar tanto durante o processo de saída em exílio, quanto para a sobrevivência no exterior. De acordo com os testemunhos, o apoio das redes de solidariedade foi fundamental, especialmente para as pessoas cuja condição socioeconômica era menor. Por exemplo, indivíduos com melhor condição econômica como Carlos Frederico Marés, Neusa Pires Cerveira e Alcidino Bittencourt, contaram com a ajuda de suas famílias, seja do ponto de vista material, bem como das relações sócio-políticas para viabilizar a saída para o exílio. Ainda assim, no geral, todos os

exilados relatam que estiveram em contato com essas redes de apoio em mais de um momento de seu deslocamento. Contando com estas, inclusive, para viabilizar o seu retorno ao Brasil.

Outro ponto em comum, que se percebe na maior parte das narrativas, era o desejo de retornar ao Brasil. Dentre os exilados que saíram da América do Sul em seu segundo exílio, todos, com exceção de Neusa Pires Cerveira, voltaram para o Brasil logo após a promulgação da Lei da Anistia, em 1979. O retorno de Neusa, no período anterior à Lei da Anistia, conforme já trabalhado, ocorreu em virtude do desaparecimento de seu pai. Já entre os que ficaram em território sul-americano, o retorno foi ainda mais precoce. Com exceção de Aluizio Palmar, todos voltaram ao país antes de 1979. Ao narrar o seu processo de retorno ao Brasil, Manoel de Andrade foi o único a expressar o desejo de não regressar ao país.

Entretanto, apesar da existência de características em comum, o grupo de exilados aqui analisado estava longe de ser homogêneo, apresentando diversas singularidades entre si. Um dos aspectos a se destacar, ao analisar o perfil do grupo, está relacionado à faixa etária. Conforme mostram as fontes, a maior parte dos entrevistados tinham entre 20 e 24 anos de idade ao sair em exílio - ou seja, estão inseridos na geração de 1968. Do total dos testemunhos selecionados, encontramos duas exceções cujos sujeitos estão em dois extremos: de um lado Alcidino Bittencourt, o único pertencente à geração de exilados em 1964, e Neusa Pires Cerveira, que era ainda adolescente quando saiu do país, ao lado do pai.

À vista desses casos e suas particularidades do processo de exílio, a questão da idade também aparece como um fator relevante para a análise. Alcidino Bittencourt tem uma experiência de exílio muito distinta quando comparada à de seus companheiros da geração de 1968. Entre outras características, a idade que Alcidino tinha quando saiu em exílio, permitiu que ele fosse para o exterior já com sua formação no ensino superior completa. Além disso, por conta de sua atuação política prévia, utilizou de suas próprias conexões para acessar redes de apoio dentro e fora do Brasil, tendo, de certa forma, um exílio mais autônomo.

No outro extremo desse parâmetro, está o caso de Neusa Pires Cerveira, que deixou o país muito nova e sem um capital político prévio. No seu caso, essas conexões e o acesso a redes de solidariedade no Brasil e no exterior lhe foi proporcionada por seu pai, Joaquim Pires Cerveira. Com isso, a relação com seu pai também serviu de motivação para o próprio exílio de Neusa, que deixou o país com o objetivo de estar

mais próxima e de ter uma maior convivência com ele. Dessa forma, a experiência de exílio de Neusa está muito mais ligada a experiência de exílio de seu pai, de maneira correlacional e menos autônoma.

Outra característica de diferenciação entre esses exilados é o seu lugar de origem. Mesmo que a grande maioria tenha nascido no Paraná, nem todos são naturais da capital, tendo muitos representantes do oeste paraense, por exemplo, e também de Santa Catarina. Dois dos casos mais destoantes são o de Aluizio Palmar, natural do Rio de Janeiro, e o de Euclides Coelho de Souza, amazonense. Com isso, é possível identificar que, mesmo que Curitiba fosse um centro das atividades políticas do estado, não necessariamente seus integrantes eram locais, sendo a cidade um ambiente de integração entre essas pessoas e a uma vida política e também urbana.

Em vista disso, essas diferenças por vezes influenciaram o processo de exílio desses indivíduos. Por exemplo, viabilizando com uma maior facilidade a saída do Brasil a partir da fronteira com o Uruguai ou com o Paraguai, por questões familiares ou por conhecer a localidade. Essa última questão, inclusive, ajudou Euclides em seu retorno ao país, por estar familiarizado com a região norte e ter conexões por lá. Este foi o único dos exilados entrevistados que regressou ao Brasil desde a fronteira entre o Amazonas e a Bolívia.

Todavia, outra característica que diferencia o grupo aqui analisado é a questão de gênero. Apenas três, de um total de onze testemunhas, foram concedidos por mulheres. Um aspecto a ser ressaltado é que, mesmo sendo o gênero um recorte possível para analisar as fontes, as mulheres que deixaram registro sobre a sua experiência exilar, têm poucas coisas em comum, além de, do mesmo modo que a maioria do grupo masculino, terem passado pelo Chile. Lídia Lucaski, por exemplo, passou todo o período de seu exílio sozinha, diferentemente de Neusa Pires Cerveira, que foi acompanhada de seu pai, e de Noemi Osna, que foi acompanhada de seu marido no período e criou uma família em seu deslocamento.

Um exemplo que demonstra essa singularidade do exílio feminino pode ser representado com o caso de Noemi Osna. Ao longo do processo de seu segundo exílio, Noemi escolheu seu destino priorizando um lugar mais tranquilo e adequado para a criação de seus filhos. Com isso, a identidade narrativa de Noemi passa por uma transformação completa, pois a partir desse momento de seu relato, ela já não se coloca prioritariamente como uma militante, como ocorreu no início de sua narrativa, mas sim como uma mãe.

Entretanto, essa escolha não está necessariamente vinculada à experiência das mulheres em deslocamento. Essa situação é também perceptível ao analisar a relação que Manoel de Andrade e Euclides de Souza Coelho, dois “acadêmicos engajados”, desenvolveram com suas questões familiares no exílio, questões estas que definiram o seu retorno ao país.

Manoel deixou o Brasil sozinho, sendo visitado por sua mulher e filha no exterior, já que estas continuaram no país. Em certo momento, essa problemática da distância e da separação familiar, impulsionou o poeta a encerrar seu exílio, mesmo que para esse, o fim dessa experiência significasse uma perda, nesse caso, de sua liberdade artística e política. Sendo assim, Manoel renunciou a essa liberdade para conviver com a sua família no Brasil. Já Euclides parte para o exterior acompanhado de sua mulher, Adair, e posteriormente estes recebem seu filho, quando já estavam instalados em seu novo país. Contudo, em seu caso, a proximidade vivenciada no estrangeiro impulsionou Euclides e sua família a retornarem ao Brasil, por considerarem que a vivência no exterior estava sendo uma experiência danosa para a dinâmica familiar e para o desenvolvimento de seu filho.

Portanto, ainda que tendo perfis semelhantes e passando por problemas familiares provocados pelo deslocamento, Manoel e Euclides divergem ao narrarem essa experiência. No caso de Manoel, este apresentou sua volta ao Brasil e a convivência familiar em um chave negativa, pois significou a ruptura do desenvolvimento de sua arte engajada e de sua vontade de continuar no exterior. No caso de Euclides, também artista, o processo de voltar para o Brasil, por motivo semelhante, mesmo em detrimento de sua arte engajada, não é por ele narrado como uma perda.

Outro aspecto que apareceu ao longo de toda a pesquisa foi a presença das já citadas redes de solidariedade e de apoio como um dos pilares para a experiência exilar dos entrevistados. Essas conexões interpessoais forneceram aos exilados meios para deixar o Brasil e também para sobreviver no exterior. À vista disso, é durante a narrativa do primeiro exílio no Chile que a maior parte dos testemunhos faz menções a essas redes de suporte construídas não só entre brasileiros, mas também com a comunidade local do país. Esse aspecto é reforçado a partir das narrativas que tratam sobre o pós golpe de 1973 no país, em um contexto no qual os brasileiros não podiam contar com um suporte próprio, pois todos eram alvo de perseguição política pelos militares. Foram os próprios chilenos que apareceram como elementos estruturantes de uma rede de

apoio para auxiliar na saída desses exilados do país e na proteção contra a repressão do novo governo.

Essas relações foram construídas a longo prazo, em uma interação entre os brasileiros exilados e a sociedade chilena. Tais ligações são citadas principalmente nas narrativas de Dimas Floriani, José Carlos Mendes e Noemi Osna. No caso de Floriani, por exemplo, este estabeleceu uma rede de amizades em seu período de trabalho voluntário e de estudos na *Universidad do Chile*. Foi por conta da ajuda de um colega de curso que conseguiu chegar à embaixada da Bélgica e deixar o país em segurança. Mendes, por sua vez, inseriu-se no mercado laboral, trabalhando em fábricas enquanto estava morando em Santiago. Provavelmente através dessas conexões conseguiu um abrigo em um bairro mais afastado do centro da capital, onde ficou em segurança até ingressar na embaixada da Holanda e poder sair em segundo exílio.

Por fim, está o caso de Noemi Osna, no qual seu marido no período, que tinha a formação de médico, prestava atendimentos gratuitos para alguns de seus vizinhos de bairro. Estes mesmos vizinhos, após o golpe militar, utilizaram dos instrumentos que tinham acesso para possibilitar que Noemi, por exemplo, levasse roupas, comida e dinheiro para a embaixada do Panamá e voltasse em segurança, mesmo que o local estivesse cercado por policiais a mando dos militares para coagir a entrada de novos asilados.

Por conseguinte, é possível identificar que a existência de vínculos de solidariedade nesses locais era um elemento chave para a sobrevivência desses grupos. Dessa forma, ao estarem incluídos nessas redes de sociabilidades, os brasileiros exilados também passaram a integrar esta estrutura de apoio ali presente. Isto posto, a partir da presente investigação, é possível colaborar com estudos que destacam não só a cooperação entre brasileiros nesse momento do exílio, exemplificada pelas atividades da colônia brasileira no Chile, mas também um contexto mais amplo, da interação desses exilados brasileiros com a sociedade chilena em Santiago e seus arredores.

A partir desse ponto, também é perceptível uma relação fundamental entre a condição econômica e a experiência de exílio. Nos casos de exilados que saíram do Brasil e que tinham uma condição socioeconômica favorável, a questão da solidariedade, por exemplo, foi menos citada em relação aos indivíduos que eram de origem humilde e, por conseguinte, necessitavam com maior frequência desse auxílio externo.

Ainda assim, de maneira geral, no contexto do primeiro exílio, com a ausência de políticas oficiais para a recepção de exilados, tanto no Uruguai quanto no Chile, essa falta foi suprida a partir da criação de laços e de redes de solidariedade entre os próprios sujeitos em deslocamento e também em relação com a sociedade local na qual estavam se inserindo. Exemplos dessas estruturas de apoio construída pelos próprios exilados são os espaços mantidos, principalmente, por João Goulart no Uruguai e a colônia brasileira no Chile. A situação de fragilidade econômica impulsionou a organização interna entre os exilados e a criação desses laços de suporte de forma coletiva. Essa integração e interação entre os próprios exilados brasileiros e companheiros de outros países latino-americanos que conviviam nesses espaços foi muito valorizada na construção narrativa de todos os entrevistados analisados.

Não obstante, ao sair em segundo exílio, principalmente nos casos dos exilados para países do hemisfério norte, que viviam em um Estado de Bem-Estar Social, os governos locais assumiram a responsabilidade de auxiliar na integração socioeconômica desses indivíduos a partir de sua chegada. Com isso, as menções a relações de sociabilidade, a construção de redes de solidariedade e apoio, diminuem consideravelmente, assim como a formação de laços tanto entre os exilados, quanto com a sociedade local parecem menos frequentes. Evidente que a diferença sociocultural entre latino-americanos e residentes do norte global possa ter sido um dos fatores que criaram obstáculos para esse processo de integração. Entretanto, pode-se levantar a hipótese que a intensa convivência e colaboração vivenciada no Chile também resultaram de um contexto no qual essa cooperação era necessária para viabilizar a própria sobrevivência do grupo no exterior. Essa mesma falta de integração social e a sensação de isolamento são algumas das principais causas do sentimento de ruptura presente nos relatos desses exilados ao narrar o segundo exílio.

Em suma, todos os aspectos até agora citados convergem para um mesmo ponto, que considero como uma das principais contribuições desta pesquisa: a diferença nas construções narrativas entre o primeiro e o segundo exílio. Entre as características da experiência exilar presentes na literatura sobre o tema, tais como as sensações de isolamento, não pertencimento, transformações e crises de identidade desses exilados, por conta, principalmente, da interrupção de suas atividades políticas; enfim, o sentimento de ruptura com um mundo de referências que lhes eram familiares, todas passam a estar presentes com mais intensidade nas narrativas desses entrevistados a partir do início de seu segundo exílio. Não obstante, acerca do primeiro

exílio, principalmente do vivido no Chile, quase não foram feitas menções a essas especificidades que também fazem parte da experiência exilar.

Diante do exposto, a pesquisa também suscita questionamentos que não foram possíveis de serem desenvolvidos ao longo de seu percurso. Isto é, tendo em vista essa diferença entre os dois momentos do exílio desses entrevistados, é possível indagar quais dessas características impactam mais profundamente na experiência exilar, já que o deslocamento espacial não implica diretamente no sentir-se deslocado em seu novo ambiente. Essa questão é perceptível ao analisar que muitos desses testemunhos constroem uma narrativa do exílio vivido no Chile profundamente relacionada com o sentimento de integração e pertencimento, seja a comunidade de exilados brasileiros construída no exterior ou ao coletivo local de latino-americanos, em um sentido mais amplo. Com isso, torna-se plausível a existência de um exílio no qual o sujeito em deslocamento não se entende como um exilado, ou que só passa a se perceber no exílio posteriormente.

FONTES

Entrevistas:

ANDRADE, Manoel de. **DHPAZ – Depoimentos para a História - Manoel de Andrade**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ftyNPcrbjPM&t=3772s>. Transcrição da autora.

CERVEIRA, Neusa Maria Romanzini Pires. **DHPAZ – Depoimentos para a História - Neusa Maria Romanzini Pires Cerveira**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eLs-eqQr6ll&t=5821s>. Transcrição da autora.

FLORIANI, Dimas. **DHPAZ – Depoimentos para a História - Dimas Floriani**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RmMGFzilvz0&t=3663s>. Transcrição da autora.

LUCASKI, Lídia. **DHPAZ – Depoimentos para a História - Lídia Lucaski**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11kP73w52cM>. Transcrição da autora.

MARÉS, Carlos Frederico. **DHPAZ – Depoimentos para a História - Carlos Frederico Marés**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6E-eiqXUpuQ&t=5133s>. Transcrição da autora.

MENDES, José Carlos de Oliveira. **DHPAZ – Depoimentos para a História - José Carlos de Oliveira Mendes**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLw-VOU7ZgY&t=2619s>. Transcrição da autora.

OSNA, Noemi. **DHPAZ – Depoimentos para a História - Noemi Osna**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wKMJbfIOZ-g>. Transcrição da autora.

PALMAR, Aluízio. **DHPAZ – Depoimentos para a História - Aluízio Palmar**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98&t=8342s>. Transcrição da autora.

PEREIRA, Alcidino Bittencourt. **DHPAZ – Depoimentos para a História - Alcidino Bittencourt Pereira**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=08K58RGZo4s&t=1808s>. Transcrição da autora.

SOROTIUK, Vitório. **DHPAZ – Depoimentos para a História - Vitório Sorotiuk**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fTGYbNxD4Bg&t=2401s>. Transcrição da autora.

SOUZA, Euclides Coelho de. **DHPAZ – Depoimentos para a História - Euclides Coelho de Souza**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2q1KgPQ_b_l&t=3445s. Transcrição da autora.

Arquivos:

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Fichário Individual de Alcidino Bittencourt Pereira – n. 31.239**. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Pasta**
Individual de Aluízio Ferreira Palmar – n. 0214.285. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Pasta**
Individual de Alcides Bittencourt Pereira – n. 0131.280. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Pasta**
Individual de Carlos Frederico Marés de Souza Filho – n. 0655.310. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Fichário**
Individual de Dimas Floriani – n. 14.430 e 14.431. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Pasta**
Individual de Euclides Coelho de Souza – n. 1135.337. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Pasta**
Individual de Manoel de Andrade – n. 2534.421. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Pasta**
Individual de Lídia Lucaski – n. 2388.413. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Fichário**
Individual de José Carlos de Oliveira Mendes – n. 25.379. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Pasta**
Individual de José Carlos de Oliveira Mendes – n. 2033.390. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Pasta**
Individual de Noemi Osna Carriconde – n. 2907.444. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Fichário**
Individual de Vitório Sorotiuk – n. 42.233 e 42.234. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

_____. **Pasta**
Individual de Vitório Sorotiuk – n. 3639.488. Memórias Reveladas: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHANJO, Léa Resende. **Relações de gênero e educação escolar**: Colégio Estadual do Paraná (1950/1960). Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1996.

ARFUCH, Leonor. Narrativas del yo y memorias traumáticas. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 45-60, 2012.

BENJAMIN, Walter. “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012, v. 1, pp. 197-221.

BOSCHILIA, Roseli. **Modelando Condutas**: Educação católica em escolas masculinas. Curitiba: SAMP, 2018.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, v. 1, 2014.

CHILE. **Decreto nº 81**, de 06 de novembro de 1973. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=5733>. Acesso em: 14 set. 2021.

COMISSÃO DA VERDADE TERESA URBAN (CEV). **Relatório da Comissão Estadual da Verdade**. São Paulo: Tiki Books, 2 volumes, 2017.

CRUZ, Fábio Lucas da. **Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2016.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 3. ed., 1998.

FERNANDES, Fátima Regina. Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal. **La España Medieval**, v. 23, p. 101-115, 2000.

FICO, Carlos. **ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. **História do Brasil Contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

_____. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FLIER, Patricia (org.). **Historias detrás de las memorias**: Un ejercicio colectivo de historia oral. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2018.

FREIRE, Américo. Ecos da Estação Lisboa. O exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 64, p. 37-57, 2010.

GONÇALVES, Marcos; DE MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl (Ed.). **Políticas de memória e experiências de (des)exílio**. Editora UFPR, 2019.

GUBERT, Paulo Gilberto. Da constituição da identidade narrativa na obra “O si-mesmo como um outro” de Ricoeur. **Revista Pólemos, Brasília**, v. 1, n. 1, 2012.

JANSEN, Silvina. Exílio e Historia Reciente. Avances y perspectivas de um campo en construcción. **Aletheia**, vol. 1, n. 2, mayo 2011. ISSN 1853-3701.

JREIS NAVARRO, Laila M. Contextos de autoexpresión: voces andalusíes en el exilio de la convención. **Journal of Medieval Iberian Studies**, v. 9, n. 1, p. 130-147, 2017.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. "A história social moderna e os tempos históricos". **Estratos do tempo**: estudos sobre a história. Trad. Markus Hediger. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. pp. 295-312.

LASTRA, María Soledad; JENSEN, Silvina Inés. **Exilios**: militancia y represión. Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta. 2014.

LISBOA, Marcos José Alves. O conceito de Identidade Narrativa e Alteridade na obra de Paul Ricoeur: aproximações. **Impulso**, v. 23, n. 56, p. 99-112, 2013.

MARTÍN, Fernando. El exilio en Roma: Los grados del castigo. **Vivir en tierra extraña: emigración e integración cultural en el mundo antiguo**. Barcelona, Univertat de Barcelona, p. 247-254, 2004.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1978). **Dados**, v. 60, 2017.

MASSENA, Andréa Prestes. **Exílio em Moçambique: as experiências vividas em terra estrangeira durante a Ditadura Militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História Comparada), UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

MATE, Reyes. **Memórias de Auschwitz**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2005.

_____. **Medianoche en la historia: Comentarios a las tesis de Walter Benjamin “Sobre el concepto de la historia”**. Madrid: Editorial Trotta, 2006.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. **Biografia – Joaquim Pires Cerveira**. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/joaquim-pires-cerveira/>. Acesso em: 05 de jul. 2022.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.2, n.3, ago-nov. 2010, pp. 14-26.

MUDROVICIC, María Inés. "Por que Clio retornou a Mnemosine?". In: AZEVEDO, Cecília et al. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

_____. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos avançados**, v. 28, p. 41-58, 2014.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. **O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica**. 2004.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; CALCIOLARI, Silvia; SAHD, Fábio Bacila. **Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba: DHPaz, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. "Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas". In: FICO, Carlos. **ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. FGV Editora, 2008.

PAIVA, Tatiana Moreira Campos. **Memórias de Filhos de Exilados Brasileiros da Ditadura Militar**. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio, 2006.

PEZZONIA, Rodrigo. **Exílio em português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2017.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, 2000.

QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 1a ed.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François (et al.) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RONIGER, Luis. Exílio Massivo, Inclusão e Exclusão Política no Século XX. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 53, n.1, 2010.

_____. Exilio Político y Democracia. **Revista América Latina Hoy**. Ediciones Universidad de Salamanca: 2010.

ROSALEN, Eloisa. **Vidas (entre) laçadas: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)**. Florianópolis: Biblioteca Universitária da UFSC, 2016.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. **The Politics of Exile in Latin America**. Cambridge University Press, 2009.

SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista Brasileiro e Cuba nos anos 1960: defesa da revolução e crítica ao foquismo. **Anos 90**, v. 17, n. 32, p. 93-119, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

VIÑAR, Marcelo. O sujeito em exílio: entre o ser da intimidade e o ser da violência política extrema. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 51, n. 1, p. 167-176, 2017.

YANKELEVICH, Pablo. “Estudar o exílio”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Caminhos Cruzados**: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 1a ed.

ANEXOS

Anexo 01 - Poema “Saudação a Che Guevara”, publicado no livro Poemas para Liberdade de Manoel de Andrade.

Saudação a Che Guevara

No sonho da liberdade
onde cada mártir renasce,
onde não há homem sem terra
onde não há povo sem face.
Num tempo..., gesto de sangue
no sangue..., gesto de amor,
no amor de quem se deu
como um perfume de flor.
E nessa flor de montanha
aberta pro continente,
nesta beleza tamanha
na minha fé deslumbrante
tu estás, meu Comandante,
numa saudade bem clara
dos que morrem e que renascem
contigo, Ernesto Guevara.

No nosso ódio indigesto
na voz da rebelião,
na passeata de protesto
em cada homem sem pão,
em cada cidadão livre
que é metralhado na rua,
no seio de cada greve
no salário de quem sua,
na opressão e na fome
nesse mal que nos consome
como farol claro e forte

surge tua imagem, teu nome
teu braço de guerrilheiro
teu sonho e tua verdade
nos apontando o roteiro
em busca da liberdade.

Nas pátrias negociadas
desta América sofrida,
na ditadura instalada
na terra não repartida,
em toda prisão injusta
em todo estudante morto
em cada homem sem rosto
de quem outro vive à custa.
No massacre dos mineiros
e na luta que liberta.
Nos punhos do militante
e na rubra flor do combate,
tu estás, meu Comandante.

Enquanto a noite se escorre
na garganta da ampulheta
as gerações se preparam
para a estação da colheita.
A semente está brotando
na flor da revolução
e a consciência do povo
vai tomando posição.
Tu semeaste a bom tempo
os grãos dos frutos por vir
que levados pelo vento
no estampido dos metais
brotam nos campos ao sul
das terras continentais.

Adiós, adiós, hasta siempre
meu imortal Comandante...
na terra há flores se abrindo
no peito a fé triunfante
no tempo um caminho aberto
e nele os homens sorrindo
num largo gesto de *hermano*
na busca de um mundo novo
da pátria purificada
para a alegria do povo.

Curitiba, Outubro de 1968

Anexo 02 – Publicação ilustrada do poema *Saludo al Che Guevara*, de Manoel de Andrade, feita pela *Federación Universitaria Local* em Cochabamba, Bolívia.



SALUDO AL CHE GUEVARA

E N EL CANTO DE LA LIBERTAD
DONDE CADA MARTIR RENACE
DONDE NO HAY HOMBRE SIN TIERRA
DONDE NO HAY PUEBLO SIN ROSTRO
EN UN TIEMPO GESTO DE SANGRE
EN LA SANGRE GESTO DE AMOR
EN EL AMOR DE QUIEN SE DIO
COMO UN PERFUME DE FLOR
EN ESA FLOR DE LA MOSTANA
ABIERTA AL CONTINENTE
EN ESTA BELLEZA TAN GRANDE
EN MI CANTAR TAN DOLIDO
AHI ESTAS, MI COMANDANTE.
EN LA NOSTALGIA BIEN CLARA
DE LOS QUE MUEREN Y RENACEN
CONTIGO, ERNESTO GUEVARA.

E N NUESTRO ODDIO INDIGESTO
EN LA VOZ DE LA REBELION
EN LA MANIFESTACION DE PROTESTA
EN CADA HOMBRE SIN PAN
EN CADA CIUDADANO LIBRE
AMETRALLADO EN LA CALLE
EN EL SENO DE CADA HUELGA
EN EL SALARIO DEL QUE SUDA
EN EL ESTOMAGO QUE LADRA
EN LA OPRESION Y EN EL HAMBRE
EN ESTE MAL QUE NOS CONSUME
COMO FARO CLARO Y FUERTE
SURGE TU IMAGEN, TU NOMBRE
TU BRAZO DE GUERRILLERO
COMO FUSIL JUSTICIERO
APUNTANDO EL DERROTERO
CON EL CANTO DE TU SANGRE.

E N LAS PATRIAS NEGOCIADAS
DE ESTA AMERICA SUFRIDA
EN LA DICTADURA INSTALADA
EN LA TIERRA NO REPARTIDA
EN TODA PRISION INJUSTA
EN TODO ESTUDIANTE MUERTO
EN CADA HOMBRE SIN ROSTRO
DE QUIEN OTRO VIVE A COSTA
EN LA MASACRE MINERA
EN LA LUCHA QUE LIBERA

EN LOS PUNOS QUE SE ABREN
A LA ROJA FLOR DEL COMBATE
TU ESTAS, CHE, MI COMANDANTE.

M IENTRAS LA HISTORIA SE ESCURRE
POR LA GARGANTA DEL TIEMPO
LAS GENERACIONES PREPARAN
LA ESTACION DE LA COSECHA.
LA SEMILLA ESTA BROTANDO
EN LA FLOR-REVOLUCION
Y LA CONCIENCIA DEL PUEBLO
VA TOMANDO POSICION.
TU SEMBRASTE EN TIEMPO BUENO
LOS GRANOS DEL PORVENIR
QUE LLEVADOS POR EL VIENTO
EN EL ESTAMPIDO DE LOS METALES
BROTAN EN LOS CAMPOS, AL SUR
DE LAS TIERRAS CONTINENTALES.

A DIOS, ADIOS, HASTA SIEMPRE
MI INMORTAL COMANDANTE
EN LA TIERRA HAY FLORES ABIRIENDOSE
EN EL PUEBLO LA FE TRIUNFANTE
EN EL TIEMPO UN CAMINO ABIERTO
Y EN EL HOMBRES SONRIENDO
EN INMENSO GESTO DE HERMANOS
EN LA BUSQUEDA DE UN MUNDO NUEVO
EN LA PATRIA PURIFICADA
PARA ALEGRIA DEL PUEBLO.

EL POETA

¿QUIEN ES EL POETA?

E L POETA ERA ANTES UN CANTOR DE SU PUEBLO
PERO EL CANTO FUE PROHIBIDO
Y AHORA EL POETA YA NO TIENE PATRIA
SE TORNO AMERICANO.
EL POETA LLEVA SU VERSO A CADA RINCON DE LA AME-
RICA
EL POETA NO TIENE NOMBRE, NO TIENE LIBROS
EL POETA ES UN HOMBRE DE SU TIEMPO. ES EL POETA
[DEL PUEBLO.]



FEDERACION UNIVERSITARIA LOCAL — COCHABAMBA-BOLIVIA